

澳門特別行政區

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL
DE MACAU

第 44/2013 號行政長官公告

行政長官根據澳門特別行政區第3/1999號法律第三條（六）項和第六條第一款的規定，命令公佈《中華人民共和國澳門特別行政區政府與歐洲聯盟關於民用航空若干事項的協定》。

二零一三年十二月十日發佈。

行政長官 崔世安

Aviso do Chefe do Executivo n.º 44/2013

O Chefe do Executivo manda publicar, nos termos da alínea 6) do artigo 3.º e do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 3/1999 da Região Administrativa Especial de Macau, o «Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e a União Europeia sobre certos aspectos dos serviços aéreos».

Promulgado em 10 de Dezembro de 2013.

O Chefe do Executivo, *Chui Sai On*.



中華人民共和國澳門特別行政區政府與
歐洲聯盟
關於民用航空若干事項的協定

ACORDO
ENTRE O GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA
E A UNIÃO EUROPEIA
SOBRE CERTOS ASPECTOS DOS SERVIÇOS AÉREOS

СПОРАЗУМЕНИЕ
МЕЖДУ ПРАВИТЕЛСТВОТО НА СПЕЦИАЛНИЯ АДМИНИСТРАТИВЕН РАЙОН
НА КИТАЙСКАТА НАРОДНА РЕПУБЛИКА МАКАО
И ЕВРОПЕЙСКИЯ СЪЮЗ
ОТНОСНО НЯКОИ АСПЕКТИ НА ВЪЗДУХОПЛАВАТЕЛНИТЕ УСЛУГИ

ACUERDO
ENTRE EL GOBIERNO DE LA REGIÓN ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAO
DE LA REPÚBLICA POPULAR CHINA Y
LA UNIÓN EUROPEA
SOBRE DETERMINADOS ASPECTOS DE LOS SERVICIOS AÉREOS

DOHODA
MEZI VLÁDOU ZVLÁŠTNÍ ADMINISTRATIVNÍ OBLASTI
ČÍNSKÉ LIDOVÉ REPUBLIKY MACAO A
EVROPSKOU UNIÍ
O NĚKTERÝCH ASPEKTECH LETECKÝCH SLUŽEB

AFTALE
MELLEM REGERINGEN FOR FOLKEREPUBLIKKEN KINAS
SÆRLIGE ADMINISTRATIVE REGION MACAO OG
DEN EUROPÆISKE UNION
OM VISSE ASPEKTER AF LUFTRAFIK

ABKOMMEN
ZWISCHEN DER REGIERUNG DER SONDERVERWALTUNGSREGION MACAU
DER VOLKSREPUBLIK CHINA UND
DER EUROPÄISCHEN UNION
ÜBER BESTIMMTE ASPEKTE VON LUFTVERKEHRSDIENSTEN



HIINA RAHVAVABARIIGI MACAU
 ERIHALDUSPIIRKONNA VALITSUSE JA EUROOPA LIIDU
 VAHELINE TEATAVAID LENNUNDUSKÜSIMUSI KÄSITLEV
 LEPING

ΣΥΜΦΩΝΙΑ
 ΜΕΤΑΞΥ ΤΗΣ ΚΥΒΕΡΝΗΣΗΣ ΤΗΣ ΕΙΔΙΚΗΣ ΔΙΟΙΚΗΤΙΚΗΣ ΠΕΡΙΟΧΗΣ ΜΑΚΑΟ
 ΤΗΣ ΛΑΪΚΗΣ ΔΗΜΟΚΡΑΤΙΑΣ ΤΗΣ ΚΙΝΑΣ ΚΑΙ ΤΗΣ ΕΥΡΩΠΑΪΚΗΣ ΈΝΩΣΗΣ
 ΣΧΕΤΙΚΑ ΜΕ ΟΡΙΣΜΕΝΕΣ ΠΤΥΧΕΣ ΤΩΝ ΑΕΡΟΠΟΡΙΚΩΝ ΜΕΤΑΦΟΡΩΝ

AGREEMENT
 BETWEEN
 THE GOVERNMENT OF THE MACAO SPECIAL ADMINISTRATIVE REGION
 OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA AND THE EUROPEAN UNION
 ON CERTAIN ASPECTS OF AIR SERVICES

ACCORD
 ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉGION ADMINISTRATIVE SPÉCIALE DE MACAO
 DE LA RÉPUBLIQUE POPULAIRE DE CHINE ET L'UNION EUROPÉENNE
 SUR CERTAINS ASPECTS DES SERVICES AÉRIENS

ACCORDO
 TRA IL GOVERNO DELLA REGIONE AMMINISTRATIVA SPECIALE DI MACAO
 DELLA REPUBBLICA POPOLARE CINESE E L'UNIONE EUROPEA
 SU TALUNI ASPETTI DEI SERVIZI AEREI

NOLĪGUMS
 STARP ĶĪNAS TAUTAS REPUBLIKAS
 MAKAO ĪPAŠĀS PĀRVALDES APGABALA VALDĪBU UN EIROPAS SAVIENĪBU
 PAR DAŽIEM GAISA PĀRVADĀJUMU PAKALPOJUMU ASPEKTIEM

YPATINGOJO ADMINISTRACINIO KINIJOS
 REGIONO MAKAO VYRIAUSYBĖS IR EUROPOS SĄJUNGOS
 SUSITARIMAS
 DĖL ORO SUSISIEKIMO PASLAUGŲ TAM TIKRŲ ASPEKTŲ

MEGÁLLAPODÁS
 A KÍNAI NÉPKÖZTÁRSASÁG MAKAOÍ KÜLÖNLEGES
 KÖZIGAZGATÁSI TERÜLETE ÉS AZ EURÓPAI UNIÓ KÖZÖTT
 A LÉGI KÖZLEKEDÉS
 BIZONYOS KÉRDÉSEIRŐL



FTEHIM

BEJN R-REGJUN AMMINISTRATIVI SPEĊJALI TAL-MAKAW
TAR-REPUBBLIKA POPOLARI TAĊ-ĊINA U L-UNJONI EWROPEA
DWAR ĊERTI ASPETTI TAS-SERVIZZI TAL-AJRU

OVEREENKOMST

TUSSEN DE REGERING VAN DE SPECIALE ADMINISTRATIEVE REGIO MACAU
VAN DE VOLKSREPUBLICK CHINA EN DE EUROPESE UNIE
INZAKE BEPAALDE ASPECTEN VAN LUCHTDIENSTEN

UMOWA

MIĘDZY A RZĄDEM SPECJALNEGO REGIONU ADMINISTRACYJNEGO MAKAU
CHIŃSKIEJ REPUBLIKI LUDOWEJ
UNIA EUROPEJSKĄ
DOTYCZĄCA PEWNYCH ASPEKTÓW PRZEWOZÓW LOTNICZYCH

ACORD

ÎNTRE GUVERNUL REGIUNII ADMINISTRATIVE SPECIALE MACAO
A REPUBLICII POPULARE CHINEZE ȘI UNIUNEA EUROPEANĂ
REFERITOR LA ANUMITE ASPECTE ALE SERVICIILOR AERIENE

DOHODA

MEDZI VLÁDOU OSOBITNEJ ADMINISTRATÍVNEJ OBLASTI
ČÍNSKEJ LUDOVEJ REPUBLIKY MACAO A EURÓPSKOU ÚNIOU
O URČITÝCH ASPEKTOCH LETECKÝCH DOPRAVNÝCH SLUŽIEB

SPORAZUM

MED VLADO POSEBNE UPRAVNE REGIJE MACAO
LJUDSKE REPUBLIKE KITAJSKE IN EVROPSKO UNIJO
O NEKATERIH VIDIKIH ZRAČNIH PREVOZOV

KIINAN KANSANTASAVALLAN

ERITYISHALLINTOALUEEN MACAON HALLITUKSEN JA EUROOPAN UNIONIN
VÄLINEN SOPIMUS
TIETYISTÄ LENTOLIIKENTEEN NÄKÖKOHDISTA

AVTAL

MELLAN FOLKREPUBLIKEN KINAS
SPECIELLA ADMINISTRATIVA REGION MACAO OCH
EUROPEISKA UNIONEN
OM VISSA LUFTFARTSASPEKTER

中華人民共和國澳門特別行政區政府與
歐洲聯盟
關於民用航空若干事項的協定

經中華人民共和國中央人民政府正式授權締結本協定的中華人民共和國澳門特別行政區政府，以下稱爲“澳門特別行政區”，

作爲一方，和

歐洲聯盟，以下稱爲“聯盟”

作爲另一方

（以下稱爲“雙方”）

注意到一些澳門特別行政區與聯盟成員國之間所締結的雙邊航空服務協定含有違反聯盟法律的規定，

注意到該聯盟對聯盟成員國與第三方之間的雙邊航空服務協定內的一些方面擁有專屬權限，

注意到在聯盟的法律下，成立於成員國的共同體航空承運人在聯盟成員國與第三方之間的航線的准入擁有不受歧視的權利，

認識到聯盟與一些第三方之間的協定提供了該些第三方國民收購在聯盟法律下領有牌照的航空承運人所有權的可能性，

鑑於澳門特別行政區和聯盟成員國之間的雙邊航空服務協定的某些條款違反了聯盟的法律，爲了建立澳門特別行政區和聯盟之間在航空服務的健全的法律依據並保持這樣的航空服務的連續性，必須使之符合聯盟的法律，

注意到在聯盟法律下，航空承運人原則上不可以簽訂一些可能會影響聯盟成員國之間的貿易，以及以防止、限制或扭曲競爭為目標或效果的協定，

認識到澳門特別行政區和聯盟成員國之間所締結的雙邊航空服務協定的條款，其中i) 要求或偏向採納企業之間的協議，企業協會的決定或防止、扭曲或限制航空承運人之間在有關航線上競爭的協同行為，或ii) 加強任何此類協議、決定或協同行為的影響;或iii) 委託責任給航空承運人或其他私營經濟經營者，採取防止、扭曲或限制航空承運人之間在有關航線上競爭的措施而可能導致適用於企業的競爭規則無效，

應指出本協定之目的並非要增加澳門特別行政區和聯盟之間的空中交通總量，或影響澳門特別行政區航空承運人和共同體航空承運人之間的平衡，或是要修改現有的雙邊航空服務協定有關航權的規定，

達成協定如下：

第一條 一般規定

- 一. 為本協定之目的，“成員國”是指歐洲聯盟的成員國，並且“歐盟條約”是指《歐洲聯盟條約》以及《歐洲聯盟運作條約》。
- 二. 列于附件一中之協定，凡提及其中一份協定一方成員國之國民者，應被理解為是指聯盟成員國任何一國之國民。
- 三. 列于附件一中之協定，凡提及其中一份協定一方成員國之航空承運人或航空企業者，應被理解為是指該成員國指定之航空承運人或航空企業。

第二條 成員國的指定

- 一. 分別就有關成員國航空承運人的指定，澳門特別行政區對其授予的許可和批准，以及對許可或批准的拒絕、撤銷、暫停或限制，本條第二和第三款的規定將分別取代列于附件二（a）及（b）條文內相應的規定。
- 二. 澳門特別行政區在收到成員國的指定時，應無延誤地授予適當的許可和批准，條件是：
 - （一）. 該航空承運人是根據歐盟條約在作出指定的成員國的領土內成立的，並擁有符合聯盟法律的營業執照；及
 - （二）. 該航空承運人的有效監管控制是由負責發出其空運經營人證書的成員國行使及維持，以及相關的航空當局在指定內清楚指出；和
 - （三）. 該航空承運人是由成員國和/或成員國國民，和/或列于附件三的其他國家和/或該些國家的國民，直接地或經過半數股權擁有，以及有效控制的。

三. 澳門特別行政區可以對成員國指定的航空承運人的許可或批准作出拒絕、撤銷、暫停或限制，當：

- (一). 該航空承運人不是根據歐盟條約在其指定的成員國的領土內成立，或未能擁有符合聯盟法律的營業執照；
- (二). 該航空承運人的有效監管控制不是由負責發出其空運經營人證書的成員國行使或維持，或相關的航空當局在指定內沒有清楚指出；或
- (三). 該航空承運人不是由成員國和/或成員國國民，和/或列于附件三的其他國家和/或該些國家的國民，直接地或經過半數股權擁有，或有效控制的。

在根據本款行使其權利時，澳門特別行政區不應基於國籍的理由對共同體的航空承運人作出歧視。

第三條 安全

一. 本條第二款的規定是補充列于附件二(c)條文內相應的規定。

二. 如一成員國所指定的航空承運人的監管控制是由另一成員國行使及維持，澳門特別行政區根據作出航空承運人指定的成員國與澳門特別行政區之間的協定的安全條款下的權利，就該另一成員國所採納、行使或維持的安全標準方面以及該航空承運人的經營許可方面應同等適用。

第四條

航空燃料的徵稅

一. 本條第二款的規定是補充列于附件二(d)的條文內相應的規定。

二. 儘管有任何其他條文與此相反，在附件二（d）中所列之每一協定均不應妨礙一成員國，在非歧視的基礎上，對澳門特別行政區指定的航空承運人在其航空器內使用、經營來往于該成員國領土內一點與該成員國領土內另一點或另一成員國領土內的一點、在其領土內供應的燃料徵收稅金、徵費、關稅、費用或收費。

第五條

與競爭規則的兼容性

一. 儘管有任何其他條文與此相反，在附件一中所列之每一協定均不應：i) 要求或偏向於採納企業之間的協議、企業協會的決定或防止或扭曲競爭的協同行為；ii) 加強任何此類協議、決定或協同行為的影響；或iii) 委託責任給私營經濟經營者，採取防止、扭曲或限制競爭的措施。

二. 載於列于附件一協定中的規定，不符合本條第一款的，將不適用。

第六條

協定的附件

本協定的附件應構成本協定不可分割的組成部分。

第七條

修訂或修改

雙方可隨時，經相互同意修改或修訂本協定。

第八條 生效及臨時適用

- 一. 本協定自雙方以書面相互通知對方已完成各自為生效所需的內部程序之日起生效。
- 二. 儘管有第一款的規定，雙方同意，本協定將自雙方相互通知對方已成為生效所需的程序之日隨後一個月的第一天在臨時基礎上適用。
- 三. 本協定適用於所有列于附件一的協定和安排，其中包括那些在本協定簽署之日尚未生效和尚未臨時適用的協定和安排。

第九條 終止

- 一. 如有一份列于附件一的協定被終止，本協定所有涉及該有關協定的條款應同時終止。
- 二. 如所有列于附件一的協定被終止，本協定應同時終止。

下列代表，經正式授權，已在本協定上簽字。

本協定一式兩份，每份用中文，葡萄牙文，保加利亞文，捷克文，丹麥文，荷蘭文，英文，愛沙尼亞文，芬蘭文，法文，德文，希臘文，匈牙利文，意大利文，拉脫維亞文，立陶宛文，馬耳他文，波蘭文，羅馬尼亞文，斯洛伐克文，斯洛文尼亞文，西班牙文和瑞典文寫成，所有文本同等作準。

ACORDO
ENTRE O GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA
E A UNIÃO EUROPEIA
SOBRE CERTOS ASPECTOS DOS SERVIÇOS AÉREOS

O GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (a seguir designada por "RAE de Macau"), devidamente autorizado pelo Governo Popular Central da República Popular da China para a celebração do presente Acordo,

por um lado, e

A UNIÃO EUROPEIA, (a seguir designada por "União")

por outro lado,

(a seguir designadas por "Partes"),

VERIFICANDO que foram celebrados entre diversos Estados-Membros da União e a RAE de Macau acordos bilaterais de serviços aéreos que contêm disposições contrárias ao direito da União,

VERIFICANDO que a União tem competência exclusiva no que respeita a vários aspectos que podem ser incluídos em acordos bilaterais de serviços aéreos entre os Estados-Membros da União e as partes terceiras,

VERIFICANDO que, nos termos do direito da União, as transportadoras aéreas comunitárias estabelecidas num Estado-Membro têm o direito de aceder em condições não discriminatórias às ligações aéreas entre os Estados-Membros da União e as partes terceiras,

TENDO EM CONTA os acordos entre a União e certas partes terceiras que prevêm a possibilidade de os nacionais dessas partes adquirirem participações em transportadoras aéreas licenciadas em conformidade com o direito da União,

RECONHECENDO que certas disposições dos acordos bilaterais de serviços aéreos entre Estados-Membros da União e a RAE de Macau, contrárias ao direito da União, devem conformar-se com esse direito, de modo a estabelecer uma base jurídica sólida para os serviços aéreos entre a União e a RAE de Macau e a preservar a continuidade de tais serviços,

VERIFICANDO que, nos termos do direito da União, as transportadoras aéreas não podem, em princípio, celebrar acordos susceptíveis de afectar o comércio entre os Estados-Membros da União e que tenham por objecto ou efeito impedir, restringir ou falsear a concorrência,

RECONHECENDO que as disposições dos acordos bilaterais de serviços aéreos celebrados entre Estados-Membros da União e a RAE de Macau que: i) impõem ou favorecem a adopção de acordos entre empresas, de decisões por associações de empresas ou de práticas concertadas que impedem, falseiam ou limitam a concorrência entre transportadoras aéreas nas ligações pertinentes; ou ii) reforçam os efeitos de tais acordos, decisões ou práticas concertadas; ou iii) delegam nas transportadoras aéreas ou outros operadores económicos privados a responsabilidade pela adopção de medidas que impedem, falseiam ou limitam a concorrência entre transportadoras aéreas nas ligações pertinentes, são susceptíveis de privar de efeito as regras de concorrência aplicáveis às empresas,

VERIFICANDO que não constitui objectivo do presente Acordo aumentar o volume total de tráfego aéreo entre a União e a RAE de Macau, afectar o equilíbrio entre as transportadoras aéreas comunitárias e as transportadoras aéreas da RAE de Macau ou alterar as disposições dos acordos bilaterais de serviços aéreos vigentes no respeitante a direitos de tráfego,

ACORDARAM NO SEGUINTE:

ARTIGO 1.º

Disposições gerais

1. Para fins do presente Acordo, "Estados-Membros" designa os Estados-Membros da União Europeia e "Tratados UE" designa o Tratado da União Europeia e o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.
2. As referências, em cada um dos acordos enumerados no Anexo 1, aos nacionais do Estado-Membro que é Parte nesses acordos devem ser entendidas como referências aos nacionais dos Estados-Membros.
3. As referências, em cada um dos acordos enumerados no Anexo 1, às transportadoras aéreas ou companhias aéreas do Estado-Membro que é Parte nesses acordos devem ser entendidas como referências às transportadoras aéreas ou companhias aéreas designadas por esse Estado-Membro.

ARTIGO 2.º

Designação por um Estado-Membro

1. As disposições dos n.ºs 2 e 3 do presente artigo substituem as disposições correspondentes dos artigos enumerados, respectivamente, no Anexo 2, alíneas a) e b), no que respeita à designação de uma transportadora aérea pelo Estado-Membro em causa, às autorizações ou licenças que lhe forem concedidas pela RAE de Macau e à recusa, revogação, suspensão ou limitação de tais autorizações ou licenças, respectivamente.
2. Após recepção de uma designação por um Estado-Membro, a RAE de Macau concederá as autorizações ou licenças adequadas, no prazo processual mais curto, desde que:
 - a) A transportadora aérea esteja estabelecida no território do Estado-Membro que procedeu à designação, nos termos dos Tratados UE, e disponha de uma licença de exploração válida, em conformidade com o direito da União; e

- b) O controlo regulamentar efectivo da transportadora aérea seja exercido e mantido pelo Estado-Membro responsável pela emissão do seu certificado de operador aéreo e a autoridade aeronáutica competente seja claramente identificada na designação; e
 - c) A transportadora aérea seja propriedade directa ou através de participação maioritária e seja efectivamente controlada pelos Estados-Membros e/ou nacionais dos Estados-Membros e/ou por outros Estados enumerados no Anexo 3 e/ou nacionais desses Estados.
3. A RAE de Macau pode recusar, revogar, suspender ou limitar as autorizações ou licenças de uma transportadora aérea designada por um Estado-Membro, nos casos em que:
- a) A transportadora aérea não esteja estabelecida no território do Estado-Membro que procedeu à designação, nos termos dos Tratados UE, ou não disponha de uma licença de exploração válida, em conformidade com o direito da União;
 - b) O controlo regulamentar efectivo da transportadora aérea não seja exercido ou mantido pelo Estado-Membro responsável pela emissão do seu certificado de operador aéreo ou a autoridade aeronáutica competente não seja claramente identificada na designação; ou
 - c) A transportadora aérea não seja propriedade directa ou através de participação maioritária nem seja efectivamente controlada pelos Estados-Membros e/ou nacionais dos Estados-Membros, e/ou por outros Estados enumerados no Anexo 3 e/ou nacionais desses Estados.

Ao exercer o seu direito ao abrigo do disposto no presente número, a RAE de Macau não estabelecerá discriminações entre as transportadoras aéreas comunitárias com base na nacionalidade.

ARTIGO 3.º

Segurança Operacional

1. As disposições do n.º 2 do presente artigo complementam as disposições correspondentes dos artigos enumerados no Anexo 2, alínea c).
2. Caso um Estado-Membro tenha designado uma transportadora aérea cujo controlo regulamentar seja exercido e mantido por outro Estado-Membro, os direitos da RAE de Macau nos termos das disposições sobre segurança operacional do acordo celebrado entre o Estado-Membro que designou a transportadora aérea e a RAE de Macau aplicam-se igualmente à adopção, exercício ou manutenção das normas de segurança operacional por esse outro Estado-Membro e no que respeita à autorização de exploração dessa transportadora aérea.

ARTIGO 4.º

Tributação do combustível utilizado na aviação

1. As disposições do n.º 2 do presente artigo complementam as disposições correspondentes dos artigos enumerados no Anexo 2, alínea d).
2. Não obstante disposição em contrário, nada em cada um dos acordos enumerados no Anexo 2, alínea d), obsta a que um Estado-Membro aplique, de forma não discriminatória, impostos, contribuições, direitos, imposições ou taxas ao combustível fornecido no seu território para ser utilizado numa aeronave de uma transportadora aérea designada da RAE de Macau que opere entre um ponto situado no território desse outro Estado-Membro e outro ponto no território desse Estado-Membro ou no território de outro Estado-Membro.

ARTIGO 5.º

Compatibilidade com as regras de concorrência

1. Não obstante disposição em contrário, nada em cada um dos acordos enumerados no Anexo 1 deve: i) exigir ou favorecer a adopção de acordos entre empresas, de decisões por associações de empresas ou de práticas concertadas que impeçam ou falseiem a concorrência; (ii) reforçar os efeitos de tais acordos, decisões ou práticas concertadas; ou (iii) delegar em operadores económicos privados a responsabilidade pela adopção de medidas que impeçam, restrinjam ou falseiem a concorrência.
2. As disposições constantes dos acordos enumerados no Anexo 1 que sejam incompatíveis com o n.º 1 do presente artigo não serão aplicadas.

ARTIGO 6.º

Anexos ao Acordo

Os Anexos ao presente Acordo fazem parte integrante do mesmo.

ARTIGO 7.º

Revisão ou alteração

As Partes podem, de comum acordo, rever ou alterar em qualquer momento o presente Acordo.

ARTIGO 8.º

Entrada em vigor e aplicação provisória

1. O presente Acordo entra em vigor na data em que as Partes se notificarem reciprocamente, por escrito, da conclusão dos respectivos procedimentos internos necessários para a sua entrada em vigor.

2. Não obstante o disposto no n.º 1, as Partes acordam em aplicar a título provisório o presente Acordo a partir do primeiro dia do mês seguinte à data em que as Partes se tiverem notificado mutuamente da conclusão dos procedimentos necessários para o efeito.

3. O presente Acordo aplica-se a todos os acordos e outros convénios enumerados no Anexo 1, incluindo aqueles que, à data de assinatura do presente Acordo, ainda não tenham entrado em vigor e não estejam a ser aplicados a título provisório.

ARTIGO 9.º

Denúncia

1. A denúncia de um acordo enumerado no Anexo 1 implica a denúncia simultânea de todas as disposições do presente Acordo relacionadas com o acordo em causa.

2. A denúncia de todos os acordos enumerados no Anexo 1 implica a denúncia simultânea do presente Acordo.

EM FÉ DO QUE os plenipotenciários abaixo assinados apuseram as suas assinaturas no final do presente Acordo.

Feito em duplo exemplar nas línguas chinesa, portuguesa, alemã, búlgara, checa, dinamarquesa, eslovaca, eslovena, espanhola, estónia, finlandesa, francesa, grega, húngara, inglesa, italiana, letã, lituana, maltesa, neerlandesa, polaca, romena e sueca, fazendo igualmente fé todos os textos.

СПОРАЗУМЕНИЕ
МЕЖДУ ПРАВИТЕЛСВОТО НА СПЕЦИАЛНИЯ АДМИНИСТРАТИВЕН РАЙОН
НА КИТАЙСКАТА НАРОДНА РЕПУБЛИКА МАКАО
И ЕВРОПЕЙСКИЯ СЪЮЗ
ОТНОСНО НЯКОИ АСПЕКТИ НА ВЪЗДУХОПЛАВАТЕЛНИТЕ УСЛУГИ

ПРАВИТЕЛСТВОТО НА СПЕЦИАЛНИЯ АДМИНИСТРАТИВЕН РАЙОН НА КИТАЙСКАТА НАРОДНА РЕПУБЛИКА МАКАО наричан по-нататък „САР Макао“, надлежно оправомощено да сключи настоящото споразумение от Централното народно правителство на Китайската народна република,

от една страна, и

ЕВРОПЕЙСКИЯТ СЪЮЗ, наричан по-нататък „Съюзът“,

от друга страна,

наричани по-долу „страните“

КАТО ОТБЕЛЯЗВАТ, че са сключени двустранни споразумения за въздухоплавателни услуги между няколко държави-членки на Съюза и САР Макао, съдържащи разпоредби, които са в противоречие с правото на Съюза,

КАТО ОТБЕЛЯЗВАТ, че Съюзът има изключителна компетентност по отношение на няколко аспекта, които могат да бъдат включени в двустранните споразумения за въздухоплавателни услуги между държави-членки на Съюза и трети страни,

КАТО ОТБЕЛЯЗВАТ, че съгласно правото на Съюза установените в държава-членка въздушни превозвачи от Общността имат право на недискриминационен достъп до въздушни маршрути между държавите-членки на Съюза и трети страни,

КАТО ВЗЕМАТ ПРЕДВИД споразуменията между Съюза и някои трети страни, предвиждащи възможността граждани на тези трети страни да стават собственици на въздушни превозвачи, лицензирани в съответствие с правото на Съюза,

КАТО ОТЧИТАТ, че някои разпоредби на двустранните споразумения за въздухоплавателни услуги между държави-членки на Съюза и САР Макао, които са в противоречие с правото на Съюза, трябва да бъдат приведени в съответствие с това право, за да се създаде надеждна правна основа за извършването на въздухоплавателни услуги между Съюза и САР Макао, както и за да се осигури тяхната непрекъснатост,

КАТО ОТБЕЛЯЗВАТ, че съгласно правото на Съюза въздушните превозвачи по принцип не могат да сключват споразумения, които могат да засегнат търговията между държави-членки на Съюза и чиято цел или резултат са предотвратяването, ограничаването или нарушаването на конкуренцията,

КАТО ПРИЗНАВАТ, че разпоредбите на двустранните споразумения за въздухоплавателни услуги, сключени между държави-членки на Съюза и САР Макао, които i) изискват или благоприятстват приемането на споразумения между предприятия, решения на сдружения на предприятия или съгласувани практики, които предотвратяват, нарушават или ограничават конкуренцията между въздушни превозвачи по съответните маршрути; или (ii) засилват последиците от всяко такова споразумение, решение или съгласувана практика; или iii) прехвърлят на въздушните превозвачи или други частни икономически оператори отговорността за вземането на мерки, които предотвратяват, нарушават или ограничават конкуренцията между въздушните превозвачи по съответните маршрути, могат да направят неефективни правилата за конкуренцията, приложими за предприятията,

КАТО ОТБЕЛЯЗВАТ, че с настоящото споразумение не се цели увеличаване на общия обем на въздушния трафик между Съюза и на САР Макао, оказване на влияние върху баланса между въздушните превозвачи от Общността и въздушните превозвачи от САР Макао или изменение на разпоредбите на съществуващите двустранни споразумения за въздухоплавателни услуги по отношение на търговските права,

СЕ СПОРАЗУМЯХА ЗА СЛЕДНОТО:

ЧЛЕН 1

Общи разпоредби

1. За целите на настоящото споразумение „държави-членки“ означава държавите-членки на Европейския съюз, а „Договорите на ЕС“ означава Договорът за Европейския съюз и Договорът за функционирането на Европейския съюз.
2. Позоваването във всяко от споразуменията, изброени в приложение 1, на граждани на държавата-членка, която е страна по посоченото споразумение, се счита, че се отнася за граждани на която и да било държава-членка.
3. Позоваването във всяко от споразуменията, изброени в приложение 1, на въздушни превозвачи или авиокомпании на държавата-членка, която е страна по посоченото споразумение, се счита, че се отнася за въздушни превозвачи или авиокомпании, определени от тази държава-членка.

ЧЛЕН 2

Определяне от държава-членка

1. Разпоредбите на параграфи 2 и 3 от настоящия член заменят съответните разпоредби в членовете, изброени в приложение 2, а) и б), съответно, във връзка с определянето на даден въздушен превозвач от съответната държава-членка, неговите лицензи и разрешения, дадени от САР Макао, както и съответно отказа, отнемането, спирането на действието или ограничаването на лицензите и разрешенията на въздушния превозвач.

2. При получаване на документ за определяне на превозвач от държава-членка САР Макао предоставя съответните лицензи и разрешения с минимално процедурно забавяне, при условие че:

- а) въздушният превозвач е установен на територията на определящата държава-членка съгласно Договорите на ЕС и притежава валиден оперативен лиценз в съответствие с правото на Съюза; и
- б) от държавата-членка, отговорна за издаването на свидетелство за авиационен оператор, се упражнява и поддържа ефективен регулаторен контрол върху въздушния превозвач и съответният авиационен орган е ясно посочен при определянето; и
- в) въздушният превозвач е притежаван пряко или чрез мажоритарно участие, и се контролира фактически от държави-членки и/или граждани на държави-членки, и/или от други държави, изброени в приложение 3, и/или от граждани на такива други държави.

3. САР Макао може да откаже, отнеме, спре действието или ограничи лицензите или разрешенията на въздушен превозвач, определен от държава-членка, когато:

- а) въздушният превозвач не е установен на територията на определящата държава-членка в съответствие с Договорите на ЕС или не притежава валиден оперативен лиценз в съответствие с правото на Съюза;

- б) не се упражнява или не се поддържа ефективен регулаторен контрол на въздушния превозвач от държавата-членка, отговорна за издаването на неговото свидетелство за авиационен оператор, или съответният авиационен орган не е ясно посочен при определянето; или
- в) въздушният превозвач не е притежаван пряко или чрез мажоритарно участие, или не се контролира ефективно от държави-членки и/или граждани на държави-членки, и/или от други държави, изброени в приложение 3, и/или от граждани на такива други държави.

При упражняването на правото си по настоящия параграф САР Макао няма да прилага дискриминация между въздушните превозвачи на Общността на основание на тяхната националност.

ЧЛЕН 3

Безопасност

1. Разпоредбите на параграф 2 от настоящия член допълват съответните разпоредби на членовете, изброени в приложение 2, буква в).
2. Когато държава-членка е определила въздушен превозвач, чийто регулаторен контрол се упражнява и поддържа от друга държава-членка, правата на САР Макао по разпоредбите за безопасност на споразумението между държавата-членка, определила въздушния превозвач, и САР Макао, ще се прилагат еднакво по отношение на приемането, упражняването или поддържането на стандарти за безопасност от тази друга държава-членка и по отношение на оперативния лиценз на този въздушен превозвач.

ЧЛЕН 4

Данъчно облагане на авиационното гориво

1. Разпоредбите на параграф 2 от настоящия член допълват съответните разпоредби на членовете, изброени в приложение 2, буква г).
2. Независимо от всяка друга разпоредба с обратен смисъл, нищо от споразуменията, изброени в приложение 2, буква г), не пречи на държава-членка да налага на недискриминационна основа данъци, налози, мита, тарифи или такси върху горивото, доставяно на нейна територия за ползване във въздухоплавателно средство на определен въздушен превозвач на САР Макао, който извършва дейност от точка на територията на тази държава-членка до друга точка на територията на тази държава-членка или на територията на друга държава-членка.

ЧЛЕН 5

Съвместимост с правилата за защита на конкуренцията

1. Независимо от всяка друга противоречаща разпоредба нищо във всяко от споразуменията, изброени в приложение 1 : i) не изисква или благоприятства приемането на споразумения между предприятия, решения на сдружения на предприятия или съгласувани практики, които предотвратяват или нарушават конкуренцията; ii) не засилва последиците от всяко такова споразумение, решение или съгласувана практика; или iii) не прехвърля на частни икономически оператори отговорността за прилагане на мерки, които предотвратяват, нарушават или ограничават конкуренцията.
2. Разпоредбите, съдържащи се в споразуменията, изброени в приложение 1, които са несъвместими с параграф 1 от настоящия член, не се прилагат.

ЧЛЕН 6

Приложения към споразумението

Приложенията към настоящото споразумение съставляват неразделна част от него.

ЧЛЕН 7

Преразглеждане или изменение

Страните могат по всяко време да преразгледат или изменят настоящото споразумение по взаимно съгласие.

ЧЛЕН 8

Влизане в сила и временно прилагане

1. Настоящото споразумение влиза в сила, след като страните се нотифицират взаимно в писмен вид за приключването на съответните им вътрешни процедури, необходими за неговото влизане в сила.
2. Без да се засяга параграф 1, страните се съгласяват да прилагат временно настоящото споразумение от първия ден на месеца след датата, на която са се нотифицирали взаимно за приключването на необходимите за тази цел процедури.
3. Настоящото споразумение се прилага по отношение на всички споразумения и договорености, изброени в приложение 1, включително и по отношение на тези, които към датата на подписване на настоящото споразумение все още не са влезли в сила и не се прилагат временно.

ЧЛЕН 9

Прекратяване

1. При прекратяването на споразумение, посочено в приложение 1, се прекратява действието на всички разпоредби на настоящото споразумение, които се отнасят до съответното споразумение, посочено в приложение 1.
2. При прекратяване на всички споразумения, изброени в приложение 1, се прекратява действието на настоящото споразумение.

В ПОТВЪРЖДЕНИЕ ЗА КОЕТО, долуподписаните, надлежно оправомощени лица, подписаха настоящото споразумение.

Съставено в два еднообразни екземпляра на катански, португалски, английски, български, гръцки, датски, естонски, испански, италиански, латвийски, литовски, малтийски, немски, нидерландски, полски, румънски, словашки, словенски, унгарски, фински, френски, чешки и шведски език, като всички текстове са еднакво автентични.

ACUERDO
ENTRE EL GOBIERNO DE LA REGIÓN ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAO
DE LA REPÚBLICA POPULAR CHINA Y
LA UNIÓN EUROPEA
SOBRE DETERMINADOS ASPECTOS DE LOS SERVICIOS AÉREOS

EL GOBIERNO DE LA REGIÓN ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAO DE LA REPÚBLICA POPULAR CHINA, en lo sucesivo denominada «la RAE de Macao», debidamente autorizado por el Gobierno popular central de la República Popular China para celebrar el presente Acuerdo,

por una parte, y

LA UNIÓN EUROPEA, en lo sucesivo denominada «la Unión»,

por otra parte,

en lo sucesivo denominadas «las Partes»,

OBSERVANDO que se han celebrado acuerdos bilaterales sobre servicios aéreos entre varios Estados miembros de la Unión y la RAE de Macao que incluyen disposiciones contrarias a la legislación de la Unión;

OBSERVANDO que la Unión tiene competencia exclusiva en varios de los aspectos que pueden incluirse en los acuerdos bilaterales sobre servicios aéreos entre Estados miembros de la Unión y terceras partes;

OBSERVANDO que, de conformidad con la legislación de la Unión, las compañías áreas comunitarias establecidas en un Estado miembro tienen derecho a un acceso no discriminatorio a las rutas aéreas entre los Estados miembros de la Unión y terceras partes;

VISTOS los acuerdos entre la Unión y determinadas terceras partes que ofrecen a los nacionales de estas terceras partes la posibilidad de adquirir la propiedad de compañías aéreas cuya licencia ha sido obtenida de acuerdo con la legislación de la Unión;

RECONOCIENDO que determinadas disposiciones de los acuerdos bilaterales sobre servicios aéreos entre Estados miembros de la Unión y la RAE de Macao que son contrarias a la legislación de la Unión tienen que ajustarse a esta legislación con objeto de sentar una base jurídica sólida para los servicios aéreos entre la Unión y la RAE de Macao, y preservar la continuidad de dichos servicios;

OBSERVANDO que, con arreglo a la legislación de la Unión, las compañías aéreas no pueden, en principio, celebrar acuerdos que puedan afectar al comercio entre los Estados miembros de la Unión y cuyo objeto o efecto sea impedir, restringir o distorsionar la competencia;

RECONOCIENDO que las disposiciones de los acuerdos bilaterales de servicios aéreos celebrados entre los Estados miembros de la Unión y la RAE de Macao que i) requieran o favorezcan la adopción de acuerdos entre empresas, la toma de decisiones por parte de asociaciones de empresas o la aplicación de prácticas concertadas que eviten, distorsionen o restrinjan la competencia entre compañías aéreas en las rutas pertinentes; o ii) refuercen los efectos de ese tipo de acuerdos, decisiones o prácticas concertadas; o iii) deleguen en las compañías aéreas u otros agentes económicos privados la responsabilidad de adoptar medidas que eviten, distorsionen o restrinjan la competencia entre compañías aéreas en las rutas pertinentes, pueden hacer ineficaces las normas sobre competencia aplicables a las empresas;

OBSERVANDO que el presente Acuerdo no tiene el propósito de aumentar el volumen total del tráfico aéreo entre la Unión y la RAE de Macao, influir en el equilibrio entre las compañías aéreas comunitarias y las compañías aéreas de la RAE de Macao, ni modificar las disposiciones de los acuerdos bilaterales vigentes sobre servicios aéreos en relación con los derechos de tráfico,

HAN CONVENIDO EN LO SIGUIENTE:

ARTÍCULO 1

Disposiciones generales

1. A efectos del presente Acuerdo, se entenderá por «Estados miembros» los Estados miembros de la Unión Europea y por «Tratados de la UE» el Tratado de la Unión Europea y el Tratado de Funcionamiento de la Unión Europea.
2. Se entenderá que las referencias en los acuerdos enumerados en el anexo 1 a los nacionales del Estado miembro que es parte en ese acuerdo hacen referencia a los nacionales de los Estados miembros.
3. Asimismo, se entenderá que las referencias en los acuerdos enumerados en el anexo 1 a las compañías aéreas del Estado miembro que es parte en ese acuerdo hacen referencia a las compañías áreas designadas por ese Estado miembro.

ARTÍCULO 2

Designación por un Estado miembro

1. Las disposiciones de los apartados 2 y 3 del presente artículo sustituirán a las disposiciones correspondientes de los artículos enumerados en el anexo 2, letras a) y b), respectivamente, en lo que se refiere a la designación de una compañía aérea por el Estado miembro en cuestión, las autorizaciones y permisos que conceda a esta la RAE de Macao y la denegación, revocación, suspensión o limitación de las autorizaciones o permisos de la compañía área, respectivamente.

2. Tras la recepción de una designación efectuada por un Estado miembro, la RAE de Macao concederá las autorizaciones y permisos adecuados en un plazo de tramitación lo más breve posible, siempre que:

- a) la compañía aérea esté establecida en el territorio del Estado miembro que efectúe la designación de acuerdo con lo dispuesto en los Tratados de la UE y disponga de una licencia de explotación válida con arreglo a la legislación de la Unión; y que
- b) el Estado miembro responsable de la expedición del certificado de operador aéreo ejerza y mantenga un control reglamentario efectivo de la compañía aérea, y la autoridad aeronáutica pertinente esté claramente indicada en la designación; y que
- c) la compañía aérea sea propiedad, directamente o mediante participación mayoritaria, y se encuentre efectivamente bajo el control de Estados miembros, de nacionales de Estados miembros, de otros Estados enumerados en el anexo 3 o de nacionales de esos otros Estados.

3. La RAE de Macao podrá denegar, revocar, suspender o limitar las autorizaciones o permisos de una compañía aérea designada por un Estado miembro si:

- a) la compañía aérea no está establecida, en virtud de los Tratados de la UE, en el territorio del Estado miembro que efectúa la designación o no dispone de una licencia de explotación válida con arreglo a la legislación de la Unión;
- b) el Estado miembro responsable de la expedición del certificado de operador aéreo no ejerce ni mantiene un control reglamentario efectivo de la compañía aérea, o la autoridad aeronáutica pertinente no está claramente indicada en la designación; o
- c) si la compañía aérea no es propiedad, ni directamente ni mediante participación mayoritaria, o no está controlada efectivamente por Estados miembros, nacionales de Estados miembros, por los otros Estados enumerados en el anexo 3 ni por nacionales de esos otros Estados.

Al ejercer el derecho otorgado por el presente apartado, la RAE de Macao no discriminará entre compañías aéreas comunitarias por motivos de nacionalidad.

ARTÍCULO 3

Seguridad

1. Las disposiciones del apartado 2 del presente artículo completarán las disposiciones correspondientes de los artículos que enumera el anexo 2, letra c).
2. En caso de que un Estado miembro haya designado a una compañía aérea cuyo control reglamentario sea ejercido y mantenido por otro Estado miembro, los derechos de la RAE de Macao en virtud de las disposiciones de seguridad del acuerdo entre la RAE de Macao y el Estado miembro que haya designado a la compañía se harán extensivos a la adopción, ejercicio o mantenimiento de normas de seguridad por ese otro Estado miembro y a la autorización de explotación de dicha compañía.

ARTÍCULO 4

Fiscalidad del combustible de aviación

1. Las disposiciones del apartado 2 del presente artículo completarán las disposiciones correspondientes de los artículos que enumera el anexo 2, letra d).
2. No obstante cualquier disposición en contrario, ninguna cláusula de los acuerdos enumerados en el anexo 2, letra d), impedirá que un Estado miembro imponga, de forma no discriminatoria, tasas, impuestos, derechos, gravámenes o cargas sobre el carburante que se suministre en su territorio a las aeronaves de una compañía aérea designada por la RAE de Macao que operen entre un punto del territorio de ese Estado miembro y otro punto situado en el mismo territorio o en el de otro Estado miembro.

ARTÍCULO 5

Compatibilidad con las normas de competencia

1. Salvo disposición en contrario, ningún elemento de los acuerdos enumerados en el anexo 1 i) requerirá o favorecerá la adopción de acuerdos entre empresas de servicios aéreos, la toma de decisiones por parte de las asociaciones de empresas o las prácticas concertadas que previenen o distorsionan la competencia; ii) reforzará los efectos de ese tipo de acuerdos, decisiones o prácticas concertadas; ni iii) delegará en agentes económicos privados la responsabilidad de adoptar medidas que eviten, distorsionen o restrinjan la competencia.
2. No se aplicarán las disposiciones de los acuerdos enumerados en el anexo 1 que sean incompatibles con el apartado 1 del presente artículo.

ARTÍCULO 6

Anexos del Acuerdo

Los anexos del presente Acuerdo formarán parte integrante del mismo.

ARTÍCULO 7

Revisión o modificación

Las Partes podrán, de común acuerdo, revisar o modificar el presente Acuerdo en cualquier momento.

ARTÍCULO 8

Entrada en vigor y aplicación provisional

1. El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha en que las Partes se notifiquen por escrito haber finalizado los respectivos procedimientos internos necesarios a este efecto.
2. No obstante lo dispuesto en el apartado 1, las Partes acuerdan aplicar provisionalmente el presente Acuerdo a partir del primer día del mes siguiente a aquél en el curso del cual las Partes se hayan notificado la conclusión de los procedimientos necesarios a este efecto.
3. El presente Acuerdo será aplicable a todos los acuerdos y disposiciones que se enumeran en el anexo 1, incluidos aquellos que, en la fecha de la firma del presente Acuerdo, no hayan entrado todavía en vigor ni se estén aplicando provisionalmente.

ARTÍCULO 9

Terminación

1. La terminación de alguno de los acuerdos enumerados en el anexo 1 pondrá término al mismo tiempo a todas las disposiciones del presente Acuerdo relacionadas con ese acuerdo.
2. La terminación de todos los acuerdos enumerados en el anexo 1 pondrá también término al presente Acuerdo.

EN FE DE LO CUAL, los abajo firmantes, debidamente autorizados a este fin, firman el presente Acuerdo.

Hecho en doble ejemplar en lenguas china, portuguesa, alemana, búlgara, checa, danesa, eslovaca, eslovena, española, estonia, finesa, francesa, griega, húngara, inglesa, italiana, letona, lituana, maltesa, neerlandesa, polaca, rumana y sueca, siendo todos los textos igualmente auténticos.

DOHODA
MEZI VLÁDOU ZVLÁŠTNÍ ADMINISTRATIVNÍ OBLASTI
ČÍNSKÉ LIDOVÉ REPUBLIKY MACAO A
EVROPSKOU UNIÍ
O NĚKTERÝCH ASPEKTECH LETECKÝCH SLUŽEB

VLÁDA ZVLÁŠTNÍ ADMINISTRATIVNÍ OBLASTI ČÍNSKÉ LIDOVÉ REPUBLIKY
MACAO

(dále jen „ZAO Macao“), řádně zmocněna k uzavření této dohody ústřední lidovou vládou
Čínské lidové republiky

na jedné straně a

EVROPSKÁ UNIE, (dále jen „Unie“),

na straně druhé

(dále jen „strany“),

S OHLEDEM NA TO, že mezi několika členskými státy Unie a ZAO Macao byly uzavřeny
dvoustranné dohody o leteckých službách, které obsahují ustanovení, jež jsou v rozporu
s právem Unie,

S OHLEDEM NA TO, že Unie má výlučnou pravomoc ohledně řady aspektů, které mohou být
obsaženy ve dvoustranných dohodách o leteckých službách uzavřených mezi členskými státy
Unie a třetími stranami,

S OHLEDEM NA TO, že podle práva Unie mají letečtí dopravci Společenství usazení
v členském státě právo na nediskriminační přístup na letecké tratě mezi členskými státy Unie
a třetími stranami,

S OHLEDEM na dohody mezi Uníí a některými třetími stranami, podle nichž mají státní
příslušníci těchto třetích stran možnost získat vlastnický podíl v leteckých dopravcích, kterým
byla udělena licence v souladu s právem Unie,

UZNÁVAJÍCE, že některá ustanovení dvoustranných dohod o leteckých službách uzavřených
mezi členskými státy Unie a ZAO Macao, která jsou v rozporu s právem Unie, musí být
vedena do souladu s tímto právem, aby se vytvořil řádný právní základ pro letecké služby
mezi Uníí a ZAO Macao a aby se zachovala nepřetržitost těchto leteckých služeb,

S OHLEDEM NA TO, že podle práva Unie nesmějí letečtí dopravci v zásadě uzavírat dohody, které by mohly ovlivnit obchod mezi členskými státy Unie a jejichž cílem nebo výsledkem je vyloučení, omezení nebo narušení hospodářské soutěže,

UZNÁVAJÍCE, že ustanovení ve dvoustranných dohodách o leteckých službách uzavřených mezi členskými státy Unie a ZAO Macao, která i) požadují nebo upřednostňují přijetí dohod mezi podniky, rozhodnutí sdružení podniků nebo jednání ve vzájemné shodě, které brání hospodářské soutěži mezi leteckými dopravci na příslušných trasách nebo ji narušují či omezují, nebo ii) zesilují účinek všech takových dohod, rozhodnutí či jednání ve vzájemné shodě, nebo iii) přenášejí na letecké dopravce nebo jiné soukromé hospodářské subjekty odpovědnost za přijetí opatření, která brání hospodářské soutěži mezi leteckými dopravci na příslušných tratích nebo ji narušují či omezují, mohou rušit účinnost pravidel o hospodářské soutěži platných pro podniky,

S OHLEDEM NA TO, že záměrem této dohody není zvýšit celkový objem letecké dopravy mezi Uníí a ZAO Macao, ovlivnit rovnováhu mezi leteckými dopravci Společenství a leteckými dopravci ZAO Macao, ani změnit ustanovení stávajících dvoustranných dohod o leteckých službách, které se týkají dopravních práv,

SE DOHODLY TAKTO:

ČLÁNEK 1

Obecná ustanovení

1. Pro účely této dohody se „členskými státy“ rozumějí členské státy Evropské unie a „Smlouvami EU“ Smlouva o Evropské unii a Smlouva o fungování Evropské unie.
2. Ve všech dohodách uvedených v příloze 1 se odkazy na státní příslušníky členského státu, který je stranou dané dohody, považují za odkazy na státní příslušníky členských států.
3. Ve všech dohodách uvedených v příloze 1 se odkazy na letecké dopravce nebo letecké společnosti členského státu, který je stranou dané dohody, chápou jako odkazy na letecké dopravce nebo letecké společnosti určené daným členským státem.

ČLÁNEK 2

Určení členským státem

1. Ustanovení odstavců 2 a 3 tohoto článku nahrazují v tomto pořadí odpovídající ustanovení článků uvedených v příloze 2 písm. a) a b) ohledně určení leteckého dopravce dotčeným členským státem, jeho oprávnění a povolení, jež udělila ZAO Macao, a odmítnutí, zrušení, pozastavení nebo omezení oprávnění nebo povolení udělených leteckému dopravci.
2. Po obdržení určení provedeného členským státem udělí ZAO Macao příslušná oprávnění a povolení s minimálním procedurálním zpožděním za předpokladu, že:
 - a) letecký dopravce je podle Smluv EU usazen na území členského státu, který provedl určení, a má platnou provozní licenci v souladu s právem Unie; a
 - b) členský stát odpovědný za vydání osvědčení leteckého provozovatele leteckému dopravci nad ním vykonává a udržuje faktickou regulační kontrolu a v určení je zřetelně označen příslušný letecký úřad; a

- c) letecký dopravce je vlastněn přímo nebo prostřednictvím většinového vlastnického podílu členskými státy a/nebo státními příslušníky členských států a/nebo jinými státy uvedenými v příloze 3 a/nebo státními příslušníky těchto jiných států a je těmito státy a/nebo státními příslušníky fakticky kontrolován.
3. ZAO Macao může odmítnout, zrušit, pozastavit nebo omezit oprávnění nebo povolení leteckého dopravce určeného členským státem, pokud:
- a) letecký dopravce není podle Smluv EU usazen na území členského státu, který provedl určení, nebo nemá platnou provozní licenci v souladu s právem Unie;
- b) členský stát odpovědný za vydání osvědčení provozovatele letecké dopravy leteckému dopravci nad ním nevykonává nebo neudržuje faktickou regulační kontrolu nebo v určení není zřetelně označen příslušný letecký úřad; nebo
- c) letecký dopravce není vlastněn přímo nebo prostřednictvím většinového vlastnického podílu nebo fakticky kontrolován členskými státy a/nebo státními příslušníky členských států a/nebo jinými státy uvedenými v příloze 3 a/nebo státními příslušníky těchto jiných států.

Při výkonu svého práva podle tohoto odstavce ZAO Macao nediskriminuje letecké dopravce Společenství z důvodu státní příslušnosti.

ČLÁNEK 3

Bezpečnost

1. Ustanoveními odstavce 2 tohoto článku se doplňují odpovídající ustanovení článků uvedených v příloze 2 písm. c).
2. Pokud členský stát určil leteckého dopravce, nad nímž regulační kontrolu vykonává a udržuje jiný členský stát, potom práva ZAO Macao podle bezpečnostních ustanovení dohody mezi členským státem, který určil leteckého dopravce, a ZAO Macao platí stejným způsobem, pokud jde o přijímání, vykonávání nebo udržování bezpečnostních standardů tímto jiným členským státem a pokud jde o provozní schválení tohoto leteckého dopravce.

ČLÁNEK 4

Zdanění leteckých pohonných hmot

1. Ustanoveními odstavce 2 tohoto článku se doplňují odpovídající ustanovení článků uvedených v příloze 2 písm. d).
2. Bez ohledu na jakákoli jiná ustanovení, která jsou s tímto v rozporu, nebrání nic, co je stanoveno v dohodách uvedených v příloze 2 písm. d), členskému státu v nediskriminačním uložení daní, dávek, cel či různých poplatků na pohonné hmoty dodané na jeho území pro použití v letadle určeného leteckého dopravce ZAO Macao, který poskytuje služby mezi místem na území uvedeného členského státu a jiným místem na území uvedeného členského státu nebo na území jiného členského státu.

ČLÁNEK 5

Slučitelnost s pravidly hospodářské soutěže

1. Bez ohledu na jakákoli jiná ustanovení, která jsou s tímto v rozporu, žádné ustanovení dohod uvedených v příloze 1: i) nepožaduje nebo neupřednostňuje přijetí dohod mezi podniky, rozhodnutí sdružení podniků nebo jednání ve vzájemné shodě, které brání hospodářské soutěži nebo ji narušují; ii) nezesiluje účinek všech takových dohod, rozhodnutí či jednání ve vzájemné shodě; ani iii) nepřenáší na soukromé hospodářské subjekty odpovědnost za přijetí opatření, která brání hospodářské soutěži nebo ji narušují či omezují.
2. Ustanovení obsažená v dohodách uvedených v příloze 1, která nejsou slučitelná s odstavcem 1 tohoto článku, se nepoužijí.

ČLÁNEK 6

Přílohy dohody

Přílohy této dohody tvoří její nedílnou součást.

ČLÁNEK 7

Revize nebo změna

Strany mohou po vzájemné dohodě tuto dohodu kdykoli revidovat nebo změnit.

ČLÁNEK 8

Vstup v platnost a prozatímní uplatňování

1. Tato dohoda vstupuje v platnost, jakmile si strany vzájemně písemně oznámí, že byly dokončeny jejich příslušné vnitřní postupy nezbytné pro vstup dohody v platnost.
2. Bez ohledu na odstavec 1 se strany zavazují uplatňovat tuto dohodu prozatímně od prvního dne měsíce následujícího po dni, kdy si smluvní strany vzájemně oznámí dokončení postupů nezbytných pro tento účel.
3. Tato dohoda se použije na veškeré dohody a ujednání uvedené v příloze 1, včetně těch, které k datu podpisu této dohody ještě nevstoupily v platnost a které nejsou prozatímně uplatňovány.

ČLÁNEK 9

Ukončení

1. V případě, že dojde k ukončení platnosti některé z dohod uvedených v příloze 1, skončí současně platnost všech ustanovení této dohody, která se týkají příslušné dohody uvedené v příloze 1.

2. V případě, že dojde k ukončení platnosti všech dohod uvedených v příloze 1, skončí současně platnost této dohody.

NA DŮKAZ ČEHOŽ připojili níže podepsaní řádně zplnomocnění zástupci k této dohodě své podpisy.

Sepsáno ve dvojím vyhotovení v jazyce čínském, portugalském, anglickém, bulharském, českém, dánském, estonském, finském, francouzském, italském, litevském, lotyšském, maďarském, maltském, německém, nizozemském, polském, rumunském, řeckém, slovenském, slovinském, španělském a švédském, přičemž všechna znění mají stejnou platnost.

AFTALE
MELLEM REGERINGEN FOR FOLKEREPUBLIKKEN KINAS
SÆRLIGE ADMINISTRATIVE REGION MACAO OG
DEN EUROPÆISKE UNION
OM VISSE ASPEKTER AF LUFTRAFIK

FOLKEREPUBLIKKEN KINAS SÆRLIGE ADMINISTRATIVE REGION MACAO, i det følgende benævnt "SAR Macao", som er blevet behørigt bemyndiget til at indgå denne aftale af Folkerepublikken Kinas centrale folkeregering,

på den ene side, og

DEN EUROPÆISKE UNION, i det følgende benævnt "Unionen",

på den anden side,

i det følgende benævnt "parterne",

SOM KONSTATERER, at der er indgået bilaterale lufttrafikaftaler mellem flere af Unionens medlemsstater og SAR Macao med bestemmelser, der strider mod EU-lovgivningen,

SOM KONSTATERER, at Unionen har enekompetence med hensyn til flere aspekter, der kan være omfattet af bilaterale lufttrafikaftaler mellem EU-medlemsstater og tredjeparter,

SOM KONSTATERER, at EF-luftfartsselskaber, der er etableret i en medlemsstat, i henhold til EU-lovgivningen har ret til uden forskelsbehandling at få adgang til luftruter mellem Unionens medlemsstater og tredjeparter,

SOM HENVISER til de aftaler mellem Unionen og visse tredjeparter, der giver statsborgere i de pågældende tredjeparter mulighed for at erhverve ejendomsrettigheder i luftfartsselskaber, som der er udstedt licens til i overensstemmelse med EU-lovgivningen,

SOM ERKENDER, at de bestemmelser i de bilaterale lufttrafikaftaler mellem EU-medlemsstater og SAR Macao, som er i strid med EU-lovgivningen, skal bringes i overensstemmelse med denne lovgivning med det formål at tilvejebringe et forsvarligt retsgrundlag for lufttrafikken mellem Unionen og SAR Macao og for at sikre kontinuiteten i denne lufttrafik,

SOM KONSTATERER, at luftfartsselskaber i henhold til EU-lovgivningen principielt ikke må indgå aftaler, som kan påvirke handelen mellem EU-medlemsstater, og som tilstræber eller bevirker, at konkurrencen forhindres, begrænses eller forvrides,

SOM ERKENDER på baggrund af ovenstående, at visse bestemmelser i de bilaterale lufttrafik-aftaler mellem EU-medlemsstaterne og SAR Macao kan sætte konkurrencereglerne for virksomheder ud af spillet, nemlig bestemmelser, der: (i) kræver eller tilskynder til, at virksomheder eller sammenslutninger af virksomheder indgår aftaler, træffer beslutninger eller samordner deres praksis således, at konkurrencen mellem luftfartsselskaber på de pågældende ruter hindres, forvrides eller begrænses, eller (ii) forstærker virkningerne af en eventuel aftale, beslutning eller samordnet praksis, eller (iii) uddelegerer ansvaret for tage skridt til at hindre, forvride eller begrænse konkurrencen mellem luftfartsselskaber på de pågældende ruter til luftfartsselskaberne eller andre private erhvervsdrivende,

SOM KONSTATERER, at aftalen ikke har til formål at øge det samlede omfang af lufttrafikken mellem Unionen og SAR Macao, at påvirke balancen mellem EF-luftfartsselskaber og luftfartsselskaber fra SAR Macao eller at ændre de eksisterende bilaterale lufttrafikaftalers bestemmelser om trafikrettigheder,

ER BLEVET ENIGE OM FØLGENDE:

ARTIKEL 1

Almindelige bestemmelser

1. I denne aftale forstås ved "medlemsstater" Den Europæiske Unions medlemsstater og "EU-traktaterne" traktaten om Den Europæiske Union og traktaten om Den Europæiske Unions funktionsmåde.
2. Når der i de enkelte aftaler, der er anført i bilag 1, henvises til statsborgere i den medlemsstat, der er part i den pågældende aftale, skal dette forstås således, at der henvises til statsborgere i enhver af medlemsstaterne.
3. Når der i de enkelte aftaler, der er anført i bilag 1, henvises til luftfartsselskaber fra den medlemsstat, der er part i den pågældende aftale, skal dette forstås som en henvisning til luftfartsselskaber, som udpeges af den pågældende medlemsstat.

ARTIKEL 2

Medlemsstaters udpegning af luftfartsselskaber

1. Bestemmelserne i stk. 2 og 3 går forud for de tilsvarende bestemmelser i de artikler, der er anført i bilag 2, punkt a), henholdsvis punkt b), med hensyn til den pågældende medlemsstats udpegning af et luftfartsselskab og SAR Macaos udstedelse af godkendelser og tilladelser til luftfartsselskabet henholdsvis afvisning, tilbagekaldelse, suspendering og begrænsning af sådanne godkendelser og tilladelser.

2. Når SAR Macao modtager en udpegning fra en medlemsstat, udsteder den de relevante godkendelser og tilladelser med det mindst mulige tidsforbrug til procedurer, forudsat:

- a) at luftfartsselskabet i overensstemmelse med EU-traktaterne er etableret på den udpegende medlemsstats område og er i besiddelse af en EU-retligt gyldig licens, og
- b) at den medlemsstat, der står for udstedelsen af "Air Operator's Certificate", udøver og opretholder en effektiv myndighedskontrol med luftfartsselskabet, og at den relevante luftfartsmyndighed er entydigt identificeret i udpegningen, og
- c) at luftfartsselskabet ejes - enten direkte eller i kraft af en ejermajoritet - og kontrolleres effektivt af medlemsstater og/eller statsborgere i medlemsstater og/eller af andre stater som anført i bilag 3 og/eller statsborgere i disse stater.

3. SAR Macao kan afslå, tilbagekalde, suspendere eller begrænse godkendelserne eller tilladelserne til et luftfartsselskab, som en medlemsstat har udpeget hvis:

- a) luftfartsselskabet ikke i overensstemmelse med EU-traktaterne er etableret på den udpegende medlemsstats område eller ikke er i besiddelse af en EU-retligt gyldig licens,
- b) den medlemsstat, der står for udstedelsen af "Air Operator's Certificate", ikke udøver og opretholder en effektiv myndighedskontrol med luftfartsselskabet, eller den relevante luftfartsmyndighed ikke er entydigt identificeret i udpegningen, eller
- c) luftfartsselskabet ikke ejes - hverken direkte eller i kraft af en ejermajoritet - eller kontrolleres effektivt af medlemsstater og/eller statsborgere i medlemsstater og/eller af andre stater som anført i bilag 3 og/eller statsborgere i disse stater.

SAR Macao udøver sine rettigheder i henhold til dette stykke uden at forskelsbehandle EF-luftfartsselskaber på grundlag af nationalitet.

ARTIKEL 3

Sikkerhed

1. Stk. 2 i denne artikel supplerer de tilsvarende bestemmelser i de artikler, der er anført i bilag 2, punkt c).
2. Når en medlemsstat har udpeget et luftfartsselskab, som en anden medlemsstat udøver og opretholder myndighedskontrol med, gælder SAR Macaos rettigheder efter sikkerhedsbestemmelserne i aftalen mellem den medlemsstat, der har udpeget luftfartsselskabet, og SAR Macao også for den pågældende anden medlemsstats vedtagelse, gennemførelse og opretholdelse af sikkerhedskrav og for det pågældende luftfartsselskabs driftstilladelse.

ARTIKEL 4

Beskatning af flybrændstof

1. Stk. 2 i denne artikel supplerer de tilsvarende bestemmelser i de artikler, der er anført i bilag 2, punkt d).
2. Uanset eventuelle andre bestemmelser om det modsatte er intet i de aftaler, der er anført i bilag 2, punkt d), til denne aftale, til hinder for, at medlemsstaterne uden forskelsbehandling kan opkræve enhver form for skatter, afgifter eller gebyrer på brændstof, der på deres område leveres til brug i et luftfartøj, der tilhører et luftfartsselskab udpeget af SAR Macao, og som beflyver en rute mellem et punkt på den pågældende medlemsstats område og et andet punkt på denne eller en anden medlemsstats område.

ARTIKEL 5

Forenelighed med konkurrencereglerne

1. Uanset eventuelle andre bestemmelser om det modsatte må intet i de i bilag 1 anførte aftaler: i) kræve eller tilskynde til, at virksomheder eller sammenslutninger af virksomheder indgår aftaler, træffer beslutninger eller samordner deres praksis således, at konkurrencen hindres eller forvrides, ii) forstærke virkningerne af en eventuel aftale, beslutning eller samordnet praksis, eller iii) uddelegere ansvaret for tage skridt til at hindre, forvride eller begrænse konkurrencen til private erhvervsdrivende.
2. Bestemmelserne i de i bilag 1 opførte aftaler anvendes ikke, hvis de er i modstrid med denne artikels stk. 1.

ARTIKEL 6

Bilag til aftalen

Bilagene til denne aftale udgør en integrerende del af aftalen.

ARTIKEL 7

Revision eller ændring

Parterne kan efter fælles overenskomst til enhver tid revidere eller ændre denne aftale.

ARTIKEL 8

Ikrafttræden og midlertidig anvendelse

1. Denne aftale træder i kraft, når parterne skriftligt har meddelt hinanden, at de har afsluttet de interne procedurer, som er nødvendige for, at aftalen kan træde i kraft.
2. Uanset stk. 1 er parterne enige om at anvende aftalen midlertidigt fra den første dag i måneden efter den dato, hvor parterne meddeler hinanden, at de nødvendige procedurer i denne henseende er afsluttet.
3. Denne aftale finder anvendelse på alle aftaler og arrangementer, der er anført i bilag 1, herunder også de aftaler og andre arrangementer, som endnu ikke er trådt i kraft og ikke finder midlertidig anvendelse på datoen for denne aftales undertegnelse.

ARTIKEL 9

Aftalens ophør

1. Hvis en aftale, der er anført i bilag 1, ophører, ophører samtidig alle nærværende aftales bestemmelser vedrørende den pågældende aftale.
2. Hvis alle de aftaler, der er anført i bilag 1, ophører, ophører nærværende aftale samtidig.

TIL BEKRÆFTELSE HERAF har undertegnede befuldmægtigede underskrevet denne aftale.

Udfærdiget i to eksemplarer på kinesisk, portugisisk, bulgarsk, dansk, engelsk, estisk, finsk, fransk, græsk, italiensk, lettisk, litauisk, nederlandsk, polsk, rumænsk, slovakisk, slovensk, spansk, svensk, tjekkisk, tysk og ungarsk, idet hver af disse tekster har samme gyldighed.

ABKOMMEN
ZWISCHEN DER REGIERUNG DER SONDERVERWALTUNGSREGION MACAU
DER VOLKSREPUBLIK CHINA UND
DER EUROPÄISCHEN UNION
ÜBER BESTIMMTE ASPEKTE VON LUFTVERKEHRSDIENSTEN

DIE REGIERUNG DER SONDERVERWALTUNGSREGION MACAU DER VOLKSREPUBLIK CHINA, nachstehend "SVR Macau", von der Zentralen Volksregierung der Volksrepublik China ordnungsgemäß zum Abschluss dieses Abkommens ermächtigt,

einerseits und

DIE EUROPÄISCHE UNION, nachstehend "die Union",

andererseits

nachstehend "die Parteien" —

IN ANBETRACHT DESSEN, dass zwischen mehreren Mitgliedstaaten der Union und der SVR Macau bilaterale Luftverkehrsabkommen geschlossen wurden, die gegen Unionsrecht verstoßende Bestimmungen enthalten,

ANGESICHTS der ausschließlichen Zuständigkeit der Union für bestimmte Aspekte, die Gegenstand bilateraler Luftverkehrsabkommen zwischen Mitgliedstaaten der Union und Dritten sein können,

IN ANBETRACHT DES UMSTANDS, dass die in einem Mitgliedstaat niedergelassenen Luftfahrtunternehmen der Gemeinschaft nach Unionsrecht Anspruch auf diskriminierungsfreien Zugang zu den Strecken zwischen Mitgliedstaaten der Union und dritten Parteien haben,

GESTÜTZT AUF die Abkommen zwischen der Union und einigen dritten Parteien, nach denen Angehörige dieser dritten Parteien Eigentum an den nach Unionsrecht zugelassenen Luftfahrtunternehmen erwerben können,

IN DER ERKENNTNIS, dass einige dem Unionsrecht widersprechende Bestimmungen der bilateralen Luftverkehrsabkommen zwischen Mitgliedstaaten der Union und der SVR Macau mit dem Unionsrecht in Einklang zu bringen sind, um eine solide Rechtsgrundlage für die Luftverkehrsdienste zwischen der Union und der SVR Macau zu schaffen und die Kontinuität dieser Luftverkehrsdienste zu erhalten,

IN ANBETRACHT DES UMSTANDS, dass die Luftfahrtunternehmen nach Unionsrecht grundsätzlich keine Vereinbarungen treffen dürfen, die den Handel zwischen Mitgliedstaaten der Union beeinträchtigen könnten und eine Verhinderung, Einschränkung oder Verfälschung des Wettbewerbs bezwecken oder bewirken,

IN DER ERKENNTNIS, dass Bestimmungen in bilateralen Luftverkehrsabkommen zwischen Mitgliedstaaten der Union und der SVR Macau, die: i) den Wettbewerb zwischen Luftfahrtunternehmen auf den betreffenden Strecken verhindernde, verzerrende oder einschränkende Vereinbarungen zwischen Unternehmen, Beschlüsse von Unternehmensvereinigungen oder aufeinander abgestimmte Verhaltensweisen vorschreiben oder erleichtern, oder ii) die Auswirkungen solcher Vereinbarungen, Beschlüsse oder aufeinander abgestimmter Verhaltensweisen verstärken, oder iii) Luftfahrtunternehmen oder anderen privaten Wirtschaftsteilnehmern die Zuständigkeit übertragen, den Wettbewerb zwischen Luftfahrtunternehmen auf den betreffenden Strecken verhindernde, verzerrende oder einschränkende Maßnahmen zu ergreifen, die praktische Wirksamkeit der für die Unternehmen geltenden Wettbewerbsregeln aufheben können,

UNTER HINWEIS DARAUF, dass es nicht Zweck dieses Abkommens ist, das Gesamtvolumen des Luftverkehrs zwischen der Union und der SVR Macau zu vergrößern, das Gleichgewicht zwischen den Luftfahrtunternehmen der Gemeinschaft und den Luftfahrtunternehmen der SVR Macau zu beeinflussen oder verkehrsrechtliche Bestimmungen in den bestehenden bilateralen Luftverkehrsabkommen zu ändern —

SIND WIE FOLGT ÜBEREINGEKOMMEN:

ARTIKEL 1

Allgemeine Bestimmungen

- (1) Für die Zwecke dieses Abkommens bezeichnet der Ausdruck „Mitgliedstaaten“ die Mitgliedstaaten der Europäischen Union und der Ausdruck „EU-Verträge“ den Vertrag über die Europäische Union und den Vertrag über die Arbeitsweise der Europäischen Union.
- (2) Die Bezugnahmen in den in Anhang 1 genannten Abkommen auf Staatsangehörige des Mitgliedstaats, der Vertragspartei des betreffenden Abkommens gelten als Bezugnahmen auf die Staatsangehörigen aller Mitgliedstaaten.
- (3) Die Bezugnahmen in den in Anhang 1 genannten Abkommen auf Luftfahrtunternehmen des Mitgliedstaats, der Vertragspartei des betreffenden Abkommens ist, gelten als Bezugnahmen auf die von dem betreffenden Mitgliedstaat benannten Luftfahrtunternehmen.

ARTIKEL 2

Benennung durch einen Mitgliedstaat

- (1) Die Bestimmungen der Absätze 2 und 3 dieses Artikels gehen den entsprechenden Bestimmungen der in Anhang 2 Buchstaben a und b genannten Artikel in Bezug auf die Benennung von Luftfahrtunternehmen durch den jeweiligen Mitgliedstaat, die ihnen von der SVR Macau erteilten Genehmigungen und Erlaubnisse sowie die Vorenthaltung, den Widerruf, die Aussetzung oder Einschränkung dieser Genehmigungen und Erlaubnisse vor.

(2) Benennt ein Mitgliedstaat ein Luftfahrtunternehmen, so erteilt die SVR Macau die entsprechenden Genehmigungen und Erlaubnisse innerhalb kürzestmöglicher Verfahrensfristen, sofern

- a) das Luftfahrtunternehmen gemäß den EU-Verträgen im Hoheitsgebiet des benennenden Mitgliedstaats niedergelassen ist und über eine gültige Betriebsgenehmigung nach Unionsrecht verfügt und
- b) der für die Ausstellung des Luftverkehrsbetreiberzeugnisses zuständige Mitgliedstaat eine wirksame gesetzliche Kontrolle über das Luftfahrtunternehmen ausübt und diese aufrechterhält und die zuständige Luftfahrtbehörde in der Benennung eindeutig angegeben ist und
- c) das Luftfahrtunternehmen sich unmittelbar oder über Mehrheitsbeteiligung im Eigentum von Mitgliedstaaten und/oder deren Staatsangehörigen oder von anderen in Anhang 3 aufgeführten Staaten und/oder deren Staatsangehörigen befindet und von diesen tatsächlich kontrolliert wird.

(3) SVR Macau kann Genehmigungen oder Erlaubnisse für ein von einem Mitgliedstaat benanntes Luftfahrtunternehmen vorenthalten, widerrufen, aussetzen oder einschränken, sofern

- a) das Luftfahrtunternehmen nicht gemäß den EU-Verträgen im Hoheitsgebiet des benennenden Mitgliedstaats niedergelassen ist und nicht über eine gültige Betriebsgenehmigung nach Unionsrecht verfügt oder

- b) der für die Ausstellung des Luftverkehrsbetreiberzeugnisses zuständige Mitgliedstaat keine wirksame gesetzliche Kontrolle über das Luftfahrtunternehmen ausübt und aufrechterhält oder die zuständige Luftfahrtbehörde in der Benennung nicht eindeutig angegeben ist oder
- c) das Luftfahrtunternehmen sich nicht unmittelbar oder über Mehrheitsbeteiligung im Eigentum von Mitgliedstaaten und/oder deren Staatsangehörigen und/oder von anderen in Anhang 3 aufgeführten Staaten und/oder deren Staatsangehörigen befindet oder von diesen nicht tatsächlich kontrolliert wird.

Die SVR Macau übt ihre sich aus diesem Absatz ergebenden Rechte aus, ohne die Luftfahrtunternehmen der Gemeinschaft aus Gründen der Staatszugehörigkeit zu diskriminieren.

ARTIKEL 3

Sicherheit

- (1) Die Bestimmungen in Absatz 2 dieses Artikels ergänzen die entsprechenden Bestimmungen der in Anhang 2 Buchstabe c genannten Artikel.
- (2) Benennt ein Mitgliedstaat ein Luftfahrtunternehmen, für das ein anderer Mitgliedstaat die Regulierungsaufsicht ausübt und aufrechterhält, so erstrecken sich die Rechte, die die SVR Macau aufgrund der Sicherheitsbestimmungen des zwischen ihr und dem benennenden Mitgliedstaat geschlossenen Abkommens genießt, auch auf die Sicherheitsvorschriften, die der andere Mitgliedstaat beschließt, ausübt und aufrechterhält, sowie auf die Betriebsgenehmigung des Luftfahrtunternehmens.

ARTIKEL 4

Besteuerung von Flugkraftstoff

(1) Die Bestimmungen in Absatz 2 dieses Artikels ergänzen die entsprechenden Bestimmungen der in Anhang 2 Buchstabe d genannten Artikel.

(2) Ungeachtet anders lautender Bestimmungen hindern die in Anhang 2 Buchstabe d genannten Abkommen die Mitgliedstaaten nicht daran, nach dem Grundsatz der Gleichbehandlung Steuern, Zölle oder sonstige Abgaben auf den Kraftstoff zu erheben, der in ihrem Hoheitsgebiet von einem Luftfahrzeug eines von der SVR Macau benannten Luftfahrtunternehmens an Bord genommen und auf Flügen innerhalb des Mitgliedstaats oder in einen anderen Mitgliedstaat verwendet wird.

ARTIKEL 5

Vereinbarkeit mit dem Wettbewerbsrecht

(1) Ungeachtet anders lautender Bestimmungen enthalten die in Anhang 1 genannten Abkommen keine Bestimmungen, die: i) den Wettbewerb verhindernde oder verzerrende Vereinbarungen zwischen Unternehmen, Beschlüsse von Unternehmensvereinigungen oder aufeinander abgestimmte Verhaltensweisen erfordern oder erleichtern, ii) die Auswirkungen solcher Vereinbarungen, Beschlüsse oder aufeinander abgestimmter Verhaltensweisen verstärken, oder iii) privaten Wirtschaftsteilnehmern die Zuständigkeit übertragen, den Wettbewerb verhindernde, verzerrende oder einschränkende Maßnahmen zu ergreifen.

- (2) Die in den in Anhang 1 aufgeführten Abkommen enthaltenen Bestimmungen, die mit Absatz 1 unvereinbar sind, finden keine Anwendung.

ARTIKEL 6

Anhänge des Abkommens

Die Anhänge dieses Abkommens sind Bestandteil des Abkommens.

ARTIKEL 7

Überarbeitung oder Änderung

Die Parteien können dieses Abkommen jederzeit im gegenseitigen Einvernehmen überarbeiten oder ändern.

ARTIKEL 8

Inkrafttreten und vorläufige Anwendung

- (1) Dieses Abkommen tritt in Kraft, wenn die Parteien einander schriftlich notifiziert haben, dass ihre jeweiligen für das Inkrafttreten erforderlichen internen Verfahren abgeschlossen sind.
- (2) Unbeschadet des Absatzes 1 vereinbaren die Parteien, dieses Abkommen ab dem ersten Tag des Monats vorläufig anzuwenden, der auf den Tag folgt, an dem die Parteien einander den Abschluss der hierfür erforderlichen Verfahren notifiziert haben.
- (3) Dieses Abkommen findet auf alle in Anhang 1 aufgeführten Abkommen und Vereinbarungen Anwendung, einschließlich derer, die am Tag der Unterzeichnung dieses Abkommens noch nicht in Kraft getreten sind und nicht vorläufig angewendet werden.

ARTIKEL 9

Beendigung

(1) Bei Beendigung eines der in Anhang 1 aufgeführten Abkommen treten automatisch sämtliche sich auf jenes Abkommen beziehenden Bestimmungen des vorliegenden Abkommens außer Kraft.

(2) Bei Beendigung aller in Anhang 1 aufgeführten Abkommen tritt auch das vorliegende Abkommen außer Kraft.

ZU URKUND DESSEN haben die hierzu gehörig befugten Unterzeichneten dieses Abkommen unterzeichnet.

Unterzeichnet in zwei Urschriften in chinesischer, portugiesischer, bulgarischer, dänischer, deutscher, englischer, estnischer, finnischer, französischer, griechischer, italienischer, lettischer, litauischer, maltesischer, niederländischer, polnischer, rumänischer, schwedischer, slowakischer, slowenischer, spanischer, tschechischer und ungarischer Sprache, wobei jeder Wortlaut gleichermaßen verbindlich ist.

HIINA RAHVAVABARIIGI MACAU
ERIHALDUSPIIRKONNA VALITSUSE JA EUROOPA LIIDU
VAHELINE TEATAVAID LENNUNDUSKÜSIMUSI KÄSITLEV
LEPING

HIINA RAHVAVABARIIGI MACAU ERIHALDUSPIIRKONNA VALITSUS (edaspidi „Macau”), kellele Hiina Rahvavabariigi keskvalitsus on andnud nõuetekohased volitused käesoleva lepingu sõlmimiseks,

ühelt poolt ja

EUROOPA LIIT (edaspidi „liit”)

teiselt poolt

(edaspidi „lepinguosaliselised”),

MÄRKIDES, et liidu mitme liikmesriigi ning Macau vahel on sõlmitud kahepoolsete lennunduslepingud, mis sisaldavad liidu õigusega vastuolus olevaid sätteid,

MÄRKIDES, et liidul on ainupädevus mitmes küsimuses, mis võivad sisalduda liidu liikmesriikide ja kolmandate osaliste vahelistes kahepoolsetes lennunduslepingutes,

MÄRKIDES, et liidu õiguse alusel on liikmesriigis asutatud ühenduse lennuettevõtjatel õigus võrdsele juurdepääsule Euroopa Liidu liikmesriikide ja kolmandate osaliste vahelistele lennuliinidele,

VÕTTES ARVESSE liidu ja teatavate kolmandate osaliste vahelisi lepinguid, millega kõnealuste kolmandate osaliste kodanikele nähakse ette võimalus omandada osalus lennuettevõtjates, kellele on antud tegevusluba vastavalt liidu õigusele,

TÕDEDES, et liidu liikmesriikide ja Macau vaheliste kahepoolsete lennunduslepingute teatavad sätted, mis on vastuolus liidu õigusega, tuleb viia selle õigusega vastavusse, et luua liidu ja Macau vahelistele lennuteenustele kindel õiguslik alus ning tagada kõnealuste lennuteenuste säilimine,

MÄRKIDES, et liidu õiguse alusel ei tohi lennuettevõtjad põhimõtteliselt sõlmida lepinguid, mis võivad mõjutada liidu liikmesriikide vahelist kaubandust ning mille eesmärk või tagajärg on konkurentsi takistamine, piiramine või moonutamine,

TÕDEDES, et liidu liikmesriikide ja Macau vahel sõlmitud kahepoolsete lennunduslepingute sätteid, millega i) nõutakse või soodustatakse selliste ettevõtjatevaheliste lepingute või ettevõtjate ühenduste otsuste vastuvõtmist või sellist kooskõlastatud tegevust, millega takistatakse, moonutatakse või piiratakse lennuettevõtjatevahelist konkurentsi asjaomastel lennuliinidel, või ii) tugevdatakse sellise lepingu, otsuse või kooskõlastatud tegevuse mõju või iii) delegeeritakse lennuettevõtjatele või muudele eraettevõtjatele vastutus selliste meetmete võtmise eest, millega takistatakse, moonutatakse või piiratakse lennuettevõtjate vahelist konkurentsi asjaomastel lennuliinidel, võivad muuta ettevõtjate suhtes kohaldatavad konkurentsieeskirjad ebatõhusaks,

MÄRKIDES, et käesoleva lepingu eesmärk ei ole liidu ja Macau vahelise lennuliikluse kogumahu suurendamine, ühenduse lennuettevõtjate ja Macau lennuettevõtjate vahelise tasakaalu mõjutamine ega olemasolevate kahepoolsete lennunduslepingute liiklusõigusi käsitlevate sätete muutmine,

ON KOKKU LEPPINUD JÄRGMISES:

ARTIKKEL 1

Üldsätted

1. Käesolevas lepingus tähendab mõiste „liikmesriigid” Euroopa Liidu liikmesriike ning mõiste „Euroopa Liidu aluslepingud” Euroopa Liidu lepingut ja Euroopa Liidu toimimise lepingut.
2. Viiteid 1. lisa loetletud lepingute osaliseks oleva liikmesriigi kodanikele tõlgendatakse viidetena liikmesriikide kodanikele.
3. Viiteid 1. lisa loetletud lepingute osaliseks oleva liikmesriigi lennuettevõtjatele või lennuliinidele tõlgendatakse viidetena asjaomase liikmesriigi määratud lennuettevõtjatele või lennuliinidele.

ARTIKKEL 2

Liikmesriigipoolne määramine

1. Käesoleva artikli lõikega 2 asendatakse 2. lisa punktis a loetletud artiklite vastavad sätted seoses lennuettevõtja määramisega kõnealuse liikmesriigi poolt ning sellele Macau poolt tegevus- ja muude lubade andmisega ning lõikega 3 asendatakse 2. lisa punktis b loetletud artiklite vastavad sätted seoses lennuettevõtjatele tegevus- ja muude lubade andmisest keeldumise, nende tühistamise, peatamise või piiramisega.

2. Kui liikmesriik on lennuettevõtja määranud, annab Macau lennuettevõtjale minimaalse protseduurilise viivitusega asjakohased tegevus- ja muud load, eeldusel et:
 - a) lennuettevõtja on asutatud määrava liikmesriigi territooriumil kooskõlas ELi aluslepingutega ning tal on kehtiv lennutegevusluba kooskõlas liidu õigusega ning
 - b) lennuettevõtja on lennuettevõtja sertifikaadi välja andnud liikmesriigi tõhusa ja jätkuva reguleeriva kontrolli all ning asjaomane lennundusamet on määramisel selgelt nimetatud ning
 - c) lennuettevõtja on otse või enamusosaluse kaudu liikmesriikide ja/või liikmesriikide kodanike ja/või 3. lisas loetletud muude riikide ja/või nende muude riikide kodanike omandis ning nende tõhusa kontrolli all.

3. Macau võib liikmesriigi määratud lennuettevõtjale tegevus- või muude lubade andmisest keelduda, neid tühistada, peatada või piirata, kui:
 - a) lennuettevõtja ei ole asutatud määrava liikmesriigi territooriumil kooskõlas Euroopa Liidu aluslepingutega või tal puudub liidu õigusega kooskõlas olev kehtiv lennutegevusluba;
 - b) lennuettevõtja ei ole lennuettevõtja sertifikaadi välja andnud liikmesriigi tõhusa ja jätkuva reguleeriva kontrolli all või asjaomane lennundusamet ei ole määramisel selgelt nimetatud; või
 - c) lennuettevõtja ei ole otse või enamusaktsiate kaudu liikmesriikide ja/või liikmesriikide kodanike või teiste 3. lisas loetletud riikide ja/või teiste riikide kodanike omandis või nende tõhusa kontrolli all.

Käesolevast lõikest tulenevat õigust kasutades ei diskrimineeri Macau ühenduse lennuettevõtjaid kodakondsuse põhjal.

ARTIKKEL 3

Ohutus

1. Käesoleva artikli lõikega 2 täiendatakse 2. lisa punktis c loetletud artiklite vastavaid sätteid.
2. Kui liikmesriik on määranud lennuettevõtja, mis on teise liikmesriigi reguleeriva kontrolli all, kohaldatakse Macau õigusi, mis tulenevad lennuettevõtja määratud liikmesriigi ja Macau vahelise lepingu ohutusalastest sätetest, selle teise liikmesriigi ohutusnõuete vastuvõtmise, täitmise või säilitamise ning lennuettevõtjale tegevusloa andmise suhtes.

ARTIKKEL 4

Lennukikütuse maksustamine

1. Käesoleva artikli lõikega 2 täiendatakse 2. lisa punktis d loetletud artiklite vastavaid sätteid.
2. Olenemata muudest vastupidistest sätetest ei takista 2. lisa punktis d loetletud lepingutes sätestatu liikmesriiki kehtestamast mittediskrimineerivaid makse, lõive, tollimakse ega tasusid kütuse suhtes, mida tarnitakse tema territooriumil kasutamiseks Macau määratud lennuettevõtja õhusõidukis, mis peab lennuühendust kõnealuse liikmesriigi teatava punkti ja selle liikmesriigi või mõne muu liikmesriigi territooriumil asuva muu punkti vahel.

ARTIKKEL 5

Vastavus konkurentsieeskirjadele

1. Olenemata mis tahes vastupidistest sätetest ei lubata 1. lisan loetletud lepingutes sätestatuga i) nõuda või soodustada selliste ettevõtjatevaheliste lepingute või ettevõtjate ühenduste otsuste vastuvõtmist või sellist kooskõlastatud tegevust, millega takistatakse, moonutatakse või piiratakse konkurentsi; ii) tugevdada sellise lepingu, otsuse või kooskõlastatud tegevuse mõju; või iii) delegeerida eraettevõtjatele vastutust selliste meetmete võtmise eest, millega takistatakse, moonutatakse või piiratakse konkurentsi.
2. Ei kohaldata 1. lisan loetletud lepingute sätteid, mis on vastuolus käesoleva artikli lõikega 1.

ARTIKKEL 6

Lepingu lisad

Käesoleva lepingu lisad on selle lahutamatu osa.

ARTIKKEL 7

Läbivaatamine või muutmine

Lepinguosalised võivad igal ajal vastastikusel kokkuleppel käesoleva lepingu läbi vaadata või seda muuta.

ARTIKKEL 8

Jõustumine ja ajutine kohaldamine

1. Käesolev leping jõustub pärast seda, kui lepinguosalisel on teineteisele kirjalikult teatanud, et nad on lõpule viinud lepingu jõustamiseks vajalikud riigisisemed menetlused.
2. Olenemata lõikest 1 nõustuvad lepinguosalisel käesolevat lepingut ajutiselt kohaldama alates järgmise kuu esimesest päevast pärast seda, kui lepinguosalisel on teatanud teineteisele lepingu jõustamiseks vajalike menetluste lõpuleviimisest.
3. Käesolevat lepingut kohaldatakse kõigi 1. lisas loetletud lepingute ja kokkulepete suhtes, sh nende lepingute ja kokkulepete suhtes, mis ei ole käesoleva lepingu allkirjastamise kuupäevaks jõustunud ning mida ei kohaldata ajutiselt.

ARTIKKEL 9

Lepingu lõpetamine

1. Kui 1. lisas loetletud lepingud lõpetatakse, lõpetatakse samal ajal ka kõik need käesoleva lepingu sätteid, mis on seotud asjaomaste 1. lisas loetletud lepingutega.
2. Kui kõik 1. lisas loetletud lepingud lõpetatakse, lõpetatakse samal ajal ka käesolev leping.

SELLE KINNITUSEKS on nõuetekohaselt volitatud isikud käesolevale lepingule allakirjutanud.

Koostatud kahes eksemplaris hiina keeles, portugali, bulgaaria, eesti, hispaania, hollandi, inglise, itaalia, kreeka, leedu, läti, malta, poola, prantsuse, rootsi, rumeenia, saksa, slovaki, sloveeni, soome, taani, tšehhi ja ungari, kusjuures kõik tekstid on võrdselt autentset.

ΣΥΜΦΩΝΙΑ

ΜΕΤΑΞΥ ΤΗΣ ΚΥΒΕΡΝΗΣΗΣ ΤΗΣ ΕΙΔΙΚΗΣ ΔΙΟΙΚΗΤΙΚΗΣ ΠΕΡΙΟΧΗΣ ΜΑΚΑΟ
ΤΗΣ ΛΑΪΚΗΣ ΔΗΜΟΚΡΑΤΙΑΣ ΤΗΣ ΚΙΝΑΣ ΚΑΙ ΤΗΣ ΕΥΡΩΠΑΪΚΗΣ ΈΝΩΣΗΣ
ΣΧΕΤΙΚΑ ΜΕ ΟΡΙΣΜΕΝΕΣ ΠΤΥΧΕΣ ΤΩΝ ΑΕΡΟΠΟΡΙΚΩΝ ΜΕΤΑΦΟΡΩΝ

Η ΚΥΒΕΡΝΗΣΗ ΤΗΣ ΕΙΔΙΚΗΣ ΔΙΟΙΚΗΤΙΚΗΣ ΠΕΡΙΟΧΗΣ ΜΑΚΑΟ ΤΗΣ ΛΑΪΚΗΣ ΔΗΜΟΚΡΑΤΙΑΣ ΤΗΣ ΚΙΝΑΣ (εφεξής «ΕΔΠ Μακάο»), η οποία έχει εξουσιοδοτηθεί δεόντως από την κεντρική κυβέρνηση της Λαϊκής Δημοκρατίας της Κίνας να συνάψει την παρούσα συμφωνία,

αφενός, και

Η ΕΥΡΩΠΑΪΚΗ ΈΝΩΣΗ, εφεξής «η Ένωση»,

αφετέρου,

(εφεξής «τα συμβαλλόμενα μέρη»)

ΕΠΙΣΗΜΑΙΝΟΝΤΑΣ ότι έχουν συναφθεί διμερείς συμφωνίες αεροπορικών υπηρεσιών μεταξύ αρκετών κρατών μελών της Ένωσης και της ΕΔΠ Μακάο, οι οποίες περιέχουν διατάξεις αντίθετες προς το δίκαιο της Ένωσης,

ΕΠΙΣΗΜΑΙΝΟΝΤΑΣ ότι η Ένωση έχει αποκλειστική αρμοδιότητα επί διάφορων πτυχών οι οποίες είναι δυνατόν να συμπεριληφθούν σε διμερείς συμφωνίες αεροπορικών μεταφορών μεταξύ κρατών μελών της Ένωσης και τρίτων μερών,

ΕΠΙΣΗΜΑΙΝΟΝΤΑΣ ότι, βάσει του δικαίου της Ένωσης, οι κοινοτικοί αερομεταφορείς που είναι εγκατεστημένοι σε κράτος μέλος έχουν δικαίωμα ισότιμης πρόσβασης στις αεροπορικές γραμμές μεταξύ των κρατών μελών της Ένωσης και τρίτων μερών,

ΕΧΟΝΤΑΣ ΥΠΟΨΗ τις συμφωνίες μεταξύ της Ένωσης και ορισμένων τρίτων μερών, οι οποίες προβλέπουν τη δυνατότητα των υπηκόων των εν λόγω τρίτων μερών να αποκτούν την κυριότητα αερομεταφορέων που έχουν λάβει άδεια εκμετάλλευσης σύμφωνα με το δίκαιο της Ένωσης,

ΑΝΑΓΝΩΡΙΖΟΝΤΑΣ ότι ορισμένες διατάξεις των διμερών συμφωνιών αεροπορικών μεταφορών μεταξύ κρατών μελών της Ένωσης και της ΕΔΠ Μακάο, οι οποίες είναι αντίθετες προς το δίκαιο της Ένωσης, πρέπει να εναρμονισθούν με αυτό, ώστε να δημιουργηθεί μια σταθερή νομική βάση για τις αεροπορικές μεταφορές μεταξύ της Ένωσης και της ΕΔΠ Μακάο και να διαφυλαχθεί η συνέχεια των εν λόγω αεροπορικών μεταφορών,

ΕΠΙΣΗΜΑΙΝΟΝΤΑΣ ότι, με βάση το δίκαιο της Ένωσης, οι αερομεταφορείς της Ένωσης δεν μπορούν, καταρχήν, να συνάπτουν συμφωνίες οι οποίες ενδέχεται να θίγουν τις εμπορικές συναλλαγές μεταξύ των κρατών μελών της Ένωσης και οι οποίες έχουν ως αντικείμενο ή αποτέλεσμα την παρακώλυση, τον περιορισμό ή τη στρέβλωση του ανταγωνισμού,

ΑΝΑΓΝΩΡΙΖΟΝΤΑΣ ότι διατάξεις των διμερών συμφωνιών αεροπορικών μεταφορών που έχουν συναφθεί μεταξύ κρατών μελών της Ένωσης και της ΕΔΠ Μακάο, οι οποίες i) απαιτούν ή ευνοούν την έγκριση συμφωνιών μεταξύ επιχειρήσεων, αποφάσεων από ενώσεις επιχειρήσεων ή εναρμονισμένων πρακτικών που παρακωλύουν, νοθεύουν ή περιορίζουν τον ανταγωνισμό μεταξύ αερομεταφορέων σε συγκεκριμένα δρομολόγια, ή ii) ενισχύουν τις επιπτώσεις τέτοιων συμφωνιών, αποφάσεων ή εναρμονισμένων πρακτικών, ή iii) αναθέτουν σε αερομεταφορείς ή άλλους ιδιωτικούς οικονομικούς παράγοντες την αρμοδιότητα λήψης μέτρων, τα οποία εμποδίζουν, νοθεύουν ή περιορίζουν τον ανταγωνισμό μεταξύ αερομεταφορέων σε συγκεκριμένες γραμμές, μπορούν να καταστήσουν αναποτελεσματικούς τους εφαρμοστέους κανόνες ανταγωνισμού μεταξύ επιχειρήσεων.

ΕΠΙΣΗΜΑΙΝΟΝΤΑΣ ότι σκοπός της παρούσας συμφωνίας δεν είναι να αυξηθεί ο συνολικός όγκος της αεροπορικής κίνησης μεταξύ της Ένωσης και της ΕΔΠ Μακάο, να θιγεί η ισορροπία μεταξύ κοινοτικών αερομεταφορέων και αερομεταφορέων της ΕΔΠ Μακάο, ή να γίνει διαπραγμάτευση των διατάξεων των υφιστάμενων διμερών συμφωνιών για τα δικαιώματα μεταφοράς,

ΣΥΜΦΩΝΗΣΑΝ ΣΤΑ ΑΚΟΛΟΥΘΑ:

ΑΡΘΡΟ 1

Γενικές διατάξεις

1. Για τους σκοπούς της παρούσας συμφωνίας, ως «κράτη μέλη» νοούνται τα κράτη μέλη της Ευρωπαϊκής Ένωσης και ως «συνθήκες της ΕΕ» η συνθήκη για την Ευρωπαϊκή Ένωση και η συνθήκη για τη λειτουργία της Ευρωπαϊκής Ένωσης.
2. Σε κάθε συμφωνία που παρατίθεται στο παράρτημα 1, οι αναφορές σε υπηκόους κράτους μέλους που είναι μέρος της συμφωνίας αυτής νοούνται ως αναφορές σε υπηκόους των κρατών μελών.
3. Σε κάθε συμφωνία που παρατίθεται στο παράρτημα 1, οι αναφορές σε αερομεταφορείς ή αεροπορικές εταιρείες κράτους μέλους συμβαλλόμενου μέρους της συμφωνίας αυτής νοούνται ως αναφορές σε αερομεταφορείς ή αεροπορικές εταιρείες που έχει καθορίσει το συγκεκριμένο κράτος μέλος.

ΑΡΘΡΟ 2

Καθορισμός αερομεταφορέα από κράτος μέλος

1. Οι διατάξεις των παραγράφων 2 και 3 του παρόντος άρθρου αντικαθιστούν τις σχετικές διατάξεις των άρθρων που παρατίθενται αντιστοίχως στα σημεία α) και β) του Παραρτήματος 2, σε ό,τι αφορά τον καθορισμό αερομεταφορέα από το αντίστοιχο κράτος μέλος, τις άδειες εκμετάλλευσης και τις άδειες τεχνικής φύσεως που του χορηγεί η ΕΔΠ Μακάο, και σε ό,τι αφορά την απόρριψη, την ανάκληση, την αναστολή ή τον περιορισμό των αδειών εκμετάλλευσης ή των αδειών τεχνικής φύσεως του αερομεταφορέα, αντιστοίχως.

2. Όταν γνωστοποιείται από κράτος μέλος καθορισμός αερομεταφορέα, η ΕΔΠ Μακάο χορηγεί τις κατάλληλες άδειες εκμετάλλευσης και άδειες τεχνικής φύσεως, με την ελάχιστη διαδικαστική καθυστέρηση, υπό τον όρο ότι:

- α) ο αερομεταφορέας είναι εγκατεστημένος, με βάση τις συνθήκες ΕΕ, στο έδαφος του κράτους μέλους που τον έχει καθορίσει και είναι κάτοχος έγκυρης άδειας εκμετάλλευσης σύμφωνα με το δίκαιο της Ένωσης· και
- β) το κράτος μέλος που είναι υπεύθυνο για την έκδοση του πιστοποιητικού αερομεταφορέα ασκεί και διατηρεί τον ουσιαστικό ρυθμιστικό έλεγχο του αερομεταφορέα και στην πράξη καθορισμού προσδιορίζεται με σαφήνεια η αρμόδια αεροναυτική αρχή· και
- γ) ο αερομεταφορέας τελεί υπό την κυριότητα, είτε άμεσα είτε μέσω πλειοψηφικής συμμετοχής, και υπό τον ουσιαστικό έλεγχο κρατών μελών ή/και υπηκόων κρατών μελών, ή/και τρίτων χωρών αναφερόμενων στο παράρτημα 3 ή/και υπηκόων των συγκεκριμένων άλλων χωρών.

3. Η ΕΔΠ Μακάο δύναται να απορρίψει, να ανακαλέσει, να αναστείλει ή να περιορίσει τις άδειες εκμετάλλευσης ή τις άδειες τεχνικής φύσεως ενός αερομεταφορέα καθορισμένου από κράτος μέλος, εφόσον:

- α) ο αερομεταφορέας δεν είναι εγκατεστημένος, με βάση τις συνθήκες ΕΕ, στην επικράτεια του κράτους μέλους που τον έχει καθορίσει ή δεν είναι κάτοχος έγκυρης άδειας εκμετάλλευσης σύμφωνα με το δίκαιο της Ένωσης·
- β) ο ουσιαστικός ρυθμιστικός έλεγχος του αερομεταφορέα δεν ασκείται ή δεν διατηρείται από το κράτος μέλος που είναι αρμόδιο για την έκδοση του αντίστοιχου πιστοποιητικού αερομεταφορέα, ή στην πράξη καθορισμού του αερομεταφορέα δεν προσδιορίζεται με σαφήνεια η αρμόδια αεροναυτική αρχή· ή

- γ) ο αερομεταφορέας δεν τελεί υπό την κυριότητα, είτε άμεσα είτε μέσω πλειοψηφικής συμμετοχής, ή υπό τον πραγματικό έλεγχο κρατών μελών ή/και υπηκόων κρατών μελών, ή/και άλλων κρατών αναφερόμενων στο παράρτημα 3 ή/και υπηκόων των συγκεκριμένων άλλων χωρών.

Κατά την άσκηση των δικαιωμάτων που του παρέχει η παρούσα παράγραφος, η ΕΔΠ Μακάο δεν εισάγει διακρίσεις μεταξύ κοινοτικών αερομεταφορέων για λόγους εθνικότητας.

ΑΡΘΡΟ 3

Ασφάλεια πτήσεων

1. Οι διατάξεις της παραγράφου 2 του παρόντος άρθρου συμπληρώνουν τις σχετικές διατάξεις των άρθρων που παρατίθενται στο παράρτημα 2 στοιχείο γ).
2. Όταν ένα κράτος μέλος έχει καθορίσει αερομεταφορέα του οποίου τον ρυθμιστικό έλεγχο διασφαλίζει και διατηρεί άλλο κράτος μέλος, τα δικαιώματα της ΕΔΠ Μακάο που απορρέουν από τις διατάξεις περί ασφάλειας πτήσεων της συμφωνίας μεταξύ του κράτους μέλους που έχει καθορίσει τον αερομεταφορέα και της ΕΔΠ Μακάο ισχύουν εξίσου σε ό,τι αφορά την έκδοση, την εφαρμογή ή τη διατήρηση των προτύπων ασφαλείας από το εν λόγω άλλο κράτος μέλος και σε ό,τι αφορά την άδεια εκμετάλλευσης του συγκεκριμένου αερομεταφορέα.

ΑΡΘΡΟ 4

Φορολόγηση αεροπορικών καυσίμων

1. Οι διατάξεις της παραγράφου 2 του παρόντος άρθρου συμπληρώνουν τις σχετικές διατάξεις των άρθρων που παρατίθενται στο παράρτημα 2 στοιχείο δ).
2. Παρά τις τυχόν αντίθετες διατάξεις των συμφωνιών που παρατίθενται στο Παράρτημα 2 σημείο δ), οι συμφωνίες αυτές δεν θίγουν κατά κανένα τρόπο την ευχέρεια ενός κράτους μέλους να επιβάλλει, άνευ διακρίσεων, φόρους, εισφορές, δασμούς, τέλη ή επιβαρύνσεις επί των καυσίμων που διατίθενται στην επικράτειά του στα αεροσκάφη καθορισμένου αερομεταφορέα της ΕΔΠ Μακάο ο οποίος εκτελεί δρομολόγια μεταξύ σημείου της επικράτειας του συγκεκριμένου κράτους μέλους και άλλου σημείου της επικράτειας του ίδιου κράτους μέλους ή σημείου της επικράτειας άλλου κράτους μέλους.

ΑΡΘΡΟ 5

Συμβατότητα με τους κανόνες ανταγωνισμού

1. Κατά παρέκκλιση τυχόν αντίθετων διατάξεων, καμία διάταξη οποιασδήποτε από τις συμφωνίες που αναφέρονται στο παράρτημα 1 i) δεν απαιτεί ούτε ευνοεί την έγκριση συμφωνιών μεταξύ επιχειρήσεων, αποφάσεων από ενώσεις επιχειρήσεων ή εναρμονισμένων πρακτικών που εμποδίζουν ή νοθεύουν τον ανταγωνισμό· ii) δεν ενισχύει τις επιπτώσεις τέτοιων συμφωνιών, αποφάσεων ή εναρμονισμένων πρακτικών, ή iii) δεν εκχωρεί σε ιδιωτικούς οικονομικούς φορείς την αρμοδιότητα λήψης μέτρων, τα οποία παρακαλύουν, νοθεύουν ή περιορίζουν τον ανταγωνισμό.
2. Δεν εφαρμόζονται οι διατάξεις των συμφωνιών του παραρτήματος 1 οι οποίες δεν συμβιβάζονται με την παράγραφο 1 του παρόντος άρθρου.

ΑΡΘΡΟ 6

Παραρτήματα της συμφωνίας

Τα παραρτήματα της παρούσας συμφωνίας αποτελούν αναπόσπαστο μέρος αυτής.

ΑΡΘΡΟ 7

Αναθεώρηση ή τροποποίηση

Τα μέρη μπορούν, ανά πάσα στιγμή, να αναθεωρήσουν ή να τροποποιήσουν την παρούσα συμφωνία κοινή συναινέσει.

ΑΡΘΡΟ 8

Έναρξη ισχύος και προσωρινή εφαρμογή

1. Η παρούσα συμφωνία αρχίζει να ισχύει την ημερομηνία κατά την οποία τα συμβαλλόμενα μέρη κοινοποιούν αμοιβαία εγγράφως την ολοκλήρωση των αντίστοιχων εσωτερικών τους διαδικασιών που απαιτούνται για την έναρξη ισχύος της συμφωνίας.
2. Κατά παρέκκλιση της παραγράφου 1, τα συμβαλλόμενα μέρη συμφωνούν να εφαρμόζουν προσωρινά την παρούσα συμφωνία από την πρώτη ημέρα του μηνός που έπεται της ημερομηνίας κατά την οποία τα συμβαλλόμενα μέρη κοινοποιούν αμοιβαία την ολοκλήρωση των αναγκαίων για τον σκοπό αυτό διαδικασιών.
3. Η παρούσα συμφωνία εφαρμόζεται σε όλες τις συμφωνίες και ρυθμίσεις που αναφέρονται στο παράρτημα 1, συμπεριλαμβανομένων εκείνων που, κατά την ημερομηνία υπογραφής της παρούσας συμφωνίας, δεν έχουν ακόμη αρχίσει να ισχύουν και δεν εφαρμόζονται προσωρινά.

ΑΡΘΡΟ 9

Καταγγελία

1. Η λήξη συμφωνίας αναφερόμενης στο παράρτημα 1 συνεπάγεται ταυτόχρονη λήξη της ισχύος όλων των διατάξεων της παρούσας συμφωνίας που αφορούν την αναφερόμενη στο παράρτημα 1 συμφωνία.

2. Η λήξη όλων των συμφωνιών που παρατίθενται στο παράρτημα 1 συνεπάγεται ταυτόχρονη λήξη της ισχύος της παρούσας συμφωνίας.

ΣΕ ΠΙΣΤΩΣΗ ΤΩΝ ΑΝΩΤΕΡΩ, οι υπογράφωντες, δεόντως εξουσιοδοτημένοι προς τούτο, υπέγραψαν την παρούσα συμφωνία.

Έγινε εις διπλούν στην κινεζική, πορτογαλική, αγγλική, βουλγαρική, γαλλική, γερμανική, δανική, ελληνική, εσθονική, ισπανική, ιταλική, λετονική, λιθουανική, μαλτεζική, ολλανδική, ουγγρική, πολωνική, ρουμανική, σλοβακική, σλοβενική, σουηδική, τσεχική και φινλανδική γλώσσα.

AGREEMENT
BETWEEN
THE GOVERNMENT OF THE MACAO SPECIAL ADMINISTRATIVE REGION
OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA AND THE EUROPEAN UNION
ON CERTAIN ASPECTS OF AIR SERVICES

THE GOVERNMENT OF THE MACAO SPECIAL ADMINISTRATIVE REGION OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, hereinafter referred to as "the Macao SAR", having been duly authorised to conclude this Agreement by the Central People's Government of the People's Republic of China,

of the one part, and

THE EUROPEAN UNION, hereinafter referred to as "the Union",

of the other part,

hereinafter referred to as "the Parties",

NOTING that bilateral air service agreements have been concluded between several Member States of the Union and the Macao SAR containing provisions contrary to the law of the Union,

NOTING that the Union has exclusive competence with respect to several aspects that may be included in bilateral air service agreements between Member States of the Union and third parties,

NOTING that under the law of the Union, Community air carriers established in a Member State have the right to non-discriminatory access to air routes between the Member States of the Union and third parties,

HAVING REGARD to the agreements between the Union and certain third parties providing for the possibility for the nationals of such third parties to acquire ownership in air carriers licensed in accordance with the law of the Union,

RECOGNISING that certain provisions of the bilateral air service agreements between Member States of the Union and the Macao SAR, which are contrary to the law of the Union, must be brought into conformity with that law in order to establish a sound legal basis for air services between the Union and the Macao SAR and to preserve the continuity of such air services,

NOTING that under the law of the Union air carriers cannot in principle conclude agreements which may affect trade between Member States of the Union and which have as their object or effect the prevention, restriction or distortion of competition,

RECOGNISING that provisions in bilateral air service agreements concluded between Member States of the Union and the Macao SAR which: (i) require or favour the adoption of agreements between undertakings, decisions by associations of undertakings or concerted practices that prevent, distort or restrict competition between air carriers in the relevant routes; or (ii) reinforce the effects of any such agreement, decision or concerted practice; or (iii) delegate to air carriers or other private economic operators the responsibility for taking measures that prevent, distort or restrict competition between air carriers in the relevant routes may render ineffective the competition rules applicable to undertakings,

NOTING that it is not a purpose of this agreement to increase the total volume of air traffic between the Union and the Macao SAR, to affect the balance between Community air carriers and air carriers of the Macao SAR, or to amend the provisions of existing bilateral air service agreements concerning traffic rights,

HAVE AGREED AS FOLLOWS:

ARTICLE 1

General provisions

1. For the purposes of this Agreement, "Member States" shall mean Member States of the European Union, and "EU Treaties" shall mean the Treaty on European Union and the Treaty on the Functioning of the European Union.
2. References in each of the agreements listed in Annex 1 to nationals of the Member State that is a party to that agreement shall be understood as referring to nationals of any of the Member States.
3. References in each of the agreements listed in Annex 1 to air carriers or airlines of the Member State that is a party to that agreement shall be understood as referring to air carriers or airlines designated by that Member State.

ARTICLE 2

Designation by a Member State

1. The provisions in paragraphs 2 and 3 of this Article shall supersede the corresponding provisions in the Articles listed in Annex 2 (a) and (b) respectively, in relation to the designation of an air carrier by the Member State concerned, the authorisations and permissions granted to it by the Macao SAR, and the refusal, revocation, suspension or limitation of such authorisations or permissions, respectively.
2. On receipt of a designation by a Member State, the Macao SAR shall grant the appropriate authorisations and permissions with minimum procedural delay, provided that:
 - (a) the air carrier is established, in accordance with the EU Treaties, in the territory of the designating Member State and has a valid Operating Licence in accordance with the law of the Union; and

- (b) effective regulatory control of the air carrier is exercised and maintained by the Member State responsible for issuing its Air Operator's Certificate and the relevant aeronautical authority is clearly identified in the designation; and
- (c) the air carrier is owned, directly or through majority ownership, and effectively controlled by Member States and/or nationals of Member States, and/or by other states listed in Annex 3 and/or nationals of such other states.

3. The Macao SAR may refuse, revoke, suspend or limit the authorisations or permissions of an air carrier designated by a Member State where:

- (a) the air carrier is not established, in accordance with the EU Treaties, in the territory of the designating Member State or does not have a valid Operating Licence in accordance with the law of the Union;
- (b) effective regulatory control of the air carrier is not exercised or not maintained by the Member State responsible for issuing its Air Operator's Certificate, or the relevant aeronautical authority is not clearly identified in the designation; or
- (c) the air carrier is not owned, directly or through majority ownership, or it is not effectively controlled by Member States and/or nationals of Member States, and/or by other states listed in Annex 3 and/or nationals of such other states.

In exercising its right under this paragraph, the Macao SAR shall not discriminate between Community air carriers on the grounds of nationality.

ARTICLE 3

Safety

1. The provisions in paragraph 2 of this Article shall complement the corresponding provisions in the Articles listed in Annex 2 (c).
2. Where a Member State has designated an air carrier whose regulatory control is exercised and maintained by another Member State, the rights of the Macao SAR under the safety provisions of the Agreement between the Member State that has designated the air carrier and the Macao SAR shall apply equally in respect of the adoption, exercise or maintenance of safety standards by that other Member State and in respect of the operating authorisation of that air carrier.

ARTICLE 4

Taxation of aviation fuel

1. The provisions in paragraph 2 of this Article shall complement the corresponding provisions in the Articles listed in Annex 2 (d).
2. Notwithstanding any other provision to the contrary, nothing in each of the Agreements listed in Annex 2 (d) shall prevent a Member State from imposing, on a non-discriminatory basis, taxes, levies, duties, fees or charges on fuel supplied in its territory for use in an aircraft of a designated air carrier of the Macao SAR that operates between a point in the territory of that Member State and another point in the territory of that Member State or in the territory of another Member State.

ARTICLE 5

Compatibility with competition rules

1. Notwithstanding any other provision to the contrary, nothing in each of the Agreements listed in Annex 1 shall: (i) require or favour the adoption of agreements between undertakings, decisions by associations of undertakings or concerted practices that prevent or distort competition; (ii) reinforce the effects of any such agreement, decision or concerted practice; or (iii) delegate to private economic operators the responsibility for taking measures that prevent, distort or restrict competition.
2. The provisions contained in the Agreements listed in Annex 1 that are incompatible with paragraph 1 of this Article shall not be applied.

ARTICLE 6

Annexes to the Agreement

The Annexes to this Agreement shall form an integral part thereof.

ARTICLE 7

Revision or amendment

The Parties may, at any time, revise or amend this Agreement by mutual consent.

ARTICLE 8

Entry into force and provisional application

1. This Agreement shall enter into force when the Parties have notified each other in writing that their respective internal procedures necessary for its entry into force have been completed.
2. Notwithstanding paragraph 1, the Parties agree to apply this Agreement on a provisional basis from the first day of the month following the date on which the Parties have notified each other of the completion of the procedures necessary for this purpose.
3. This Agreement shall apply to all Agreements and Arrangements listed in Annex 1 including those that, at the date of signature of this Agreement, have not yet entered into force and are not being applied provisionally.

ARTICLE 9

Termination

1. In the event that an Agreement listed in Annex 1 is terminated, all provisions of this Agreement that relate to the Agreement listed in Annex 1 concerned shall terminate at the same time.
2. In the event that all Agreements listed in Annex 1 are terminated, this Agreement shall terminate at the same time.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorised, have signed this Agreement.

Done in duplicate in the Chinese, Portuguese, Bulgarian, Czech, Danish, Dutch, English, Estonian, Finnish, French, German, Greek, Hungarian, Italian, Latvian, Lithuanian, Maltese, Polish, Romanian, Slovak, Slovene, Spanish and Swedish languages, all texts being equally authentic.

ACCORD
ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉGION ADMINISTRATIVE SPÉCIALE DE MACAO
DE LA RÉPUBLIQUE POPULAIRE DE CHINE ET L'UNION EUROPÉENNE
SUR CERTAINS ASPECTS DES SERVICES AÉRIENS

LE GOUVERNEMENT DE LA RÉGION ADMINISTRATIVE SPÉCIALE DE MACAO DE LA RÉPUBLIQUE POPULAIRE DE CHINE, ci-après dénommée la "RAS de Macao", dûment autorisé à conclure le présent accord par le gouvernement populaire central de la République populaire de Chine,

d'une part, et

L'UNION EUROPÉENNE, ci-après dénommée "l'Union"

d'autre part,

ci-après dénommées "les parties",

CONSTATANT que des accords bilatéraux relatifs aux services aériens contenant des dispositions contraires au droit de l'Union ont été conclus entre plusieurs États membres de l'Union et la RAS de Macao;

CONSTATANT que l'Union jouit d'une compétence exclusive pour ce qui concerne plusieurs aspects qui peuvent être couverts par des accords bilatéraux relatifs aux services aériens conclus entre les États membres de l'Union et des tiers;

CONSTATANT qu'en vertu du droit de l'Union, les transporteurs aériens de la Communauté établis dans un État membre bénéficient d'un droit d'accès non discriminatoire aux liaisons entre les États membres de l'Union et les tiers;

VU les accords entre l'Union et certains tiers prévoyant, pour les ressortissants de ces tiers, la possibilité de devenir propriétaires de transporteurs aériens titulaires d'une licence octroyée conformément au droit de l'Union;

RECONNAISSANT que certaines dispositions des accords bilatéraux relatifs aux services aériens conclus entre les États membres de l'Union et la RAS de Macao, qui sont contraires au droit de l'Union, doivent être mises en conformité avec ce dernier de manière à établir une base juridique saine en ce qui concerne les services aériens entre l'Union et la RAS de Macao et à préserver la continuité de ces services aériens;

CONSTATANT que le droit de l'Union interdit en principe aux transporteurs aériens de conclure des accords susceptibles d'influencer les échanges entre les États membres de l'Union et ayant pour objet ou effet d'empêcher, de restreindre ou de fausser la concurrence;

RECONNAISSANT que les dispositions des accords bilatéraux relatifs aux services aériens conclus entre des États membres de l'Union et la RAS de Macao qui: i) requièrent ou favorisent l'adoption d'accords entre entreprises, de décisions d'associations d'entreprises ou de pratiques concertées qui empêchent, faussent ou restreignent la concurrence entre transporteurs aériens sur les liaisons concernées, ou ii) renforcent les effets de tout accord, décision ou pratique concertée de ce type, ou iii) délèguent à des transporteurs aériens ou à d'autres agents économiques privés la responsabilité de prendre des mesures empêchant, faussant ou restreignant la concurrence entre transporteurs aériens sur les liaisons concernées, sont susceptibles de rendre inefficaces les règles de concurrence applicables aux entreprises;

CONSTATANT que le présent accord n'a pas pour objectif d'augmenter le volume total du trafic aérien entre l'Union et la RAS de Macao, de bouleverser l'équilibre entre les transporteurs aériens de la Communauté et les transporteurs aériens de la RAS de Macao ou de modifier les dispositions des accords bilatéraux existant en matière de services aériens en ce qui concerne les droits de trafic,

SONT CONVENUS DES DISPOSITIONS SUIVANTES:

ARTICLE 1

Dispositions générales

1. Aux fins du présent accord, on entend par "États membres" les États membres de l'Union européenne, et par "traités de l'UE", le traité sur l'Union européenne et le traité sur le fonctionnement de l'Union européenne.
2. Dans chacun des accords énumérés à l'annexe 1, les références faites aux ressortissants de l'État membre qui est partie à cet accord s'entendent comme des références aux ressortissants des États membres.
3. Dans chacun des accords énumérés à l'annexe 1, les références faites aux transporteurs aériens ou aux compagnies aériennes de l'État membre qui est partie à l'accord considéré s'entendent comme des références aux transporteurs aériens ou aux compagnies aériennes désignés par cet État membre.

ARTICLE 2

Désignation par un État membre

1. Les dispositions des paragraphes 2 et 3 du présent article prévalent sur les dispositions correspondantes des articles énumérés à l'annexe 2, point a) et point b), respectivement, en ce qui concerne la désignation d'un transporteur aérien par l'État membre concerné, les autorisations et permis qui lui ont été accordés par la RAS de Macao et le refus, la révocation, la suspension ou la limitation de tels autorisations ou permis, respectivement.

2. Dès réception d'une désignation par un État membre, la RAS de Macao accorde les autorisations et permis appropriés avec un délai de procédure minimum, pour autant:

- a) que le transporteur aérien soit établi, conformément aux traités de l'UE, sur le territoire de l'État membre qui a fait la désignation et ait reçu une licence d'exploitation valable conformément au droit de l'Union; et
- b) qu'un contrôle réglementaire effectif du transporteur aérien soit exercé et maintenu par l'État membre responsable de la délivrance de son certificat de transporteur aérien et que l'autorité aéronautique compétente soit clairement identifiée dans la désignation; et
- c) que le transporteur aérien soit détenu, directement ou grâce à une participation majoritaire, et effectivement contrôlé par des États membres et/ou des ressortissants des États membres, et/ou par d'autres États énumérés à l'annexe 3 et/ou des ressortissants de ces autres États.

3. La RAS de Macao peut refuser, révoquer, suspendre ou limiter les autorisations ou permis d'un transporteur aérien désigné par un État membre:

- a) lorsque le transporteur aérien n'est pas établi, conformément aux traités de l'UE, sur le territoire de l'État membre l'ayant désigné ou ne possède pas de licence d'exploitation valable conformément au droit de l'Union;
- b) lorsque le contrôle réglementaire effectif du transporteur aérien n'est pas exercé ou maintenu par l'État membre responsable de la délivrance de son certificat de transporteur aérien, ou que l'autorité aéronautique compétente n'est pas clairement identifiée dans la désignation; ou
- c) lorsque le transporteur aérien n'est pas détenu, directement ou grâce à une participation majoritaire, ou effectivement contrôlé par des États membres et/ou des ressortissants des États membres, et/ou par d'autres États énumérés à l'annexe 3 et/ou des ressortissants de ces autres États.

Lorsque la RAS de Macao fait valoir ses droits conformément au présent paragraphe, elle ne fait pas de discrimination fondée sur la nationalité entre les transporteurs aériens de la Communauté.

ARTICLE 3

Sécurité

1. Les dispositions du paragraphe 2 du présent article complètent les dispositions correspondantes des articles énumérés à l'annexe 2, point c).
2. Lorsqu'un État membre a désigné un transporteur aérien dont le contrôle réglementaire est exercé et assuré par un autre État membre, les droits de la RAS de Macao dans le cadre des dispositions relatives à la sécurité de l'accord conclu entre l'État membre qui a désigné le transporteur aérien et la RAS de Macao s'appliquent de manière identique en ce qui concerne l'adoption, l'exercice ou l'assurance de normes de sécurité par cet autre État membre et en ce qui concerne l'autorisation d'exploitation de ce transporteur aérien.

ARTICLE 4

Taxation du carburant d'aviation

1. Les dispositions du paragraphe 2 du présent article complètent les dispositions correspondantes des articles énumérés à l'annexe 2, point d).
2. Nonobstant toute autre disposition contraire, rien dans aucun des accords énumérés à l'annexe 2, point d), n'empêche un État membre d'appliquer, sur une base non discriminatoire, des prélèvements, impôts, droits, taxes ou redevances sur le carburant fourni sur son territoire en vue d'une utilisation par un appareil d'un transporteur désigné de la RAS de Macao qui exploite une liaison entre un point situé sur le territoire de cet État membre et un autre point situé sur le territoire de cet État membre ou sur le territoire d'un autre État membre.

ARTICLE 5

Compatibilité avec les règles de concurrence

1. Nonobstant toute autre disposition contraire, rien dans aucun des accords énumérés à l'annexe 1 ne doit: i) imposer ou favoriser l'adoption d'accords entre entreprises, de décisions d'associations d'entreprises ou de pratiques concertées qui empêchent ou faussent la concurrence; ii) renforcer les effets de tout accord, décision ou pratique concertée de ce type; ou iii) déléguer à des agents économiques privés la responsabilité de mettre en œuvre des mesures qui empêchent, faussent ou limitent la concurrence.

2. Les dispositions des accords énumérés à l'annexe 1 qui sont incompatibles avec le paragraphe 1 du présent article ne sont pas appliquées.

ARTICLE 6

Annexes de l'accord

Les annexes du présent accord font partie intégrante de celui-ci.

ARTICLE 7

Révision ou modification

Les parties peuvent, à tout moment, réviser ou modifier le présent accord par consentement mutuel.

ARTICLE 8

Entrée en vigueur et application provisoire

1. Le présent accord entre en vigueur à la date à laquelle les parties se sont mutuellement notifié par écrit l'accomplissement des procédures internes respectives nécessaires à cet effet.
2. Nonobstant le paragraphe 1, les Parties conviennent d'appliquer provisoirement le présent accord à compter du premier jour du mois suivant la date à laquelle les Parties se sont mutuellement notifiées l'achèvement des procédures nécessaires à cet effet.
3. Le présent accord s'applique à tous les accords et autres arrangements énumérés à l'annexe 1, y compris ceux qui, à la date de la signature du présent accord, ne sont pas encore entrés en vigueur et ne font pas l'objet d'une application provisoire.

ARTICLE 9

Dénonciation

1. La dénonciation d'un des accords énumérés à l'annexe 1 entraîne la dénonciation simultanée de toutes les dispositions du présent accord relatives à l'accord en question.
2. La dénonciation de tous les accords énumérés à l'annexe 1 entraîne la dénonciation simultanée du présent accord.

EN FOI DE QUOI les soussignés, à ce dûment autorisés, ont signé le présent accord.

Fait en double exemplaire en langues chinoise, portugaise, allemande, anglaise, bulgare, danoise, espagnole, estonienne, finnoise, française, grecque, hongroise, italienne, lettone, lituanienne, maltaise, néerlandaise, polonaise, roumaine, slovaque, slovène, suédoise et tchèque, tous ces textes faisant également foi.

ACCORDO
TRA IL GOVERNO DELLA REGIONE AMMINISTRATIVA SPECIALE DI MACAO
DELLA REPUBBLICA POPOLARE CINESE E L'UNIONE EUROPEA
SU TALUNI ASPETTI DEI SERVIZI AEREI

IL GOVERNO DELLA REGIONE AMMINISTRATIVA SPECIALE DI MACAO DELLA REPUBBLICA POPOLARE CINESE (in prosiegua la "RAS di Macao"), debitamente autorizzato a concludere questo accordo dal governo popolare centrale della Repubblica popolare cinese

da una parte, e

L'UNIONE EUROPEA (in prosiegua "l'Unione")

dall'altra,

(in prosiegua "le parti")

CONSTATANDO che vari Stati membri dell'Unione e la RAS di Macao hanno concluso accordi bilaterali in materia di servizi aerei che contengono disposizioni in contrasto col diritto dell'Unione,

CONSTATANDO che l'Unione dispone di una competenza esclusiva in relazione a diversi aspetti che possono essere disciplinati dagli accordi bilaterali sui servizi aerei conclusi da Stati membri dell'Unione con terzi,

CONSTATANDO che, in virtù della legislazione dell'Unione, i vettori aerei comunitari stabiliti in uno Stato membro hanno diritto a un accesso non discriminatorio alle rotte aeree fra Stati membri dell'Unione e terzi,

VISTI gli accordi fra l'Unione e alcuni terzi che prevedono, per i cittadini di tali terzi, la possibilità di acquisire la proprietà di vettori aerei titolari di una licenza rilasciata conformemente alla legislazione dell'Unione,

RICONOSCENDO che talune disposizioni degli accordi bilaterali sui servizi aerei conclusi tra gli Stati membri dell'Unione e la RAS di Macao, che sono contrarie al diritto dell'Unione, devono essere rese integralmente conformi a tale diritto, al fine di istituire un fondamento giuridico valido per la prestazione dei servizi aerei tra l'Unione e la RAS di Macao e per garantire la continuità di tali servizi aerei,

CONSTATANDO che, in virtù della legislazione dell'Unione, i vettori aerei di quest'ultima non possono, in linea di principio, concludere accordi che possano pregiudicare gli scambi fra Stati membri dell'Unione e che abbiano per oggetto o per effetto di impedire, restringere o falsare la concorrenza,

RICONOSCENDO che le disposizioni degli accordi bilaterali sui servizi aerei conclusi fra gli Stati membri dell'Unione e la RAS di Macao che: i) comportano o favoriscono l'adozione di accordi tra imprese, decisioni di associazioni di imprese o pratiche concordate che impediscono, falsano o limitano la concorrenza fra vettori aerei sulle relative rotte; o ii) rafforzano gli effetti di tali accordi, decisioni o pratiche concordate; o iii) delegano ai vettori aerei o ad altri operatori economici privati la responsabilità di adottare misure che impediscono, falsano o limitano la concorrenza fra vettori aerei sulle relative rotte, possono rendere inefficaci le norme sulla concorrenza applicabili alle imprese,

CONSTATANDO che questo accordo non intende accrescere il volume totale del traffico aereo fra l'Unione e la RAS di Macao, né alterare l'equilibrio fra i vettori aerei comunitari e i vettori aerei della RAS di Macao, né negoziare modifiche delle disposizioni dei vigenti accordi bilaterali sui servizi aerei in relazione ai diritti di traffico,

HANNO CONVENUTO QUANTO SEGUE:

ARTICOLO 1

Disposizioni generali

1. Ai fini del presente accordo per "Stati membri" si intendono gli Stati membri dell'Unione europea e per "trattati UE" si intendono il trattato sull'Unione europea e il trattato sul funzionamento dell'Unione europea.
2. In ciascuno degli accordi elencati nell'allegato 1, i riferimenti ai cittadini dello Stato membro che è parte di tale accordo si intendono fatti ai cittadini di qualsiasi Stato membro.
3. In ciascuno degli accordi elencati nell'allegato 1, i riferimenti ai vettori o alle compagnie aeree dello Stato membro che è parte di tale accordo si intendono fatti ai vettori o alle compagnie aeree designate da tale Stato.

ARTICOLO 2

Designazione da parte di uno Stato membro

1. Le disposizioni di cui ai paragrafi 2 e 3 del presente articolo sostituiscono le corrispondenti disposizioni degli articoli di cui all'allegato 2, lettere a) e b) rispettivamente, in relazione alla designazione di un vettore aereo da parte dello Stato membro interessato, alle autorizzazioni e ai permessi ad esso rilasciati dalla RAS di Macao, nonché al rifiuto, alla revoca, alla sospensione o alla limitazione di tali autorizzazioni o permessi.

2. Una volta ricevuta la designazione da parte di uno Stato membro, la RAS di Macao rilascia le autorizzazioni e i permessi opportuni con tempi procedurali minimi, a condizione che:

- a) il vettore aereo sia stabilito, conformemente ai trattati UE, nel territorio dello Stato membro che ha proceduto alla designazione e sia in possesso di una licenza di esercizio valida ai sensi della legislazione dell'Unione; e
- b) lo Stato membro competente per il rilascio del certificato di operatore aereo eserciti e mantenga l'effettivo controllo regolamentare sul vettore aereo e l'autorità aeronautica competente sia chiaramente indicata nella designazione; e
- c) il vettore aereo appartenga direttamente o tramite partecipazione maggioritaria a Stati membri e/o a cittadini di Stati membri e/o ad altri Stati, indicati nell'allegato 3 e/o a cittadini di questi altri Stati, e sia da questi effettivamente controllato.

3. La RAS di Macao può rifiutare, revocare, sospendere o limitare le autorizzazioni o i permessi di un vettore aereo designato da uno Stato membro qualora:

- a) il vettore aereo non sia stabilito nel territorio dello Stato membro che ha proceduto alla designazione, conformemente ai trattati UE, ovvero non possieda una licenza di esercizio valida conformemente alla legislazione dell'Unione;
- b) il controllo regolamentare del vettore aereo non sia esercitato o non sia mantenuto dallo Stato membro responsabile del rilascio del suo certificato di operatore aereo oppure l'autorità aeronautica competente non sia chiaramente indicata nella designazione; oppure
- c) il vettore aereo non appartenga direttamente o tramite partecipazione maggioritaria a Stati membri e/o a cittadini di Stati membri e/o ad altri Stati indicati nell'allegato 3 e/o a cittadini di questi altri Stati, o non sia da questi effettivamente controllato.

La RAS di Macao esercita i diritti di cui al presente paragrafo senza discriminare i vettori aerei comunitari in base alla loro nazionalità.

ARTICOLO 3

Sicurezza

1. Le disposizioni di cui al paragrafo 2 del presente articolo integrano le corrispondenti disposizioni degli articoli di cui all'allegato 2, lettera c).
2. Se uno Stato membro ha designato un vettore aereo il cui controllo regolamentare è esercitato e mantenuto da un altro Stato membro, i diritti spettanti alla RAS di Macao ai sensi delle disposizioni in materia di sicurezza contenute nell'accordo fra lo Stato membro che ha designato il vettore e la RAS di Macao si applicano ugualmente con riguardo all'adozione, all'esercizio o al mantenimento delle norme di sicurezza da parte dell'altro Stato membro e all'autorizzazione all'esercizio rilasciata a tale vettore aereo.

ARTICOLO 4

Tassazione del carburante per la navigazione aerea

1. Le disposizioni di cui al paragrafo 2 del presente articolo integrano le corrispondenti disposizioni degli articoli di cui all'allegato 2, lettera d).
2. Nonostante qualsiasi altra disposizione contraria, nessuna disposizione degli accordi elencati nell'allegato 2, lettera d), osta a che uno Stato membro imponga, su base non discriminatoria, tasse, prelievi, imposte, diritti o canoni sul carburante fornito sul suo territorio per essere utilizzato dagli aeromobili di un vettore aereo designato dalla RAS di Macao che operano tra un punto situato sul territorio di detto Stato membro e un altro punto sul territorio di detto Stato membro o sul territorio di un altro Stato membro.

ARTICOLO 5

Compatibilità con le norme sulla concorrenza

1. Nonostante qualsiasi altra disposizione contraria, nessuna disposizione degli accordi elencati nell'allegato 1: i) richiede o favorisce l'adozione di accordi tra imprese, decisioni di associazioni di imprese o pratiche concordate che impediscano o falsino la concorrenza; ii) rafforza gli effetti di tali accordi, decisioni o pratiche concordate; o iii) delega ad operatori economici privati la responsabilità di adottare misure che impediscano, falsino o restringano la concorrenza.

2. Le disposizioni contenute negli accordi elencati nell'allegato 1 che siano incompatibili con il paragrafo 1 del presente articolo non sono applicate.

ARTICOLO 6

Allegati dell'accordo

Gli allegati del presente accordo ne costituiscono parte integrante.

ARTICOLO 7

Revisione o modifica

Le parti possono rivedere o modificare il presente accordo in qualsiasi momento mediante reciproco consenso.

ARTICOLO 8

Entrata in vigore e applicazione provvisoria

1. Il presente accordo entra in vigore alla data in cui le parti si sono reciprocamente notificate per iscritto l'avvenuto espletamento delle rispettive procedure interne necessarie per la sua entrata in vigore.
2. In deroga al paragrafo 1, le parti convengono di applicare su base provvisoria il presente accordo dal primo giorno del mese successivo alla data alla quale le parti si sono reciprocamente notificate l'avvenuto espletamento delle procedure necessarie a questo fine.
3. Il presente accordo si applica a tutti gli accordi ed intese elencati nell'allegato 1 inclusi quelli che, alla data della firma del presente accordo, non siano ancora entrati in vigore o non siano applicati in via transitoria.

ARTICOLO 9

Denuncia

1. La denuncia di uno degli accordi elencati nell'allegato 1 comporta automaticamente l'inefficacia di tutte le disposizioni del presente accordo relative all'accordo in questione.
2. La denuncia di tutti gli accordi elencati nell'allegato 1 comporta automaticamente l'inefficacia delle disposizioni del presente accordo.

IN FEDE DI CHE i sottoscritti, debitamente autorizzati, hanno firmato il presente accordo.

Fatto in duplice esemplare nelle lingue cinese, portoghese, bulgara, ceca, danese, estone, finlandese, francese, greca, inglese, italiana, lettone, lituana, maltese, neerlandese, polacca, rumena, slovacca, slovena, spagnola, svedese, tedesca e ungherese, ciascun testo facente ugualmente fede.

NOLĪGUMS
STARP ĶĪNAS TAUTAS REPUBLIKAS
MAKAO ĪPAŠĀS PĀRVALDES APGABALA VALDĪBU UN EIROPAS SAVIENĪBU
PAR DAŽIEM GAISA PĀRVADĀJUMU PAKALPOJUMU ASPEKTIEM

ĶĪNAS TAUTAS REPUBLIKAS MAKAO ĪPAŠĀS PĀRVALDES APGABALA VALDĪBA turpmāk "Makao ĪPA", ko Ķīnas Tautas Republikas Centrālā tautas valdība likumīgi pilnvarojusi noslēgt šo nolīgumu,

no vienas puses, un

EIROPAS SAVIENĪBA, turpmāk "Savienība",

no otras puses,

turpmāk "Puses",

ATZĪMĒJOT, ka starp vairākām Savienības dalībvalstīm un Makao ĪPA ir noslēgti divpusēji gaisa pārvadājumu pakalpojumu nolīgumi, kuros iekļauti noteikumi, kas ir pretrunā Savienības tiesību aktiem;

ATZĪMĒJOT, ka Savienībai ir ekskluzīva kompetence vairākos aspektos, uz ko var attiekties divpusēji gaisa pārvadājumu pakalpojumu nolīgumi, kuri noslēgti starp Savienības dalībvalstīm un trešām personām;

ATZĪMĒJOT, ka saskaņā ar Savienības tiesību aktiem Kopienas gaisa pārvadātājiem, kas veic uzņēmējdarbību kādā dalībvalstī, ir tiesības bez diskriminācijas piekļūt lidojuma maršrutiem starp Savienības dalībvalstīm un trešām personām;

ŅEMOT VĒRĀ, ka nolīgumi starp Savienību un dažām trešām personām šo trešo personām valstspiederīgajiem dod iespēju kļūt par tādu gaisa pārvadātāju īpašniekiem, kam piešķirta licence saskaņā ar Savienības tiesību aktiem;

ATZĪSTOT, ka daži noteikumi, kas iekļauti starp Savienības dalībvalstīm un Makao ĪPA noslēgtajos divpusējos gaisa pārvadājumu pakalpojumu nolīgumos un kas ir pretrunā Savienības tiesību aktiem, jāsaskaņo ar minētajiem tiesību aktiem, tādējādi izveidojot labu juridisko pamatu gaisa pārvadājumiem starp Savienību un Makao ĪPA un saglabājot šādu gaisa pārvadājumu nepārtrauktību;

ATZĪMĒJOT, ka saskaņā ar Savienības tiesību aktiem gaisa pārvadātāji principā nedrīkst slēgt vienošanās, kuras var ietekmēt tirdzniecību starp Savienības dalībvalstīm un kuru mērķis vai rezultāts ir konkurences nepieļaušana, ierobežošana vai traucēšana;

ATZĪSTOT, ka ar noteikumiem, kas iekļauti divpusējos gaisa pārvadājumu pakalpojumu nolīgumos starp Savienības dalībvalstīm un Makao ĪPA un kas: i) paredz pieņemt vai atbalsta nolīgumus starp uzņēmumiem, uzņēmumu apvienību lēmumus vai saskaņotas darbības, ar kurām nepieļauj, izkropļo vai ierobežo konkurenci starp gaisa pārvadātājiem attiecīgajos maršrutos, vai ii) pastiprina jebkādas šādas vienošanās, lēmuma vai saskaņotas darbības ietekmi, vai iii) deleģē gaisa pārvadātājiem vai citiem privātiem uzņēmējiem atbildību par tādu pasākumu veikšanu, kas nepieļauj, kropļo vai ierobežo konkurenci starp gaisa pārvadātājiem attiecīgajos maršrutos, var padarīt neefektīvus uzņēmumiem piemērojamos konkurences noteikumus;

ATZĪMĒJOT, ka šā nolīguma mērķis nav palielināt gaisa satiksmes kopējo apjomu starp Savienību un Makao ĪPA, mainīt starp Kopienas gaisa pārvadātājiem un Makao ĪPA gaisa pārvadātājiem izveidojušos līdzsvaru vai grozīt pašreiz spēcīgā esošos divpusējos gaisa pārvadājumu pakalpojumu nolīgumus attiecībā uz satiksmes tiesībām,

IR VIENOJUŠĀS PAR TURPMĀKO.

1. PANTS

Vispārīgi noteikumi

1. Šajā nolīgumā "dalībvalstis" ir Eiropas Savienības dalībvalstis, un "ES līgumi" ir Līgums par Eiropas Savienību un Līgums par Eiropas Savienības darbību.
2. Šā nolīguma 1. pielikumā uzskaitītajos nolīgumos esošās atsauces uz tās dalībvalsts valstspiederīgajiem, kas ir attiecīgā nolīguma Puse, uzskata par atsaucēm uz jebkuras dalībvalsts valstspiederīgajiem.
3. Katrā no 1. pielikumā uzskaitītajiem nolīgumiem atsauces uz tās dalībvalsts gaisa pārvadātājiem vai aviokompānijām, kas ir minētā nolīguma Puse, saprot kā atsauces uz minētās dalībvalsts izraudzītajiem gaisa pārvadātājiem vai aviokompānijām.

2. PANTS

Pārvadātāja izraudzīšana dalībvalstī

1. Noteikumi šā panta 2. un 3. punktā aizstāj atbilstīgos noteikumus pantos, kas minēti attiecīgi 2. pielikuma a) un b) punktā, attiecībā uz gaisa pārvadātāja izraudzīšanu attiecīgajā dalībvalstī, pilnvarām un atļaujām, ko tam piešķirīs Makao ĪPA, kā arī attiecīgi par šādu atļauju vai pilnvaru atteikumu, atsaukšanu, apturēšanu vai ierobežošanu.
2. Saņemot kādas dalībvalsts norādi par pārvadātāja izraudzīšanu, Makao ĪPA ar minimālu procedūras kavēšanos piešķir attiecīgās pilnvaras un atļaujas ar noteikumu, ka:
 - a) gaisa pārvadātājs saskaņā ar ES līgumiem veic uzņēmējdarbību tās dalībvalsts teritorijā, kura to izraudzījusies, un tam ir derīga darbības licence saskaņā ar Savienības tiesību aktiem; un
 - b) gaisa pārvadātāja efektīvu reglamentējošu kontroli veic un uztur dalībvalsts, kas atbild par gaisa kuģa ekspluatanta apliecības piešķiršanu gaisa pārvadātājam, un izraudzīšanas dokumentā ir skaidri norādīta attiecīgā aeronavigācijas iestāde; un

c) gaisa pārvadātājs tieši vai ar akciju kontrolpaketi pieder un to faktiski kontrolē dalībvalstis un/vai to valstspiederīgie, un/vai citas 3. pielikumā uzskaitītās valstis, un/vai to valstspiederīgie.

3. Makao ĪPA var atteikt, atsaukt, apturēt vai ierobežot dalībvalsts izraudzītā gaisa pārvadātāja pilnvaras vai atļaujas, ja:

a) gaisa pārvadātājs saskaņā ar ES līgumiem neveic uzņēmējdarbību tās dalībvalsts teritorijā, kura to izraudzījusi, vai tam nav derīgas darbības licences saskaņā ar Savienības tiesību aktiem;

b) gaisa pārvadātāja efektīvu reglamentējošu kontroli neveic vai neuztur dalībvalsts, kas atbild par gaisa kuģa ekspluatanta apliecības piešķiršanu gaisa pārvadātājam, vai izraudzīšanas dokumentā nav skaidri norādīta attiecīgā aeronavigācijas iestāde; vai

c) gaisa pārvadātājs tieši vai ar akciju kontrolpaketi nepieder un to faktiski nekontrolē dalībvalstis un/vai to valstspiederīgie, un/vai citas 3. pielikumā uzskaitītās valstis, un/vai to valstspiederīgie.

Izmantojot savas tiesības saskaņā ar šo punktu, Makao ĪPA nediskriminē Kopienas gaisa pārvadātājus to valstspiederības dēļ.

3. PANTS

Drošums

1. Šā panta 2. punkta noteikumi papildina atbilstīgos noteikumus 2. pielikuma c) punktā uzskaitītajos pantos.

2. Ja dalībvalsts ir izraudzījusi gaisa pārvadātāju, kura reglamentējošo kontroli veic un uztur cita dalībvalsts, tad Makao ĪPA tiesības saskaņā ar drošuma noteikumiem nolīgumā starp dalībvalsti, kas izraudzījusi gaisa pārvadātāju, un Makao ĪPA vienlīdz attiecas uz minētās citas dalībvalsts drošuma standartu pieņemšanu, izpildi un uzturēšanu un uz gaisa pārvadātāja darbības atļauju.

4. PANTS

Nodokļa uzlikšana aviācijas degvielai

1. Šā panta 2. punkta noteikumi papildina atbilstīgos noteikumus 2. pielikuma d) punktā uzskaitītajos pantos.
2. Neatkarīgi no jebkura cita noteikuma par pretējo nekas 2. pielikuma d) punktā minētajos nolīgumos neattur dalībvalsti no nodokļu, nodevu un citu maksājumu un maksu nediskriminējošas noteikšanas par degvielu, kas tiek piegādāta šīs dalībvalsts teritorijā lietošanai Makao ĪPA izraudzīta gaisa pārvadātāja gaisa kuģī, kurš veic lidojumus no viena punkta minētās dalībvalsts teritorijā uz citu punktu minētās dalībvalsts teritorijā vai citas dalībvalsts teritorijā.

5. PANTS

Saderība ar konkurences noteikumiem

1. Neatkarīgi no jebkura cita noteikuma par pretējo nekas 1. pielikumā uzskaitītajos nolīgumos: i) nepieprasa vai neveicina pieņemt tādas vienošanās starp uzņēmumiem, uzņēmumu apvienību lēmumus vai saskaņotas darbības, ar kurām nepieļauj vai traucē konkurenci; ii) nepastiprina šādu vienošanos, lēmumu vai saskaņotu darbību ietekmi; vai iii) nedelegē privātiem uzņēmējiem atbildību par tādu pasākumu veikšanu, ar ko nepieļauj, traucē vai ierobežo konkurenci.
2. Nepiemēro 1. pielikumā uzskaitīto nolīgumu noteikumus, kuri nav saderīgi ar šā panta 1. punktu.

6. PANTS

Nolīguma pielikumi

Šā nolīguma pielikumi ir tā sastāvdaļa.

7. PANTS

Pārskatīšana vai grozīšana

Puses jebkurā laikā var pārskatīt vai grozīt šo nolīgumu, pamatojoties uz abpusēju piekrišanu.

8. PANTS

Stāšanās spēkā un piemērošana provizoriski

1. Šis nolīgums stājas spēkā, kad Puses viena otrai ir rakstiski paziņojušas, ka ir pabeigtas to attiecīgās iekšējās procedūras, kas nepieciešamas, lai nolīgums stātos spēkā.
2. Neatkarīgi no 1. punkta Puses vienojas provizoriski piemērot šo nolīgumu no tā mēneša pirmās dienas, kas seko dienai, kad Puses viena otrai ir paziņojušas, ka ir pabeigtas procedūras, kas ir vajadzīgas šim nolūkam.
3. Šo nolīgumu piemēro attiecībā uz visiem 1. pielikumā uzskaitītajiem nolīgumiem un vienošanās dokumentiem, tostarp tiem, kas šā nolīguma parakstīšanas dienā vēl nav stājušies spēkā un netiek piemēroti provizoriski.

9. PANTS

Nolīguma darbības izbeigšana

1. Izbeidzot kādu no 1. pielikumā uzskaitītajiem nolīgumiem, vienlaikus tiek izbeigti visi šā nolīguma noteikumi, kas attiecas uz attiecīgo 1. pielikumā uzskaitīto nolīgumu.
2. Ja tiek izbeigti visi 1. pielikumā uzskaitītie nolīgumi, vienlaikus spēku zaudē arī šis nolīgums.

TO APLIECINOT, attiecīgi pilnvarotie ir parakstījuši šo nolīgumu.

Sagatavots divos eksemplāros ķīniešu, portugāļu, angļu, bulgāru, čehu, dāņu, franču, grieķu, holandiešu, igauņu, itāļu, latviešu, lietuviešu, maltiešu, poļu, rumāņu, slovāku, slovēņu, somu, spāņu, ungāru, vācu un zviedru valodā, un visi teksti ir vienlīdz autentiski.

YPATINGOJO ADMINISTRACINIO KINIJOS
REGIONO MAKAO VYRIAUSYBĖS IR EUROPOS SAJUNGOS
SUSITARIMAS
DĖL ORO SUSISIEKIMO PASLAUGŲ TAM TIKRŲ ASPEKTŲ

YPATINGOJO ADMINISTRACINIO KINIJOS REGIONO MAKAO (toliau – Makao) VYRIAUSYBĖ, Kinijos Liaudies Respublikos centrinės vyriausybės tinkamai įgaliota sudaryti šį Susitarimą,

ir

EUROPOS SAJUNGA, toliau – Sąjunga,

toliau – Susitariančiosios Šalys,

ATSIŽVELGDAMOS į tai, kad dvišaliuose Sąjungos valstybių narių ir Makao oro susisiekimo paslaugų susitarimuose yra Sąjungos teisės neatitinkančių nuostatų,

ATSIŽVELGDAMOS į tai, kad kai kurie klausimai, kurie gali būti įtraukti į Sąjungos valstybių narių ir trečiųjų šalių dvišalius oro susisiekimo paslaugų susitarimus, priklauso išimtinai Sąjungos kompetencijai,

ATSIŽVELGDAMOS į tai, kad pagal Sąjungos teisę vienoje iš valstybių narių įsisteigę Bendrijos oro vežėjai turi vienodas galimybes vykdyti skrydžius oro susisiekimo maršrutais, jungiančiais Sąjungos valstybes nares su trečiosiomis šalimis,

ATSIŽVELGDAMOS į Sąjungos ir tam tikrų trečiųjų šalių susitarimus, kuriuose numatyta, kad tų trečiųjų šalių piliečiai gali nuosavybės teise įsigyti oro vežėjus, kuriems licencija išduota pagal Sąjungos teisę,

PRIPAŽINDAMOS, kad tam tikros Sąjungos teisės neatitinkančios Sąjungos valstybių narių ir Makao dvišalių oro susisiekimo paslaugų susitarimų nuostatos turi būti suderintos su Sąjungos teise, kad oro susisiekimo paslaugos tarp Sąjungos ir Makao būtų teikiamos remiantis tvirtu teisiniu pagrindu ir kad būtų užtikrintas tokių oro susisiekimo paslaugų tęstinumas,

ATSIŽVELGDAMOS į tai, kad pagal Sąjungos teisę oro vežėjai iš esmės negali sudaryti susitarimų, kurie galėtų daryti poveikį Sąjungos valstybių narių tarpusavio prekybai ir kuriais būtų siekiama užkirsti kelią konkurencijai, ją apriboti ar iškreipti arba būtų užkirstas kelias konkurencijai, ji būtų apribota ar iškreipta,

PRIPAŽINDAMOS, kad veiksmingai taikyti įmonėms skirtas konkurencijos taisykles gali trukdyti Sąjungos valstybių narių ir Makao dvišalių oro susisiekimo paslaugų susitarimų nuostatos, kuriomis i) reikalaujama arba skatinama, kad įmonės priimtų susitarimus, įmonių

asociacijos – sprendimus ar kad būtų imamasi kitų suderintų veiksmų, kuriais atitinkamuose maršrutuose būtų užkertamas kelias oro vežėjų konkurencijai, ji būtų iškreipiama ar ribojama, arba ii) stiprinamas tokių susitarimų, sprendimų ar suderintų veiksmų poveikis, arba iii) oro vežėjai ar kiti privatūs ūkinės veiklos vykdytojai įgaliojami imtis priemonių, kuriomis atitinkamuose maršrutuose būtų užkertamas kelias oro vežėjų konkurencijai, ji būtų iškreipiama ar ribojama,

ATSIŽVELGDAMOS į tai, kad šiuo Susitarimu nesiekama didinti oro eismo tarp Sąjungos ir Makao intensyvumo, daryti poveikio Bendrijos oro vežėjų ir Makao oro vežėjų veiklos pusiausvyrai arba pakeisti su skrydžių teisėmis susijusių galiojančių dvišalių oro susisiekimo paslaugų susitarimų nuostatų,

SUSITARĖ:

1 STRAIPSNIS

Bendrosios nuostatos

1. Šiame Susitarime valstybės narės – Europos Sąjungos valstybės narės, o ES Sutartys – Europos Sąjungos sutartis ir Sutartis dėl Europos Sąjungos veikimo.
2. Kiekviename iš 1 priede išvardytų susitarimų nuorodos į tą susitarimą pasirašiusios valstybės narės piliečius suprantamos kaip nuorodos į bet kurias iš valstybių narių piliečius.
3. Kiekviename iš 1 priede išvardytų susitarimų nuorodos į tą susitarimą pasirašiusios valstybės narės oro vežėjus ar oro transporto bendroves suprantamos kaip nuorodos į tos valstybės narės paskirtus oro vežėjus ar oro transporto bendroves.

2 STRAIPSNIS

Valstybės narės oro vežėjo skyrimas

1. Šio straipsnio 2 ir 3 dalių nuostatomis pakeičiamos atitinkamos 2 priedo a ir b punktuose nurodytų straipsnių nuostatos dėl atitinkamos valstybės narės paskirto oro vežėjo, Makao jam suteiktų įgaliojimų ir leidimų ir atitinkamai dėl atsisakymo suteikti tokius įgaliojimus ar leidimus, jų atšaukimo, galiojimo sustabdymo ar apribojimo.
2. Gavęs pranešimą apie valstybės narės oro vežėjo paskyrimą, Makao kuo greičiau atlieka procedūras ir suteikia atitinkamus įgaliojimus ir leidimus, jeigu:
 - a) oro vežėjas pagal ES Sutartis yra įsisteigęs jį skiriančios valstybės narės teritorijoje ir turi Sąjungos teisės aktus atitinkančią galiojančią licenciją vykdyti oro susisiekimą, ir
 - b) už oro vežėjo pažymėjimo išdavimą atsakinga valstybė narė vykdo ir užtikrina teisės aktais nustatytą faktinę oro vežėjo kontrolę, o paskyrimo dokumente aiškiai nurodyta atitinkama aviacijos institucija, ir

- c) oro vežėjas arba jo kontrolinis akcijų paketas priklauso ir jį faktiškai kontroliuoja valstybės narės ir (arba) valstybių narių piliečiai, ir (arba) kitos 3 priede išvardytos valstybės, ir (arba) tų kitų valstybių piliečiai.
3. Makao gali atsisakyti valstybės narės paskirtam oro vežėjui išduoti įgaliojimus ar leidimus arba juos atšaukti, sustabdyti jų galiojimą ar juos apriboti, jeigu:
- a) oro vežėjas pagal ES Sutartis nėra įsisteigęs jį skiriančios valstybės narės teritorijoje arba neturi Sąjungos teisės aktų atitinkančios galiojančios licencijos vykdyti oro susisiekimą;
- b) už oro vežėjo pažymėjimo išdavimą atsakinga valstybė narė nevykdo arba neužtikrina teisės aktais nustatytos faktinės oro vežėjo kontrolės arba paskyrimo dokumente nėra aiškiai nurodyta atitinkama aviacijos institucija; arba
- c) oro vežėjas tiesiogiai ar per kontrolinį akcijų paketą nuosavybės teise nepriklauso valstybėms narėms ir (arba) valstybių narių piliečiams, ir (arba) kitoms 3 priede išvardytoms valstybėms, ir (arba) tų valstybių piliečiams arba nėra jų faktiškai kontroliuojamas.

Naudodamasis šioje dalyje nustatyta teise, Makao nediskriminuoja Bendrijos oro vežėjų dėl jų nacionalinės priklausomybės.

3 STRAIPSNIS

Sauga

1. Atitinkamos 2 priedo c punkte nurodytų straipsnių nuostatos papildomos šio straipsnio 2 dalies nuostatomis.
2. Jeigu valstybė narė paskiria oro vežėją, kurio teisės aktais nustatytą kontrolę vykdo ir užtikrina kita valstybė narė, Makao teisės, numatytos oro vežėją paskyrusios valstybės narės ir Makao susitarimo saugos nuostatose, taikomos ir kai minėtoji kita valstybė narė priima, taiko ar užtikrina saugos standartus, ir kai tai susiję su tam oro vežėjui išduotu leidimu vykdyti veiklą.

4 STRAIPSNIS

Aviacinių degalų apmokestinimas

1. Atitinkamos 2 priedo d punkte išvardytų straipsnių nuostatos papildomos šio straipsnio 2 dalies nuostatomis.
2. Nepaisant priešingų nuostatų, jokia 2 priedo d punkte išvardytų susitarimų nuostata valstybei narei nedraudžiama nustatyti nediskriminacinių mokesčių, rinkliavų, muitų ar mokesčių už degalus, tiekiamus jos teritorijoje Makao paskirto oro vežėjo, vykdančio skrydžius tarp valstybės narės teritorijoje esančios vienos vietovės ir tos pačios arba kitos valstybės narės teritorijoje esančios kitos vietovės, orlaiviui.

5 STRAIPSNIS

Konkurencijos taisyklės

1. Nepaisant priešingų nuostatų, jokia 1 priede išvardytų susitarimų nuostata i) nereikalaujama arba neskatinama sudaryti įmonių susitarimus, priimti įmonių asociacijų sprendimus arba imtis kitų suderintų veiksmų, kuriais būtų užkertamas kelias konkurencijai arba ji būtų iškreipiama, ii) nestiprinamas tokio susitarimo, sprendimo ar suderintų veiksmų poveikis, arba iii) privatūs ūkinės veiklos vykdytojai neįgaliojami imtis priemonių, kuriomis būtų užkertamas kelias konkurencijai, ji iškreipiama ar apribojama.
2. 1 priede išvardytų susitarimų nuostatos, kurios nėra suderinamos su šio straipsnio 1 dalimi, netaikomos.

6 STRAIPSNIS

Susitarimo priedai

Šio Susitarimo priedai yra neatskiriama Susitarimo dalis.

7 STRAIPSNIS

Persvarstymas ar keitimas

Susitariančiosios Šalys šį Susitarimą gali bet kada bendru sutarimu persvarstyti arba iš dalies pakeisti.

8 STRAIPSNIS

Įsigaliojimas ir laikinas taikymas

1. Šis Susitarimas įsigalioja, kai Susitariančiosios Šalys viena kitai raštu praneša, kad Susitarimui įsigaliojti būtinos vidaus procedūros yra baigtos.
2. Susitariančiosios Šalys, nepaisydamos šio straipsnio 1 dalies, susitaria šį Susitarimą laikinai taikyti nuo pirmosios mėnesio einančio po to, kai Susitariančiosios Šalys praneša viena kitai, kad šiam tikslui būtinos procedūros yra baigtos, dienos.
3. Šis Susitarimas taikomas visiems 1 priede išvardytiems susitarimams ir sutartims, įskaitant šio Susitarimo pasirašymo dieną dar neįsigaliojusius ir laikinai netaikomus susitarimus ir priemones.

9 STRAIPSNIS

Susitarimo nutraukimas

1. Jeigu kuris nors iš 1 priede išvardytų susitarimų nutraukiamas, kartu netenka galios visos su atitinkamu 1 priede nurodytu susitarimu susijusios šio Susitarimo nuostatos.
2. Jeigu nutraukiami visi 1 priede išvardyti susitarimai, kartu netenka galios ir šis Susitarimas.

TAI PATVIRTINDAMI, toliau nurodyti tinkamai įgalioti atstovai pasirašė šį Susitarimą.

Susitarimas pasirašytas dviem egzemplioriais kinų, portugalų, anglų, bulgarų, čekų, danų, estų, graikų, ispanų, italų, latvių, lenkų, lietuvių, maltiečių, olandų, prancūzų, rumunų, slovakių, slovėnų, suomių, švedų, vengrų ir vokiečių kalbomis, tekstas visomis šiomis kalbomis yra autentiškas.

MEGÁLLAPODÁS
A KÍNAI NÉPKÖZTÁRSASÁG MAKAOI KÜLÖNLEGES
KÖZIGAZGATÁSI TERÜLETE ÉS AZ EURÓPAI UNIÓ KÖZÖTT
A LÉGI KÖZLEKEDÉS
BIZONYOS KÉRDÉSEIRŐL

A KÍNAI NÉPKÖZTÁRSASÁG MAKAOI KÜLÖNLEGES KÖZIGAZGATÁSI TERÜLETÉNEK KORMÁNYA, a továbbiakban: „Makaó KKT”, amelyet a Kínai Népköztársaság Központi Népi Kormánya megfelelően felhatalmazott e megállapodás megkötésére,

egyrésztől, és

AZ EURÓPAI UNIÓ, a továbbiakban: „az Unió”

másrésztől

a továbbiakban: „a felek”,

MEGÁLLAPÍTVA, hogy az Unió több tagállama és Makaó KKT között olyan kétoldalú légi közlekedési megállapodások jöttek létre, amelyek az uniós joggal ellentétes rendelkezéseket tartalmaznak,

MEGÁLLAPÍTVA, hogy az Unió kizárólagos hatáskörrel rendelkezik számos olyan kérdést illetően, amelyre az Unió tagállamai és harmadik felek között létrejött kétoldalú légiközlekedési megállapodások kiterjedhetnek,

MEGÁLLAPÍTVA, hogy az uniós jog szerint a tagállamok valamelyikében székhellyel rendelkező közösségi légi fuvarozóknak joguk van hátrányos megkülönböztetés nélkül hozzáférni az Unió tagállamai és harmadik felek közötti légi útvonalakhoz,

TEKINTETTEL az Unió és egyes harmadik felek között létrejött azon megállapodásokra, amelyek az ilyen harmadik felek állampolgársággal rendelkező személyei és ott letelepedett jogalanyai számára lehetővé teszik, hogy az uniós joggal összhangban engedélyezett légifuvarozókban tulajdonjogot szerezzenek,

FELISMERVE, hogy az uniós jog, valamint az Unió tagállamai és Makaó KKT között létrejött kétoldalú légi közlekedési megállapodások rendelkezéseinek összhangba hozatala az uniós jogszabályokkal rendezett jogi háttérrel teremt az Unió és Makaó KKT közötti légi közlekedési szolgáltatások számára és hozzájárul az ilyen légi szolgáltatások folytonosságának fenntartásához,

MEGÁLLAPÍTVA, hogy az uniós jog értelmében a légi fuvarozók elvben nem köthetnek olyan megállapodásokat, amelyek hatással lehetnek az Unió tagállamai közötti kereskedelemre, és amelyeknek célja vagy hatása a belső piacon belüli verseny megakadályozása, korlátozása vagy torzítása,

FELISMERVE, hogy az Unió tagállamai és Makaó KKT között létrejött kétoldalú légi közlekedési megállapodások azon rendelkezései, amelyek i. előírják vagy előnyben részesítik a vállalkozások közötti olyan megállapodásokat, vállalkozástársulások által hozott döntések vagy összehangolt magatartások elfogadását, amelyek megakadályozzák, torzítják vagy korlátozzák a légi fuvarozók közötti versenyt az adott útvonalakon; vagy ii. bármely efféle megállapodás, határozat vagy összehangolt magatartás hatásait erősítik; vagy iii. a légi fuvarozókra vagy más magánjellegű gazdasági szereplőkre hárítják a felelősséget az olyan intézkedésekért, amelyek megakadályozzák, torzítják vagy korlátozzák a légi fuvarozók közötti versenyt a fontos útvonalakon, hozzájárulhatnak ahhoz, hogy a vállalkozásokra vonatkozó versenyszabályok veszítenek hatékonyságukból,

MEGÁLLAPÍTVA, hogy e megállapodásnak nem célja az Unió és Makaó KKT közötti légi forgalom mértékének növelése, a közösségi légi fuvarozók és Makaó KKT légi fuvarozói közti egyensúly befolyásolása, vagy a meglévő kétoldalú légiközlekedési megállapodások rendelkezéseinek a forgalmi jogok tekintetében történő módosítása,

A KÖVETKEZŐKBEN ÁLLAPODTAK MEG:

1. CIKK

Általános rendelkezések

1. E megállapodás alkalmazásában a „tagállamok” az Európai Unió tagállamait, az „EU-szerződések” az Európai Unióról szóló szerződést és az Európai Unió működéséről szóló szerződést jelenti.
2. Az 1. mellékletben felsorolt valamennyi megállapodásban az adott megállapodásban szerződő félként szereplő tagállamban illetőséggel rendelkező személyekre vagy egyéb jogalanyokra való hivatkozásokat az Unió bármely tagállamában illetőséggel rendelkező személyekre vagy jogalanyokra való hivatkozásként kell értelmezni.
3. Az 1. mellékletben felsorolt valamennyi megállapodásban az adott megállapodásban szerződő félként szereplő tagállam légi fuvarozóira vagy légitársaságaira való hivatkozásokat az Unió bármely tagállama által kijelölt légi fuvarozókra vagy légitársaságokra való hivatkozásként kell értelmezni.

2. CIKK

Tagállam általi kijelölés

1. A 2. melléklet a) és b) pontjában felsorolt cikkek vonatkozó rendelkezései helyébe az e cikk (2) és (3) bekezdésének rendelkezései lépnek a légi fuvarozóknak az érintett tagállam általi kijelölése, a légi fuvarozó részére Makaó KKT által megadott engedélyek és jogosítványok kiadása, valamint az ilyen engedélyek vagy jogosítványok megtagadása, visszavonása, felfüggesztése vagy korlátozása tekintetében.

2. A tagállam általi kijelölés kézhezvételét követően Makaó KKT a legrövidebb eljárási időn belül megadja a megfelelő engedélyeket és jogosítványokat, feltéve hogy:

- a) a légi fuvarozó az EU-szerződések értelmében a kijelölő tagállamban székhellyel , és az uniós jognak megfelelő érvényes működési engedéllyel rendelkezik; és
- b) az üzemeltetési engedély kiadásáért felelős tagállam az előírások szerint hatékonyan és folyamatosan felügyeli a légi fuvarozó tevékenységét, valamint a kijelölésben egyértelműen meghatározták az illetékes légiközlekedési hatóságot; és
- c) a légi fuvarozó közvetlenül vagy többségi tulajdon révén a tagállamok és/vagy tagállamokban illetőséggel rendelkező személyek vagy egyéb jogalanyok, és/vagy a 3. mellékletben felsorolt egyéb államok és/vagy azokban illetőséggel rendelkező személyek vagy egyéb jogalanyok tulajdonában van, és ezek tényleges ellenpörzése alatt áll.

3. Makaó KKT-nek jogában áll a tagállam által kijelölt légi fuvarozó engedélyeit vagy jogosítványait megtagadni, visszavonni, felfüggeszteni vagy korlátozni, amennyiben:

- a) a légi fuvarozó az EU-szerződések értelmében nem rendelkezik a kijelölő tagállamban székhellyel vagy nem rendelkezik az uniós jognak megfelelő érvényes működési engedéllyel;
- b) az üzemeltetési engedély kiadásáért felelős tagállam nem felügyeli hatékonyan vagy folyamatosan a légi fuvarozó tevékenységét, vagy az illetékes légiközlekedési hatóságot a kijelölésben nem határozták meg egyértelműen; vagy
- c) a légi fuvarozó nincsen közvetlenül vagy többségi tulajdon révén a tagállamok és/vagy a tagállamokban illetőséggel rendelkező személyek vagy egyéb jogalanyok, és/vagy a 3. mellékletben felsorolt egyéb államok és/vagy azokban illetőséggel rendelkező személyek vagy egyéb jogalanyok tulajdonában vagy tényleges ellenőrzése alatt.

Az e bekezdés szerinti jogának gyakorlása során Makaó KKT nem alkalmazhat illetőségi alapon megkülönböztetést a közösségi légi fuvarozók között.

3. CIKK

Biztonság

1. A 2. melléklet c) pontjában felsorolt cikkek megfelelő rendelkezései kiegészülnek e cikk (2) bekezdésének rendelkezéseivel.
2. Ha a tagállamok egyike olyan légi fuvarozót jelöl ki, amelynek felügyeletét egy másik tagállam gyakorolja és tartja fenn, a légi fuvarozót kijelölő tagállam és Makaó KKT között létrejött megállapodásban foglalt biztonsági rendelkezések szerint Makaót a biztonsági előírásoknak az adott másik tagállam általi elfogadása, végrehajtása és betartatása tekintetében, valamint az adott légi fuvarozó működési engedélye tekintetében megillető jogok ugyanúgy fennállnak.

4. CIKK

A légi járművek tüzelőanyagaira kivetett adók

1. A 2. melléklet d) pontjában felsorolt megfelelő cikkek kiegészülnek e cikk (2) bekezdésének rendelkezéseivel.
2. Bármely ellenkező értelmű rendelkezéstől eltérve, a 2. melléklet d) pontjában felsorolt megállapodásokban foglaltak nem akadályozhatják meg a tagállamokat abban, hogy hátrányos megkülönböztetés nélkül adókat, illetékeket, vámokat vagy díjakat vessenek ki a területükön felvett tüzelőanyagra, amelyet a Makaó KKT által kijelölt légi fuvarozók olyan légi járművei használnak, amelyek az adott tagállam területének egy pontja és az adott tagállam vagy egy másik tagállam területének egy másik pontja között közlekednek.

5. CIKK

A versenyszabályoknak való megfelelés

1. Az 1. mellékletben felsorolt megállapodások egyetlen rendelkezése i. sem írhatja elő vagy részesíti előnyben olyan, vállalkozások közötti megállapodásoknak, vállalkozások társulásai által hozott döntéseknek vagy összehangolt gyakorlatoknak az elfogadását, amelyek a piaci versenyt akadályozzák vagy torzítják; vagy ii. nem erősítheti bármely efféle megállapodás, határozat vagy összehangolt magatartás hatásait; illetve iii. nem háríthatja a magánszektorbeli gazdasági szereplőkre a felelősséget a versenyt akadályozó, torzító vagy korlátozó intézkedések meghozataláért, még ezzel ellentétes tartalmú rendelkezés esetén sem.
2. Az 1. mellékletben felsorolt megállapodásoknak az e cikk (1) bekezdésével összeegyeztethetetlen rendelkezései nem alkalmazhatók.

6. CIKK

A megállapodás mellékletei

E megállapodás mellékletei a megállapodás elválaszthatatlan részét képezik.

7. CIKK

Felülvizsgálat vagy módosítás

E megállapodást a felek kölcsönös megegyezés alapján bármikor felülvizsgálhatják vagy módosíthatják.

8. CIKK

Hatálybalépés és ideiglenes alkalmazás

1. Ez a megállapodás azon a napon lép hatályba, amelyen a felek írásban értesítették egymást arról, hogy a megállapodás hatálybalépéséhez szükséges belső eljárásaik lezárultak.
2. Az (1) bekezdéstől eltérve a felek megállapodnak abban, hogy e megállapodást ideiglenesen alkalmazzák az azt a napot követő hónap első napjától, amelyen értesítik egymást az ehhez szükséges eljárások lezárultáról.
3. Ez a megállapodás valamennyi, az 1. mellékletben felsorolt megállapodásra és egyéb megegyezésre alkalmazandó, beleértve azokat is, amelyek e megállapodás aláírásának napján még nem léptek hatályba, és amelyeket nem alkalmaznak ideiglenesen.

9. CIKK

Megszűnés

1. Abban az esetben, ha az 1. mellékletben felsorolt megállapodások egyike megszűnik, e megállapodás minden olyan rendelkezése, amely az 1. mellékletben szereplő adott megállapodásra vonatkozik, ezzel egyidőben hatályát veszti.
2. Abban az esetben, ha az 1. mellékletben felsorolt összes megállapodás megszűnik, ez a megállapodás is megszűnik.

FENTIEK HITELÉÜL, az alulírott, erre kellően feljogosított meghatalmazottak aláírták ezt a megállapodást.

Kelt két-két eredeti példányban kínai, portugál, angol, bolgár, cseh, dán, észt, finn, francia, görög, holland, kínai, lengyel, lett, litván, magyar, máltai, német, olasz, román, spanyol, svéd, szlovák és szlovén nyelven, mindegyik szöveg egyformán hiteles.

FTEHIM

BEJN R-REGJUN AMMINISTRATTIV SPEĊJALI TAL-MAKAW
TAR-REPUBBLIKA POPOLARI TAĊ-ĊINA U L-UNJONI EWROPEA
DWAR ĊERTI ASPETTI TAS-SERVIZZI TAL-AJRU

IL-GVERN TAR-REGJUN AMMINISTRATTIV SPEĊJALI TAL-MAKAW TAR-REPUBBLIKA POPOLARI TAĊ-ĊINA, minn hawn 'il quddiem imsejjaħ “ir-RAS tal-Makaw”, billi ġie awtorizzat kif suppost biex jikkonkludi dan il-Ftehim mill-Gvern Ċentrali tal-Poplu tar-Repubblika Popolari taċ-Ċina,

min-naħa l-waħda, u

L-UNJONI EWROPEA, minn hawn 'il quddiem imsejjaħ "l-Unjoni",

min-naħa l-oħra,

minn hawn 'il quddiem imsejjaħ “il-Partijiet”,

FILWAQT LI JINNOTAW li ġew konklużi ftehimiet bilaterali bejn diversi Stati Membri tal-Unjoni u r-RAS tal-Makaw dwar is-servizzi tal-ajru li fihom dispożizzjonijiet kontra l-liġi tal-Unjoni,

FILWAQT LI JINNOTAW li l-Unjoni għandha kompetenza esklussiva fir-rigward ta' diversi aspetti li jistgħu jiġu inklużi fi ftehimiet bilaterali dwar is-servizzi tal-ajru bejn Stati Membri tal-Unjoni u partijiet terzi,

FILWAQT LI JINNOTAW li, skont il-liġi tal-Unjoni, it-trasportaturi tal-ajru Komunitarji stabbiliti fi Stat Membru għandhom id-dritt għal aċċess mhux diskriminatorju għar-rotot tal-ajru bejn l-Istati Membri tal-Unjoni u partijiet terzi,

FILWAQT LI JIKKUNSIDRAW il-ftehimiet bejn l-Unjoni u ċerti partijiet terzi li jipprovdu għall-possibbiltà li ċ-ċittadini ta' partijiet terzi ta' dan it-tip isiru proprjetarji ta' trasportaturi tal-ajru lliċenzjati skont il-liġi tal-Unjoni,

FILWAQT LI JIRRIKONOXXU li ċerti dispożizzjonijiet tal-ftehimiet bilaterali dwar is-servizzi tal-ajru bejn l-Istati Membri tal-Unjoni u r-RAS tal-Makaw, li huma kontra l-liġi tal-Unjoni, għandhom jingiebu f'konformità ma' dik il-liġi biex tiġi stabbilita bażi legali tajba għas-servizzi tal-ajru bejn l-Unjoni u r-RAS tal-Makaw u biex tiġi ppreservata l-kontinwità ta' servizzi tal-ajru ta' dan it-tip,

FILWAQT LI JINNOTAW li, skont il-liġi tal-Unjoni, it-trasportaturi tal-ajru fil-prinċipju ma jistgħux jikkonkludu ftehimiet li jistgħu jaffettwaw il-kummerċ bejn l-Istati Membri tal-Unjoni u li jkollhom bħala l-għan jew l-effett tagħhom li jipprevjenu, jirrestringu jew jgħawġu l-kompetizzjoni,

FILWAQT LI JIRRIKONOXXU li d-dispożizzjonijiet fil-ftehimiet bilaterali dwar is-servizzi tal-ajru konklużi bejn l-Istati Membri tal-Unjoni u r-RAS tal-Makaw li: i) jehtieġu jew jiffavorixxu l-adozzjoni ta' ftehimiet bejn il-kumpaniji, deċiżjonijiet minn assoċjazzjonijiet ta' kumpaniji jew prattiki miftiehma li jipprevjenu, jgħawġu jew jirrestringu l-kompetizzjoni bejn it-trasportaturi tal-ajru fir-rotot rilevanti; jew ii) isahħu l-effetti ta' kwalunkwe ftehim, deċiżjoni jew prattika miftiehma ta' dan it-tip; jew iii) jiddelegaw lit-trasportaturi tal-ajru jew l-operaturi ekonomiċi privati oħra r-responsabbiltà għat-teħid ta' miżuri li jipprevjenu, jgħawġu jew jirrestringu l-kompetizzjoni bejn it-trasportaturi tal-ajru fir-rotot rilevanti li jistgħu jagħmlu ineffettivi r-regoli tal-kompetizzjoni applikabbli għall-kumpaniji,

FILWAQT LI JINNOTAW li dan il-Ftehim la għandu l-għan li jżid il-volum totali tat-traffiku tal-ajru bejn l-Unjoni u r-RAS tal-Makaw, la li jaffettwa l-bilanċ bejn trasportaturi tal-ajru Komunitarji u trasportaturi tal-ajru tar-RAS tal-Makaw, u lanqas li jinnegozja emendi għad-dispożizzjonijiet ta' ftehimiet bilaterali eżistenti dwar is-servizzi tal-ajru fir-rigward ta' drittijiet tat-traffiku,

FTIEHMU DAN LI ĠEJ:

ARTIKOLU 1

Dispożizzjonijiet ġenerali

1. Għall-finijiet ta' dan il-Ftehim, "Stati Membri" għandha tfisser l-Istati Membri tal-Unjoni Ewropea, u "Trattati tal-UE" għandha tfisser it-Trattat dwar l-Unjoni Ewropea u t-Trattat dwar il-Funzjonament tal-Unjoni Ewropea.
2. Ir-referenzi f'kull wieħed mill-ftehimiet elenkati fl-Anness 1 għal ċittadini tal-Istat Membru li jkun parti għal dak il-ftehim għandhom jinftiehem li jirreferu għal ċittadini ta' kwalunkwe wieħed mill-Istati Membri.
3. Ir-referenzi f'kull wieħed mill-ftehimiet elenkati fl-Anness 1 għal trasportaturi tal-ajru jew linji tal-ajru tal-Istat Membru li jkun parti għal dak il-ftehim għandhom jinftiehem bħala li jirreferu għat-trasportaturi tal-ajru jew għal-linji tal-ajru nnominati minn dak l-Istat Membru.

ARTIKOLU 2

Nomina minn Stat Membru

1. Id-dispożizzjonijiet fil-paragrafi 2 u 3 ta' dan l-Artikolu għandhom jieħdu post id-dispożizzjonijiet korrispondenti fl-Artikoli elenkati fl-Anness 2(a) u (b) rispettivament, f'dak li għandu x'jaqsam man-nomina ta' trasportatur tal-ajru mill-Istat Membru kkonċernat, l-awtorizzazzjonijiet u l-permessi mogħtija lill-mir-RAS tal-Makaw, u r-rifjut, ir-revoka, is-sospensjoni jew il-limitazzjoni tal-awtorizzazzjonijiet ta' tali permessi tat-trasportatur tal-ajru, rispettivament.
2. Malli tirċievi nomina mingħand Stat Membru, ir-RAS tal-Makaw għandu jagħti l-awtorizzazzjonijiet u l-permessi xierqa bl-anqas dewmien proċedurali, sakemm:
 - (a) it-trasportatur tal-ajru jkun ġie stabbilit, skont it-Trattati tal-UE, fit-territorju tal-Istat Membru li jkun qed jinnomina u li jkollu Liċenzja biex Jopera valida f'konformità mal-liġi tal-Unjoni; u
 - (b) jiġi eżerċitat u miżmum kontroll regolatorju effettiv tat-trasportatur tal-ajru mill-Istat Membru responsabbli mill-ħruġ ta' Ċertifikat tiegħu ta' Operatur tal-Ajru, u l-awtorità ajrunawtika rilevanti tkun identifikata b'mod ċar fin-nomina; u wkoll

- (c) it-trasportatur tal-ajru jkun proprjetà ta', direttament jew permezz tal-akbar sehem azzjonarju, u jkun effettivament ikkontrollat mill-Istati Membri u/jew miċ-ċittadini tal-Istati Membri, u/jew mill-Istati l-oħra elenkati fl-Anness 3 u/jew miċ-ċittadini ta' stati oħra ta' dan it-tip.
3. Ir-RAS tal-Makaw jista' jirrifjuta, jirrevoka, jissospendi jew jillimita l-awtorizzazzjonijiet jew il-permessi ta' trasportatur tal-ajru nnominat minn Stat Membru meta:
- (a) it-trasportatur tal-ajru ma jkunx stabbilit, skont it-Trattati tal-UE, fit-territorju tal-Istat Membru li jkun qed jinnominah jew ma jkollux Liċenzja biex Jopera valida skont il-liġi tal-Unjoni;
- (b) ma jiġix eżerċitat jew miżmum kontroll regolatorju effettiv tat-trasportatur tal-ajru mill-Istat Membru responsabbli għall-ħruġ ta' Ċertifikat tiegħu ta' Operatur tal-Ajru, jew l-awtorità ajrunawtika rilevanti ma tkunx identifikata b'mod ċar fin-nomina; jew
- (c) it-trasportatur tal-ajru ma jkunx proprjetà, direttament jew permezz tal-akbar sehem azzjonarju, u ma jkunx ikkontrollat effettivament mill-Istati Membri u/jew miċ-ċittadini tal-Istati Membri, u/jew mill-istati l-oħra elenkati fl-Anness 3 u/jew minn ċittadini ta' stati oħra ta' dan it-tip.

Huwa u jeżerċita d-dritt tiegħu skont dan il-paragrafu, ir-RAS tal-Makaw ma għandux jiddiskrimina bejn trasportaturi tal-ajru Komunitarju abbażi tan-nazzjonalità.

ARTIKOLU 3

Sikurezza

1. Id-dispożizzjonijiet fil-paragrafu 2 ta' dan l-Artikolu għandhom jikkomplementaw id-dispożizzjonijiet korrispondenti fl-Artikoli elenkati fl-Anness 2(c).
2. Meta Stat Membru jkun innomina trasportatur tal-ajru li l-kontroll regolatorju tiegħu jkun imħaddem u miżmum minn Stat Membru ieħor, id-drittijiet tar-RAS tal-Makaw taht id-dispożizzjonijiet dwar is-sikurezza tal-Ftehim bejn l-Istat Membru li jkun nnomina t-trasportatur tal-ajru u r-RAS tal-Makaw għandhom japplikaw b'mod ugwali fir-rigward tal-adozzjoni, it-tħaddim jew iż-żamma tal-istandards tas-sikurezza minn dak l-Istat Membru l-ieħor u fir-rigward tal-awtorizzazzjoni għat-tħaddim ta' dak it-trasportatur tal-ajru.

ARTIKOLU 4

Tassazzjoni fuq il-fjuwil tal-avjazzjoni

1. Id-dispożizzjonijiet fil-paragrafu 2 ta' dan l-Artikolu għandhom jikkomplementaw id-dispożizzjonijiet korrispondenti fl-Artikoli elenkati fl-Anness 2(d).
2. Minkejja kull dispożizzjoni oħra kontra dan, xejn f'kull wieħed mill-Ftehimiet elenkati fl-Anness 2(d) ma għandu jzomm Stat Membru milli jimponi, fuq bażi mhux diskriminatorja, taxxi, imposti, dazji, miżati jew hlasijiet fuq fjuwil li jiġi fornut fit-territorju tiegħu għall-użu f'ingenu tal-ajru ta' trasportatur tal-ajru nnominat mir-RAS tal-Makaw li jopera bejn punt fit-territorju ta' dak l-Istat Membru u punt ieħor fit-territorju ta' dak l-Istat Membru jew fit-territorju ta' Stat Membru ieħor.

ARTIKOLU 5

Kompatibbiltà mar-regoli tal-kompetizzjoni

1. Minkejja kull dispozizzjoni oħra kontra dan, xejn f'kull wieħed mill-ftehimiet elenkati fl-Anness 1 ma għandu: (i) jehtieg jew jiffavorixxi l-adozzjoni ta' ftehimiet bejn imprizi, deċizzjonijiet minn assoċjazzjonijiet ta' imprizi jew prattiki miftiehma li jipprevjenu jew jgħawġu l-kompetizzjoni; (ii) isaħħaħ l-effetti ta' kwalunkwe ftehim, deċizzjoni jew prattika miftiehma ta' dan it-tip jew (iii) jiddelega lill-operaturi ekonomiċi privati r-responsabbiltà biex jittieħdu miżuri li jipprevjenu, jgħawġu jew jirrestringu l-kompetizzjoni.
2. Id-dispożizzjonijiet inklużi fil-Ftehimiet elenkati fl-Anness 1 li mhumiex kompatibbli mal-paragrafu 1 ta' dan l-Artikolu ma għandhomx jiġu applikati.

ARTIKOLU 6

Annensi għall-Ftehim

L-Annensi għal dan il-Ftehim għandhom jiformaw parti integrali minnu.

ARTIKOLU 7

Revizjoni jew emenda

Il-Partijiet jistgħu, f'kull hin, jirvedu jew jemendaw dan il-Ftehim permezz ta' kunsens reċiproku.

ARTIKOLU 8

Dhul fis-seħħ u applikazzjoni provviżorja

1. Dan il-Ftehim għandu jidhol fis-seħħ meta l-Partijiet ikunu nnotifikaw lil xulxin bil-miktub li l-proċeduri interni rispettivi tagħhom li huma meħtieġa biex jidhol fis-seħħ tlestew.
2. Minkejja l-paragrafu 1, il-Partijiet jaqblu li japplikaw dan il-Ftehim fuq bażi provviżorja mill-ewwel jum tax-xahar ta' wara d-data li fiha l-Partijiet ikunu nnotifikaw lil xulxin li l-proċeduri meħtieġa għal dan l-iskop tlestew.
3. Dan il-Ftehim għandu japplika għall-Ftehimiet u l-Arrangamenti kollha elenkati fl-Anness 1 inklużi dawk li fid-data tal-iffirmar ta' dan il-Ftehim ikunu għadhom ma daħlux fis-seħħ u li ma jkunux qed jiġu applikati b'mod provviżorju.

ARTIKOLU 9

Terminazzjoni

1. Fil-każ li Ftehim elenkat fl-Anness 1 jiġi tterminat, id-dispożizzjonijiet kollha ta' dan il-Ftehim li għandhom x'jaqsmu mal-Ftehim ikkonċernat elenkat fl-Anness 1 għandhom jiġu tterminati fl-istess hin.
2. Fil-każ li l-Ftehimiet kollha elenkati fl-Anness 1 jiġu tterminati, dan il-Ftehim għandu jiġi tterminat fl-istess hin.

B'XHIEDA TA' DAN, il-firmatarji, awtorizzati kif inhu xieraq, iffirmaw dan il-Ftehim.

Magħmul f'żewġ kopji bil-lingwa Ċiniża, Portugiża, Bulgara, Ċeka, Daniża, Olandiża, Ingliża, Estonjana, Finlandiża, Franciża, Germaniża, Griega, Ungeriża, Taljana, Latvjana, Litwana, Maltija, Pollakka, Rumena, Slovakka, Slovena, Spanjola u Svediża, bit-testi kollha huma ugwalment awtentiċi.

OVEREENKOMST
TUSSEN DE REGERING VAN DE SPECIALE ADMINISTRATIEVE REGIO MACAU
VAN DE VOLKSREPUBLIC CHINA EN DE EUROPESE UNIE
INZAKE BEPAALDE ASPECTEN VAN LUCHTDIENSTEN

DE REGERING VAN DE SPECIALE ADMINISTRATIEVE REGIO MACAU VAN DE VOLKSREPUBLICHEK CHINA, hierna "de SAR Macau" genoemd, door de Centrale Volksregering van de Volksrepubliek China gemachtigd om deze Overeenkomst te sluiten,

enerzijds, en

DE EUROPESE UNIE, hierna "de Unie" genoemd,

anderzijds,

hierna "de partijen" genoemd,

VASTSTELLEND dat verscheidene lidstaten van de Unie met de SAR Macau bilaterale overeenkomsten voor luchtdiensten hebben gesloten die bepalingen bevatten welke in strijd zijn met het recht van de Unie,

VASTSTELLEND dat de Unie exclusief bevoegd is voor diverse aspecten die mogelijk zijn opgenomen in bilaterale overeenkomsten voor luchtdiensten tussen lidstaten van de Unie en derden,

OPMERKENDE dat in een lidstaat gevestigde communautaire luchtvaartmaatschappijen overeenkomstig het recht van de Unie het recht hebben op niet-discriminerende toegang tot luchtroutes tussen de lidstaten van de Unie en derden,

GELET OP de overeenkomsten tussen de Unie en bepaalde derden waarin onderdanen van deze derden de mogelijkheid wordt geboden eigendom te verwerven in luchtvaartmaatschappijen die een vergunning hebben gekregen overeenkomstig het recht van de Unie,

ERKENNENDE dat de bepalingen van de tussen lidstaten van de Unie en de SAR Macau gesloten bilaterale overeenkomsten voor luchtdiensten die in strijd zijn met het recht van de Unie met dat recht in overeenstemming moeten worden gebracht om een solide rechtsgrond voor luchtdiensten tussen de Unie en de SAR Macau tot stand te brengen en om de continuïteit van dergelijke luchtdiensten te garanderen,

VASTSTELLEND dat luchtvaartmaatschappijen volgens het recht van de Unie in principe geen overeenkomsten mogen sluiten die de handel tussen de lidstaten van de Unie kunnen beïnvloeden en die ertoe strekken of tot gevolg hebben dat de mededinging wordt verhinderd, beperkt of vervalst,

ERKENNENDE dat sommige bepalingen van de tussen lidstaten van de Gemeenschap en de SAR Macau gesloten bilaterale overeenkomsten voor luchtdiensten: i) die luchtvaartmaatschappijen verplichten of aanmoedigen tot het tot stand komen van overeenkomsten tussen ondernemingen, besluiten van ondernemersverenigingen en onderling afgestemde feitelijke gedragingen die ertoe strekken of ten gevolge hebben dat de mededinging op de relevante routes wordt verhinderd, vervalst of beperkt; of ii) die de gevolgen van dergelijke overeenkomsten, besluiten of onderling afgestemde feitelijke gedragingen versterken; of iii) waarbij de verantwoordelijkheid voor het nemen van maatregelen die de mededinging tussen luchtvaartmaatschappijen op de relevante routes verhinderen, vervalsen of beperken, wordt toevertrouwd aan luchtvaartmaatschappijen of andere particuliere economische operatoren, de doeltreffendheid in het gedrang brengen van de op de ondernemingen toepasselijke mededingingsregels,

VASTSTELLEND dat deze overeenkomst niet tot doel heeft het totale volume aan luchtverkeer tussen de Unie en de SAR Macau te wijzigen, noch om het evenwicht tussen communautaire luchtvaartmaatschappijen en luchtvaartmaatschappijen uit de SAR Macau te wijzigen, noch om te onderhandelen over wijzigingen in de bepalingen van bestaande bilaterale luchtdienstovereenkomsten inzake verkeersrechten,

ZIJN HET VOLGENDE OVEREENGEKOMEN:

ARTIKEL 1

Algemene bepalingen

1. In deze Overeenkomst wordt onder "lidstaten" lidstaten van de Europese Unie, en onder "EU-Verdragen" het Verdrag betreffende de Europese Unie en het Verdrag betreffende de werking van de Europese Unie verstaan.
2. Wanneer in de in bijlage 1 vermelde overeenkomsten wordt verwezen naar onderdanen van de lidstaat die partij is bij de Overeenkomst, wordt dit begrepen als een verwijzing naar onderdanen van de lidstaten.
3. Wanneer in de overeenkomsten van bijlage 1 wordt verwezen naar luchtvaartmaatschappijen van de lidstaat die partij is bij de Overeenkomst, wordt dit begrepen als een verwijzing naar de door die lidstaat aangewezen luchtvaartmaatschappijen.

ARTIKEL 2

Aanwijzing door een lidstaat

1. De bepalingen van de leden 2 en 3 van dit artikel hebben voorrang op de overeenkomstige bepalingen van de in bijlage 2, onder a) en b), genoemde artikelen voor wat betreft de aanwijzing van een luchtvaartmaatschappij door de desbetreffende lidstaat, de vergunningen en machtigingen die door de SAR Macau aan deze luchtvaartmaatschappij zijn verleend en de weigering, intrekking, opschorting of beperking van dergelijke vergunningen en machtigingen.
2. Wanneer de SAR Macau een aanwijzing door een lidstaat ontvangt, verleent zij zo spoedig mogelijk de passende vergunningen en machtigingen, op voorwaarde dat:
 - a) de luchtvaartmaatschappij, overeenkomstig de EU-Verdragen, op het grondgebied van de aanwijzende lidstaat is gevestigd en beschikt over een geldige exploitatievergunning overeenkomstig het recht van de Unie; en

- b) de lidstaat die verantwoordelijk is voor de afgifte van het Air Operators Certificate op doeltreffende wijze controleert of de luchtvaartmaatschappij de regelgeving naleeft, en de bevoegde luchtvaartautoriteit duidelijk in de aanwijzing is vermeld; en
- c) de luchtvaartmaatschappij rechtstreeks of door een meerderheidsbelang eigendom is van lidstaten en/of onderdanen van lidstaten, en/of van andere in bijlage 3 vermelde landen en/of onderdanen van die landen, en deze landen en/of onderdanen daadwerkelijk zeggenschap uitoefenen over de luchtvaartmaatschappij.

3. De SAR Macau mag de vergunningen of machtigingen van een door een lidstaat aangewezen luchtvaartmaatschappij weigeren, intrekken, opschorten of beperken wanneer:

- a) de luchtvaartmaatschappij niet, overeenkomstig de EU-Verdragen, op het grondgebied van de aanwijzende lidstaat is gevestigd of niet beschikt over een geldige exploitatievergunning overeenkomstig het recht van de Unie;
- b) de lidstaat die verantwoordelijk is voor de afgifte van het Air Operators Certificate niet op doeltreffende wijze controleert of de luchtvaartmaatschappij de regelgeving naleeft, of wanneer de relevante luchtvaartautoriteit niet duidelijk in de aanwijzing is vermeld; of
- c) de luchtvaartmaatschappij niet rechtstreeks of door een meerderheidsbelang eigendom is van lidstaten en/of onderdanen van lidstaten, en/of van andere in bijlage 3 vermelde landen en/of onderdanen van die landen, en deze landen en/of onderdanen niet daadwerkelijk zeggenschap uitoefenen over de luchtvaartmaatschappij.

De SAR Macau mag bij de uitoefening van de rechten die het krachtens dit lid geniet, geen onderscheid maken tussen communautaire luchtvaartmaatschappijen op grond van nationaliteit.

ARTIKEL 3

Veiligheid

1. De bepalingen van lid 2 van dit artikel vormen een aanvulling op de desbetreffende bepalingen in de in bijlage 2, onder c), vermelde artikelen.
2. Wanneer een lidstaat een luchtvaartmaatschappij heeft aangewezen die onder het wettelijk toezicht van een andere lidstaat staat, zijn de rechten van de SAR Macau uit hoofde van de veiligheidsvoorschriften van de overeenkomst tussen de lidstaat die de luchtvaartmaatschappij heeft aangewezen en de SAR Macau zowel van toepassing op de vaststelling, naleving of handhaving van veiligheidsnormen door die andere lidstaat als op de exploitatievergunning van die luchtvaartmaatschappij.

ARTIKEL 4

Belasting op vliegtuigbrandstof

1. De bepalingen van lid 2 van dit artikel vormen een aanvulling op de overeenkomstige bepalingen van de in bijlage 2, onder d), vermelde artikelen.
2. Niettegenstaande eventuele andersluidende bepalingen beletten de in bijlage 2, onder d), vermelde overeenkomsten op generlei wijze dat de lidstaten op niet-discriminerende wijze belastingen, heffingen, accijnzen, vergoedingen of kosten in rekening brengen voor de brandstof die op hun grondgebied wordt geleverd voor gebruik in een vliegtuig van een aangewezen luchtvaartmaatschappij van de SAR Macau dat een plaats op het grondgebied van die lidstaat verbindt met een andere plaats op het grondgebied van die lidstaat of op het grondgebied van een andere lidstaat.

ARTIKEL 5

Verenigbaarheid met de mededingingsregels

1. Onverminderd eventuele andersluidende bepalingen mag niets in de in bijlage 1 vermelde overeenkomsten: i) vereisen of aanmoedigen dat overeenkomsten tussen ondernemingen, besluiten van ondernemersverenigingen en onderling afgestemde feitelijke gedragingen tot stand komen die de mededinging verhinderen of vervalsen; of ii) de gevolgen van dergelijke overeenkomsten, besluiten of onderling afgestemde feitelijke gedragingen versterken; of iii) de verantwoordelijkheid voor het nemen van maatregelen die de mededinging verhinderen, vervalsen of beperken, toevertrouwen aan particuliere economische operatoren.
2. De bepalingen in de in bijlage 1 vermelde overeenkomsten die niet verenigbaar zijn met lid 1 van dit artikel, worden niet toegepast.

ARTIKEL 6

Bijlagen bij de Overeenkomst

De bijlagen bij deze Overeenkomst maken integrerend deel uit van de Overeenkomst.

ARTIKEL 7

Herziening of wijziging

De partijen mogen deze Overeenkomst op elk ogenblik met wederzijdse instemming herzien of wijzigen.

ARTIKEL 8

Inwerkingtreding en voorlopige toepassing

1. Deze Overeenkomst treedt in werking wanneer de partijen elkaar schriftelijk hebben meegedeeld dat zij hun interne procedures voor de inwerkingtreding van de Overeenkomst hebben voltooid.
2. Onverminderd het bepaalde in lid 1 komen de partijen overeen deze Overeenkomst voorlopig toe te passen vanaf de eerste dag van de maand volgende op de datum waarop de partijen elkaar in kennis hebben gesteld van de voltooiing van de daartoe vereiste procedures.
3. Deze Overeenkomst is van toepassing op alle in bijlage 1 vermelde overeenkomsten en regelingen, waaronder die welke op de datum van ondertekening van deze Overeenkomst nog niet in werking zijn getreden en niet voorlopig worden toegepast.

ARTIKEL 9

Beëindiging

1. Wanneer een in bijlage 1 vermelde overeenkomst wordt beëindigd, worden ook alle bepalingen van de onderhavige Overeenkomst die betrekking hebben op de desbetreffende in bijlage 1 vermelde overeenkomst tegelijkertijd beëindigd.
2. Wanneer alle in bijlage 1 vermelde overeenkomsten worden beëindigd, wordt de onderhavige Overeenkomst tegelijkertijd beëindigd.

TEN BLIJKE WAARVAN de ondergetekenden, daartoe naar behoren gemachtigd, deze Overeenkomst hebben ondertekend.

Gedaan te in tweevoud in de Chinese, Portugese, Bulgaarse, Deense, Duitse, Engelse, Estse, Finse, Franse, Griekse, Hongaarse, Italiaanse, Letse, Litouwse, Maltese, Nederlandse, Poolse, Roemeense, Slowaakse, Sloveense, Spaanse, Tsjechische, en Zweedse taal, zijnde alle teksten gelijkelijk authentiek.

UMOWA
MIĘDZY A RZĄDEM SPECJALNEGO REGIONU ADMINISTRACYJNEGO MAKAU
CHIŃSKIEJ REPUBLIKI LUDOWEJ
UNIĄ EUROPEJSKĄ
DOTYCZĄCA PEWNYCH ASPEKTÓW PRZEWOZÓW LOTNICZYCH

RZĄD SPECJALNEGO REGIONU ADMINISTRACYJNEGO MAKAU CHIŃSKIEJ REPUBLIKI LUDOWEJ (zwanego dalej „Specjalnym Regionem Administracyjnym Makau”), po uzyskaniu należytego upoważnienia do zawarcia niniejszej Umowy od Rady Państwowej Chińskiej Republiki Ludowej,

z jednej strony, oraz

UNIA EUROPEJSKA (zwana dalej „Unią”),

z drugiej strony,

zwane dalej „Stronami”,

STWIERDZAJĄC, że dwustronne umowy o komunikacji lotniczej zawarte między kilkoma państwami członkowskimi Unii a Specjalnym Regionem Administracyjnym Makau zawierają postanowienia sprzeczne z prawem Unii,

STWIERDZAJĄC, że Unia ma wyłączne kompetencje w zakresie szeregu aspektów, które mogą zostać włączone do dwustronnych umów o komunikacji lotniczej między państwami członkowskimi Unii a stronami trzecimi,

STWIERDZAJĄC, że na mocy prawa Unii wspólnotowi przewoźnicy lotniczy ustanowieni w państwie członkowskim mają prawo do pozbawionego dyskryminacji dostępu do tras lotniczych między państwami członkowskimi Unii a stronami trzecimi,

UWZGLĘDNIAJĄC umowy między Unią a niektórymi stronami trzecimi, przewidujące dla obywateli tych stron trzecich możliwość nabywania prawa własności w odniesieniu do przewoźników lotniczych koncesjonowanych zgodnie z prawem Unii,

UZNAJĄC, że niektóre postanowienia dwustronnych umów o komunikacji lotniczej między państwami członkowskimi Unii a Specjalnym Regionem Administracyjnym Makau, które są niezgodne z prawem Unii, muszą zostać dostosowane do tego prawa celem ustanowienia solidnej podstawy prawnej dla przewozów lotniczych między Unią a Specjalnym Regionem Administracyjnym Makau, a także w celu zachowania ciągłości tych przewozów,

STWIERDZAJĄC, że zgodnie z prawem Unii przewoźnicy lotniczy nie mogą co do zasady zawierać porozumień, które mogą wpłynąć na handel między państwami członkowskimi Unii i których celem lub skutkiem jest zapobieżenie, ograniczenie lub zakłócenie konkurencji,

UZNAJĄC, że postanowienia dwustronnych umów o komunikacji lotniczej zawartych między państwami członkowskimi Unii a Specjalnym Regionem Administracyjnym Makau, które: (i) wymagają zawierania porozumień między przedsiębiorstwami, podejmowania decyzji przez związki przedsiębiorstw lub stosowania uzgodnionych praktyk zapobiegających, zakłócających lub ograniczających konkurencję między przewoźnikami lotniczymi na danych trasach, bądź sprzyjają wymienionym rozwiązaniom; lub (ii) wzmacniają skutki wszelkich takich porozumień, decyzji lub uzgodnionych praktyk; lub (iii) przenoszą na przewoźników lotniczych lub inne prywatne podmioty gospodarcze odpowiedzialność za podjęcie środków zapobiegających, zakłócających lub ograniczających konkurencję między przewoźnikami lotniczymi na danych trasach, mogą uniemożliwić skuteczne działanie reguł konkurencji mających zastosowanie do przedsiębiorstw,

STWIERDZAJĄC, że celem niniejszej Umowy nie jest zwiększenie ogólnego natężenia ruchu lotniczego między Unią a Specjalnym Regionem Administracyjnym Makau, ani naruszenie równowagi między wspólnotowymi przewoźnikami lotniczymi a przewoźnikami lotniczymi ze Specjalnego Regionu Administracyjnego Makau, ani zmiana postanowień dotyczących praw przewozowych w obecnie obowiązujących dwustronnych umowach o komunikacji lotniczej,

UZGADNIAJĄ, CO NASTĘPUJE:

ARTYKUŁ 1

Postanowienia ogólne

1. Do celów niniejszej Umowy termin „państwa członkowskie” oznacza państwa członkowskie Unii Europejskiej, a „traktaty UE” oznaczają Traktat o Unii Europejskiej i Traktat o funkcjonowaniu Unii Europejskiej.
2. Zawarte w każdej z umów wymienionych w załączniku 1 odniesienia do obywateli państwa członkowskiego będącego stroną takiej umowy są rozumiane jako odniesienia do obywateli któregośkolwiek z państw członkowskich.
3. Zawarte w każdej z umów wymienionych w załączniku 1 odniesienia do przewoźników lotniczych lub przedsiębiorstw lotniczych z państwa członkowskiego będącego stroną takiej umowy są rozumiane jako odniesienia do przewoźników lotniczych lub przedsiębiorstw lotniczych wyznaczonych przez to państwo członkowskie.

ARTYKUŁ 2

Wyznaczenie przez państwo członkowskie

1. Postanowienia ust. 2 i 3 niniejszego artykułu zastępują odpowiednie postanowienia w artykułach wymienionych odpowiednio w załączniku 2 lit. a) i b) dotyczące, odpowiednio, wyznaczenia przewoźnika lotniczego przez dane państwo członkowskie, upoważnień oraz zezwoleń udzielonych przewoźnikowi lotniczemu przez Specjalny Region Administracyjny Makau oraz odmowy, cofnięcia, zawieszenia lub ograniczenia takich upoważnień lub zezwoleń.
2. Po uzyskaniu wyznaczenia dokonanego przez państwo członkowskie Specjalny Region Administracyjny Makau udziela odpowiednich upoważnień i zezwoleń w najkrótszym przewidzianym przez procedury terminie, pod warunkiem że:
 - a) przewoźnik lotniczy jest ustanowiony, zgodnie z traktatami UE, na terytorium wyznaczającego państwa członkowskiego oraz posiada ważną koncesję wydaną zgodnie z prawem Unii; oraz

- b) państwo członkowskie odpowiedzialne za wydanie certyfikatu przewoźnika lotniczego sprawuje i utrzymuje skuteczną kontrolę regulacyjną nad przewoźnikiem lotniczym, a w wyznaczeniu są wyraźnie określone odpowiednie władze lotnicze; oraz
- c) przewoźnik lotniczy jest własnością, bezpośrednio lub poprzez pakiet większościowy, państw członkowskich lub obywateli państw członkowskich, bądź innych państw wymienionych w załączniku 3 lub obywateli tych innych państw, oraz pozostaje pod skuteczną kontrolą tych państw lub ich obywateli.

3. Specjalny Region Administracyjny Makau może odmówić, cofnąć, zawiesić lub ograniczyć upoważnienia lub zezwolenia udzielone przewoźnikowi lotniczemu wyznaczonemu przez państwo członkowskie, jeżeli:

- a) przewoźnik lotniczy nie jest ustanowiony, zgodnie z traktatami UE, na terytorium wyznaczającego państwa członkowskiego lub nie posiada ważnej koncesji wydanej zgodnie z prawem Unii;
- b) państwo członkowskie odpowiedzialne za wydanie certyfikatu przewoźnika lotniczego nie sprawuje ani nie utrzymuje skutecznej kontroli regulacyjnej nad przewoźnikiem lotniczym lub w wyznaczeniu nie są wyraźnie określone odpowiednie władze lotnicze; lub
- c) przewoźnik lotniczy nie jest własnością, bezpośrednio lub poprzez pakiet większościowy, państw członkowskich lub obywateli państw członkowskich, bądź innych państw wymienionych w załączniku 3 lub obywateli tych innych państw, lub nie znajduje się pod skuteczną kontrolą tych państw lub ich obywateli.

Wykonując swoje prawa na mocy niniejszego ustępu, Specjalny Region Administracyjny Makau nie stosuje dyskryminacji między wspólnotowymi przewoźnikami lotniczymi ze względu na ich przynależność państwową.

ARTYKUŁ 3

Bezpieczeństwo

1. Postanowienia ust. 2 niniejszego artykułu uzupełniają odpowiednie postanowienia artykułów wymienionych w załączniku 2 lit. c).
2. W przypadku gdy państwo członkowskie wyznaczyło przewoźnika lotniczego, nad którym kontrolę regulacyjną sprawuje i utrzymuje inne państwo członkowskie, prawa Specjalnego Regionu Administracyjnego Makau wynikające z postanowień dotyczących bezpieczeństwa zawartych w umowie między państwem członkowskim, które wyznaczyło danego przewoźnika lotniczego, a Specjalnym Regionem Administracyjnym Makau, mają również zastosowanie w stosunku do przyjmowania, wykonywania lub utrzymywania norm bezpieczeństwa przez wspomniane inne państwo członkowskie oraz w stosunku do zezwolenia eksploatacyjnego tego przewoźnika lotniczego.

ARTYKUŁ 4

Opodatkowanie paliwa lotniczego

1. Postanowienia ust. 2 niniejszego artykułu uzupełniają odpowiednie postanowienia artykułów wymienionych w załączniku 2 lit. d).
2. Niezależnie od jakiegokolwiek innego postanowienia stanowiącego inaczej, żadne z postanowień umów wymienionych w załączniku 2 lit. d) nie uniemożliwia państwu członkowskiemu nałożenia, na zasadzie niedyskryminacyjnej, podatków, należności, ceł, opłat lub obciążeń na paliwo dostarczane na jego terytorium do użytku w statkach powietrznych wyznaczonego przewoźnika lotniczego Specjalnego Regionu Administracyjnego Makau, operującego między punktem znajdującym się na terytorium tego państwa członkowskiego a innym punktem znajdującym się na terytorium tego lub innego państwa członkowskiego.

ARTYKUŁ 5

Zgodność z regułami konkurencji

1. Niezależnie od jakiegokolwiek innego postanowienia stanowiącego inaczej, żadne z postanowień umów wymienionych w załączniku 1 nie może: (i) wymagać zawierania porozumień między przedsiębiorstwami, podejmowania decyzji przez związki przedsiębiorstw lub stosowania uzgodnionych praktyk, które zapobiegają konkurencji lub ją zakłócają, bądź sprzyjać wymienionym rozwiązaniom; (ii) wzmacniać skutków wszelkich takich porozumień, decyzji lub uzgodnionych praktyk, ani (iii) przenosić na prywatne podmioty gospodarcze odpowiedzialności za podjęcie środków zapobiegających, zakłócających lub ograniczających konkurencję.
2. Postanowienia zawarte w umowach wymienionych w załączniku 1, które są niezgodne z ust. 1 niniejszego artykułu, nie mają zastosowania.

ARTYKUŁ 6

Załączniki do umowy

Załączniki do niniejszej Umowy stanowią jej integralną część.

ARTYKUŁ 7

Zmiany lub poprawki

Za obopólną zgodą Strony mogą w każdej chwili zmienić lub poprawić niniejszą Umowę.

ARTYKUŁ 8

Wejście w życie i tymczasowe stosowanie

1. Niniejsza Umowa wchodzi w życie po dokonaniu przez Strony wzajemnej pisemnej notyfikacji o zakończeniu odpowiednich wewnętrznych procedur niezbędnych do jej wejścia w życie.
2. Niezależnie od postanowień ust. 1, Strony zgadzają się na tymczasowe stosowanie niniejszej Umowy od pierwszego dnia miesiąca następującego po dniu, w którym Strony dokonały wzajemnej notyfikacji o zakończeniu niezbędnych w tym celu procedur.
3. Niniejsza Umowa ma zastosowanie do wszystkich umów i porozumień wymienionych w załączniku 1, łącznie z tymi, które w dniu podpisania niniejszej Umowy nie weszły jeszcze w życie i nie są tymczasowo stosowane.

ARTYKUŁ 9

Wygaśnięcie

1. W przypadku wygaśnięcia umowy wymienionej w załączniku 1, wygasają jednocześnie wszystkie postanowienia niniejszej Umowy odnoszące się do danej umowy wymienionej w załączniku 1.
2. W przypadku wygaśnięcia wszystkich umów wymienionych w załączniku 1, wygasa jednocześnie niniejsza Umowa.

NA DOWÓD CZEGO niżej podpisani odpowiednio upoważnieni podpisali niniejszą Umowę.

Sporządzono w dwóch jednobrzmiących egzemplarzach w językach: chińskim, portugalskim, angielskim, bułgarskim, czeskim, duńskim, estońskim, fińskim, francuskim, greckim, hiszpańskim, litewskim, łotewskim, maltańskim, niderlandzkim, niemieckim, polskim, rumuńskim, słowackim, słoweńskim, szwedzkim, węgierskim oraz włoskim, przy czym wszystkie teksty są jednakowo autentyczne.

ACORD

ÎN TRE GUVERNUL REGIUNII ADMINISTRATIVE SPECIALE MACAO
A REPUBLICII POPULARE CHINEZE ȘI UNIUNEA EUROPEANĂ
REFERITOR LA ANUMITE ASPECTE ALE SERVICIILOR AERIENE

GVERNUL REGIUNII ADMINISTRATIVE SPECIALE MACAO A REPUBLICII POPULARE CHINEZE (denumită în continuare „RAS Macao”), autorizat în mod corespunzător să încheie prezentul acord de către Guvernul Popular Central al Republicii Populare Chineze,

pe de o parte, și

UNIUNEA EUROPEANĂ, (denumită în continuare „Uniunea”),

pe de altă parte

(denumite în continuare „părțile”),

CONSTATÂND că acordurile bilaterale privind serviciile aeriene, încheiate între mai multe state membre ale Uniunii și RAS Macao, conțin dispoziții care contravin legislației Uniunii,

CONSTATÂND că Uniunea are competență exclusivă în ceea ce privește mai multe aspecte care pot fi reglementate prin acorduri bilaterale privind serviciile aeriene între statele membre ale Uniunii și părți terțe,

CONSTATÂND că, în temeiul legislației Uniunii, transportatorii aerieni comunitari stabiliți într-un stat membru au drept de acces nediscriminatoriu la rutele aeriene dintre statele membre ale Uniunii și părți terțe,

AVÂND ÎN VEDERE acordurile dintre Uniune și anumite părți terțe care prevăd, pentru resortisanții părților terțe respective, posibilitatea de a deveni proprietari ai unor transportatori aerieni titulari ai unei licențe acordate în conformitate cu legislația Uniunii,

RECUNOSCÂND faptul că anumite dispoziții din acordurile bilaterale privind serviciile aeriene dintre statele membre ale Uniunii și RAS Macao care contravin legislației Uniunii trebuie să devină conforme cu acea legislație în vederea stabilirii unui temei juridic solid pentru serviciile aeriene dintre Uniune și RAS Macao, precum și pentru a păstra continuitatea respectivelor servicii aeriene,

CONSTATÂND că, în temeiul legislației Uniunii, transportatorii aerieni nu pot, în principiu, să încheie acorduri care ar putea afecta schimburile comerciale dintre statele membre ale Uniunii și care au drept obiect sau efect împiedicarea, restricționarea sau denaturarea concurenței,

RECUNOSCÂND că dispozițiile acordurilor bilaterale privind serviciile aeriene încheiate între statele membre ale Uniunii și RAS Macao, care (i) impun sau favorizează adoptarea unor acorduri între întreprinderi, a unor decizii luate de asociații ale întreprinderilor sau a unor practici concertate care împiedică, denaturează sau restricționează concurența dintre transportatorii aerieni pe rutele respective; sau (ii) întăresc efectele unor astfel de acorduri, decizii sau practici concertate; sau (iii) delegă transportatorilor aerieni sau altor operatori economici privați responsabilitatea de a lua măsuri care împiedică, denaturează sau restricționează concurența dintre transportatorii aerieni pe rutele în cauză, ar putea face ca regulile de concurență aplicabile întreprinderilor să devină ineficiente,

CONSTATÂND faptul că obiectivul acestui acord nu este de a mări volumul total al traficului aerian dintre Uniune și RAS Macao, de a afecta echilibrul dintre transportatorii aerieni comunitari și cei din RAS Macao sau de a modifica dispozițiile referitoare la drepturile de trafic din acordurile bilaterale existente privind serviciile aeriene,

CONVIN DUPĂ CUM URMEAZĂ:

ARTICOLUL 1

Dispoziții generale

- (1) În sensul prezentului acord, prin „state membre” se înțelege statele membre ale Uniunii Europene, iar prin „tratate UE” se înțelege Tratatul privind Uniunea Europeană și Tratatul privind funcționarea Uniunii Europene.
- (2) În acordurile enumerate în anexa 1, trimerile la resortisanții statului membru care este parte la acordul respectiv se interpretează ca trimeri la resortisanții statelor membre.
- (3) În acordurile enumerate în anexa 1, trimerile la transportatorii aerieni sau la companiile aeriene ale statului membru care este parte la acordul respectiv se interpretează ca trimeri la transportatorii aerieni sau la companiile aeriene desemnate de statul membru respectiv.

ARTICOLUL 2

Desemnarea de către un stat membru

- (1) Dispozițiile alineatelor (2) și (3) ale prezentului articol înlocuiesc dispozițiile corespondente ale articolelor enumerate în anexa 2 literele (a), respectiv, (b), în ceea ce privește desemnarea unui transportator aerian de către statul membru în cauză, autorizațiile și permisele acordate acestuia de către RAS Macao, respectiv refuzul, revocarea, suspendarea sau limitarea autorizațiilor sau a permiselor respective.
- (2) De îndată ce primește o desemnare de la un stat membru, RAS Macao acordă autorizațiile și permisele corespunzătoare într-un termen procedural minim, cu condiția ca:
 - (a) transportatorul aerian să fie stabilit, în conformitate cu tratatele UE, pe teritoriul statului membru care a efectuat desemnarea și să dețină o licență de operare valabilă în conformitate cu legislația Uniunii; și
 - (b) statul membru care a eliberat certificatul de operator aerian să efectueze și să mențină un control reglementar efectiv al transportatorului aerian, iar autoritatea aeronautică competentă să fie identificată în mod clar în desemnare; și

- (c) transportatorul aerian să fie deținut, în mod direct sau prin intermediul unui acționariat majoritar, de state membre și/sau de resortisanți ai statelor membre și/sau de alte state enumerate în anexa 3 și/sau de resortisanți ai acestor alte state și să fie controlat efectiv de respectivele state și/sau de resortisanți ai acestora.
- (3) RAS Macao poate refuza, revoca, suspenda sau limita autorizațiile sau permisele unui transportator aerian desemnat de un stat membru dacă:
- (a) transportatorul aerian nu este stabilit, în conformitate cu tratatele UE, pe teritoriul statului membru care a efectuat desemnarea sau nu deține o licență de operare valabilă în conformitate cu legislația Uniunii;
 - (b) statul membru care a eliberat certificatul de transportator aerian nu efectuează sau nu menține un control reglementar efectiv al transportatorului aerian sau autoritatea aeronautică competentă nu este identificată în mod clar în desemnare; sau
 - (c) transportatorul aerian nu este deținut, în mod direct sau prin intermediul unui acționariat majoritar, de state membre și/sau de resortisanți ai statelor membre și/sau de alte state enumerate la anexa 3 și/sau de resortisanți ai acestor alte state sau nu este controlat efectiv de respectivele state și/sau de resortisanți ai acestora.

În exercitarea drepturilor sale în temeiul prezentului alineat, RAS Macao nu discriminează între transportatorii aeriени comunitari pe motive de naționalitate.

ARTICOLUL 3

Siguranță

- (1) Dispozițiile alineatului (2) al prezentului articol completează dispozițiile corespondente din articolele enumerate în anexa 2 litera (c).

(2) Atunci când un stat membru a desemnat un transportator aerian al cărui control reglementar este efectuat și menținut de un alt stat membru, drepturile RAS Macao în temeiul dispozițiilor privind siguranța ale acordului dintre statul membru care a desemnat transportatorul aerian și RAS Macao se aplică în mod identic în ceea ce privește adoptarea, exercitarea sau menținerea standardelor de siguranță de către celălalt stat membru și în ceea ce privește autorizația de operare a transportatorului aerian respectiv.

ARTICOLUL 4

Impozitarea combustibilului pentru aviație

(1) Dispozițiile alineatului (2) al prezentului articol completează dispozițiile corespondente ale articolelor enumerate în anexa 2 litera (d).

(2) Sub rezerva oricăror dispoziții contrare, nicio dispoziție din oricare dintre acordurile enumerate în anexa 2 litera (d) nu împiedică un stat membru să impună, pe bază nediscriminatorie, impozite sau taxe pe combustibilul furnizat pe teritoriul său pentru a fi utilizat de o aeronavă a unui transportator aerian desemnat de RAS Macao care operează între un punct situat pe teritoriul respectivului stat membru și un alt punct situat pe teritoriul aceluiași stat membru sau pe teritoriul unui alt stat membru.

ARTICOLUL 5

Compatibilitatea cu regulile de concurență

(1) Sub rezerva oricăror dispoziții contrare, nicio dispoziție din oricare dintre acordurile enumerate în anexa 1 nu trebuie: (i) să impună sau să favorizeze adoptarea de acorduri între întreprinderi, decizii ale asociațiilor de întreprinderi sau practici concertate care împiedică sau denaturează concurența; sau (ii) să întărească efectele unor astfel de acorduri, decizii sau practici concertate; sau (iii) să delege unor operatori economici privați responsabilitatea de a lua măsuri care împiedică, denaturează sau restricționează concurența.

(2) Dispozițiile acordurilor enumerate în anexa 1 care sunt incompatibile cu alineatul (1) al prezentului articol nu se aplică.

ARTICOLUL 6

Anexe la acord

Anexele la prezentul acord fac parte integrantă din acesta.

ARTICOLUL 7

Revizuire sau modificare

Părțile pot, în orice moment, să revizuiască sau să modifice de comun acord prezentul acord.

ARTICOLUL 8

Intrarea în vigoare și aplicarea cu titlu provizoriu

(1) Prezentul acord intră în vigoare la data la care părțile și-au notificat reciproc, în scris, îndeplinirea procedurilor lor interne necesare în acest scop.

(2) Sub rezerva alineatului (1), părțile convin să aplice prezentul acord cu titlu provizoriu începând cu prima zi a lunii următoare datei la care părțile și-au notificat reciproc îndeplinirea procedurilor necesare în acest scop.

(3) Prezentul acord se aplică tuturor acordurilor și înțelegerilor enumerate în anexa 1, inclusiv celor care, la data semnării prezentului acord, nu au intrat încă în vigoare și nu sunt aplicate cu titlu provizoriu.

ARTICOLUL 9

Denunțarea

(1) Denunțarea unuia dintre acordurile enumerate în anexa 1 conduce la denunțarea simultană a tuturor dispozițiilor prezentului acord care se referă la respectivul acord menționat în anexa 1.

(2) Denunțarea tuturor acordurilor enumerate în anexa 1 conduce la denunțarea simultană a prezentului acord.

DREPT PENTRU CARE, subsemnații, autorizați în mod corespunzător, semnează prezentul acord.

Adoptat în dublu exemplar, în limbile chineză, portugheză, bulgară, cehă, daneză, engleză, estonă, finlandeză, franceză, germană, greacă, italiană, letonă, lituaniană, maghiară, malteză, olandeză, polonă, română, slovacă, slovenă, spaniolă și suedeză, toate textele fiind autentice în egală măsură.

DOHODA
MEDZI VLÁDOU OSOBITNEJ ADMINISTRATÍVNEJ OBLASTI
ČÍNSKEJ LUDOVEJ REPUBLIKY MACAO A EURÓPSKOU ÚNIOU
O URČITÝCH ASPEKTOCH LETECKÝCH DOPRAVNÝCH SLUŽIEB

VLÁDA OSOBITNEJ ADMINISTRATÍVNEJ OBLASTI ČÍNSKEJ ĽUDOVEJ REPUBLIKY
MACAO (ďalej len „OAO Macao“), riadne splnomocnená uzavrieť dohodu ústrednou vládou
Čínskej ľudovej republiky

na jednej strane a

EURÓPSKA ÚNIA, ďalej len „Únia“,

na strane druhej,

ďalej len „strany dohody“,

BERÚC NA VEDOMIE, že medzi niektorými členskými štátmi Únie a OAO Macao boli uzavreté dvojstranné dohody o leteckých dopravných službách, ktoré obsahujú ustanovenia v rozpore s právom Únie,

POZNAMENÁVAJÚC, že Únia má výlučnú právomoc v súvislosti s niektorými aspektmi, ktoré môžu byť zahrnuté v dvojstranných dohodách o leteckých dopravných službách medzi členskými štátmi Únie a tretími stranami,

BERÚC NA VEDOMIE, že podľa práva Európskej únie leteckí dopravcovia Spoločenstva usadení v členskom štáte majú právo na nediskriminačný prístup k letovým trasám medzi členskými štátmi Únie a tretími stranami,

SO ZRETEĽOM na dohody medzi Úniou a určitými tretími stranami, ktoré štátnym príslušníkom týchto tretích strán umožňujú získať vlastníctvo leteckých dopravcov s licenciou v súlade s právom Únie,

UZNÁVAJÚC, že určité ustanovenia dvojstranných dohôd o leteckých dopravných službách medzi členskými štátmi Únie a OAO Macao, ktoré sú v rozpore s právnymi predpismi Únie, sa musia zosúladiť s týmito právnymi predpismi s cieľom vytvoriť pevný právny základ pre letecké dopravné služby medzi Úniou a OAO Macao a zachovať kontinuitu týchto leteckých dopravných služieb,

BERÚC NA VEDOMIE, že leteckí dopravcovia na základe právnych predpisov Únie v zásade nemôžu uzatvárať dohody, ktoré by mohli mať vplyv na obchod medzi členskými štátmi Únie a ktorých predmetom alebo účinkom je zabrániť hospodárskej súťaži, obmedziť ju alebo ju narušiť,

UZNÁVAJÚC, že ustanovenia dvojstranných dohôd o leteckých dopravných službách uzavretých medzi členskými štátmi Únie a OAO Macao, ktoré i) si vyžadujú alebo uprednostňujú prijatie dohôd medzi spoločnosťami, prijatie rozhodnutí združeniami spoločností alebo zosúladené postupy, ktoré zabraňujú hospodárskej súťaži medzi leteckými dopravcami na príslušných trasách, narúšajú ju alebo ju obmedzujú; alebo ii) posilňujú účinky každej takejto dohody, rozhodnutia alebo zosúladeného postupu, alebo iii) delegujú leteckým dopravcom alebo iným súkromným hospodárskym subjektom zodpovednosť za prijatie opatrení, ktoré zabraňujú, narúšajú alebo obmedzujú hospodársku súťaž medzi leteckými dopravcami na príslušných trasách, môžu narúšať pravidlá hospodárskej súťaže platné pre podniky,

BERÚC NA VEDOMIE, že účelom tejto dohody nie je zvýšiť celkový objem leteckej dopravy medzi Úniou a OAO Macao, ovplyvniť rovnováhu medzi leteckými dopravcami Spoločenstva a leteckými dopravcami OAO Macao, alebo zmeniť a doplniť ustanovenia existujúcich dvojstranných dohôd o leteckých dopravných službách, ktoré sa týkajú dopravných práv,

SA DOHODLI TAKTO:

ČLÁNOK 1

Všeobecné ustanovenia

1. Na účely tejto dohody „členské štáty“ znamenajú členské štáty Európskej únie a „zmluvy EÚ“ znamenajú Zmluvu o Európskej únii a Zmluvu o fungovaní Európskej únie.
2. Odkazy v každej z dohôd uvedených v prílohe I na občanov členského štátu, ktorý je stranou tejto dohody, sa považujú za odkazy na občanov členských štátov.
3. Odkazy v každej z dohôd uvedených v prílohe 1 na leteckých dopravcov alebo letecké dopravné spoločnosti členského štátu, ktorý je stranou takejto dohody, sa považujú za odkazy na leteckých dopravcov alebo letecké dopravné spoločnosti určené týmto členským štátom.

ČLÁNOK 2

Určenie členským štátom

1. Ustanoveniami v odsekoch 2 a 3 tohto článku sa nahrádzajú zodpovedajúce ustanovenia v článkoch uvedených v prílohe 2 písm. a) a b) súvisiace s určením leteckého dopravcu dotýčným členským štátom, jeho oprávneniami a povoleniami, ktoré mu udelila OAO Macao, a so zamietnutím, zrušením, pozastavením alebo obmedzením oprávnení alebo povolení tohto leteckého dopravcu.
2. Po doručení určenia členským štátom OAO Macao udelí príslušné oprávnenia a povolenia s minimálnym procedurálnym zdržaním za predpokladu, že:
 - a) letecký dopravca je usadený na území určujúceho členského štátu v súlade so zmluvami EÚ a má platnú prevádzkovú licenciu v súlade s právnymi predpismi Únie a
 - b) členský štát zodpovedný za vydávanie osvedčenia leteckého prevádzkovateľa vykonáva a udržiava účinnú regulačnú kontrolu leteckého dopravcu a v určení je jasne uvedený príslušný letecký úrad a

- c) leteckého dopravcu priamo alebo väčšinou vlastní a účinne kontrolujú členské štáty a/alebo štátni príslušníci členských štátov a/alebo iné štáty uvedené v prílohe III a/alebo štátni príslušníci týchto iných štátov.
3. OAO Macao môže zamietnuť, zrušiť, pozastaviť alebo obmedziť oprávnenia alebo povolenia leteckého dopravcu, ktorého určil členský štát, keď:
- a) letecký dopravca nie je usadený na území určujúceho členského štátu v súlade so zmluvami EÚ alebo nemá platnú prevádzkovú licenciu v súlade s právnymi predpismi Únie;
- b) členský štát zodpovedný za vydávanie osvedčenia leteckého prevádzkovateľa nevykonáva alebo neudržiava účinnú regulačnú kontrolu leteckého dopravcu, alebo v určení nie je jasne uvedený príslušný letecký úrad; alebo
- c) leteckého dopravcu priamo alebo väčšinou nevlastnia alebo účinne nekontrolujú členské štáty a/alebo štátni príslušníci členských štátov a/alebo iné štáty uvedené v prílohe III a/alebo štátni príslušníci týchto iných štátov.

Pri výkone svojho práva podľa tohto odseku OAO Macao nesmie diskriminovať leteckých dopravcov Spoločenstva na základe ich štátnej príslušnosti.

ČLÁNOK 3

Bezpečnosť

1. Ustanoveniami ods. 2 tohto článku sa dopĺňajú zodpovedajúce ustanovenia článkov uvedených v prílohe 2 písm. c).
2. V prípade, že členský štát určil leteckého dopravcu, ktorého regulačnú kontrolu vykonáva a udržiava iný členský štát, uplatňujú sa práva OAO Macao vyplývajúce z bezpečnostných ustanovení dohody medzi členským štátom, ktorý určil leteckého dopravcu, a OAO Macao rovnako aj na bezpečnostné normy, ktoré takýto iný členský štát prijal, vykonával alebo udržiaval, ako aj na prevádzkové oprávnenie daného leteckého dopravcu.

ČLÁNOK 4

Zdaňovanie leteckých pohonných hmôt

1. Ustanoveniami v odseku 2 tohto článku sa dopĺňajú zodpovedajúce ustanovenia v článkoch uvedených v prílohe 2 písm. d).
2. Bez ohľadu na akékoľvek iné ustanovenia, ktoré sú s týmto v rozpore, žiadne ustanovenie dohôd uvedených v prílohe 2 písm. d) nebráni členskému štátu uvaliť na nediskriminačnom základe dane, clá alebo iné poplatky na pohonné hmoty dodávané na jeho územie na používanie v lietadle určeného leteckého dopravcu OAO Macao, ktorý poskytuje služby medzi bodom na území členského štátu a iným bodom na území tohto členského štátu alebo na území iného členského štátu.

ČLÁNOK 5

Zlučiteľnosť s pravidlami hospodárskej súťaže

1. Bez ohľadu na akékoľvek iné ustanovenie, ktoré je s týmto ustanovením v rozpore, sa žiadnym ustanovením dohôd uvedených v prílohe 1 nesmie i) vyžadovať alebo uprednostňovať prijatie dohôd medzi spoločnosťami, prijatie rozhodnutí združeniami spoločností alebo zosúladenie postupov, ktoré zabraňujú hospodárskej súťaži, alebo ju narúšajú; alebo ii) posilňujú účinky každej takejto dohody, rozhodnutia alebo zosúladeného postupu; ani iii) delegovať zodpovednosť za prijatie opatrení, ktoré zabraňujú hospodárskej súťaži alebo ju narúšajú alebo obmedzujú, na súkromné hospodárske subjekty.
2. Ustanovenia dohôd, ktorých zoznam obsahuje príloha 1 a ktoré nie sú zlučiteľné s odsekom 1 tohto článku, sa neuplatňujú.

ČLÁNOK 6

Prílohy k dohode

Prílohy k tejto dohode sú jej neoddeliteľnou súčasťou.

ČLÁNOK 7

Revízia alebo zmena a doplnenie

Túto dohodu môžu strany kedykoľvek zrevidovať alebo zmeniť a doplniť po vzájomnej dohode.

ČLÁNOK 8

Nadobudnutie platnosti a predbežné vykonávanie

1. Táto dohoda nadobudne platnosť, keď si strany navzájom písomne oznámia, že ich príslušné vnútorné postupy, ktoré sú potrebné na nadobudnutie platnosti dohody, boli ukončené.
2. Bez ohľadu na odsek 1 sa strany dohodli, že budú túto dohodu predbežne vykonávať od prvého dňa mesiaca nasledujúceho po dátume, kedy si strany navzájom oznámili ukončenie postupov potrebných na tento účel.
3. Táto dohoda sa vzťahuje na všetky dohody a dojednania uvedené v prílohe 1 vrátane tých, ktoré v deň podpisu tejto dohody ešte nenadobudli platnosť a predbežne sa nevykonávajú.

ČLÁNOK 9

Ukončenie platnosti

1. V prípade ukončenia platnosti niektorej dohody uvedenej v prílohe 1 sa zároveň ukončí platnosť všetkých ustanovení tejto dohody, ktoré sa vzťahujú na príslušnú dohodu uvedenú v prílohe 1.
2. V prípade ukončenia platnosti všetkých dohôd uvedených v prílohe 1 sa zároveň ukončí platnosť tejto dohody.

NA DÔKAZ TOHO nižšie podpísaní splnomocnení zástupcovia podpísali túto dohodu.

V dvoch vyhotoveniach v čínskom, portugalskom, anglickom, bulharskom, českom, dánskom, estónskom, fínskom, francúzskom, gréckom, holandskom, litovskom, lotyšskom, maďarskom, maltskom, nemeckom, poľskom, rumunskom, slovenskom, slovinskom, španielskom, švédskom a talianskom jazyku, pričom každé znenie je rovnako autentické.

SPORAZUM
MED VLADO POSEBNE UPRAVNE REGIJE MACAO
LJUDSKE REPUBLIKE KITAJSKJE IN EVROPSKO UNIJO
O NEKATERIH VIDIKIH ZRAČNIH PREVOZOV

VLADA POSEBNE UPRAVNE REGIJE MACAO LJUDSKE REPUBLIKE KITAJSKÉ (v nadaljnjem besedilu: Posebna upravna regija Macao) , ki jo je Centralna vlada Ljudske republike Kitajske ustrezno pooblastila za sklenitev tega sporazuma,

na eni strani in

EVROPSKA UNIJA (v nadaljnjem besedilu: Unija)

na drugi strani

(v nadaljnjem besedilu: pogodbenici) STA SE –

OB UGOTOVITVI, da dvostranski sporazumi o zračnih prevozih, sklenjeni med več državami članicami Evropske unije in Posebno upravno regijo Macao, vsebujejo določbe, ki so v nasprotju z zakonodajo Unije;

OB UGOTOVITVI, da ima Unija izključno pristojnost glede več vidikov, ki so lahko vključeni v dvostranske sporazume o zračnih prevozih med državami članicami Unije in tretjimi stranmi;

OB UGOTOVITVI, da imajo v skladu z zakonodajo Unije letalski prevozniki Skupnosti s sedežem v državi članici pravico do nediskriminatornega dostopa do zračnih prog med državami članicami Unije in tretjimi stranmi;

OB UPOŠTEVANJU sporazumov med Unijo in nekaterimi tretjimi stranmi, ki državljanom teh tretjih strani omogočajo, da pridobijo lastništvo v letalskih prevoznikih, ki so licencirani po zakonodaji Unije;

OB PRIZNAVANJU, da se morajo nekatere določbe dvostranskih sporazumov o zračnih prevozih med državami članicami Unije in Posebno upravno regijo Macao, ki so v nasprotju z zakonodajo Unije, zaradi vzpostavitve trdne pravne podlage za zračne prevoze med Unijo in Posebno upravno regijo Macao ter ohranitve stalnosti teh zračnih prevozov uskladiti s to zakonodajo;

OB UGOTOVITVI, da v skladu z zakonodajo Unije letalski prevozniki načeloma ne smejo sklepati sporazumov, ki bi lahko vplivali na trgovino med državami članicami Unije in katerih cilj ali posledica je preprečevanje, omejevanje ali izkrivljanje konkurence;

OB PRIZNAVANJU, da določbe iz dvostranskih sporazumov o zračnih prevozih, sklenjenih med državami članicami Unije in Posebno upravno regijo Macao, ki i) zahtevajo ali dajejo prednost sprejetju sporazumov med podjetji, sklepom podjetniških združenj ali dogovorjenemu ravnanju, ki preprečujejo, izkrivljajo ali omejujejo konkurenco med letalskimi prevozniki na ustreznih zračnih poteh, ali (ii) krepijo učinke takega sporazuma, sklepa ali usklajenega ravnanja, ali (iii) prenašajo na letalske prevoznike ali druge zasebne gospodarske operatorje odgovornost za sprejemanje ukrepov, ki preprečujejo, izkrivljajo ali omejujejo konkurenco med letalskimi prevozniki na zadevnih zračnih poteh, onemogočijo učinkovito izvajanje pravil o konkurenci, ki se uporabljajo za podjetja;

OB UGOTOVITVI, da namen tega sporazuma ni povečanje skupnega obsega zračnih prevozov med Unijo in Posebno upravno regijo Macao, vplivati na ravnovesje med letalskimi prevozniki Skupnosti in letalskimi prevozniki Posebne upravne regije Macao ali spremeniti določbe obstoječih dvostranskih sporazumov o zračnih prevozih v zvezi s prometnimi pravicami –

DOGOVORILI O NASLEDNJEM:

ČLEN 1

Splošne določbe

1. Za namene tega sporazuma "države članice" pomenijo države članice Evropske unije, "Pogodbi EU" pa pomenita Pogodbo o Evropski uniji in Pogodbo o delovanju Evropske unije.
2. Sklicevanja v posameznem sporazumu, navedenem v Prilogi 1, na državljane države članice, ki je pogodbenica navedenega sporazuma, se razumejo kot sklicevanja na državljane katerekoli države članice.
3. Sklicevanja v posameznih sporazumih iz Priloge 1 na letalske prevoznike ali letalske družbe države članice, ki je podpisnica navedenega sporazuma, se razumejo kot sklicevanja na letalske prevoznike ali letalske družbe, ki jih določi navedena država članica.

ČLEN 2

Določitev s strani države članice

1. Določbe v odstavkih 2 in 3 tega člena nadomestijo ustrezne določbe v členih iz Priloge 2(a) oziroma (b) o določitvi letalskega prevoznika s strani zadevne države članice, njegovih pooblastil in dovoljenj, ki jih dodeli Posebna upravna regija Macao, ter o zavrnitvi, preklicu, začasnem odvzemu ali omejitvi teh pooblastil ali dovoljenj.
2. Ko država članica sporoči svojo odločitev, Posebna upravna regija Macao po najkrajšem postopku dodeli ustrezna pooblastila in dovoljenja, pod pogojem, da:
 - (a) ima letalski prevoznik v skladu s Pogodbama EU sedež na ozemlju države članice, ki ga je določila, in veljavno operativno licenco v skladu z zakonodajo Unije, ter
 - (b) država članica, ki je pristojna za izdajo spričevala letalskega prevoznika, izvaja in vzdržuje učinkovit predpisani nadzor nad letalskim prevoznikom, v določitvi pa je jasno opredeljen ustrezni letalski organ, ter

(c) je letalski prevoznik neposredno v lasti ali je njegov večinski lastnik država članica in/ali državljani države članice in/ali drugih držav iz Priloge 3 in/ali državljanov teh drugih držav in da izvajajo te države in/ali ti državljani učinkovit nadzor.

3. Posebna upravna regija Macao lahko zavrne, prekliče, začasno odvzame ali omeji pooblastila ali dovoljenja letalskega prevoznika, ki ga določi država članica, kadar:

(a) letalski prevoznik nima v skladu s Pogodbama EU sedeža na ozemlju države članice, ki ga je določila, ali nima veljavne operativne licence v skladu z zakonodajo Unije;

(b) država članica, ki je pristojna za izdajo spričevala letalskega prevoznika, ne izvaja ali ne vzdržuje učinkovitega predpisanega nadzora letalskega prevoznika, ali ustrezeni letalski organ v določitvi ni jasno opredeljen, ali

(c) letalski prevoznik ni neposredno v lasti ali njegov večinski lastnik ni država članica in/ali državljani držav članic in/ali drugih držav iz Priloge 3 in/ali državljani teh drugih držav, in da te države in/ali državljani nimajo učinkovitega nadzora.

Posebna upravna regija Macao pri izvajanju svoje pravice iz tega odstavka ne diskriminira letalskih prevoznikov Skupnosti na podlagi državne pripadnosti.

ČLEN 3

Varnost

1. Določbe iz odstavka 2 tega člena dopolnjujejo ustrezne določbe členov iz Priloge 2(c).

2. Kadar država članica določi letalskega prevoznika, nad katerim izvaja in vzdržuje predpisani nadzor druga država članica, se pravice Posebne upravne regije Macao v okviru varnostnih predpisov iz sporazuma med državo članico, ki je določila letalskega prevoznika, in Posebno upravno regijo Macao uporabljajo enako za to drugo državo članico v zvezi s sprejemanjem, izvajanjem ali ohranitvijo varnostnih standardov in v zvezi z operativno licenco navedenega letalskega prevoznika.

ČLEN 4

Obdavčitev letalskega goriva

1. Določbe iz odstavka 2 tega člena dopolnjujejo ustrezne določbe členov iz Priloge 2(d).
2. Ne glede na kakršne koli druge nasprotne določbe, nobena določba sporazumov iz Priloge 2(d) ne preprečuje državi članici, da na nediskriminatorni podlagi uvede davke, prispevke, dajatve, pristojbine ali druge dajatve za gorivo, dobavljeno na njenem ozemlju za uporabo v letalu določenega letalskega prevoznika Posebne upravne regije Macao, ki izvaja svoje dejavnosti med enim krajem na ozemlju navedene države članice in drugim krajem na ozemlju navedene države članice ali na ozemlju druge države članice.

ČLEN 5

Skladnost s pravili o konkurenci

1. Ne glede na kakršne koli druge nasprotne določbe nobena določba v sporazumih iz Priloge 1 ne (i) zahteva ali spodbuja sprejetja sporazumov med podjetji, sklepov podjetniških združenj ali usklajenega ravnanja, ki preprečujejo ali izkrivljajo konkurenco, ii) krepí učinkov takega sporazuma, sklepa ali usklajenega ravnanja, ali (iii) prenese na zasebne gospodarske subjekte odgovornosti za ukrepe, ki preprečujejo, izkrivljajo ali omejujejo konkurenco.
2. Določbe v sporazumih iz Priloge 1, ki niso skladne z odstavkom 1 tega člena, se ne uporabljajo.

ČLEN 6

Priloge k Sporazumu

Priloge k temu sporazumu so njegov sestavni del.

ČLEN 7

Revizija ali spremembe

Pogodbenici lahko ta sporazum kadar koli sporazumno revidirata ali spremenita.

ČLEN 8

Začetek veljavnosti in začasna uporaba

1. Ta sporazum začne veljati z dnem, ko se pogodbenici medsebojno pisno uradno obvestita, da sta zaključili notranje postopke, potrebne za začetek veljavnosti Sporazuma.
2. Ne glede na odstavek 1 pogodbenici soglašata, da se sporazum začne začasno uporabljati prvi dan v mesecu, ki sledi dnevni, ko sta se pogodbenici medsebojno uradno obvestili o zaključku postopkov, potrebnih za ta namen.
3. Ta sporazum se uporablja za vse dogovore in ureditve iz Priloge 1, vključno s tistimi, ki na datum podpisa tega sporazuma še niso začeli veljati in niso v začasni uporabi.

ČLEN 9

Prenehanje veljavnosti

1. V primeru prenehanja veljavnosti enega od sporazumov iz Priloge 1 istočasno prenehajo veljati tudi vse določbe tega sporazuma, ki so povezane z zadevnim sporazumom iz Priloge 1.
2. V primeru prenehanja veljavnosti vseh sporazumov iz Priloge 1 istočasno preneha veljati tudi ta sporazum.

V POTRDITEV NAVEDENEGA so spodaj podpisani pooblaščenici, ki so bili v ta namen ustrezno pooblaščenici, podpisali ta sporazum.

Sestavljeno v dveh izvodih v kitajskem, portugalskem, angleškem, bolgarskem, češkem, danskem, estonskem, finskem, francoskem, grškem, italijanskem, latvijskem, litovskem, madžarskem, malteškem, nemškem, nizozemskem, poljskem, romunskem, slovaškem, slovenskem, španskem in švedskem jeziku, pri čemer je vsako od teh besedil enako verodostojno.

KIINAN KANSANTASAVALLAN
ERITYISHALLINTOALUEEN MACAON HALLITUKSEN JA EUROOPAN UNIONIN
VÄLINEN SOPIMUS
TIETYISTÄ LENTOLIIKENTEEN NÄKÖKOHDISTA

KIINAN KANSANTASAVALLAN ERITYISHALLINTOALUEEN MACAON, jäljempänä 'Macaon erityishallintoalue', HALLITUS, jonka Kiinan kansantasavallan keskushallinto on asianmukaisesti valtuuttanut tekemään tämän sopimuksen,

sekä

EUROOPAN UNIONI, jäljempänä 'unioni',

jäljempänä 'osapuolet', jotka

TOTEAVAT, että useiden Euroopan unionin jäsenvaltioiden ja Macaon erityishallintoalueen välillä on tehty kahdenvälisiä lentoliikennesopimuksia, joihin sisältyy unionin oikeuden vastaisia määräyksiä,

TOTEAVAT, että unionilla on yksinomainen toimivalta monissa sellaisissa asioissa, joita voi sisältyä unionin jäsenvaltioiden ja kolmansien osapuolten kahdenvälisiin lentoliikennesopimuksiin,

TOTEAVAT, että johonkin jäsenvaltioon sijoittautuneilla yhteisön lentoliikenteen harjoittajilla on unionin oikeuden nojalla oikeus syrjimättömään pääsyyn unionin jäsenvaltioiden ja kolmansien osapuolten välisille lentoreiteille,

OTTAVAT HUOMIOON, että unionin ja tiettyjen kolmansien osapuolten välillä on tehty sopimuksia, joiden mukaan näiden kolmansien osapuolten kansalaiset voivat olla omistajina lentoyhtiöissä, joilla on unionin oikeuden mukainen toimilupa,

TUNNUSTAVAT, että Euroopan unionin jäsenvaltioiden ja Macaon erityishallintoalueen kahdenvälisten lentoliikennesopimusten eräät määräykset, jotka ovat unionin oikeuden vastaisia, on saatettava sen mukaisiksi, jotta unionin ja Macaon erityishallintoalueen väliselle lentoliikenteelle voidaan luoda asianmukainen oikeusperusta ja liikenteen jatkuvuus voidaan turvata,

TOTEAVAT, etteivät lentoliikenteen harjoittajat unionin oikeuden mukaisesti periaatteessa saa tehdä sopimuksia, jotka voivat vaikuttaa unionin jäsenvaltioiden väliseen kauppaan ja joiden tavoitteena tai seurauksena on kilpailun estäminen, rajoittaminen tai vääristäminen,

TUNNUSTAVAT, että Euroopan unionin jäsenvaltioiden ja Macaon erityishallintoalueen välillä tehtyjen kahdenvälisen lentoliikennesopimusten määräykset, joissa i) vaaditaan tai suositetaan sellaisten yritysten välisten sopimusten tekemistä, sellaisia yritysten yhteenliittymien päätöksiä tai sellaisia yhteisiä toimintatapoja, jotka estävät, vääristävät tai rajoittavat lentoliikenteen harjoittajien välistä kilpailua tietyillä reiteillä; tai ii) vahvistetaan tällaisten sopimusten, päätösten tai toimintatapojen vaikutuksia, tai iii) annetaan lentoliikenteen harjoittajille tai muille yksityisille talouden toimijoille valta toimenpiteisiin, joilla estetään, vääristetään tai rajoitetaan lentoliikenteen harjoittajien välistä kilpailua tietyillä reiteillä, saattavat tehdä yrityksiin sovellettavista kilpailusäännöistä tehottomia,

TOTEAVAT, että tämän sopimuksen tarkoituksena ei ole lisätä unionin ja Macaon erityishallintoalueen välisen lentoliikenteen kokonaismäärää tai vaikuttaa yhteisön lentoliikenteen harjoittajien ja Macaon erityishallintoalueen lentoliikenteen harjoittajien väliseen tasapainoon eikä muuttaa voimassa olevien kahdenvälisen lentoliikennesopimusten liikenneoikeuksia koskevia määräyksiä,

OVAT SOPINEET SEURAAVAA:

1 ARTIKLA

Yleiset määräykset

1. Tässä sopimuksessa tarkoitetaan 'jäsenvaltioilla' Euroopan unionin jäsenvaltioita ja 'EU:n perussopimuksilla' Euroopan unionista tehtyä sopimusta ja Euroopan unionin toiminnasta tehtyä sopimusta.
2. Kun jossain liitteessä 1 mainitussa sopimuksessa viitataan kyseisen sopimuksen osapuolena olevan jäsenvaltion kansalaisiin, tämän katsotaan viittaavan minkä hyvänsä jäsenvaltion kansalaisiin.
3. Kun jossakin liitteessä 1 mainitussa sopimuksessa viitataan kyseisen sopimuksen osapuolena olevan jäsenvaltion lentoliikenteen harjoittajiin tai lentoyhtiöihin, tämän katsotaan viittaavan kyseisen jäsenvaltion nimeämiin lentoliikenteen harjoittajiin tai lentoyhtiöihin.

2 ARTIKLA

Jäsenvaltion tekemä nimeäminen

1. Tämän artiklan 2 kohdan määräykset syrjäyttävät liitteessä 2 olevassa a kohdassa lueteltujen artiklojen vastaavat määräykset, jotka koskevat kyseisen jäsenvaltion tekemää lentoliikenteen harjoittajan nimeämistä ja Macaon erityishallintoalueen lentoliikenteen harjoittajalle myöntämiä liikennöintilupia ja muita lupia, ja tämän artiklan 3 kohdan määräykset syrjäyttävät liitteessä 2 olevassa b kohdassa lueteltujen artiklojen vastaavat määräykset, jotka koskevat lentoliikenteen harjoittajan liikennöintilupien tai muiden lupien epäämistä, peruuttamista, tilapäistä peruuttamista tai rajoittamista.
2. Saatuaan ilmoituksen jäsenvaltion tekemästä nimeämisestä Macaon erityishallintoalue myöntää asianmukaiset liikennöintiluvat ja muut luvat mahdollisimman pienellä menettelyihin liittyvällä viiveellä edellyttäen, että
 - a) lentoliikenteen harjoittaja on sijoittautunut nimeävän jäsenvaltion alueelle EU:n perussopimusten mukaisesti ja sillä on unionin oikeuden mukainen voimassa oleva liikennelupa; sekä

b) lentoliikenteen harjoittaja on lentotoimintaluvan myöntämisestä vastaavan jäsenvaltion jatkuvan ja tehokkaan viranomaisvalvonnan alainen ja asianomainen ilmailuviranomainen on mainittu selvästi nimeämisessä; sekä

c) lentoliikenteen harjoittaja on jäsenvaltioiden ja/tai jäsenvaltioiden kansalaisten ja/tai muiden liitteessä 3 lueteltujen valtioiden ja/tai niiden kansalaisten omistuksessa, joko suoraan tai enemmistöomistuksen kautta, ja näiden tosiasiallisessa määräysvallassa.

3. Macaon erityishallintoalue voi evätä tai peruuttaa kokonaan tai tilapäisesti jäsenvaltion nimeämän lentoliikenteen harjoittajan liikennöintiluvat tai muut luvat tai rajoittaa niiden käyttöä, jos

a) lentoliikenteen harjoittaja ei ole sijoittautunut nimeävän jäsenvaltion alueelle EU:n perussopimusten mukaisesti tai sillä ei ole unionin oikeuden mukaista voimassa olevaa liikennelupaa;

b) lentoliikenteen harjoittaja ei ole lentotoimintaluvan myöntämisestä vastaavan jäsenvaltion jatkuvan ja tehokkaan viranomaisvalvonnan alainen tai asianomaista ilmailuviranomaista ei ole mainittu selvästi nimeämisessä; tai

c) lentoliikenteen harjoittaja ei ole jäsenvaltioiden ja/tai jäsenvaltioiden kansalaisten ja/tai muiden liitteessä 3 lueteltujen valtioiden ja/tai niiden kansalaisten omistuksessa, joko suoraan tai enemmistöomistuksen kautta, tai näiden tosiasiallisessa määräysvallassa.

Macaon erityishallintoalue ei saa tämän kohdan mukaisia oikeuksia käyttäessään harjoittaa kansallisuuteen perustuvaa syrjintää yhteisön lentoliikenteen harjoittajien välillä.

3 ARTIKLA

Turvallisuus

1. Tämän artiklan 2 kohdan määräyksillä täydennetään liitteessä 2 olevassa c kohdassa lueteltujen artiklojen vastaavia määräyksiä.
2. Jos jäsenvaltio on nimennyt lentoliikenteen harjoittajan, jonka viranomaisvalvonnasta ja sen jatkuvuudesta vastaa jokin toinen jäsenvaltio, lentoliikenteen harjoittajan nimenneen jäsenvaltion ja Macaon erityishallintoalueen välisen sopimuksen turvallisuusmääräysten nojalla Macaon erityishallintoalueelle kuuluvia oikeuksia sovelletaan myös turvallisuusvaatimusten hyväksymiseen, noudattamiseen tai ylläpitämiseen kyseisen toisen jäsenvaltion toimesta sekä kyseisen lentoliikenteen harjoittajan liikennöintilupaan.

4 ARTIKLA

Lentopolttoaineen verotus

1. Tämän artiklan 2 kohdan määräyksillä täydennetään liitteessä 2 olevassa d kohdassa lueteltujen artiklojen vastaavia määräyksiä.
2. Mikään liitteessä 2 olevassa d kohdassa lueteltujen sopimusten kohta ei huolimatta niissä mahdollisesti olevista päinvastaisista määräyksistä saa estää jäsenvaltioita määräämästä syrjimättömin perustein veroja, tulleja tai muita maksuja sen alueella toimitetulle polttoaineelle, jota käytetään Macaon erityishallintoalueen nimeämän lentoliikenteen harjoittajan ilma-aluksessa, joka liikennöi kyseisen jäsenvaltion alueella sijaitsevan paikan ja toisen kyseisen jäsenvaltion alueella sijaitsevan paikan tai jonkin toisen jäsenvaltion alueella sijaitsevan paikan välillä.

5 ARTIKLA

Yhteensopivuus kilpailusääntöjen kanssa

1. Mikään liitteessä 1 luetelluissa sopimuksissa ei mahdollisista päinvastaisista määräyksistä huolimatta saa i) edellyttää tai suosia sellaisia yritysten välillä tehtäviä sopimuksia, sellaisia yritysten yhteenliittymien päätöksiä tai sellaisia yhteisiä toimintatapoja, jotka estävät tai vääristävät kilpailua, tai ii) vahvistaa tällaisten sopimusten, päätösten tai toimintatapojen vaikutuksia, tai iii) antaa yksityisille talouden toimijoille valtaa toimenpiteisiin, joilla estetään, vääristetään tai rajoitetaan kilpailua.
2. Liitteessä 1 lueteltujen sopimusten määräyksiä ei sovelleta, jos ne ovat ristiriidassa tämän artiklan 1 kohdan kanssa.

6 ARTIKLA

Sopimuksen liitteet

Tämän sopimuksen liitteet ovat erottamaton osa tätä sopimusta.

7 ARTIKLA

Tarkistaminen tai muuttaminen

Osapuolet voivat milloin tahansa yhteisellä hyväksynnällä tarkistaa tai muuttaa tätä sopimusta.

8 ARTIKLA

Voimaantulo ja väliaikainen soveltaminen

1. Tämä sopimus tulee voimaan päivänä, jona osapuolet ovat ilmoittaneet kirjallisesti toisilleen, että sopimuksen voimaansaattamisen edellyttämät sisäiset menettelyt on saatettu päätökseen.
2. Sen estämättä, mitä 1 kohdassa määrätään, osapuolet sopivat soveltavansa sopimusta väliaikaisesti sitä päivää seuraavan kuukauden ensimmäisestä päivästä, jona osapuolet ovat ilmoittaneet toisilleen tätä varten tarvittavien menettelyjen saattamisesta päätökseen.
3. Tätä sopimusta sovelletaan kaikkiin liitteessä 1 lueteltuihin sopimuksiin ja järjestelyihin, mukaan luettuina ne, jotka eivät vielä ole tulleet voimaan tämän sopimuksen allekirjoituspäivänä ja joita ei sovelleta väliaikaisesti.

9 ARTIKLA

Voimassaolon päättyminen

1. Jos jokin liitteessä 1 mainittu sopimus irtisanotaan, kaikkien tämän sopimuksen määräysten, jotka liittyvät kyseiseen liitteessä 1 mainittuun sopimukseen, voimassaolo päättyy samaan aikaan.
2. Jos kaikki liitteessä 1 mainitut sopimukset irtisanotaan, tämän sopimuksen voimassaolo päättyy samaan aikaan.

TÄMÄN VAKUUDEKSI alla mainitut asianmukaisesti valtuutetut edustajat ovat allekirjoittaneet tämän sopimuksen.

Tämä sopimus on tehty kahtena kappaleena kiinan, portugalin, bulgarian, englannin, espanjan, hollannin, italian, kreikan, latvian, liettuan, maltan, puolan, ranskan, romanian, ruotsin, saksan, slovakin, sloveenin, suomen, tanskan, tšekin, unkarin ja viron kielellä ja kaikki tekstit ovat yhtä todistusvoimaisia.

AVTAL
MELLAN FOLKREPUBLICEN KINAS
SPECIELLA ADMINISTRATIVA REGION MACAO OCH
EUROPEISKA UNIONEN
OM VISSA LUFTFARTSASPEKTER

FOLKREPUBLIKEN KINAS SPECIELLA ADMINISTRATIVA REGION
MACAOS REGERING, nedan kallad *Macao SAR* som vederbörligen bemyndigats att ingå
detta avtal av Folkrepubliken Kinas centralregering

å ena sidan, och

EUROPEISKA UNIONEN, nedan kallad *unionen*,

å andra sidan,

nedan kallade *parterna*,

SOM KONSTATERAR att bilaterala luftfartsavtal har ingåtts mellan flera av unionens
medlemsstater och Macao SAR med bestämmelser som strider mot unionens lagstiftning,

SOM KONSTATERAR att unionen har exklusiv behörighet i fråga om många av de aspekter
som kan ingå i bilaterala luftfartsavtal mellan medlemsstater i unionen och tredje parter,

SOM KONSTATERAR att EG-lufttrafikföretag som är etablerade i en medlemsstat enligt
unionens lagstiftning har rätt till icke-diskriminerande tillgång till flygvägar mellan
medlemsstaterna i unionen och tredje parter,

SOM BEAKTAR de avtal som har ingåtts mellan unionen och vissa tredje parter som ger
medborgare i dessa tredje parter möjlighet att förvärva äganderätt i lufttrafikföretag som har
tillstånd utfärdade i enlighet med unionens lagstiftning,

SOM INSER att de bestämmelser i de bilaterala luftfartsavtalen mellan medlemsstater
i Europeiska unionen och Macao SAR som står i strid med unionens lagstiftning måste bringas
i överensstämmelse med den lagstiftningen för att en sund rättslig grund ska kunna skapas för
lufttrafiken mellan unionen och Macao SAR och för att kontinuiteten i denna flygtrafik ska
kunna upprätthållas,

SOM KONSTATERAR att lufttrafikföretag enligt unionens lagstiftning i princip inte har rätt att ingå avtal som kan påverka handeln mellan medlemsstater i unionen och som har som syfte eller effekt att hindra, begränsa eller snedvrída konkurrensen,

SOM ERKÄNNER att vissa bestämmelser i bilaterala luftfartsavtal som ingåtts mellan medlemsstater i unionen och Macao SAR kan leda till att konkurrensreglerna för företag sätts ur spel i till exempel följande fall: i) bestämmelserna kräver eller gynnar avtal mellan företag, beslut av företags samarbetsorganisationer eller ett samordnat agerande som hindrar, snedvrída eller begränsar konkurrensen mellan olika lufttrafikföretag på linjerna i fråga; eller ii) bestämmelserna förstärker effekterna av sådana avtal, sådana beslut eller sådan samordnad praxis; eller iii) bestämmelserna innebär att lufttrafikföretagen eller andra privata ekonomiska aktörer kan vidta åtgärder som hindrar, snedvrída eller begränsar konkurrensen mellan olika lufttrafikföretag på linjerna i fråga,

SOM KONSTATERAR att detta avtal inte har som mål att öka den totala volymen flygtrafik mellan unionen och Macao SAR, att påverka balansen mellan EG-lufttrafikföretag och lufttrafikföretag från Macao SAR eller ändra bestämmelserna i befintliga bilaterala luftfartsavtal när det gäller trafikrättigheter,

HAR ENATS OM FÖLJANDE.

ARTIKEL 1

Allmänna bestämmelser

1. I detta avtal avses med *medlemsstater* medlemsstaterna i Europeiska unionen, och med *EU-fördrag* fördraget om Europeiska unionen och fördraget om Europeiska unionens funktionssätt.
2. Hänvisningar i något av de avtal som ingår i förteckningen i bilaga 1 till medborgare i en medlemsstat som är part i avtalet i fråga ska betraktas som hänvisningar till medborgare i någon av medlemsstaterna.
3. Hänvisningar i något av de avtal som förtecknas i bilaga 1 till lufttrafikföretag eller flygbolag i en medlemsstat som är part i avtalet i fråga ska betraktas som hänvisningar till lufttrafikföretag eller flygbolag som har utsetts av den medlemsstaten.

ARTIKEL 2

Lufttrafikföretag som utsetts av en medlemsstat

1. Bestämmelserna i punkterna 2 och 3 i den här artikeln ska äga företräde framför motsvarande bestämmelser i de artiklar som förtecknas i bilaga 2 a respektive 2 b, när det gäller den berörda medlemsstatens utseende av ett lufttrafikföretag, godkännanden och tillstånd som Macao SAR beviljat för det företaget, samt avslag, återkallande, tillfälligt upphävande eller begränsning av dessa godkännanden eller tillstånd för lufttrafikföretaget.
2. När Macao SAR har underrättats om att ett lufttrafikföretag har utsetts av en medlemsstat, ska Macao SAR utfärda de tillämpliga godkännandena och tillstånden med så kort handläggningstid som möjligt under förutsättning att
 - (a) lufttrafikföretaget, i enlighet med EU-fördragen, är etablerat i den medlemsstats territorium där det har utsetts samt har en giltig operativ licens i enlighet med unionens lagstiftning, och

- (b) den medlemsstat som utfärdar AOC (Air Operator's Certificate) utövar och upprätthåller effektiv tillsyn över lufttrafikföretaget, och dess luftfartsmyndighet finns tydligt angiven i den handling där lufttrafikföretaget utses, och
 - (c) lufttrafikföretaget ägs, direkt eller genom majoritetsägande, och i praktiken kontrolleras av medlemsstater och/eller medborgare i medlemsstater och/eller av andra stater enligt förteckningen i bilaga 3 och/eller av medborgare i sådana andra stater.
3. Macao SAR får vägra, återkalla, tillfälligt upphäva eller begränsa godkännanden och tillstånd för ett lufttrafikföretag som har utsetts av en medlemsstat om
- (a) lufttrafikföretaget, i enlighet med EU-fördragen, inte är etablerat i den medlemsstat där det har utsetts eller har en giltig operativ licens i enlighet med unionens lagstiftning, eller
 - (b) den medlemsstat som utfärdar AOC (Air Operator's Certificate) inte utövar eller upprätthåller effektiv tillsyn över lufttrafikföretaget eller om dess luftfartsmyndighet inte är tydligt angiven i den handling där lufttrafikföretaget utses, eller
 - (c) om lufttrafikföretaget inte ägs, direkt eller genom majoritetsägande, eller inte i praktiken kontrolleras, av medlemsstater och/eller medborgare i medlemsstater och/eller av andra stater som är förtecknade i bilaga 3 och/eller av medborgare i sådana andra stater.

När Macao SAR fattar beslut enligt denna punkt ska Macao SAR inte diskriminera mellan EG-lufttrafikföretag på grundval av nationalitet.

ARTIKEL 3

Säkerhet

1. Bestämmelserna i punkt 2 i denna artikel ska komplettera motsvarande bestämmelser i de artiklar som förtecknas i bilaga 2 c.
2. Om en medlemsstat har utsett ett lufttrafikföretag för vilket tillsynen utövas och upprätthålls av en annan medlemsstat, ska Macao SAR:s rättigheter enligt säkerhetsbestämmelserna i avtalet mellan den medlemsstat som har utsett lufttrafikföretaget och Macao SAR tillämpas även med avseende på den andra medlemsstatens antagande, tillämpning och upprätthållande av säkerhetsnormer samt med avseende på trafikillståndet för nämnda lufttrafikföretag.

ARTIKEL 4

Beskattning av flygbränsle

1. Bestämmelserna i punkt 2 i den här artikeln ska komplettera motsvarande bestämmelser i de artiklar som förtecknas i bilaga 2 d.
2. Utan hinder av eventuella andra bestämmelser med annat innehåll, får inget i de avtal som förtecknas i bilaga 2 d innebära att en medlemsstat hindras från att på ett icke-diskriminerande sätt beskatta eller tull- eller avgiftsbelägga flygbränsle, som tillhandahålls på dess territorium och som är avsett för luftfartyg som tillhör ett lufttrafikföretag som har utsetts av Macao SAR och som går i trafik mellan en punkt i den medlemsstaten och en annan punkt i den medlemsstaten eller i en annan medlemsstat.

ARTIKEL 5

Förenlighet med konkurrensreglerna

1. Utan hinder av eventuella andra bestämmelser med annat innehåll får inget i de avtal som förtecknas i bilaga 1 innebära i) krav på eller främjande av avtal mellan företag, beslut av företags samarbetsorganisationer eller samordnad praxis som hindrar eller snedvrider konkurrensen, eller ii) förstärkt effekt av sådana avtal, beslut eller samordnade ageranden, eller iii) delegering till privata ekonomiska aktörer av ansvaret för åtgärder som hindrar, snedvrider eller begränsar konkurrensen.

2. Bestämmelser i de avtal som förtecknas i bilaga 1 som inte är förenliga med punkt 1 i denna artikel ska inte tillämpas.

ARTIKEL 6

Bilagor till avtalet

Bilagorna till detta avtal utgör en integrerad del av avtalet.

ARTIKEL 7

Översyn eller ändring

De avtalsslutande parterna får när som helst genom ömsesidigt medgivande se över eller ändra avtalet.

ARTIKEL 8

Ikraftträdande och provisorisk tillämpning

1. Detta avtal ska träda i kraft när parterna skriftligen har underrättat varandra om att de respektive interna förfaranden som är nödvändiga för avtalets ikraftträdande avslutats.
2. Utan hinder av vad som sägs i punkt 1 ska parterna vara överens om att tillämpa avtalet provisoriskt från och med första dagen av den månad som följer den dag då parterna har underrättat varandra om att de förfaranden som är nödvändiga för detta ändamål har avslutats.
3. Detta avtal ska gälla alla avtal och andra överenskommelser som ingår i förteckningen i bilaga 1, inbegripet sådana som inte har trätt i kraft när det här avtalet undertecknas och som inte tillämpas provisoriskt.

ARTIKEL 9

Avtalets upphörande

1. Om ett avtal som förtecknas i bilaga 1 upphör att gälla ska alla bestämmelser i det här avtalet som avser avtalet i bilaga 1 upphöra att gälla vid samma tidpunkt.
2. Om alla avtal som förtecknas i bilaga 1 upphör att gälla ska det här avtalet upphöra att gälla vid samma tidpunkt.

TILL BEVIS HÄRPÅ har undertecknade, därtill vederbörligen befullmäktigade, undertecknat detta avtal.

Utfärdat i två exemplar på kinesiska, portugisiska, bulgariska, danska, engelska, estniska, finska, franska, grekiska, italienska, lettiska, litauiska, maltesiska, nederländska, polska, rumänska, slovakiska, slovenska, spanska, svenska, tjeckiska, tyska och ungerska vilka alla texter är lika giltiga.

於二零一三年十一月二十三日在澳門簽訂。

Feito em Macau aos vinte e três dias de Novembro de dois mil e treze.

Съставено в Макао на двадесет и трети ноември две хиляди и тринадесета година.

Hecho en Macao, el veintitrés de noviembre de dos mil trece.

V Macau dne dvacátého třetího listopadu dva tisíce třináct.

Udfærdiget i Macao, den treogtyvende november to tusind og tretten.

Geschehen zu Macao am dreiundzwanzigsten November zweitausenddreizehn.

Sõlmitud kahe tuhande kolmeteistkümnenda aasta novembrikuu kahekümne kolmandal päeval Macaus.

Έγινε στο Μακάο την εικοστή τρίτη Νοεμβρίου του έτους δύο χιλιάδες δεκατρία.

Done at Macao on the twenty-third day of November in the year two thousand and thirteen.

Fait à Macao le vingt-trois novembre deux mille treize.

Fatto a Macao, il ventitré novembre duemilatredici.

Makao, divi tūkstoši trīspadsmitā gada divdesmit trešajā novembrī.

Priimta Makao du tūkstančiai tryliktų metų lapkričio dvidešimt trečią dieną.

Kelt Makaóban, a kétezer-tizenharmadik év november havának huszonharmadik napján.

Magħmul fil-Makaw fit-tlieta u għoxrin jum ta' Novembru tas-sena elfejn u tlettax.

Gedaan te Macau, drieëntwintig november tweeduizend dertien.

Sporządzono w Makau dnia dwudziestego trzeciego listopada roku dwa tysiące trzynastego.

Întocmit la Macao la douăzeci și trei noiembrie două mii treisprezece.

V Macau dvadsiateho tretieho novembra dvetisíctrinásť.

V Macau, dne triindvajsetega novembra leta dva tisoč trinajst.

Tehty Macaossa kahdentenäkymmenentenäkolmantena päivänä marraskuuta vuonna kaksituhattakolmetoista.

Utfärdat i Macao den tjugotredje november tjugohundratretton.

中華人民共和國澳門特別行政區政府代表

Pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China

За правителството на Специалния административен район на Китайската народна република Макао

Por el Gobierno de la Región Administrativa Especial de Macao de la República Popular China

Za vládu Zvláštní administrativní oblasti Čínské lidové republiky Macao

For regeringen for Folkerepublikken Kinas særlige administrative region Macao

Für die Regierung der Sonderverwaltungsregion Macau der Volksrepublik China

Hiina Rahvavabariigi Macau erihalduspiirkonna valitsuse nimel

Για την Κυβέρνηση της ειδικής διοικητικής περιοχής Μακάο

της Λαϊκής Δημοκρατίας της Κίνας

For the Government of the Macao Special Administrative Region of

The People's Republic of China

Pour le gouvernement de la Région administrative spéciale de Macao de la

République populaire de Chine

Per il governo della regione amministrativa speciale di Macao della

Repubblica popolare cinese

Çīnas Tautas Republikas Makao Īpašās pārvaldes apgabala valdības vārdā –

Ypatingojo administracinio Kinijos regiono Makao vyriausybės vardu

A Kínai Népköztársaság Makaói Különleges Közigazgatási Területének kormányának részéről

Għall-Gvern tar-Regjun Amministrattiv Speċjali tal-Makaw tar-Repubblika Popolari taċ-Ċina

Voor de regering van de Speciale Administratieve Regio Macau van de Volksrepubliek China

W imieniu Rządu Specjalnego Regionu Administracyjnego Makau Chińskiej Republiki Ludowej

Pentru Guvernul Regiunii Administrative Speciale Macao a Republicii Populare Chineze

Za vládu osobitnej administratívnej oblasti Čínskej ľudovej republiky Macao

Za vladu Posebne upravne regije Macao Ljudske republike Kitajske

Kiinan kansantasavallan erityishallintoalueen Macaon hallituksen puolesta

För Folkrepubliken Kinas särskilda administrativa region Macaos regering

歐洲聯盟代表

Pela União Europeia

За Европейския съюз

Por la Unión Europea

Za Evropskou unii

For Den Europæiske Union

Für die Europäische Union

Euroopa Liidu nimel

Για την Ευρωπαϊκή Ένωση

For the European Union

Pour l'Union européenne

Per l'Unione europea

Eiropas Savienības vārdā –

Europos Sąjungos vardu

Az Európai Unió részéről

Għall-Unjoni Ewropea

Voor de Europese Unie

W imieniu Unii Europejskiej

Pentru Uniunea Europeană

Za Európsku úniu

Za Evropsko unijo

Euroopan unionin puolesta

För Europeiska unionen

附件一

本協定第一條所指的協定

澳門特別行政區與成員國之間，在本協定簽字之日，經已締結、簽訂或草簽的經修改或修訂的航班協定和其他安排：

- 一九九四年十一月四日在維也納簽訂的澳門政府和奧地利聯邦政府航班運輸協定，以下在附件二簡稱為“澳門特別行政區-奧地利協定”；
- 一九九四年十一月十六日在布魯塞爾簽訂的澳門政府和比利時王國政府航空運輸協定，以下在附件二簡稱為“澳門特別行政區-比利時協定”；
- 二零零一年九月二十五日在布拉格簽訂的中華人民共和國澳門特別行政區政府和捷克共和國政府航班協定，以下在附件二簡稱為“澳門特別行政區-捷克共和國協定”；
- 一九九六年十二月十二日在奧斯陸訂的澳門政府和丹麥王國政府航班協定，以下在附件二簡稱為“澳門特別行政區-丹麥協定”；
- 一九九四年九月九日在澳門簽訂的澳門政府和芬蘭共和國政府航班協定，以下在附件二簡稱為“澳門特別行政區-芬蘭協定”；
- 二零零六年五月二十三日在巴黎簽訂的中華人民共和國澳門特別行政區政府與法蘭西共和國政府航班協定，以下在附件二簡稱為“澳門特別行政區-法國協定”；
- 一九九六年九月五日在波恩簽訂的澳門政府和德意志聯邦共和國政府航空運輸協定，以下在附件二簡稱為“澳門特別行政區-德國協定”；

- 二零零六年二月十七日在澳門草簽的中華人民共和國澳門特別行政區政府與希臘共和國政府航班協定，以下在附件二簡稱為“澳門特別行政區-希臘協定”；
 - 一九九四年十二月十四日在澳門簽訂的澳門政府和盧森堡大公國政府航班協定，以下在附件二簡稱為“澳門特別行政區-盧森堡協定”；
 - 一九九四年十一月十六日在海牙簽訂的澳門和荷蘭王國相互之間及以遠地區的航班協定，以下在附件二簡稱為“澳門特別行政區-荷蘭協定”；
 - 一九九九年十月二十二日在華沙簽訂的澳門政府和波蘭共和國政府航班協定，以下在附件二簡稱為“澳門特別行政區-波蘭協定”；
 - 一九九五年八月三十一日在里斯本簽訂的澳門政府和葡萄牙共和國政府航班協定，以下在附件二簡稱為“澳門特別行政區-葡國協定”；
 - 二零零六年三月三日在澳門草簽的中華人民共和國澳門特別行政區政府與斯洛伐克共和國政府航班協定，以下在附件二簡稱為“澳門特別行政區-斯洛伐克協定”；
 - 一九九六年十二月十二日在奧斯陸簽訂的澳門政府和瑞典王國政府航班協定，以下在附件二簡稱為“澳門特別行政區-瑞典協定”；
 - 二零零四年一月十九日在倫敦簽訂的中華人民共和國澳門特別行政區政府與大不列顛及北愛爾蘭聯合王國政府航班協定，以下在附件二簡稱為“澳門特別行政區-英國協定”；
-

附件二

本協定第二至第四條所指、于附件一所列協定之條文

(a) 成員國的指定：

- 澳門特別行政區-奧地利協定的第四條；
- 澳門特別行政區-捷克共和國協定的第三條；
- 澳門特別行政區-丹麥協定的第四條；
- 澳門特別行政區-德國協定的第四條第四款；
- 澳門特別行政區-盧森堡協定的第四條；
- 澳門特別行政區-波蘭協定的第四條；
- 澳門特別行政區-葡國協定的第四條；
- 澳門特別行政區-瑞典協定的第四條；

(b) 許可或批准的拒絕、撤銷、暫停或限制：

- 澳門特別行政區-奧地利協定的第五條；
- 澳門特別行政區-比利時協定的第六條；
- 澳門特別行政區-捷克共和國協定的第四條；
- 澳門特別行政區-丹麥協定的第五條；
- 澳門特別行政區-芬蘭協定的第四條；
- 澳門特別行政區-德國協定的第四條第四款及第五條；
- 澳門特別行政區-盧森堡協定的第五條；
- 澳門特別行政區-荷蘭協定的第五條；
- 澳門特別行政區-波蘭協定的第五條；

– 澳門特別行政區-葡國協定的第六條；

– 澳門特別行政區-瑞典協定的第五條；

(c) 安全:

– 澳門特別行政區-捷克共和國協定的第七條；

– 澳門特別行政區-法國協定的第九條；

– 澳門特別行政區-希臘協定的第七條；

– 澳門特別行政區-盧森堡協定的第七條；

– 澳門特別行政區-斯洛伐克協定的第六條；

– 澳門特別行政區-英國協定的第十四條；

(d) 航空燃料的徵稅:

- 澳門特別行政區-奧地利協定的第八條；
- 澳門特別行政區-比利時協定的第十一條；
- 澳門特別行政區-捷克共和國協定的第八條；
- 澳門特別行政區-丹麥協定的第七條；
- 澳門特別行政區-芬蘭協定的第六條；
- 澳門特別行政區-德國協定的第七條；
- 澳門特別行政區-盧森堡協定的第九條；
- 澳門特別行政區-荷蘭協定的第十條；
- 澳門特別行政區-波蘭協定的第七條；
- 澳門特別行政區-葡國協定的第十條；
- 澳門特別行政區-瑞典協定的第七條；
- 澳門特別行政區-英國協定的第八條；

附件三

本協定第二條所指的其他國家

- (a) 冰島共和國（根據歐洲經濟區協定）；
 - (b) 列支敦士登公國（根據歐洲經濟區協定）；
 - (c) 挪威王國（根據歐洲經濟區協定）；
 - (d) 瑞士聯邦（根據歐洲共同體和瑞士聯邦之間的航空運輸協定）。
-

ANEXO 1

Lista dos acordos a que se refere o artigo 1.º do presente Acordo

Acordos de transporte aéreo e outros convénios entre a RAE de Macau e os Estados-Membros, alterados ou emendados, que tenham sido celebrados, assinados ou rubricados à data de assinatura do presente Acordo:

- Acordo de transporte aéreo entre o Governo de Macau e o Governo Federal Austríaco, assinado em Viena em 4 de Novembro de 1994, a seguir designado por "Acordo RAE de Macau-Áustria" no Anexo 2;
- Acordo de transporte aéreo entre o Governo de Macau e o Governo do Reino da Bélgica, assinado em Bruxelas em 16 de Novembro de 1994, a seguir designado por "Acordo RAE de Macau-Bélgica" no Anexo 2;
- Acordo de transporte aéreo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo da República Checa, feito em Praga aos 25 de Setembro de 2001, a seguir designado por "Acordo RAE de Macau-República Checa" no Anexo 2;
- Acordo de transporte aéreo entre o Governo de Macau e o Governo do Reino da Dinamarca, feito em Oslo aos 12 de Dezembro de 1996, a seguir designado por "Acordo RAE de Macau-Dinamarca" no Anexo 2;
- Acordo de transporte aéreo entre o Governo de Macau e o Governo da República da Finlândia, assinado em Macau em 9 de Setembro de 1994, a seguir designado por "Acordo RAE de Macau-Finlândia" no Anexo 2;
- Acordo de transporte aéreo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo da República Francesa, feito em Paris aos 23 de Maio de 2006, a seguir designado por "Acordo RAE de Macau-França" no Anexo 2;

- Acordo de transporte aéreo entre o Governo de Macau e o Governo da República Federal da Alemanha, assinado em Bona em 5 de Setembro de 1996, a seguir designado por "Acordo RAE de Macau-Alemanha" no Anexo 2;
- Acordo de transporte aéreo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo da República Helénica, rubricado em Macau em 17 de Fevereiro de 2006, a seguir designado por "Acordo RAE de Macau-Grécia" no Anexo 2;
- Acordo de transporte aéreo entre o Governo de Macau e o Governo do Grão-Ducado do Luxemburgo, assinado em Macau em 14 de Dezembro de 1994, a seguir designado por "Acordo RAE de Macau-Luxemburgo" no Anexo 2;
- Acordo entre o Governo de Macau e o Governo do Reino dos Países Baixos para transporte aéreo entre a para além das respetivas áreas, assinado na Haia em 16 de Novembro de 1994, a seguir designado por "Acordo RAE de Macau-Países Baixos" no Anexo 2;
- Acordo entre o Governo de Macau e o Governo da República da Polónia relativo a serviços aéreos, assinado em Varsóvia em 22 de Outubro de 1999, a seguir designado por "Acordo RAE de Macau-Polónia" no Anexo 2;
- Acordo de transporte aéreo entre o Governo de Macau e o Governo da República Portuguesa, assinado em Lisboa em 31 de Agosto de 1995, a seguir designado por "Acordo RAE de Macau-Portugal" no Anexo 2;
- Acordo de transporte aéreo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo da República Eslovaca, rubricado em Macau em 3 de Março de 2006, a seguir designado por "Acordo RAE de Macau-Eslováquia" no Anexo 2;

- Acordo de transporte aéreo entre o Governo de Macau e o Governo do Reino da Suécia, feito em Oslo aos 12 de Dezembro de 1996, a seguir designado por "Acordo RAE de Macau-Suécia" no Anexo 2;

 - Acordo de transporte aéreo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, assinado em Londres em 19 de Janeiro de 2004, a seguir designado por "Acordo RAE de Macau-Reino Unido" no Anexo 2.
-

ANEXO 2

Lista de artigos dos acordos enumerados no Anexo 1
a que se referem os artigos 2.º a 4.º do presente Acordo

- a) Designação por um Estado-Membro:
- Artigo 4.º do Acordo RAE de Macau-Áustria;
 - Artigo 3.º do Acordo RAE de Macau-República Checa;
 - Artigo 4.º do Acordo RAE de Macau-Dinamarca;
 - Artigo 4.º, n.º 4, do Acordo RAE de Macau-Alemanha;
 - Artigo 4.º do Acordo RAE de Macau-Luxemburgo;
 - Artigo 4.º do Acordo RAE de Macau-Polónia;
 - Artigo 4.º do Acordo RAE de Macau-Portugal;
 - Artigo 4.º do Acordo RAE de Macau-Suécia.

b) Recusa, revogação, suspensão ou limitação de autorizações ou licenças:

- Artigo 5.º do Acordo RAE de Macau-Áustria;
- Artigo 6.º do Acordo RAE de Macau-Bélgica;
- Artigo 4.º do Acordo RAE de Macau-República Checa;
- Artigo 5.º do Acordo RAE de Macau-Dinamarca;
- Artigo 4.º do Acordo RAE de Macau-Finlândia;
- Artigo 4.º, n.º 4, e Artigo 5.º do Acordo RAE de Macau-Alemanha;
- Artigo 5.º do Acordo RAE de Macau-Luxemburgo;
- Artigo 5.º do Acordo RAE de Macau-Países Baixos;
- Artigo 5.º do Acordo RAE de Macau-Polónia;
- Artigo 6.º do Acordo RAE de Macau-Portugal;
- Artigo 5.º do Acordo RAE de Macau-Suécia.

c) Segurança operacional:

- Artigo 7.º do Acordo RAE de Macau-República Checa;
- Artigo 9.º do Acordo RAE de Macau-França;
- Artigo 7.º do Acordo RAE de Macau-Grécia;
- Artigo 7.º do Acordo RAE de Macau-Luxemburgo;
- Artigo 6.º do Acordo RAE de Macau-Eslováquia;
- Artigo 14.º do Acordo RAE de Macau-Reino Unido.

- d) Tributação do combustível utilizado na aviação:
- Artigo 8.º do Acordo RAE de Macau-Áustria;
 - Artigo 11.º do Acordo RAE de Macau-Bélgica;
 - Artigo 8.º do Acordo RAE de Macau-República Checa;
 - Artigo 7.º do Acordo RAE de Macau-Dinamarca;
 - Artigo 6.º do Acordo RAE de Macau-Finlândia;
 - Artigo 7.º do Acordo RAE de Macau-Alemanha;
 - Artigo 9.º do Acordo RAE de Macau-Luxemburgo;
 - Artigo 10.º do Acordo RAE de Macau-Países Baixos;
 - Artigo 7.º do Acordo RAE de Macau-Polónia;
 - Artigo 10.º do Acordo RAE de Macau-Portugal;
 - Artigo 7.º do Acordo RAE de Macau-Suécia;
 - Artigo 8.º do Acordo RAE de Macau-Reino Unido.
-

ANEXO 3

Lista dos outros Estados a que se refere o artigo 2.º do presente Acordo

- a) República da Islândia (ao abrigo do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu);
 - b) Principado de Liechtenstein (ao abrigo do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu);
 - c) Reino da Noruega (ao abrigo do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu);
 - d) Confederação Suíça (ao abrigo do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça relativo aos Transportes Aéreos).
-

ПРИЛОЖЕНИЕ 1

Списък на споразуменията, посочени в член 1 от настоящото споразумение

Споразумения и други договорености за въздухоплавателни услуги между САР Макао и държавите-членки, съответно променени или изменени, които към датата на подписването на настоящото споразумение са били сключени, подписани или парафирани:

- Споразумение за въздушен транспорт между Австрийското федерално правителство и правителството на Макао, съставено във Виена на 4 ноември 1994 г., наричано в приложение 2 „Споразумение САР Макао—Австрия“;
- Споразумение за въздушен транспорт между правителството на Кралство Белгия и правителството на Макао, съставено в Брюксел на 16 ноември 1994 г., наричано в приложение 2 „Споразумение САР Макао—Белгия“;
- Споразумение за въздухоплавателни услуги между правителството на Чешката република и правителството на Специалния административен район на Китайската народна република Макао, съставено в Прага на 25 септември 2001 г., наричано в приложение 2 „Споразумение САР Макао—Чешка република“;
- Споразумение за въздухоплавателни услуги между правителството на Кралство Дания и правителството на Макао, съставено в Осло на 12 декември 1996 г., наричано в приложение 2 „Споразумение САР Макао—Дания“;
- Споразумение за въздухоплавателни услуги между правителството на Република Финландия и правителството на Макао, съставено в Макао на 9 септември 1994 г., наричано в приложение 2 „Споразумение САР Макао—Финландия“;

- Споразумение за въздухоплавателни услуги между правителството на Френската република и правителството на Специалния административен район на Китайската народна република Макао, съставено в Париж на 23 май 2006 г., наричано в приложение 2 „Споразумение САР Макао—Франция“;
- Споразумение за въздушен транспорт между правителството на Федерална република Германия и правителството на Макао, съставено в Бон на 5 септември 1996 г., наричано в приложение 2 „Споразумение САР Макао—Германия“;
- Споразумение за въздухоплавателни услуги между правителството на Република Гърция и правителството на Специалния административен район на Китайската народна република Макао, парафирано в Макао на 17 февруари 2006 г., наричано в приложение 2 „Споразумение САР Макао—Гърция“;
- Споразумение за въздухоплавателни услуги между правителството на Великото херцогство Люксембург и правителството на Макао, съставено в Макао на 14 декември 1994 г., наричано в приложение 2 „Споразумение САР Макао—Люксембург“;
- Споразумение за въздухоплавателни услуги между Кралство Нидерландия и Макао между и извън съответните им области, съставено в Хага на 16 ноември 1994 г., наричано в приложение 2 „Споразумение САР Макао—Нидерландия“;
- Споразумение за въздухоплавателни услуги между правителството на Република Полша и правителството на Макао, съставено във Варшава на 22 октомври 1999 г., наричано в приложение 2 „Споразумение САР Макао—Полша“;
- Споразумение за въздушен транспорт между правителството на Португалската република и правителството на Макао, съставено в Лисабон на 31 август 1995 г., наричано в приложение 2 „Споразумение САР Макао—Португалия“;
- Споразумение за въздухоплавателни услуги между правителството на Словашката република и правителството на Специалния административен район на Китайската народна република Макао, парафирано в Макао на 3 март 2006 г., наричано в приложение 2 „Споразумение САР Макао—Словакия“;

- Споразумение за въздухоплавателни услуги между правителството на Кралство Швеция и правителството на Макао, съставено в Осло на 12 декември 1996 г., наричано в приложение 2 „Споразумение САР Макао—Швеция“;
 - Споразумение за въздухоплавателни услуги между правителството на Специалния административен район на Китайската народна република Макао и правителството на Обединеното кралство Великобритания и Северна Ирландия, съставено в Лондон на 19 януари 2004 г., наричано в приложение 2 „Споразумение САР Макао—Обединеното кралство“.
-

ПРИЛОЖЕНИЕ 2

Списък на членовете от споразуменията, изброени в приложение 1
и посочени в членове 2—4 от настоящото споразумение

а) Определяне от държава-членка:

- Член 4 от Споразумение САР Макао—Австрия;
- Член 3 от Споразумение САР Макао—Чешка република;
- Член 4 от Споразумение САР Макао—Дания;
- Член 4, параграф 4 от Споразумение САР Макао—Германия;
- Член 4 от Споразумение САР Макао—Люксембург;
- Член 4 от Споразумение САР Макао—Полша;
- Член 4 от Споразумение САР Макао—Португалия;
- Член 4 от Споразумение САР Макао—Швеция;

б) Отказ, отнемане, спиране на действието или ограничаване на лицензи или разрешения:

- Член 5 от Споразумение САР Макао—Австрия;
- Член 6 от Споразумение САР Макао—Белгия;
- Член 4 от Споразумение САР Макао—Чешка република;
- Член 5 от Споразумение САР Макао—Дания;
- Член 4 от Споразумение САР Макао—Финландия;
- Член 4, параграф 4 и член 5 от Споразумение САР Макао—Германия;
- Член 5 от Споразумение САР Макао—Люксембург;
- Член 5 от Споразумение САР Макао—Нидерландия;
- Член 5 от Споразумение САР Макао—Полша;
- Член 6 от Споразумение САР Макао—Португалия;
- Член 5 от Споразумение САР Макао—Швеция;

в) Безопасност:

- Член 7 от Споразумение САР Макао—Чешка република;
- Член 9 от Споразумение САР Макао—Франция;
- Член 7 от Споразумение САР Макао—Гърция;
- Член 7 от Споразумение САР Макао—Люксембург;
- Член 6 от Споразумение САР Макао—Словакия;
- Член 14 от Споразумение САР Макао—Обединеното кралство.

г) Данъчно облагане на авиационно гориво:

- Член 8 от Споразумение САР Макао—Австрия;
- Член 11 от Споразумение САР Макао—Белгия;
- Член 8 от Споразумение САР Макао—Чешка република;
- Член 7 от Споразумение САР Макао—Дания;
- Член 6 от Споразумение САР Макао—Финландия;

- Член 7 от Споразумение САР Макао—Германия;
 - Член 9 от Споразумение САР Макао—Люксембург;
 - Член 10 от Споразумение САР Макао—Нидерландия;
 - Член 7 от Споразумение САР Макао—Полша;
 - Член 10 от Споразумение САР Макао—Португалия;
 - Член 7 от Споразумение САР Макао—Швеция;
 - Член 8 от Споразумение САР Макао—Обединеното кралство.
-

ПРИЛОЖЕНИЕ 3

Списък на други държави, посочени в член 2 от настоящото споразумение

- а) Република Исландия (съгласно Споразумението за Европейското икономическо пространство);
 - б) Княжество Лихтенщайн (съгласно Споразумението за Европейското икономическо пространство);
 - в) Кралство Норвегия (съгласно Споразумението за Европейското икономическо пространство);
 - г) Конфедерация Швейцария (съгласно Споразумението между Европейската общност и Конфедерация Швейцария по въпроси на въздушния транспорт).
-

ANEXO 1

Lista de los acuerdos a los que se refiere el artículo 1 del presente Acuerdo

Acuerdos sobre servicios aéreos y otras disposiciones entre la RAE de Macao y Estados miembros, en su versión enmendada o modificada que, en la fecha de la firma del presente Acuerdo, se han celebrado, firmado o rubricado:

- Acuerdo entre el Gobierno Federal de Austria y el Gobierno de Macao sobre transporte aéreo, firmado en Viena el 4 de noviembre de 1994, en lo sucesivo denominado «Acuerdo RAE de Macao – Austria» en el anexo 2;
- Acuerdo entre el Gobierno del Reino de Bélgica y el Gobierno de Macao sobre transporte aéreo, firmado en Bruselas el 16 de noviembre de 1994, en lo sucesivo denominado «Acuerdo RAE de Macao – Bélgica» en el anexo 2;
- Acuerdo de servicios aéreos entre el Gobierno de la República Checa y el Gobierno de la Región Administrativa Especial de Macao de la República Popular China, firmado en Praga el 25 de septiembre de 2001, en lo sucesivo denominado «Acuerdo RAE de Macao – República Checa» en el anexo 2;
- Acuerdo de servicios aéreos entre el Gobierno del Reino de Dinamarca y el Gobierno de Macao, firmado en Oslo el 12 de diciembre de 1996, en lo sucesivo denominado «Acuerdo RAE de Macao – Dinamarca» en el anexo 2;
- Acuerdo de servicios aéreos entre el Gobierno de la República de Finlandia y el Gobierno de Macao, firmado en Macao el 9 de septiembre de 1994, en lo sucesivo denominado «Acuerdo RAE de Macao – Finlandia» en el anexo 2;
- Acuerdo de servicios aéreos entre el Gobierno de la República Francesa y el Gobierno de la Región Administrativa Especial de Macao de la República Popular China, firmado en París el 23 de mayo de 2006, en lo sucesivo denominado «Acuerdo RAE de Macao – Francia» en el anexo 2;

- Acuerdo de transporte aéreo entre el Gobierno de la República Federal de Alemania y el Gobierno de Macao, celebrado en Bonn el 5 de septiembre de 1996, en lo sucesivo denominado «Acuerdo RAE de Macao – Alemania» en el anexo 2;
- Acuerdo de servicios aéreos entre el Gobierno de la República Helénica y el Gobierno de la Región Administrativa Especial de Macao de la República Popular China, rubricado en Macao el 17 de febrero de 2006, en lo sucesivo denominado «Acuerdo RAE de Macao – Grecia» en el anexo 2;
- Acuerdo entre el Gobierno del Gran Ducado de Luxemburgo y el Gobierno de Macao sobre servicios aéreos, celebrado en Macao el 14 de diciembre de 1994, en lo sucesivo denominado «Acuerdo RAE de Macao – Luxemburgo» en el anexo 2;
- Acuerdo entre el Reino de los Países Bajos y Macao sobre servicios aéreos entre sus territorios respectivos y fuera de ellos firmado en La Haya el 16 de noviembre de 1994, en lo sucesivo denominado «Acuerdo RAE de Macao – Países Bajos» en el anexo 2;
- Acuerdo entre el Gobierno de la República de Polonia y el Gobierno de Macao sobre servicios aéreos, firmado en Varsovia el 22 de octubre de 1999, en lo sucesivo denominado «Acuerdo RAE de Macao – Polonia» en el anexo 2;
- Acuerdo de transporte aéreo entre el Gobierno de la República Portuguesa y el Gobierno de Macao, firmado en Lisboa el 31 de agosto de 1995, en lo sucesivo denominado «Acuerdo RAE de Macao – Portugal» en el anexo 2;
- Acuerdo de servicios aéreos entre el Gobierno de la República Eslovaca y el Gobierno de la Región Administrativa Especial de Macao de la República Popular China, rubricado en Macao el 3 de marzo de 2006, en lo sucesivo denominado «Acuerdo RAE de Macao – Eslovaquia» en el anexo 2;

- Acuerdo de servicios aéreos entre el Gobierno del Reino de Suecia y el Gobierno de Macao, firmado en Oslo el 12 de diciembre de 1996, en lo sucesivo denominado «Acuerdo RAE de Macao – Suecia» en el anexo 2;

 - Acuerdo entre el Gobierno de la Región Administrativa Especial de Macao de la República Popular China y el Gobierno del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte sobre servicios aéreos, firmado en Londres el 19 de enero de 2004, en lo sucesivo denominado «Acuerdo RAE de Macao – Reino Unido» en el anexo 2.
-

ANEXO 2

Lista de los artículos de los acuerdos enumerados en el anexo 1
y contemplados en los artículos 2 a 4 del presente Acuerdo

- a) Designación por un Estado miembro:
- Artículo 4 del Acuerdo RAE de Macao – Austria;
 - Artículo 3 del Acuerdo RAE de Macao – República Checa;
 - Artículo 4 del Acuerdo RAE de Macao – Dinamarca;
 - Artículo 4, apartado 4, del Acuerdo RAE de Macao – Alemania;
 - Artículo 4 del Acuerdo RAE de Macao – Luxemburgo;
 - Artículo 4 del Acuerdo RAE de Macao – Polonia;
 - Artículo 4 del Acuerdo RAE de Macao – Portugal;
 - Artículo 4 del Acuerdo RAE de Macao – Suecia.

b) Denegación, revocación, suspensión o limitación de las autorizaciones o los permisos:

- Artículo 5 del Acuerdo RAE de Macao – Austria;
- Artículo 6 del Acuerdo RAE de Macao – Bélgica;
- Artículo 4 del Acuerdo RAE de Macao – República Checa;
- Artículo 5 del Acuerdo RAE de Macao – Dinamarca;
- Artículo 4 del Acuerdo RAE de Macao – Finlandia;
- Artículo 4, apartado 4, y artículo 5 del Acuerdo RAE de Macao – Alemania;
- Artículo 5 del Acuerdo RAE de Macao – Luxemburgo;
- Artículo 5 del Acuerdo RAE de Macao – Países Bajos;
- Artículo 5 del Acuerdo RAE de Macao – Polonia;
- Artículo 6 del Acuerdo RAE de Macao – Portugal;
- Artículo 5 del Acuerdo RAE de Macao – Suecia.

c) Seguridad:

- Artículo 7 del Acuerdo RAE de Macao – República Checa;
- Artículo 9 del Acuerdo RAE de Macao – Francia;
- Artículo 7 del Acuerdo RAE de Macao – Grecia;
- Artículo 7 del Acuerdo RAE de Macao – Luxemburgo;
- Artículo 6 del Acuerdo RAE de Macao – Eslovaquia;
- Artículo 14 del Acuerdo RAE de Macao – Reino Unido.

d) Fiscalidad del combustible de aviación:

- Artículo 8 del Acuerdo RAE de Macao – Austria;
- Artículo 11 del Acuerdo RAE de Macao – Bélgica;
- Artículo 8 del Acuerdo RAE de Macao – República Checa;
- Artículo 7 del Acuerdo RAE de Macao – Dinamarca;
- Artículo 6 del Acuerdo RAE de Macao – Finlandia;

- Artículo 7 del Acuerdo RAE de Macao – Alemania;
 - Artículo 9 del Acuerdo RAE de Macao – Luxemburgo;
 - Artículo 10 del Acuerdo RAE de Macao – Países Bajos;
 - Artículo 7 del Acuerdo RAE de Macao – Polonia;
 - Artículo 10 del Acuerdo RAE de Macao – Portugal;
 - Artículo 7 del Acuerdo RAE de Macao – Suecia;
 - Artículo 8 del Acuerdo RAE de Macao – Reino Unido.
-

ANEXO 3

Lista de los otros Estados a que se refiere el artículo 2 del presente Acuerdo

- a) República de Islandia (con arreglo al Acuerdo del Espacio Económico Europeo);
 - b) Principado de Liechtenstein (con arreglo al Acuerdo del Espacio Económico Europeo);
 - c) Reino de Noruega (con arreglo al Acuerdo del Espacio Económico Europeo);
 - d) Confederación Suiza (con arreglo al Acuerdo entre la Comunidad Europea y la Confederación Suiza sobre transporte aéreo).
-

PŘÍLOHA 1

Seznam dohod, na které se odkazuje v článku 1 této dohody

Dohody a jiná ujednání o leteckých službách uzavřené mezi ZAO Macao a členskými státy, ve znění případných doplňků nebo změn, které byly k datu podpisu této dohody uzavřeny, podepsány nebo parafovány:

- Dohoda mezi rakouskou spolkovou vládou a vládou Macaa o letecké dopravě, uzavřená ve Vídni dne 4. listopadu 1994 (v příloze 2 jen „dohoda ZAO Macao-Rakousko“);
- Dohoda mezi vládou Belgického království a vládou Macaa o letecké dopravě, uzavřená v Bruselu dne 16. listopadu 1994 (v příloze 2 jen „dohoda ZAO Macao-Belgie“);
- Dohoda o leteckých službách mezi vládou České republiky a vládou Macaa, zvláštní administrativní oblasti Čínské lidové republiky, uzavřená v Praze dne 25. září 2001 (v příloze 2 jen „dohoda ZAO Macao-Česká republika“);
- Dohoda mezi vládou Dánského království a vládou Macaa o leteckých službách, uzavřená v Oslo dne 12. prosince 1996 (v příloze 2 jen „dohoda ZAO Macao-Dánsko“);
- Dohoda mezi vládou Finské republiky a vládou Macaa o leteckých službách, uzavřená v Macau dne 9. září 1994 (v příloze 2 jen „dohoda ZAO Macao-Finsko“);
- Dohoda mezi vládou Francouzské republiky a vládou Zvláštní administrativní oblasti Čínské lidové republiky Macao o leteckých službách, uzavřená v Paříži dne 23. května 2006 (v příloze 2 jen „dohoda ZAO Macao-Francie“);
- Dohoda mezi vládou Spolkové republiky Německo a vládou Macaa o letecké dopravě, uzavřená v Bonnu dne 5. září 1996 (v příloze 2 jen „dohoda ZAO Macao- Německo“);
- Dohoda mezi vládou Řecké republiky a vládou Zvláštní administrativní oblasti Čínské lidové republiky Macao o leteckých službách, parafovaná v Macau dne 17. února 2006 (v příloze 2 jen „dohoda ZAO Macao-Řecko“);

- Dohoda mezi vládou Lucemburského velkovévodství a vládou Macaa o leteckých službách, uzavřená v Macau dne 14. prosince 1994 (v příloze 2 jen „dohoda ZAO Macao-Lucembursko“);
 - Dohoda mezi Nizozemským královstvím a Macaem o leteckých službách mezi územími těchto států a mimo ně, uzavřená v Haagu dne 16. listopadu 1994 (v příloze 2 jen „dohoda ZAO Macao-Nizozemsko“);
 - Dohoda mezi vládou Polské republiky a vládou Macaa o leteckých službách, uzavřená ve Varšavě dne 22. října 1999 (v příloze 2 jen „dohoda ZAO Macao-Polsko“);
 - Dohoda mezi vládou Portugalské republiky a vládou Macaa o letecké dopravě, uzavřená v Lisabonu dne 31. srpna 1995 (v příloze 2 jen „dohoda ZAO Macao-Portugalsko“);
 - Dohoda mezi vládou Slovenské republiky a vládou Zvláštní administrativní oblasti Čínské lidové republiky Macao o leteckých službách, parafovaná v Macau dne 3. března 2006 (v příloze 2 jen „dohoda ZAO Macao-Slovensko“);
 - Dohoda mezi vládou Švédského království a vládou Macaa o leteckých službách, uzavřená v Oslo dne 12. prosince 1996 (v příloze 2 jen „dohoda ZAO Macao-Švédsko“);
 - Dohoda mezi vládou Zvláštní administrativní oblasti Čínské lidové republiky Macao a vládou Spojeného království Velké Británie a Severního Irsku o leteckých službách, uzavřená v Londýně dne 19. ledna 2004 (v příloze 2 jen „dohoda ZAO Macao-Spojené království“).
-

PŘÍLOHA 2

Seznam článků dohod uvedených v příloze 1,
na které se odkazuje v člancích 2 až 4 této dohody

- a) Určení členským státem:
- článek 4 dohody ZAO Macao-Rakousko,
 - článek 3 dohody ZAO Macao-Česká republika,
 - článek 4 dohody ZAO Macao-Dánsko,
 - článek 4 dohody ZAO Macao-Německo,
 - článek 4 dohody ZAO Macao-Lucembursko,
 - článek 4 dohody ZAO Macao-Polsko,
 - článek 4 dohody ZAO Macao-Portugalsko,
 - článek 4 dohody ZAO Macao-Švédsko.

b) Odmítnutí, zrušení, pozastavení nebo omezení oprávnění nebo povolení:

- článek 5 dohody ZAO Macao-Rakousko,
- článek 6 dohody ZAO Macao-Belgie,
- článek 4 dohody ZAO Macao-Česká republika,
- článek 5 dohody ZAO Macao-Dánsko,
- článek 4 dohody ZAO Macao-Finsko,
- čl. 4 odst. 4 a článek 5 dohody ZAO Macao-Německo
- článek 5 dohody ZAO Macao-Lucembursko,
- článek 5 dohody ZAO Macao-Nizozemsko,
- článek 5 dohody ZAO Macao-Polsko,
- článek 6 dohody ZAO Macao-Portugalsko,
- článek 5 dohody ZAO Macao-Švédsko.

c) Bezpečnost:

- článek 7 dohody ZAO Macao-Česká republika,
- článek 9 dohody ZAO Macao-Francie,
- článek 7 dohody ZAO Macao-Řecko,
- článek 7 dohody ZAO Macao-Lucembursko,
- článek 6 dohody ZAO Macao-Slovensko,
- článek 14 dohody ZAO Macao-Spojené království.

d) Zdanění leteckých pohonných hmot:

- článek 8 dohody ZAO Macao-Rakousko,
- článek 11 dohody ZAO Macao-Belgie,
- článek 8 dohody ZAO Macao-Česká republika,
- článek 7 dohody ZAO Macao-Dánsko,
- článek 6 dohody ZAO Macao-Finsko,

- článek 7 dohody ZAO Macao-Německo,
 - článek 9 dohody ZAO Macao-Lucembursko,
 - článek 10 dohody ZAO Macao-Nizozemsko,
 - článek 7 dohody ZAO Macao-Polsko,
 - článek 10 dohody ZAO Macao-Portugalsko,
 - článek 7 dohody ZAO Macao-Švédsko;
 - článek 8 dohody ZAO Macao-Spojené království.
-

PŘÍLOHA 3

Seznam jiných států, na které se odkazuje v článku 2 této dohody

- a) Islandská republika (v rámci Dohody o Evropském hospodářském prostoru);
 - b) Lichtenštejnské knížectví (v rámci Dohody o Evropském hospodářském prostoru);
 - c) Norské království (v rámci Dohody o Evropském hospodářském prostoru);
 - d) Švýcarská konfederace (v rámci Dohody mezi Evropským společenstvím a Švýcarskou konfederací o letecké dopravě).
-

BILAG 1

Liste over aftaler, som der henvises til i denne aftales artikel 1

Lufttrafikaftaler og andre arrangementer mellem SAR Macao og medlemsstater med senere ændringer, som på tidspunktet for denne aftales undertegnelse er indgået, undertegnet eller parafareret:

- Luftfartsaftale mellem den østrigske forbundsregering og Macaos regering udfærdiget i Wien den 4. november 1994, i det følgende - dvs. bilag 2 - benævnt "aftalen SAR Macao-Østrig"
- Aftale mellem Kongeriget Belgiens regering og Macaos regering om lufttrafik udfærdiget i Bruxelles den 16. november 1994, i det følgende - dvs. bilag 2 - benævnt "aftalen SAR Macao-Belgien"
- Aftale mellem Den Tjekkiske Republiks regering og Folkerepublikken Kinas særlige administrative region Macaos regering om lufttrafik udfærdiget i Prag den 25. september 2001, i det følgende - dvs. bilag 2 - benævnt "aftalen SAR Macao-Tjekkiet"
- Aftale mellem Kongeriget Danmarks regering og Macaos regering om lufttrafik udfærdiget i Oslo den 12. december 1996, i det følgende - dvs. bilag 2 - benævnt "aftalen SAR Macao-Danmark"
- Aftale mellem Republikken Finlands regering og Macaos regering om lufttrafik udfærdiget i Macao den 9. september 1994, i det følgende - dvs. bilag 2 - benævnt "aftalen SAR Macao-Finland"
- Aftale mellem Republikken Frankrigs regering og Folkerepublikken Kinas særlige administrative region Macaos regering om lufttrafik udfærdiget i Paris den 23. maj 2006, i det følgende - dvs. bilag 2 - benævnt "aftalen SAR Macao-Frankrig"
- Lufttrafikaftale mellem Forbundsrepublikken Tysklands regering og Macaos regering udfærdiget i Bonn den 5. september 1996, i det følgende - dvs. bilag 2 - benævnt "aftalen SAR Macao-Tyskland"

- Aftale mellem Den Helleniske Republiks regering og Folkerepublikken Kinas særlige administrative region Macaos regering om lufttrafik paraferet i Macao den 17. februar 2006, i det følgende - dvs. bilag 2 - benævnt "aftalen SAR Macao-Grækenland"
 - Aftale mellem regeringen for Storhertugdømmet Luxembourg og SAR Macaos regering vedrørende lufttrafik udfærdiget i Macao den 14. december 1994, i det følgende - dvs. bilag 2 - benævnt "aftalen SAR Macao-Luxembourg"
 - Aftale mellem Kongeriget Nederlandene og Macao om lufttrafik mellem og ud over de to landes territorier udfærdiget i Haag den 16. november 1994, i det følgende - dvs. bilag 2 - benævnt "aftalen Macao-Nederlandene"
 - Aftale mellem Republikken Polens regering og Macaos regering om lufttrafik udfærdiget i Warszawa den 22. oktober 1999, i det følgende - dvs. bilag 2 - benævnt "aftalen SAR Macao-Polen"
 - Aftale mellem Den Portugisiske Republiks regering og Macaos regering om lufttransport udfærdiget i Lissabon den 31. august 1995, i det følgende - dvs. bilag 2 - benævnt "aftalen SAR Macao-Portugal"
 - Aftale mellem Den Slovakiske Republiks regering og Folkerepublikken Kinas særlige administrative region Macaos regering om lufttrafik paraferet i Macao den 3. marts 2006, i det følgende - dvs. bilag 2 - benævnt "aftalen SAR Macao-Slovakiet"
 - Aftale mellem Kongeriget Sveriges regering og Macaos regering om lufttrafik udfærdiget i Oslo den 12. december 1996, i det følgende - dvs. bilag 2 - benævnt "aftalen SAR Macao-Sverige"
 - Aftale mellem Folkerepublikken Kinas særlige administrative region Macaos regering og regeringen for Det Forenede Kongerige Storbritannien og Nordirland om lufttrafik udfærdiget i London den 19. januar 2004, i det følgende - dvs. bilag 2 - benævnt "aftalen SAR Macao-Det Forenede Kongerige".
-

BILAG 2

Liste over artikler i de i bilag 1 anførte aftaler,
som der henvises til i denne aftales artikel 2-4

- a) En medlemsstats udpegning af luftfartsselskaber:
- Artikel 4 i aftalen SAR Macao-Østrig
 - Artikel 3 i aftalen SAR Macao-Tjekkiet
 - Artikel 4 i aftalen SAR Macao-Danmark
 - Artikel 4, stk. 4, i aftalen SAR Macao-Tyskland
 - Artikel 4 i aftalen SAR Macao-Luxembourg
 - Artikel 4 i aftalen SAR Macao-Polen
 - Artikel 4 i aftalen SAR Macao-Portugal
 - Artikel 4 i aftalen SAR Macao-Sverige.

b) Afvisning, tilbagekaldelse, suspension eller begrænsning af godkendelser og tilladelser:

- Artikel 5 i aftalen SAR Macao-Østrig
- Artikel 6 i aftalen SAR Macao-Belgien
- Artikel 4 i aftalen SAR Macao-Tjekkiet
- Artikel 5 i aftalen SAR Macao-Danmark
- Artikel 4 i aftalen SAR Macao-Finland
- Artikel 4, stk. 4, og artikel 5 i aftalen SAR Macao-Tyskland
- Artikel 5 i aftalen SAR Macao-Luxembourg
- Artikel 5 i aftalen SAR Macao-Nederlandene
- Artikel 5 i aftalen SAR Macao-Polen
- Artikel 6 i aftalen SAR Macao-Portugal
- Artikel 5 i aftalen SAR Macao-Sverige.

c) Sikkerhed:

- Artikel 7 i aftalen SAR Macao-Tjekkiet
- Artikel 9 i aftalen SAR Macao-Frankrig
- Artikel 7 i aftalen SAR Macao-Grækenland
- Artikel 7 i aftalen SAR Macao-Luxembourg
- Artikel 6 i aftalen SAR Macao-Slovakiet
- Artikel 14 i aftalen SAR Macao-Det Forenede Kongerige.

d) Beskatning af flybrændstof:

- Artikel 8 i aftalen SAR Macao-Østrig
- Artikel 11 i aftalen SAR Macao-Belgien
- Artikel 8 i aftalen SAR Macao-Tjekkiet
- Artikel 7 i aftalen SAR Macao-Danmark
- Artikel 6 i aftalen SAR Macao-Finland

- Artikel 7 i aftalen SAR Macao-Tyskland
 - Artikel 9 i aftalen SAR Macao-Luxembourg
 - Artikel 10 i aftalen SAR Macao-Nederlandene
 - Artikel 7 i aftalen SAR Macao-Polen
 - Artikel 10 i aftalen SAR Macao-Portugal
 - Artikel 7 i aftalen SAR Macao-Sverige
 - Artikel 8 i aftalen SAR Macao-Det Forenede Kongerige.
-

BILAG 3

Liste over andre stater, som der henvises til i denne aftales artikel 2

- a) Republikken Island (i medfør af aftalen om Det Europæiske Økonomiske Samarbejdsområde)
 - b) Fyrstendømmet Liechtenstein (i medfør af aftalen om Det Europæiske Økonomiske Samarbejdsområde)
 - c) Kongeriget Norge (i medfør af aftalen om Det Europæiske Økonomiske Samarbejdsområde)
 - d) Det Schweiziske Forbund (i medfør af aftalen mellem Det Europæiske Fællesskab og Det Schweiziske Forbund om luftfart).
-

ANHANG 1

Liste der Abkommen, auf die in Artikel 1 Bezug genommen wird

Zum Zeitpunkt der Unterzeichnung dieses Abkommens bestehende, unterzeichnete oder paraphierte Luftverkehrsabkommen und sonstige Vereinbarungen zwischen der SVR Macau und Mitgliedstaaten, in der jeweils geänderten Fassung:

- Luftverkehrsabkommen zwischen der österreichischen Bundesregierung und der Regierung von Macau, unterzeichnet am 4. November 1994 in Wien, nachstehend in Anhang 2 als „Abkommen SVR Macau/Österreich“ bezeichnet,
- Abkommen zwischen der Regierung des Königreichs Belgien und der Regierung von Macau über den Luftverkehr, unterzeichnet am 16. November 1994 in Brüssel, nachstehend in Anhang 2 als „Abkommen SVR Macau/Belgien“ bezeichnet,
- Luftverkehrsabkommen zwischen der Regierung der Tschechischen Republik und der Regierung der Sonderverwaltungsregion Macau der Volksrepublik China, unterzeichnet am 25. September 2001 in Prag, nachstehend in Anhang 2 als „Abkommen SVR Macau/Tschechische Republik“ bezeichnet,
- Luftverkehrsabkommen zwischen der Regierung des Königreichs Dänemarks und der Regierung von Macau, unterzeichnet am 12. Dezember 1996 in Oslo, nachstehend in Anhang 2 als „Abkommen SVR Macau/Dänemark“ bezeichnet,
- Luftverkehrsabkommen zwischen der Regierung der Republik Finnland und der Regierung von Macau, unterzeichnet am 9. September 1994 in Macau, nachstehend in Anhang 2 als „Abkommen SVR Macau/Finnland“ bezeichnet,
- Luftverkehrsabkommen zwischen der Regierung der Französischen Republik und der Regierung der Sonderverwaltungsregion Macau der Volksrepublik China, unterzeichnet am 23. Mai 2006 in Paris, nachstehend in Anhang 2 als „Abkommen SVR Macau/Frankreich“ bezeichnet,

- Luftverkehrsabkommen zwischen der Regierung der Bundesrepublik Deutschland und der Regierung von Macau, unterzeichnet am 5. September 1996 in Bonn, nachstehend in Anhang 2 als „Abkommen SVR Macau/Deutschland“ bezeichnet,
- Luftverkehrsabkommen zwischen der Regierung der Hellenischen Republik und der Regierung der Sonderverwaltungsregion Macau der Volksrepublik China, paraphiert am 17. Februar 2006 in Macau, nachstehend in Anhang 2 als „Abkommen SVR Macau/Griechenland“ bezeichnet,
- Abkommen zwischen der Regierung des Großherzogtums Luxemburg und der Regierung von Macau über den Luftverkehr, unterzeichnet am 14. Dezember 1994 in Macau, nachstehend in Anhang 2 als „Abkommen SVR Macau/Luxemburg“ bezeichnet,
- Abkommen zwischen dem Königreich der Niederlande und Macau über Luftverkehrsdienste zwischen ihren Hoheitsgebieten und darüber hinaus, unterzeichnet am 16. November 1994 in Den Haag, nachstehend in Anhang 2 als „Abkommen SVR Macau/Niederlande“ bezeichnet,
- Abkommen zwischen der Regierung der Republik Polen und der Regierung von Macau über den Luftverkehr, unterzeichnet am 22. Oktober 1999 in Warschau, nachstehend in Anhang 2 als „Abkommen SVR Macau/Polen“ bezeichnet,
- Luftverkehrsabkommen zwischen der Regierung der Portugiesischen Republik und der Regierung von Macau, unterzeichnet am 31. August 1995 in Lissabon, nachstehend in Anhang 2 als „Abkommen SVR Macau/Portugal“ bezeichnet,
- Luftverkehrsabkommen zwischen der Regierung der Slowakischen Republik und der Regierung der Sonderverwaltungsregion Macau der Volksrepublik China, paraphiert am 3. März 2006 in Macau, nachstehend in Anhang 2 als „Abkommen SVR Macau/Slowakei“ bezeichnet,

- Luftverkehrsabkommen zwischen der Regierung des Königreichs Schweden und der Regierung von Macau, unterzeichnet am 12. Dezember 1996 in Oslo, nachstehend in Anhang 2 als „Abkommen SVR Macau/Schweden“ bezeichnet,

 - Abkommen zwischen der Regierung der Sonderverwaltungsregion Macau der Volksrepublik China und der Regierung des Vereinigten Königreichs Großbritannien und Nordirland über den Luftverkehr, unterzeichnet am 19. Januar 2004 in London, nachstehend in Anhang 2 als „Abkommen SVR Macau/Vereinigtes Königreich“ bezeichnet.
-

ANHANG 2

Liste der Artikel, die Teil der in Anhang 1 genannten Abkommen sind
und auf die in den Artikeln 2 bis 4 Bezug genommen wird

- a) Benennung durch einen Mitgliedstaat:
- Artikel 4 des Abkommens SVR Macau/Österreich
 - Artikel 3 des Abkommens SVR Macau/Tschechische Republik
 - Artikel 4 des Abkommens SVR Macau/Dänemark
 - Artikel 4 Absatz 4 des Abkommens SVR Macau/Deutschland
 - Artikel 4 des Abkommens SVR Macau/Luxemburg
 - Artikel 4 des Abkommens SVR Macau/Polen
 - Artikel 4 des Abkommens SVR Macau/Portugal
 - Artikel 4 des Abkommens SVR Macau/Schweden.

b) Verweigerung, Widerruf, Aussetzung oder Einschränkung von Genehmigungen und Erlaubnissen:

- Artikel 5 des Abkommens SVR Macau/Österreich
- Artikel 6 des Abkommens SVR Macau/Belgien
- Artikel 4 des Abkommens SVR Macau/Tschechische Republik
- Artikel 5 des Abkommens SVR Macau/Dänemark
- Artikel 4 des Abkommens SVR Macau/Finnland
- Artikel 4 Absatz 4 und Artikel 5 des Abkommens SVR Macau/Deutschland
- Artikel 5 des Abkommens SVR Macau/Luxemburg
- Artikel 5 des Abkommens SVR Macau/Niederlande
- Artikel 5 des Abkommens SVR Macau/Polen
- Artikel 6 des Abkommens SVR Macau/Portugal
- Artikel 5 des Abkommens SVR Macau/Schweden.

c) Sicherheit:

- Artikel 7 des Abkommens SVR Macau/Tschechische Republik
- Artikel 9 des Abkommens SVR Macau/Frankreich
- Artikel 7 des Abkommens SVR Macau/Griechenland
- Artikel 7 des Abkommens SVR Macau/Luxemburg
- Artikel 6 des Abkommens SVR Macau/Slowakei
- Artikel 14 des Abkommens SVR Macau/Vereinigtes Königreich.

d) Besteuerung von Flugkraftstoff:

- Artikel 8 des Abkommens SVR Macau/Österreich
- Artikel 11 des Abkommens SVR Macau/Belgien
- Artikel 8 des Abkommens SVR Macau/Tschechische Republik
- Artikel 7 des Abkommens SVR Macau/Dänemark
- Artikel 6 des Abkommens SVR Macau/Finnland

- Artikel 7 des Abkommens SVR Macau/Deutschland
 - Artikel 9 des Abkommens SVR Macau/Luxemburg
 - Artikel 10 des Abkommens SVR Macau/Niederlande
 - Artikel 7 des Abkommens SVR Macau/Polen
 - Artikel 10 des Abkommens SVR Macau/Portugal
 - Artikel 7 des Abkommens SVR Macau/Schweden
 - Artikel 8 des Abkommens SVR Macau/Vereinigtes Königreich
-

ANHANG 3

Liste der sonstigen Staaten,
auf die in Artikel 2 dieses Abkommens Bezug genommen wird

- a) Republik Island (gemäß dem Abkommen über den Europäischen Wirtschaftsraum)
 - b) Fürstentum Liechtenstein (gemäß dem Abkommen über den Europäischen Wirtschaftsraum)
 - c) Königreich Norwegen (gemäß dem Abkommen über den Europäischen Wirtschaftsraum)
 - d) Schweizerische Eidgenossenschaft (gemäß dem Abkommen zwischen der Europäischen Gemeinschaft und der Schweizerischen Eidgenossenschaft über den Luftverkehr)
-

1. LISA

Käesoleva lepingu artiklis 1 osutatud lepingud

Hiina Rahvavabariigi Macau erihalduspiirkonna ja liikmesriikide vahelised lennunduslepingud (koos paranduste või muudatustega), mis on käesoleva lepingu allkirjastamise kuupäevaks sõlmitud, allkirjastatud või parafeeritud.

- Austria föderaalvalitsuse ja Macau valitsuse vaheline lennutranspordileping, koostatud Viinis 4. novembril 1994, edaspidi 2. lisas „Macau-Austria leping”;
- Belgia Kuningriigi valitsuse ja Macau vaheline lennutranspordileping, koostatud Brüsselis 16. novembril 1994, edaspidi 2. lisas „Macau-Belgia leping”;
- Tšehhi Vabariigi valitsuse ja Hiina Rahvavabariigi Macau erihalduspiirkonna valitsuse vaheline lennundusleping, koostatud Prahhas 25. septembril 2001, edaspidi 2. lisas „Macau-Tšehhi Vabariigi leping”;
- Taani Kuningriigi valitsuse ja Macau valitsuse vaheline lennundusleping, koostatud Oslos 12. detsembril 1996, edaspidi 2. lisas „Macau-Taani leping”;
- Soome Vabariigi valitsuse ja Macau valitsuse vaheline lennundusleping, koostatud Macaus 9. septembril 1994, edaspidi 2. lisas „Macau-Soome leping”;
- Prantsuse Vabariigi valitsuse ja Hiina Rahvavabariigi Macau erihalduspiirkonna valitsuse vaheline lennundusleping, koostatud Pariisis 23. mail 2006, edaspidi 2. lisas „Macau-Prantsuse leping”;
- Saksamaa Liitvabariigi valitsuse ja Macau valitsuse vaheline lennutranspordileping, koostatud Bonnis 5. septembril 1996, edaspidi 2. lisas „Macau-Saksamaa leping”;
- Kreeka Vabariigi valitsuse ja Hiina Rahvavabariigi Macau erihalduspiirkonna valitsuse vaheline lennundusleping, parafeeritud Macaus 17. veebruaril 2006, edaspidi 2. lisas „Macau-Kreeka leping”;

- Luksemburgi Suurhertsogiriigi valitsuse ja Macau valitsuse vaheline lennundusleping, koostatud Macaus 14. detsembril 1994, edaspidi 2. lisas „Macau-Luksemburgi leping”;
 - Madalmaade Kuningriigi ja Macau vaheline leping, mis käsitleb lennundusküsimusi nende riikide territooriumidel ja väljaspool nende riikide territooriume, koostatud Haagis 16. novembril 1994, edaspidi 2. lisas „Macau-Madalmaade leping”;
 - Poola Vabariigi valitsuse ja Macau valitsuse vaheline lennundusleping, koostatud Varssavis 22. oktoobril 1999, edaspidi 2. lisas „Macau-Poola leping”;
 - Portugali Vabariigi valitsuse ja Macau valitsuse vaheline lennutranspordileping, koostatud Lissabonis 31. augustil 1995, edaspidi 2. lisas „Macau-Portugali leping”;
 - Slovaki Vabariigi valitsuse ja Hiina Rahvavabariigi Macau erihalduspiirkonna valitsuse vaheline lennundusleping, parafeeritud Macaus 3. märtsil 2006, edaspidi 2. lisas „Macau-Slovaki leping”;
 - Rootsi Kuningriigi valitsuse ja Macau valitsuse vaheline lennundusleping, koostatud Oslos 12. detsembril 1996, edaspidi 2. lisas „Macau-Rootsi leping”;
 - Hiina Rahvavabariigi Macau erihalduspiirkonna valitsuse ning Suurbritannia ja Põhja-Iiri Ühendkuningriigi valitsuse vaheline lennundusküsimusi käsitlev leping, koostatud Londonis 19. jaanuaril 2004, edaspidi 2. lisas „Macau-Ühendkuningriigi leping”.
-

2. LISA

1. lisa loetletud lepingute artiklid,
millele osutatakse käesoleva lepingu artiklites 2 kuni 4

- a) Liikmesriigipoolne määramine:
- Macau-Austria lepingu artikkel 4;
 - Macau- Tšehhi Vabariigi lepingu artikkel 3;
 - Macau-Taani lepingu artikkel 4;
 - Macau-Saksamaa lepingu artikli 4 lõige 4;
 - Macau-Luxemburgi lepingu artikkel 4;
 - Macau-Poola lepingu artikkel 4;
 - Macau-Portugali lepingu artikkel 4;
 - Macau-Rootsi lepingu artikkel 4.

b) Tegevus- ja muude lubade andmisest keeldumine, nende tühistamine, peatamine või piiramine:

- Macau-Austria lepingu artikkel 5;
- Macau-Belgia lepingu artikkel 6;
- Macau-Tšehhi Vabariigi lepingu artikkel 4;
- Macau-Taani lepingu artikkel 5;
- Macau-Soome lepingu artikkel 4;
- Macau-Saksamaa lepingu artikli 4 lõige 4 ja artikkel 5;
- Macau-Luksemburgi lepingu artikkel 5;
- Macau-Madalmaade lepingu artikkel 5;
- Macau-Poola lepingu artikkel 5;
- Macau-Portugali lepingu artikkel 6;
- Macau-Rootsi lepingu artikkel 5.

c) Ohutus:

- Macau-Tšehhi Vabariigi lepingu artikkel 7;
- Macau-Prantsusmaa lepingu artikkel 9;
- Macau-Kreeka lepingu artikkel 7;
- Macau-Luksemburgi lepingu artikkel 7;
- Macau-Slovaki lepingu artikkel 6;
- Macau-Ühendkuningriigi lepingu artikkel 14.

d) Lennukikütuse maksustamine:

- Macau-Austria lepingu artikkel 8;
- Macau-Belgia lepingu artikkel 11;
- Macau-Tšehhi Vabariigi lepingu artikkel 8;
- Macau-Taani lepingu artikkel 7;
- Macau-Soome lepingu artikkel 6;

- Macau-Saksamaa lepingu artikkel 7;
 - Macau-Luksemburgi lepingu artikkel 9;
 - Macau-Madalmaade lepingu artikkel 10;
 - Macau-Poola lepingu artikkel 7;
 - Macau-Portugali lepingu artikkel 10;
 - Macau-Rootsi lepingu artikkel 7;
 - Macau-Ühendkuningriigi lepingu artikkel 8.
-

3. LISA

Käesoleva lepingu artiklis 2 osutatud muud riigid

- a) Islandi Vabariik (Euroopa Majanduspiirkonna lepingu alusel),
 - b) Liechtensteini Vürstiriik (Euroopa Majanduspiirkonna lepingu alusel);
 - c) Norra Kuningriik (Euroopa Majanduspiirkonna lepingu alusel);
 - d) Šveitsi Konföderatsioon (Euroopa Ühenduse ja Šveitsi Konföderatsiooni vahelise lennutranspordilepingu alusel).
-

ΠΑΡΑΡΤΗΜΑ 1

Κατάλογος των συμφωνιών που αναφέρονται στο άρθρο 1 της παρούσας συμφωνίας

Συμφωνίες αεροπορικών μεταφορών μεταξύ της ΕΔΠ Μακάο και κρατών μελών οι οποίες, κατά την ημερομηνία υπογραφής της παρούσας συμφωνίας, όπως τροποποιήθηκε, έχουν συναφθεί, υπογραφεί ή/και μονογραφηθεί:

- Συμφωνία αεροπορικών μεταφορών μεταξύ της Ομοσπονδιακής Κυβέρνησης της Αυστρίας και της Κυβέρνησης του Μακάο, η οποία υπεγράφη στη Βιέννη στις 4 Νοεμβρίου 1994, αναφερόμενη στο παράρτημα 2 ως «συμφωνία ΕΔΠ Μακάο – Αυστρίας»·
- Συμφωνία αεροπορικών μεταφορών μεταξύ της κυβέρνησης του Βασιλείου του Βελγίου και της κυβέρνησης του Μακάο, η οποία υπεγράφη στις Βρυξέλλες στις 16 Νοεμβρίου 1994, αναφερόμενη στο παράρτημα 2 ως «συμφωνία ΕΔΠ Μακάο – Βελγίου»·
- Συμφωνία αεροπορικών μεταφορών μεταξύ της κυβέρνησης της Τσεχικής Δημοκρατίας και της κυβέρνησης της Ειδικής Διοικητικής Περιοχής Μακάο της Λαϊκής Δημοκρατίας της Κίνας, που υπεγράφη στην Πράγα στις 25 Σεπτεμβρίου 2001, αναφερόμενη στο παράρτημα 2 ως «συμφωνία ΕΔΠ Μακάο -Τσεχικής Δημοκρατίας»·
- Συμφωνία αεροπορικών μεταφορών μεταξύ της κυβέρνησης του Βασιλείου της Δανίας και της κυβέρνησης του Μακάο, η οποία υπεγράφη στο Σόλο στις 12 Δεκεμβρίου 1996, αναφερόμενη στο παράρτημα 2 ως «συμφωνία ΕΔΠ Μακάο - Δανίας»·
- Συμφωνία αεροπορικών μεταφορών μεταξύ της κυβέρνησης της Δημοκρατίας της Φινλανδίας και της κυβέρνησης του Μακάο, η οποία υπεγράφη στο Μακάο στις 9 Σεπτεμβρίου 1994, αναφερόμενη στο παράρτημα 2 ως «συμφωνία ΕΔΠ Μακάο - Φινλανδίας»·
- Συμφωνία αεροπορικών μεταφορών μεταξύ της κυβέρνησης της Γαλλικής Δημοκρατίας και της κυβέρνησης της Ειδικής Διοικητικής Περιοχής Μακάο της Λαϊκής Δημοκρατίας της Κίνας, που υπεγράφη στο Παρίσι στις 23 Μαΐου 2006, αναφερόμενη στο παράρτημα 2 ως «συμφωνία ΕΔΠ Μακάο - Γαλλίας»·

- Συμφωνία αεροπορικών μεταφορών μεταξύ της κυβέρνησης της Ομοσπονδιακής Δημοκρατίας της Γερμανίας και της κυβέρνησης του Μακάο, η οποία υπεγράφη στη Βόννη στις 5 Σεπτεμβρίου 1996, αναφερόμενη στο παράρτημα 2 ως «συμφωνία ΕΔΠ Μακάο - Γερμανίας»·
- Συμφωνία αεροπορικών μεταφορών μεταξύ της κυβέρνησης της Ελληνικής Δημοκρατίας και της κυβέρνησης της Ειδικής Διοικητικής Περιοχής Μακάο της Λαϊκής Δημοκρατίας της Κίνας, που υπεγράφη στο Μακάο στις 17 Φεβρουαρίου 2006, αναφερόμενη στο παράρτημα 2 ως «συμφωνία ΕΔΠ Μακάο - Ελλάδα»·
- Συμφωνία αεροπορικών μεταφορών μεταξύ της κυβέρνησης του Μεγάλου Δουκάτου του Λουξεμβούργου και της κυβέρνησης του Μακάο, η οποία υπογράφηκε στο Μακάο στις 14 Δεκεμβρίου 1994, αναφερόμενη στο παράρτημα 2 ως «συμφωνία ΕΔΠ Μακάο – Λουξεμβούργου»·
- Συμφωνία αεροπορικών υπηρεσιών μεταξύ του Βασιλείου των Κάτω Χωρών και του Μακάο μεταξύ και πέραν των αντίστοιχων εδαφών τους, η οποία υπεγράφη στη Χάγη στις 16 Νοεμβρίου 1994, αναφερόμενη στο παράρτημα 2 ως «συμφωνία ΕΔΠ Μακάο - Κάτω Χωρών»·
- Συμφωνία αεροπορικών μεταφορών μεταξύ της κυβέρνησης της Δημοκρατίας της Πολωνίας και της κυβέρνησης του Μακάο, η οποία υπεγράφη στη Βαρσοβία στις 22 Οκτωβρίου 1999, αναφερόμενη στο παράρτημα 2 ως «συμφωνία ΕΔΠ Μακάο – Πολωνίας»·
- Συμφωνία αεροπορικών μεταφορών μεταξύ της κυβέρνησης της Πορτογαλικής Δημοκρατίας και της κυβέρνησης του Μακάο, η οποία υπεγράφη στη Λισαβόνα στις 31 Αυγούστου 1995, αναφερόμενη στο παράρτημα 2 ως «συμφωνία ΕΔΠ Μακάο - Πορτογαλίας»·
- Συμφωνία αεροπορικών μεταφορών μεταξύ της κυβέρνησης της Σλοβακικής Δημοκρατίας και της κυβέρνησης του Μακάο της Λαϊκής Δημοκρατίας της Κίνας που υπεγράφη στο Μακάο στις 3 Μαρτίου 2006, αναφερόμενη στο παράρτημα 2 ως «συμφωνία ΕΔΠ Μακάο - Σλοβακίας»·

- Συμφωνία αεροπορικών μεταφορών μεταξύ της κυβέρνησης του Βασιλείου της Σουηδίας και της κυβέρνησης του Μακάο, η οποία υπεγράφη στο Όσλο στις 12 Δεκεμβρίου 1996, αναφερόμενη στο παράρτημα 2 ως «συμφωνία ΕΔΠ Μακάο - Σουηδίας».

 - Συμφωνία αεροπορικών μεταφορών μεταξύ της κυβέρνησης του Ηνωμένου Βασιλείου της Μεγάλης Βρετανίας και Βόρειας Ιρλανδίας και της κυβέρνησης της Ειδικής Διοικητικής Περιοχής Μακάο της Λαϊκής Δημοκρατίας της Κίνας που υπεγράφη στο Λονδίνο στις 19 Ιανουαρίου 2004, αναφερόμενη στο παράρτημα 2 ως «συμφωνία ΕΔΠ Μακάο - Ηνωμένου Βασιλείου».
-

ΠΑΡΑΡΤΗΜΑ 2

Κατάλογος των άρθρων των συμφωνιών που παρατίθενται στο παράρτημα 1
και αναφέρονται στα άρθρα 2 έως 4 της παρούσας συμφωνίας

- α) Καθορισμός αερομεταφορέα από κράτος μέλος:
- Άρθρο 4 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Αυστρίας·
 - Άρθρο 3 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Τσεχικής Δημοκρατίας·
 - Άρθρο 4 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Δανίας·
 - Άρθρο 4 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Γερμανίας·
 - Άρθρο 4 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Λουξεμβούργου·
 - Άρθρο 4 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Πολωνίας·
 - Άρθρο 4 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Πορτογαλίας·
 - Άρθρο 4 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Σουηδίας·

β) Απόρριψη, ανάκληση, αναστολή ή περιορισμός των αδειών εκμετάλλευσης ή των αδειών τεχνικής φύσεως:

- Άρθρο 5 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Αυστρίας·
- Άρθρο 6 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Βελγίου·
- Άρθρο 4 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Τσεχικής Δημοκρατίας·
- Άρθρο 5 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Δανίας·
- Άρθρο 4 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Φινλανδίας·
- Άρθρο 4 παρ.4 και άρθρο 5 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Γερμανίας·
- Άρθρο 5 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Λουξεμβούργου·
- Άρθρο 5 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Κάτω Χωρών·
- Άρθρο 5 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Πολωνίας·
- Άρθρο 6 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Πορτογαλίας·
- Άρθρο 5 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Σουηδίας·

γ) Ασφάλεια πτήσεων:

- Άρθρο 7 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Τσεχικής Δημοκρατίας·
- Άρθρο 9 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Γαλλίας·
- Άρθρο 7 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Ελλάδας·
- Άρθρο 7 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Λουξεμβούργου·

- Άρθρο 6 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Σλοβακικής Δημοκρατίας·
- Άρθρο 14 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Ηνωμένου Βασιλείου·

δ) Φορολόγηση αεροπορικών καυσίμων:

- Άρθρο 8 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Αυστρίας·
 - Άρθρο 11 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Βελγίου·
 - Άρθρο 8 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Τσεχικής Δημοκρατίας·
 - Άρθρο 7 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Δανίας·
 - Άρθρο 6 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Φινλανδίας·
 - Άρθρο 7 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Γερμανίας·
 - Άρθρο 9 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Λουξεμβούργου·
 - Άρθρο 10 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο – Κάτω Χωρών·
 - Άρθρο 7 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Πολωνίας·
 - Άρθρο 10 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Πορτογαλίας·
 - Άρθρο 7 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Σουηδίας·
 - Άρθρο 8 της συμφωνίας ΕΔΠ Μακάο - Ηνωμένου Βασιλείου·
-

ΠΑΡΑΡΤΗΜΑ 3

Κατάλογος άλλων κρατών που αναφέρονται στο άρθρο 2 της παρούσας συμφωνίας

- α) Δημοκρατία της Ισλανδίας (βάσει της συμφωνίας για τον Ευρωπαϊκό Οικονομικό Χώρο)·
 - β) Πριγκιπάτο του Λιχτενστάιν (βάσει της συμφωνίας για τον Ευρωπαϊκό Οικονομικό Χώρο)·
 - γ) Βασίλειο της Νορβηγίας (βάσει της συμφωνίας για τον Ευρωπαϊκό Οικονομικό Χώρο)·
 - δ) Ελβετική Συνομοσπονδία (βάσει της συμφωνίας αεροπορικών μεταφορών μεταξύ της Ευρωπαϊκής Κοινότητας και της Ελβετικής Συνομοσπονδίας).
-

ANNEX 1

List of agreements referred to in Article 1 of this Agreement

Air service Agreements and other Arrangements between the Macao SAR and Member States as modified or amended which, at the date of signature of this Agreement, have been concluded, signed or initialled:

- Air Transport Agreement between the Austrian Federal Government and the Government of Macau done at Vienna on 4 November 1994, hereinafter referred to as "Macao SAR-Austria Agreement" in Annex 2;
- Agreement between the Government of the Kingdom of Belgium and the Government of Macau on air transport done at Brussels on 16 November 1994, hereinafter referred to as "Macao SAR-Belgium Agreement" in Annex 2;
- Air Services Agreement between the Government of the Czech Republic and the Government of the Macao Special Administrative Region of the People's Republic of China done at Prague on 25 September 2001, hereinafter referred to as "Macao SAR-Czech Republic Agreement" in Annex 2;
- Air Services Agreement between the Government of the Kingdom of Denmark and the Government of Macau done at Oslo on 12 December 1996, hereinafter referred to as "Macao SAR-Denmark Agreement" in Annex 2;
- Air Services Agreement between the Government of the Republic of Finland and the Government of Macau done at Macau on 9 September 1994, hereinafter referred to as "Macao SAR-Finland Agreement" in Annex 2;

- Air Services Agreement between the Government of the French Republic and the Government of the Macao Special Administrative Region of the People's Republic of China done at Paris on 23 May 2006, hereinafter referred to as "Macao SAR-France Agreement" in Annex 2;
- Air Transport Agreement between the Government of the Federal Republic of Germany and the Government of Macau done at Bonn on 5 September 1996, hereinafter referred to as "Macao SAR-Germany Agreement" in Annex 2;
- Air Services Agreement between the Government of the Hellenic Republic and the Government of the Macao Special Administrative Region of the People's Republic of China initialled at Macao on 17 February 2006, hereinafter referred to as "Macao SAR-Greece Agreement" in Annex 2;
- Agreement between the Government of the Grand Duchy of Luxembourg and the Government of Macau on air services done at Macau on 14 December 1994, hereinafter referred to as "Macao SAR-Luxembourg Agreement" in Annex 2;
- Agreement between the Kingdom of the Netherlands and Macau for Air Services between and beyond their respective Areas done at The Hague on 16 November 1994, hereinafter referred to as "Macao SAR-Netherlands Agreement" in Annex 2;
- Agreement between the Government of the Republic of Poland and the Government of Macau concerning air services done at Warsaw on 22 October 1999, hereinafter referred to as "Macao SAR-Poland Agreement" in Annex 2;
- Air Transport Agreement between the Government of the Portuguese Republic and the Government of Macau done at Lisbon on 31 August 1995, hereinafter referred to as "Macao SAR-Portugal Agreement" in Annex 2;
- Air Services Agreement between the Government of the Slovak Republic and the Government of the Macao Special Administrative Region of the People's Republic of China initialled at Macao on 3 March 2006, hereinafter referred to as "Macao SAR-Slovakia Agreement" in Annex 2;

- Air Services Agreement between the Government of the Kingdom of Sweden and the Government of Macau done at Oslo on 12 December 1996, hereinafter referred to as "Macao SAR-Sweden Agreement" in Annex 2;

 - Agreement between the Government of the Macao Special Administrative Region of the People's Republic of China and the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland concerning air services done at London on 19 January 2004, hereinafter referred to as "Macao SAR-United Kingdom Agreement" in Annex 2.
-

ANNEX 2

List of articles in the Agreements listed in Annex 1
and referred to in Articles 2 to 4 of this Agreement

(a) Designation by a Member State:

- Article 4 of the Macao SAR-Austria Agreement;
- Article 3 of the Macao SAR-Czech Republic Agreement;
- Article 4 of the Macao SAR-Denmark Agreement;
- Article 4(4) of the Macao SAR-Germany Agreement;
- Article 4 of the Macao SAR-Luxembourg Agreement;
- Article 4 of the Macao SAR-Poland Agreement;
- Article 4 of the Macao SAR-Portugal Agreement;
- Article 4 of the Macao SAR-Sweden Agreement.

(b) Refusal, revocation, suspension or limitation of authorisations or permissions:

- Article 5 of the Macao SAR-Austria Agreement;
- Article 6 of the Macao SAR-Belgium Agreement;
- Article 4 of the Macao SAR-Czech Republic Agreement;
- Article 5 of the Macao SAR-Denmark Agreement;
- Article 4 of the Macao SAR-Finland Agreement;
- Article 4(4) and Article 5 of the Macao SAR-Germany Agreement

- Article 5 of the Macao SAR-Luxembourg Agreement;
- Article 5 of the Macao SAR-Netherlands Agreement;
- Article 5 of the Macao SAR-Poland Agreement;
- Article 6 of the Macao SAR-Portugal Agreement;
- Article 5 of the Macao SAR-Sweden Agreement.

(c) Safety:

- Article 7 of the Macao SAR-Czech Republic Agreement;
- Article 9 of the Macao SAR-France Agreement;
- Article 7 of the Macao SAR-Greece Agreement;
- Article 7 of the Macao SAR-Luxembourg Agreement;
- Article 6 of the Macao SAR-Slovakia Agreement;
- Article 14 of the Macao SAR-United Kingdom Agreement.

(d) Taxation of aviation fuel:

- Article 8 of the Macao SAR-Austria Agreement;
 - Article 11 of the Macao SAR-Belgium Agreement;
 - Article 8 of the Macao SAR-Czech Republic Agreement;
 - Article 7 of the Macao SAR-Denmark Agreement;
 - Article 6 of the Macao SAR-Finland Agreement;
 - Article 7 of the Macao SAR-Germany Agreement;
 - Article 9 of the Macao SAR-Luxembourg Agreement;
 - Article 10 of the Macao SAR-Netherlands Agreement;
 - Article 7 of the Macao SAR-Poland Agreement;
 - Article 10 of the Macao SAR-Portugal Agreement;
 - Article 7 of the Macao SAR-Sweden Agreement;
 - Article 8 of the Macao SAR-United Kingdom Agreement.
-

ANNEX 3

List of other States referred to in Article 2 of this Agreement

- (a) The Republic of Iceland (under the Agreement on the European Economic Area);
 - (b) The Principality of Liechtenstein (under the Agreement on the European Economic Area);
 - (c) The Kingdom of Norway (under the Agreement on the European Economic Area);
 - (d) The Swiss Confederation (under the Agreement between the European Community and the Swiss Confederation on Air Transport).
-

ANNEXE 1

Liste des accords visés à l'article 1 du présent accord

Accords et autres arrangements relatifs aux services aériens entre la RAS de Macao et des États membres, tels que modifiés, qui, à la date de signature du présent accord, ont été conclus, signés ou paraphés:

- accord relatif aux transports aériens entre le gouvernement de la République fédérale autrichienne et le gouvernement de Macao conclu à Vienne le 4 novembre 1994, ci-après dénommé "accord RAS de Macao - Autriche" à l'annexe 2;
- accord relatif aux services aériens entre le gouvernement du Royaume de Belgique et le gouvernement de Macao signé à Bruxelles le 16 novembre 1994, ci-après dénommé "accord RAS de Macao - Belgique" à l'annexe 2;
- accord relatifs aux services aériens entre le gouvernement de la République tchèque et le gouvernement de la région administrative spéciale de Macao de la République populaire de Chine conclu à Prague le 25 septembre 2001, ci-après dénommé "accord RAS de Macao - République tchèque" à l'annexe 2;
- accord relatif aux services aériens entre le gouvernement du Royaume de Danemark et le gouvernement de Macao signé à Oslo le 12 décembre 1996, ci-après dénommé "accord RAS de Macao - Danemark" à l'annexe 2.
- accord relatif aux services aériens entre le gouvernement de la République de Finlande et le gouvernement de Macao signé à Macao le 9 septembre 1994, ci-après dénommé "accord RAS de Macao - Finlande" à l'annexe 2.
- accord sur les services aériens entre le gouvernement de la République française et le gouvernement de la région administrative spéciale de Macao de la République populaire de Chine signé à Paris le 23 mai 2006, ci-après dénommé "accord RAS de Macao-République française" à l'annexe 2;

- accord relatif aux transports aériens entre le gouvernement de la République fédérale d'Allemagne et le gouvernement de Macao conclu à Bonn le 5 septembre 1996, ci-après dénommé "accord RAS de Macao - Allemagne" à l'annexe 2.
- accord sur les services aériens entre le gouvernement de la République hellénique et le gouvernement de la région administrative spéciale de Macao de la République populaire de Chine paraphé à Macao le 17 février 2006, ci-après dénommé "accord RAS de Macao-Grèce" à l'annexe 2;
- accord relatif aux services aériens entre le gouvernement du Grand-Duché de Luxembourg et le gouvernement de Macao signé à Macao le 14 décembre 1994, ci-après dénommé "accord RAS de Macao - Luxembourg" à l'annexe 2.
- accord entre le Royaume des Pays-Bas et Macao relatif aux services aériens entre leurs territoires respectifs et au-delà conclu à La Haye le 16 novembre 1994, ci-après dénommé "accord RAS de Macao - Pays-Bas" à l'annexe 2;
- accord relatif aux services aériens entre le gouvernement de la République de Pologne et le gouvernement de Macao signé à Varsovie le 22 octobre 1999, ci-après dénommé "accord RAS de Macao - Pologne" à l'annexe 2;
- accord relatif aux transports aériens entre le gouvernement de la République portugaise et le gouvernement de Macao signé à Lisbonne le 31 août 1995, ci-après dénommé "accord RAS de Macao - Portugal" à l'annexe 2.
- accord sur les services aériens entre le gouvernement de la République slovaque et le gouvernement de la région administrative spéciale de Macao de la République populaire de Chine paraphé à Macao le 3 mars 2006, ci-après dénommé "accord RAS de Macao - Slovaquie" à l'annexe 2;

- accord relatif aux services aériens entre le gouvernement du Royaume de Suède et le gouvernement de Macao signé à Oslo le 12 décembre 1996, ci-après dénommé "accord RAS de Macao - Suède" à l'annexe 2.

 - accord entre le gouvernement du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord et le gouvernement de la région administrative spéciale de Macao de la République populaire de Chine relatif aux services aériens conclu à Londres le 19 janvier 2004, ci-après dénommé "accord RAS de Macao - Royaume-Uni" à l'annexe 2;
-

ANNEXE 2Liste des articles des accords énumérés à l'annexe 1
et visés aux articles 2 à 4 du présent accord

(a) Désignation par un État membre:

- Article 4 de l'accord RAS de Macao - Autriche;
- Article 3 de l'accord RAS de Macao - République tchèque;
- Article 4 de l'accord RAS de Macao - Danemark;
- Article 4, paragraphe 4, de l'accord RAS de Macao - Allemagne;
- Article 4 de l'accord RAS de Macao - Luxembourg;
- Article 4 de l'accord RAS de Macao - Pologne;
- Article 4 de l'accord RAS de Macao - Portugal;
- Article 4 de l'accord RAS de Macao - Suède.

(b) Refus, révocation, suspension ou limitation d'autorisations ou de permis:

- Article 5 de l'accord RAS de Macao - Autriche;
- Article 6 de l'accord RAS de Macao - Belgique;
- Article 4 de l'accord RAS de Macao - République tchèque;
- Article 5 de l'accord RAS de Macao - Danemark;
- Article 4 de l'accord RAS de Macao - Finlande;
- Article 4, paragraphe 4, et article 5, de l'accord RAS de Macao - Allemagne;
- Article 5 de l'accord RAS de Macao - Luxembourg;
- Article 5 de l'accord RAS de Macao – Pays-Bas;
- Article 5 de l'accord RAS de Macao - Pologne;
- Article 6 de l'accord RAS de Macao - Portugal;
- Article 5 de l'accord RAS de Macao - Suède.

(c) Sécurité:

- Article 7 de l'accord RAS de Macao - République tchèque;
- Article 9 de l'accord RAS de Macao - France;
- Article 7 de l'accord RAS de Macao – Grèce;
- Article 7 de l'accord RAS de Macao - Luxembourg;
- Article 6 de l'accord RAS de Macao - Slovaquie;
- Article 14 de l'accord RAS de Macao – Royaume-Uni.

(d) Taxation du carburant d'aviation:

- Article 8 de l'accord RAS de Macao - Autriche;
- Article 11 de l'accord RAS de Macao - Belgique;
- Article 8 de l'accord RAS de Macao - République tchèque;
- Article 7 de l'accord RAS de Macao - Danemark;
- Article 6 de l'accord RAS de Macao - Finlande;

- Article 7 de l'accord RAS de Macao - Allemagne;
 - Article 9 de l'accord RAS de Macao - Luxembourg;
 - Article 10 de l'accord RAS de Macao – Pays-Bas;
 - Article 7 de l'accord RAS de Macao - Pologne;
 - Article 10 de l'accord RAS de Macao - Portugal;
 - Article 7 de l'accord RAS de Macao - Suède;
 - Article 8 de l'accord RAS de Macao – Royaume-Uni.
-

ANNEXE 3

Liste des autres États visés à l'article 2 du présent accord

- (a) La République d'Islande (dans le cadre de l'accord sur l'Espace économique européen).
 - (b) la Principauté de Liechtenstein (dans le cadre de l'accord sur l'Espace économique européen);
 - (c) le Royaume de Norvège (dans le cadre de l'accord sur l'Espace économique européen);
 - (d) La Confédération suisse (dans le cadre de l'accord entre la Communauté européenne et la Confédération suisse sur le transport aérien).
-

ALLEGATO 1

Elenco degli accordi di cui all'articolo 1 del presente accordo

Accordi in materia di servizi aerei e altri accordi, emendati o modificati, tra la RAS di Macao e gli Stati membri conclusi, firmati o siglati alla data della firma del presente accordo:

- Accordo sui trasporti aerei fra il governo federale austriaco e il governo di Macao, fatto a Vienna il 4 novembre 1994, di seguito "Accordo RAS di Macao - Austria" nell'allegato 2;
- Accordo fra il governo del Regno del Belgio e il governo di Macao relativo al trasporto aereo, fatto Bruxelles il 16 novembre 1994, di seguito "Accordo RAS di Macao - Belgio" nell'allegato 2;
- Accordo sui servizi aerei fra il governo della Repubblica ceca e il governo della regione amministrativa speciale di Macao della Repubblica popolare cinese fatto a Praga il 25 settembre 2001, di seguito "Accordo RAS di Macao -Repubblica ceca" nell'allegato 2;
- Accordo sui servizi aerei fra il governo del Regno di Danimarca e il governo di Macao fatto a Oslo il 12 dicembre 1996, di seguito "Accordo RAS di Macao - Danimarca" nell'allegato 2;
- Accordo sui servizi aerei fra il governo della Repubblica di Finlandia e il governo di Macao fatto a Macao il 9 settembre 1994, di seguito "Accordo RAS di Macao - Finlandia" nell'allegato 2;
- Accordo sui servizi aerei fra il governo della Repubblica francese e il governo della regione amministrativa speciale di Macao della Repubblica popolare cinese fatto a Parigi il 23 maggio 2006, di seguito "Accordo RAS di Macao - Francia" nell'allegato 2;
- Accordo fra il Governo della Repubblica federale di Germania e il governo di Macao fatto a Bonn il 5 settembre 1996, di seguito "Accordo RAS di Macao - Germania" nell'allegato 2;

- Accordo sui servizi aerei fra il governo della Repubblica ellenica e il governo della regione amministrativa speciale di Macao della Repubblica popolare cinese siglato a Macao il 17 febbraio 2006, di seguito "Accordo RAS di Macao - Grecia" nell'allegato 2;
 - Accordo fra il governo del Granducato del Lussemburgo e il governo di Macao in materia di servizi aerei fatto a Macao il 14 dicembre 1994, di seguito "Accordo RAS di Macao - Lussemburgo" nell'allegato 2;
 - Accordo fra il Regno dei Paesi Bassi e Macao in materia di servizi aerei fra i loro rispettivi territori e al di là di essi, fatto all'Aia il 16 novembre 1994, di seguito "Accordo RAS di Macao - Paesi Bassi" nell'allegato 2;
 - Accordo sui trasporti aerei fra il governo della Repubblica di Polonia e il Governo di Macao fatto a Varsavia il 22 ottobre 1999, di seguito "Accordo RAS di Macao - Polonia" nell'allegato 2;
 - Accordo sui servizi aerei fra il Governo della Repubblica portoghese e il Governo di Macao fatto a Lisbona il 31 agosto 1995, di seguito "Accordo RAS di Macao - Portogallo" nell'allegato 2;
 - Accordo sui servizi aerei fra il Governo della Repubblica slovacca e il governo della regione amministrativa speciale di Macao della Repubblica popolare cinese siglato a Macao il 3 marzo 2006, di seguito "Accordo RAS di Macao - Slovacchia" nell'allegato 2;
 - Accordo sui servizi aerei fra il governo del Regno di Svezia e il governo di Macao fatto a Oslo il 12 dicembre 1996, di seguito "Accordo RAS di Macao - Svezia" nell'allegato 2;
 - Accordo sui servizi aerei fra il governo della regione amministrativa speciale di Macao della Repubblica popolare cinese e il governo del Regno Unito di Gran Bretagna e Irlanda del nord fatto a Londra il 19 gennaio 2004, di seguito "Accordo RAS - Regno Unito" nell'allegato 2.
-

ALLEGATO 2

Elenco degli articoli degli accordi elencati nell'allegato 1
di cui agli articoli da 2 a 4 del presente accordo

- a) Designazione da parte di uno Stato membro:
- Articolo 4 dell'accordo RAS di Macao - Austria;
 - Articolo 3 dell'accordo RAS di Macao - Repubblica ceca;
 - Articolo 4 dell'accordo RAS di Macao - Danimarca;
 - Articolo 4, paragrafo 4 dell'accordo RAS di Macao - Germania;
 - Articolo 4 dell'accordo RAS di Macao - Lussemburgo;
 - Articolo 4 dell'accordo RAS di Macao - Polonia;
 - Articolo 4 dell'accordo RAS di Macao - Portogallo;
 - Articolo 4 dell'accordo RAS di Macao - Svezia.

b) Rifiuto, revoca, sospensione o limitazione delle autorizzazioni o permessi:

- Articolo 5 dell'accordo RAS di Macao - Austria;
- Articolo 6 dell'accordo RAS di Macao - Belgio;
- Articolo 4 dell'accordo RAS di Macao - Repubblica ceca;
- Articolo 5 dell'accordo RAS di Macao - Danimarca;
- Articolo 4 dell'accordo RAS di Macao - Finlandia;
- Articolo 4, paragrafo 4, e articolo 5 dell'accordo RAS di Macao - Germania;
- Articolo 5 dell'accordo RAS di Macao - Lussemburgo;
- Articolo 5 dell'accordo RAS di Macao - Paesi Bassi;
- Articolo 5 dell'accordo RAS di Macao - Polonia;
- Articolo 6 dell'accordo RAS di Macao - Portogallo;
- Articolo 5 dell'accordo RAS di Macao - Svezia.

c) Sicurezza:

- Articolo 7 dell'accordo RAS di Macao - Repubblica ceca;
- Articolo 9 dell'accordo RAS di Macao - Francia;
- Articolo 7 dell'accordo RAS di Macao - Grecia;
- Articolo 7 dell'accordo RAS di Macao - Lussemburgo;
- Articolo 6 dell'accordo RAS di Macao - Slovacchia;
- Articolo 14 dell'accordo RAS di Macao - Regno Unito.

d) Tassazione del carburante:

- Articolo 8 dell'accordo RAS di Macao - Austria;
- Articolo 11 dell'accordo RAS di Macao - Belgio;
- Articolo 8 dell'accordo RAS di Macao - Repubblica ceca;
- Articolo 7 dell'accordo RAS di Macao - Danimarca;
- Articolo 6 dell'accordo RAS di Macao - Finlandia;

- Articolo 7 dell'accordo RAS di Macao - Germania;
 - Articolo 9 dell'accordo RAS di Macao - Lussemburgo;
 - Articolo 10 dell'accordo RAS di Macao - Paesi Bassi;
 - Articolo 7 dell'accordo RAS di Macao - Polonia;
 - Articolo 10 dell'accordo RAS di Macao - Portogallo;
 - Articolo 7 dell'accordo RAS di Macao - Svezia;
 - Articolo 8 dell'accordo RAS di Macao - Regno Unito.
-

ALLEGATO 3

Elenco degli altri Stati di cui all'articolo 2 del presente accordo

- a) Repubblica d'Islanda (ai sensi dell'accordo sullo Spazio economico europeo);
 - b) Principato del Liechtenstein (ai sensi dell'accordo sullo Spazio economico europeo);
 - c) Regno di Norvegia (ai sensi dell'accordo sullo Spazio economico europeo);
 - d) Confederazione svizzera (ai sensi dell'accordo sul trasporto aereo fra la Comunità europea e la Confederazione svizzera).
-

1. PIELIKUMS

Šā nolīguma 1. pantā minēto nolīgumu saraksts

Gaisa pārvadājumu pakalpojumu nolīgumi un citas vienošanās starp Makao ĪPA un dalībvalstīm, ar izmaiņām vai grozījumiem, kuras šā nolīguma parakstīšanas dienā ir noslēgtas, parakstītas vai parafētas:

- Gaisa transporta nolīgums starp Austrijas Federālo valdību un Makao valdību, kas noslēgts Vīnē 1994. gada 4. novembrī, turpmāk 2. pielikumā "Makao ĪPA un Austrijas nolīgums";
- Nolīgums starp Beļģijas Karalistes valdību un Makao valdību par gaisa transportu, kas noslēgts Briselē 1994. gada 16. novembrī, turpmāk 2. pielikumā "Makao ĪPA un Beļģijas nolīgums";
- Gaisa pārvadājumu pakalpojumu nolīgums starp Čehijas Republikas valdību un Ķīnas Tautas Republikas Makao Īpašās pārvaldes apgabala valdību, kas noslēgts Prāgā 2001. gada 25. septembrī, turpmāk 2. pielikumā "Makao ĪPA un Čehijas Republikas nolīgums";
- Gaisa pārvadājumu pakalpojumu nolīgums starp Dānijas Karalistes valdību un Makao valdību, kas noslēgts Oslo 1996. gada 12. decembrī, turpmāk 2. pielikumā "Makao ĪPA un Dānijas nolīgums";
- Gaisa pārvadājumu pakalpojumu nolīgums starp Somijas Republikas valdību un Makao valdību, kas noslēgts Makao 1994. gada 9. septembrī, turpmāk 2. pielikumā "Makao ĪPA un Somijas nolīgums";
- Gaisa pārvadājumu pakalpojumu nolīgums starp Francijas Republikas valdību un Ķīnas Tautas Republikas Makao Īpašās pārvaldes apgabala valdību, kas noslēgts Parīzē 2006. gada 23. maijā, turpmāk 2. pielikumā "Makao ĪPA un Francijas nolīgums";
- Gaisa transporta nolīgums starp Vācijas Federatīvās Republikas valdību un Makao valdību, kas noslēgts Bonnā 1996. gada 5. septembrī, turpmāk 2. pielikumā "Makao ĪPA un Vācijas nolīgums";

- Gaisa pārvadājumu pakalpojumu nolīgums starp Grieķijas Republikas valdību un Ķīnas Tautas Republikas Makao Īpašās pārvaldes apgabala valdību, kas parafēts Makao 2006. gada 17. februārī, turpmāk 2. pielikumā "Makao ĪPA un Grieķijas nolīgums";
 - Nolīgums starp Luksemburgas Lielhercogistes valdību un Makao valdību par gaisa pārvadājumu pakalpojumiem, kas noslēgts Makao 1994. gada 14. decembrī, turpmāk 2. pielikumā "Makao ĪPA un Luksemburgas nolīgums";
 - Nolīgums starp Nīderlandes Karalisti un Makao par gaisa pārvadājumu pakalpojumiem starp abām teritorijām vai ārpus tām, kas noslēgts Hāgā 1994. gada 16. novembrī, turpmāk 2. pielikumā "Makao ĪPA un Nīderlandes nolīgums";
 - Nolīgums starp Polijas Republikas valdību un Makao valdību par gaisa pārvadājumu pakalpojumiem, kas noslēgts Varšavā 1999. gada 22. oktobrī, turpmāk 2. pielikumā "Makao ĪPA un Polijas nolīgums";
 - Gaisa transporta nolīgums starp Portugāles Republikas valdību un Makao valdību, kas noslēgts Lisabonā 1995. gada 31. augustā, turpmāk 2. pielikumā "Makao ĪPA un Portugāles nolīgums";
 - Gaisa pārvadājumu pakalpojumu nolīgums starp Slovākijas Republikas valdību un Ķīnas Tautas Republikas Makao Īpašās pārvaldes apgabala valdību, kas parafēts Makao 2006. gada 3. martā, turpmāk 2. pielikumā "Makao ĪPA un Slovākijas nolīgums";
 - Gaisa pārvadājumu pakalpojumu nolīgums starp Zviedrijas Karalistes valdību un Makao valdību, kas parakstīts Oslo 1996. gada 12. decembrī, turpmāk 2. pielikumā "Makao ĪPA un Zviedrijas nolīgums";
 - Nolīgums starp Ķīnas Tautas Republikas Makao Īpašās pārvaldes apgabala valdību un Lielbritānijas un Ziemeļīrijas Apvienotās Karalistes valdību par gaisa pārvadājumu pakalpojumiem, kas noslēgts Londonā 2004. gada 19. janvārī, turpmāk 2. pielikumā "Makao ĪPA un Apvienotās Karalistes nolīgums".
-

2. PIELIKUMS

Šā nolīguma 1. pielikumā uzskaitīto un
2. līdz 4. pantā minēto nolīgumu pantu saraksts

- a) Pārvadātāja izraudzīšana dalībvalstī:
- Makao ĪPA un Austrijas nolīguma 4. pants;
 - Makao ĪPA un Čehijas nolīguma 3. pants;
 - Makao ĪPA un Dānijas nolīguma 4. pants;
 - Makao ĪPA un Vācijas nolīguma 4. panta 4. punkts;
 - Makao ĪPA un Luksemburgas nolīguma 4. pants;
 - Makao ĪPA un Polijas nolīguma 4. pants;
 - Makao ĪPA un Portugāles nolīguma 4. pants;
 - Makao ĪPA un Zviedrijas nolīguma 4. pants.

b) Pilnvaru vai atļauju atteikšana, atsaukšana, apturēšana vai ierobežošana:

- Makao ĪPA un Austrijas nolīguma 5. pants;
- Makao ĪPA un Beļģijas nolīguma 6. pants;
- Makao ĪPA un Čehijas Republikas nolīguma 4. pants;
- Makao ĪPA un Dānijas nolīguma 5. pants;
- Makao ĪPA un Somijas nolīguma 4. pants;
- Makao ĪPA un Vācijas nolīguma 4. panta 4. punkts un 5. pants;
- Makao ĪPA un Luksemburgas nolīguma 5. pants;
- Makao ĪPA un Nīderlandes nolīguma 5. pants;
- Makao ĪPA un Polijas nolīguma 5. pants;
- Makao ĪPA un Portugāles nolīguma 6. pants;
- Makao ĪPA un Zviedrijas nolīguma 5. pants.

c) Drošība:

- Makao ĪPA un Čehijas Republikas nolīguma 7. pants;
- Makao ĪPA un Francijas nolīguma 9. pants;
- Makao ĪPA un Grieķijas nolīguma 7. pants;
- Makao ĪPA un Luksemburgas nolīguma 7. pants;
- Makao ĪPA un Slovākijas nolīguma 6. pants;
- Makao ĪPA un Apvienotās Karalistes nolīguma 14. pants.

d) Nodokļa uzlikšana aviācijas degvielai:

- Makao ĪPA un Austrijas nolīguma 8. pants;
- Makao ĪPA un Beļģijas nolīguma 11. pants;
- Makao ĪPA un Čehijas Republikas nolīguma 8. pants;
- Makao ĪPA un Dānijas nolīguma 7. pants;
- Makao ĪPA un Somijas nolīguma 6. pants;

- Makao ĪPA un Vācijas nolīguma 7. pants;
 - Makao ĪPA un Luksemburgas nolīguma 9. pants;
 - Makao ĪPA un Nīderlandes nolīguma 10. pants;
 - Makao ĪPA un Polijas nolīguma 7. pants;
 - Makao ĪPA un Portugāles nolīguma 10. pants;
 - Makao ĪPA un Zviedrijas nolīguma 7. pants;
 - Makao ĪPA un Apvienotās Karalistes nolīguma 8. pants.
-

3. PIELIKUMS

Šā nolīguma 2. pantā minēto citu valstu saraksts

- a) Islandes Republika (saskaņā ar Eiropas Ekonomikas zonas līgumu);
 - b) Lihtenšteinas Firstiste (saskaņā ar Eiropas Ekonomikas zonas līgumu);
 - c) Norvēģijas Karaliste (saskaņā ar Eiropas Ekonomikas zonas līgumu);
 - d) Šveices Konfederācija (saskaņā ar Eiropas Kopienas un Šveices Konfederācijas nolīgumu par gaisa transportu).
-

1 PRIEDAS

Šio Susitarimo 1 straipsnyje nurodytų susitarimų sąrašas

Iki šio Susitarimo pasirašymo dienos sudaryti, pasirašyti arba parafuoti Makao ir valstybių narių oro susisiekimo paslaugų susitarimai ir kitos sutartys su pakeitimais ar pataisymais:

- Austrijos Federacinės Vyriausybės ir Makao Vyriausybės oro susisiekimo susitarimas, pasirašytas 1994 m. lapkričio 4 d. Vienoje, toliau 2 priede – Makao ir Austrijos susitarimas;
- Belgijos Karalystės Vyriausybės ir Makao Vyriausybės oro susisiekimo susitarimas, pasirašytas 1994 m. lapkričio 16 d. Briuselyje, toliau 2 priede – Makao ir Belgijos susitarimas;
- Čekijos Respublikos Vyriausybės ir Ypatingojo Administracinio Kinijos Regiono Makao Vyriausybės oro susisiekimo paslaugų susitarimas, pasirašytas 2001 m. rugsėjo 25 d. Prahoje, toliau 2 priede – Makao ir Čekijos susitarimas;
- Danijos Karalystės Vyriausybės ir Makao Vyriausybės oro susisiekimo paslaugų susitarimas, pasirašytas 1996 m. gruodžio 12 d. Osle, toliau 2 priede – Makao ir Danijos susitarimas;
- Suomijos Respublikos Vyriausybės ir Makao Vyriausybės oro susisiekimo paslaugų susitarimas, pasirašytas 1994 m. rugsėjo 9 d. Makao, toliau 2 priede – Makao ir Suomijos susitarimas;
- Prancūzijos Respublikos Vyriausybės ir Ypatingojo Administracinio Kinijos Regiono Makao Vyriausybės oro susisiekimo paslaugų susitarimas, pasirašytas 2006 m. gegužės 23 d. Paryžiuje, toliau 2 priede – Makao ir Prancūzijos susitarimas;
- Vokietijos Federacinės Respublikos Vyriausybės ir Makao Vyriausybės oro susisiekimo susitarimas, pasirašytas 1996 m. rugsėjo 5 d. Bonoje, toliau 2 priede – Makao ir Vokietijos susitarimas;

- Graikijos Respublikos Vyriausybės ir Ypatingojo Administracinio Kinijos Regiono Makao Vyriausybės oro susisiekimo paslaugų susitarimas, parafuotas 2006 m. vasario 17 d. Makao, toliau 2 priede – Makao ir Graikijos susitarimas;
 - Liuksemburgo Didžiosios Hercogystės Vyriausybės ir Makao Vyriausybės oro susisiekimo paslaugų susitarimas, pasirašytas 1994 m. gruodžio 14 d. Makao, toliau 2 priede – Makao ir Liuksemburgo susitarimas;
 - Nyderlandų Karalystės ir Makao susitarimas dėl oro susisiekimo paslaugų teikimo tarp jų atitinkamų zonų ir už jų ribų, pasirašytas 1994 m. lapkričio 16 d. Hagoje, toliau 2 priede – Makao ir Nyderlandų susitarimas;
 - Lenkijos Respublikos Vyriausybės ir Makao Vyriausybės oro susisiekimo paslaugų susitarimas, pasirašytas 1999 m. spalio 22 d. Varšuvoje, toliau 2 priede – Makao ir Lenkijos susitarimas;
 - Portugalijos Respublikos Vyriausybės ir Makao Vyriausybės oro susisiekimo susitarimas, pasirašytas 1995 m. rugpjūčio 31 d. Lisabonoje, toliau 2 priede – Makao ir Portugalijos susitarimas;
 - Slovakijos Respublikos Vyriausybės ir Ypatingojo Administracinio Kinijos Regiono Makao Vyriausybės oro susisiekimo paslaugų susitarimas, parafuotas 2006 m. kovo 3 d. Makao, toliau 2 priede – Makao ir Slovakijos susitarimas;
 - Švedijos Karalystės Vyriausybės ir Makao Vyriausybės oro susisiekimo paslaugų susitarimas, pasirašytas 1996 m. gruodžio 12 d. Osle, toliau 2 priede – Makao ir Švedijos susitarimas;
 - Ypatingojo Administracinio Kinijos Regiono Makao Vyriausybės ir Jungtinės Didžiosios Britanijos ir Šiaurės Airijos Karalystės Vyriausybės oro susisiekimo paslaugų susitarimas, pasirašytas 2004 m. sausio 19 d. Londone, toliau 2 priede – Makao ir Jungtinės Karalystės susitarimas.
-

2 PRIEDAS

Šio Susitarimo 1 priede išvardytų ir 2–4 straipsniuose nurodytų
susitarimų straipsnių sąrašas

- a) Valstybės narės oro vežėjo skyrimas:
- Makao ir Austrijos susitarimo 4 straipsnis,
 - Makao ir Čekijos susitarimo 3 straipsnis,
 - Makao ir Danijos susitarimo 4 straipsnis,
 - Makao ir Vokietijos susitarimo 4 straipsnio 4 dalis,
 - Makao ir Liuksemburgo susitarimo 4 straipsnis,
 - Makao ir Lenkijos susitarimo 4 straipsnis,
 - Makao ir Portugalijos susitarimo 4 straipsnis,
 - Makao ir Švedijos susitarimo 4 straipsnis.

b) Atsisakymas išduoti įgaliojimus ar leidimus, jų atšaukimas, galiojimo sustabdymas ar apribojimas:

- Makao ir Austrijos susitarimo 5 straipsnis,
- Makao ir Belgijos susitarimo 6 straipsnis,
- Makao ir Čekijos susitarimo 4 straipsnis,
- Makao ir Danijos susitarimo 5 straipsnis,
- Makao ir Suomijos susitarimo 4 straipsnis,
- Makao ir Vokietijos susitarimo 4 straipsnio 4 dalis ir 5 straipsnis;
- Makao ir Liuksemburgo susitarimo 5 straipsnis,
- Makao ir Nyderlandų susitarimo 5 straipsnis,
- Makao ir Lenkijos susitarimo 5 straipsnis,
- Makao ir Portugalijos susitarimo 6 straipsnis,
- Makao ir Švedijos susitarimo 5 straipsnis.

c) Sauga:

- Makao ir Čekijos susitarimo 7 straipsnis,
- Makao ir Prancūzijos susitarimo 9 straipsnis,
- Makao ir Graikijos susitarimo 7 straipsnis,
- Makao ir Liuksemburgo susitarimo 7 straipsnis,
- Makao ir Slovakijos susitarimo 6 straipsnis,
- Makao ir Jungtinės Karalystės susitarimo 14 straipsnis.

d) Aviacinių degalų apmokestinimas:

- Makao ir Austrijos susitarimo 8 straipsnis,
- Makao ir Belgijos susitarimo 11 straipsnis,
- Makao ir Čekijos susitarimo 8 straipsnis,
- Makao ir Danijos susitarimo 7 straipsnis,
- Makao ir Suomijos susitarimo 6 straipsnis,

- Makao ir Vokietijos susitarimo 7 straipsnis,
 - Makao ir Liuksemburgo susitarimo 9 straipsnis,
 - Makao ir Nyderlandų susitarimo 10 straipsnis,
 - Makao ir Lenkijos susitarimo 7 straipsnis,
 - Makao ir Portugalijos susitarimo 10 straipsnis,
 - Makao ir Švedijos susitarimo 7 straipsnis,
 - Makao ir Jungtinės Karalystės susitarimo 8 straipsnis.
-

3 PRIEDAS

Šio Susitarimo 2 straipsnyje nurodytų kitų valstybių sąrašas

- a) Islandijos Respublika (pagal Europos ekonominės erdvės susitarimą),
 - b) Lichtenšteino Kunigaikštystė (pagal Europos ekonominės erdvės susitarimą),
 - c) Norvegijos Karalystė (pagal Europos ekonominės erdvės susitarimą),
 - d) Šveicarijos Konfederacija (pagal Europos bendrijos ir Šveicarijos Konfederacijos susitarimą dėl oro transporto).
-

1. MELLÉKLET

A megállapodás 1. cikkében említett megállapodások jegyzéke

Makaó KKT és az Európai Unió tagállamai között létrejött azon légi közlekedési megállapodások és azok esetleges módosításai, amelyeket e megállapodás aláírásának napján már megkötöttek, aláírtak vagy parafáltak:

- az Osztrák Köztársaság szövetségi kormánya és Makaó kormánya között létrejött, 1994. november 4-én Bécsben aláírt légi közlekedési megállapodás, a továbbiakban a 2. mellékletben: „a Makaó KKT – Ausztria megállapodás”;
- a Belga Királyság kormánya és Makaó kormánya között 1994. november 16-án Brüsszelben létrejött légi közlekedési megállapodás, a továbbiakban a 2. mellékletben: „a Makaó KKT – Belgium megállapodás”;
- a Cseh Köztársaság kormánya és a Kínai Népköztársaság Makaói Különleges Közigazgatási Területének kormánya között 2001. szeptember 25-én Prágában létrejött légi közlekedési megállapodás, a továbbiakban a 2. mellékletben: „a Makaó KKT – Cseh Köztársaság megállapodás”;
- a Dán Királyság kormánya és Makaó kormánya között 1996. december 12-én Oslóban létrejött légi közlekedési megállapodás, a továbbiakban a 2. mellékletben: „a Makaó KKT – Dánia megállapodás”;
- a Finn Köztársaság kormánya és Makaó kormánya között 1994. szeptember 9-én Makaóban létrejött légi közlekedési megállapodás, a továbbiakban a 2. mellékletben: „a Makaó KKT – Finnország megállapodás”;
- a Francia Köztársaság kormánya és a Kínai Népköztársaság Makaói Különleges Közigazgatási Területének kormánya között 2006. május 23-én Párizsban létrejött légi közlekedési megállapodás, a továbbiakban a 2. mellékletben: „a Makaó KKT – Franciaország megállapodás”;

- a Német Szövetségi Köztársaság kormánya és Makaó kormánya között 1996. szeptember 5-én Bonnban létrejött légi közlekedési megállapodás, a továbbiakban a 2. mellékletben: „a Makaó KKT – Németország megállapodás”;
- a Görög Köztársaság kormánya és a Kínai Népköztársaság Makaói Különleges Közigazgatási Területének kormánya között létrejött, 2006. február 17-én Makaóban parafált légi közlekedési megállapodás, a továbbiakban a 2. mellékletben: „a Makaó KKT – Görögország megállapodás”;
- a Luxemburgi Nagyhercegség kormánya és Makaó kormánya között 1994. december 14-én Makaóban létrejött légi közlekedési megállapodás, a továbbiakban a 2. mellékletben: „a Makaó KKT – Luxemburg megállapodás”;
- a Holland Királyság és Makaó között 1994. november 16-án Hágában létrejött, a felek területei közötti és azon túli légi közlekedési szolgáltatásokról szóló megállapodás, a továbbiakban a 2. mellékletben: „a Makaó KKT – Hollandia megállapodás”;
- a Lengyel Köztársaság kormánya és Makaó kormánya között 1999. október 22-én Varsóban létrejött légi közlekedési megállapodás, a továbbiakban a 2. mellékletben: „a Makaó KKT – Lengyelország megállapodás”;
- a Portugál Köztársaság kormánya és Makaó kormánya között 1995. augusztus 31-én Lisszabonban létrejött légi közlekedési megállapodás, a továbbiakban a 2. mellékletben: „a Makaó KKT – Portugália megállapodás”;
- a Szlovák Köztársaság kormánya és a Kínai Népköztársaság Makaói Különleges Közigazgatási Területének kormánya között létrejött, 2006. március 3-án Makaóban parafált légi közlekedési megállapodás, a továbbiakban a 2. mellékletben: „a Makaó KKT – Szlovákia megállapodás”;

- a Svéd Királyság kormánya és Makaó kormánya között 1996. december 12-én Oslóban létrejött légi közlekedési megállapodás, a továbbiakban a 2. mellékletben: „a Makaó KKT – Svédország megállapodás”;
 - a Kínai Népköztársaság Makaói Különleges Közigazgatási Területének kormánya és Nagy-Britannia és Észak-Írország Egyesült Királyságának kormánya között 2004. január 19-én Londonban létrejött légiközlekedési megállapodás, a továbbiakban a 2. mellékletben: „a Makaó KKT – Egyesült Királyság megállapodás”.
-

2. MELLÉKLET

Az I. mellékletben felsorolt megállapodásokban szereplő
és a megállapodás 2–4. cikkében említett cikkek jegyzéke

- a) Kijelölés valamely tagállam által:
- a Makaó KKT – Ausztria megállapodás 4. cikke;
 - a Makaó KKT – Cseh Köztársaság megállapodás 3. cikke;
 - a Makaó KKT – Dánia megállapodás 4. cikke;
 - a Makaó KKT – Németország megállapodás 4. cikke (4) bekezdése;
 - a Makaó KKT – Luxemburg megállapodás 4. cikke;
 - a Makaó KKT – Lengyelország megállapodás 4. cikke;
 - a Makaó KKT – Portugália megállapodás 4. cikke;
 - a Makaó KKT – Svédország megállapodás 4. cikke.

- b) Az engedélyek vagy jogosítványok megtagadása, visszavonása, felfüggesztése vagy korlátozása:
- a Makaó KKT – Ausztria megállapodás 5. cikke;
 - a Makaó KKT – Belgium megállapodás 6. cikke;
 - a Makaó KKT – Cseh Köztársaság megállapodás 4. cikke,
 - a Makaó KKT – Dánia megállapodás 5. cikke;
 - a Makaó KKT – Finnország megállapodás 4. cikke;
 - a Makaó KKT – Németország megállapodás 4. cikke (4) bekezdése és 5. cikke
 - a Makaó KKT – Luxemburg megállapodás 5. cikke;
 - a Makaó KKT – Hollandia megállapodás 5. cikke;
 - a Makaó KKT – Lengyelország megállapodás 5. cikke;
 - a Makaó KKT – Portugália megállapodás 6. cikke;
 - a Makaó KKT – Svédország megállapodás 5. cikke.

c) Biztonság:

- a Makaó KKT – Cseh Köztársaság megállapodás 7. cikke;
- a Makaó KKT – Franciaország megállapodás 9. cikke;
- a Makaó KKT – Görögország megállapodás 7. cikke;
- a Makaó KKT – Luxemburg megállapodás 7. cikke;
- a Makaó KKT – Szlovákia megállapodás 6. cikke;
- a Makaó KKT – Egyesült Királyság megállapodás 14. cikke.

d) A légi járművek tüzelőanyagaira kivetett illetékek:

- a Makaó KKT – Ausztria megállapodás 8. cikke;
- a Makaó KKT – Belgium megállapodás 11. cikke;
- a Makaó KKT – Cseh Köztársaság megállapodás 8. cikke;
- a Makaó KKT – Dánia megállapodás 7. cikke;
- a Makaó KKT – Finnország megállapodás 6. cikke;

- a Makaó KKT – Németország megállapodás 7. cikke;
 - a Makaó KKT – Luxemburg megállapodás 9. cikke;
 - a Makaó KKT – Hollandia megállapodás 10. cikke;
 - a Makaó KKT – Lengyelország megállapodás 7. cikke;
 - a Makaó KKT – Portugália megállapodás 10. cikke;
 - a Makaó KKT – Svédország megállapodás 7. cikke;
 - a Makaó KKT – Egyesült Királyság megállapodás 8. cikke.
-

3. MELLÉKLET

A megállapodás 2. cikkében említett egyéb államok jegyzéke

- a) Az Izlandi Köztársaság (az Európai Gazdasági Térségről szóló megállapodás értelmében);
 - b) A Liechtensteini Hercegség (az Európai Gazdasági Térségről szóló megállapodás értelmében);
 - c) A Norvég Királyság (az Európai Gazdasági Térségről szóló megállapodás értelmében);
 - d) A Svájci Államszövetség (az Európai Közösség és a Svájci Államszövetség közötti légi közlekedési megállapodás értelmében).
-

ANNEX 1

Lista ta' ftehimiet imsemmija fl-Artikolu 1 ta' dan il-Ftehim

Ftehimiet dwar is-servizzi tal-ajru u Arrangamenti oħra bejn ir-RAS tal-Makaw u l-Istati Membri, kif emendati jew modifikati, li, dakinhar tal-iffirmar ta' dan il-Ftehim, kienu ġew konklużi, iffirmati jew inizjalati:

- Ftehim dwar it-Trasport bl-Ajru bejn il-Gvern Federali Awstrijak u l-Gvern tal-Makaw magħmul fi Vjenna fl-4 ta' Novembru 1994, minn hawn 'il quddiem imsejjah "il-Ftehim tar-RAS tal-Makaw – l-Awstrija" fl-Anness 2;
- Ftehim dwar it-Trasport bl-Ajru bejn il-Gvern tar-Renju tal-Belġju u l-Gvern tal-Makaw magħmul fi Brussell fis-16 ta' Novembru 1994, minn hawn 'il quddiem imsejjah "il-Ftehim tar-RAS tal-Makaw – il-Belġju" fl-Anness 2;
- Ftehim dwar is-Servizzi tal-Ajru bejn il-Gvern tar-Repubblika Ċeka u l-Gvern tar-Reġjun Amministrattiv Speċjali tal-Makaw tar-Repubblika Popolari taċ-Ċina magħmul fi Praga fil-25 ta' Settembru 2001, minn hawn 'il quddiem imsejjah "il-Ftehim tar-RAS tal-Makaw - ir-Repubblika Ċeka" fl-Anness 2;
- Ftehim dwar is-Servizzi tal-Ajru bejn il-Gvern tar-Renju tad-Danimarka u l-Gvern tal-Makaw magħmul f'Oslo fit-12 ta' Diċembru 1996, minn hawn 'il quddiem imsejjah "il-Ftehim tar-RAS tal-Makaw – id-Danimarka" fl-Anness 2;
- Ftehim dwar is-Servizzi tal-Ajru bejn il-Gvern tar-Repubblika tal-Finlandja u l-Gvern tal-Makaw magħmul fil-Makaw fid-9 ta' Settembru 1994, minn hawn 'il quddiem imsejjah "il-Ftehim tar-RAS tal-Makaw – il-Finlandja" fl-Anness 2;
- Ftehim dwar is-Servizzi tal-Ajru bejn il-Gvern tar-Repubblika Franciża u l-Gvern tar-Reġjun Amministrattiv Speċjali tal-Makaw tar-Repubblika Popolari taċ-Ċina magħmul f'Parigi fit-23 ta' Mejju 2006, minn hawn 'il quddiem imsejjah "il-Ftehim tar-RAS tal-Makaw - Franza" fl-Anness 2;

- Ftehim dwar it-Trasport bl-Ajru bejn il-Gvern tar-Repubblika Federali tal-Ġermanja u l-Gvern tal-Makaw, magħmul f'Bonn fil-5 ta' Settembru 1996, minn hawn 'il quddiem imsejjaħ "il-Ftehim tar-RAS tal-Makaw – il-Ġermanja" fl-Anness 2;
- Ftehim dwar is-Servizzi tal-Ajru bejn il-Gvern tar-Repubblika Ellenika u l-Gvern tar-Reġjun Amministrattiv Speċjali tal-Makaw tar-Repubblika Popolari taċ-Ċina inizjalat fil-Makaw fis-17 ta' Frar 2006, minn hawn 'il quddiem imsejjaħ "il-Ftehim tar-RAS tal-Makaw – il-Greċja" fl-Anness 2;
- Ftehim dwar is-servizzi tal-ajru bejn il-Gvern tal-Gran Dukat tal-Lussemburgu u l-Gvern tal-Makaw magħmul fil-Makaw fl-14 ta' Diċembru 1994, minn hawn 'il quddiem imsejjaħ "il-Ftehim tar-RAS tal-Makaw – il-Lussemburgu" fl-Anness 2;
- Ftehim dwar is-Servizzi tal-Ajru bejn ir-Renju tal-Pajjiżi l-Baxxi u l-Makaw, bejn u lil hinn mit-Territorji rispettivi tagħhom, magħmul f'The Hague fis-16 ta' Novembru 1994, minn hawn 'il quddiem imsejjaħ "il-Ftehim tar-RAS tal-Makaw – il-Pajjiżi l-Baxxi" fl-Anness 2;
- Ftehim dwar is-servizzi tal-ajru bejn il-Gvern tar-Repubblika tal-Polonja u l-Gvern tal-Makaw magħmul f'Varsavja fit-22 ta' Ottubru 1999, minn hawn 'il quddiem imsejjaħ "il-Ftehim tar-RAS tal-Makaw – il-Polonja" fl-Anness 2;
- Ftehim dwar it-Trasport bl-Ajru bejn il-Gvern tar-Repubblika Portugiża u l-Gvern tal-Makaw magħmul f'Lisbona fil-31 ta' Awwissu 1995, minn hawn 'il quddiem imsejjaħ "il-Ftehim tar-RAS tal-Makaw – il-Portugall" fl-Anness 2;
- Ftehim dwar is-Servizzi tal-Ajru bejn il-Gvern tar-Repubblika Slovakka u l-Gvern tar-Reġjun Amministrattiv Speċjali tal-Makaw tar-Repubblika Popolari taċ-Ċina inizjalat fil-Makaw fit-3 ta' Marzu 2006, minn hawn 'il quddiem imsejjaħ "il-Ftehim tar-RAS tal-Makaw – Slovakk" fl-Anness 2;

- Ftehim dwar is-Servizzi tal-Ajru bejn il-Gvern tar-Renju tal-Isvezja u l-Gvern tal-Makaw magħmul f'Oslo fit-12 ta' Dicembru 1996, minn hawn 'il quddiem imsejjah "il-Ftehim tar-RAS tal-Makaw – l-Isvezja" fl-Anness 2;
 - Ftehim dwar is-Servizzi tal-Ajru bejn il-Gvern tar-Regjun Amministrattiv Speċjali tal-Makaw tar-Repubblika Popolari taç-Ċina u l-Gvern tar-Renju Unit tal-Gran Brittanja u l-Irlanda ta' Fuq magħmul f'Londra fid-19 ta' Jannar 2004, minn hawn 'il quddiem imsejjah "Il-Ftehim tar-RAS tal-Makaw - ir-Renju Unit" fl-Anness 2.
-

ANNEX 2

Lista tal-artikoli fil-Ftehimiet elenkati fl-Anness 1
u msemmija fl-Artikoli 2 sa 4 ta' dan il-Ftehim

(a) Nomina minn Stat Membru:

- l-Artikolu 4 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw – l-Awstrija;
- l-Artikolu 3 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw – ir-Repubblika Ċeka;
- l-Artikolu 4 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw – id-Danimarka;
- l-Artikolu 4(4) tal-Artikolu 5 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw - il-Ġermanja;
- l-Artikolu 4 tar-RAS tal-Makaw – il-Lussemburgu;
- l-Artikolu 4 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw – il-Polonja;
- l-Artikolu 4 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw – il-Portugall;
- l-Artikolu 4 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw – l-Isvezja.

(b) Ir-rifjut, ir-revoka, is-sospensjoni jew il-limitazzjoni tal-awtorizzazzjonijiet jew tal-permessi:

- l-Artikolu 5 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-l-Awstrija;
- l-Artikolu 6 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-il-Belġju;
- l-Artikolu 4 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-ir-Repubblika Ċeka;
- l-Artikolu 5 tar-RAS tal-Makaw-id-Danimarka;
- l-Artikolu 4 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-il-Finlandja;
- l-Artikolu 5 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-il-Lussemburgu;
- l-Artikolu 5 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-il-Pajjiżi l-Baxxi;
- l-Artikolu 5 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-il-Polonja;
- l-Artikolu 6 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-il-Portugall;
- l-Artikolu 5 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-l-Isvezja.

(c) Sikurezza:

- l-Artikolu 7 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-ir-Repubblika Ċeka;
- l-Artikolu 9 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-Franza;
- l-Artikolu 7 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-il-Greċja;
- l-Artikolu 7 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-il-Lussemburgu;
- l-Artikolu 6 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-Slovakkja;
- l-Artikolu 14 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-ir-Renju Unit;

(d) Tassazzjoni fuq il-fjuwil tal-avjazzjoni:

- l-Artikolu 8 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-l-Awstrija;
 - l-Artikolu 11 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-il-Belġju;
 - l-Artikolu 8 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-ir-Repubblika Ċeka;
 - l-Artikolu 7 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-id-Danimarka;
 - l-Artikolu 6 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-il-Finlandja;
 - l-Artikolu 7 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-il-Ġermanja;
 - l-Artikolu 9 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-il-Lussemburgu;
 - l-Artikolu 10 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-il-Pajjiżi l-Baxxi;
 - l-Artikolu 7 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-il-Polonja;
 - l-Artikolu 10 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-il-Portugall;
 - l-Artikolu 7 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-l-Isvezja;
 - l-Artikolu 8 tal-Ftehim tar-RAS tal-Makaw-ir-Renju Unit;
-

ANNEX 3

Lista ta' Stati oħrajn imsemmija fl-Artikolu 2 ta' dan il-Ftehim

- (a) Ir-Repubblika tal-Islanda (skont il-Ftehim dwar iż-Żona Ekonomika Ewropea);
 - (b) Il-Prinċipat tal-Liechtenstein (skont il-Ftehim taż-Żona Ekonomika Ewropea);
 - (c) Ir-Renju tan-Norveġja (skont il-Ftehim dwar iż-Żona Ekonomika Ewropea);
 - (d) Il-Konfederazzjoni Svizzera (skont il-Ftehim dwar it-Trasport bl-Ajru bejn il-Komunità Ewropea u l-Konfederazzjoni Svizzera).
-

BIJLAGE 1

Lijst van de overeenkomsten waarnaar wordt verwezen in artikel 1 van deze Overeenkomst

Overeenkomsten inzake luchtdiensten en andere regelingen tussen de SAR Macau en lidstaten, zoals gewijzigd of geamendeerd, die op de datum van ondertekening van deze Overeenkomst zijn gesloten, ondertekend of gearafeerd:

- Luchtvervoersovereenkomst tussen de Oostenrijkse Bondsregering en de regering van Macau, opgesteld te Wenen op 4 november 1994, hierna de "Overeenkomst tussen de SAR Macau en Oostenrijk" genoemd in bijlage 2;
- Overeenkomst inzake luchtvervoer tussen de regering van het Koninkrijk België en de regering van de SAR Macau, opgesteld te Brussel op 16 november 1994, hierna de "Overeenkomst tussen de SAR Macau en België" genoemd in bijlage 2;
- Overeenkomst inzake luchtdiensten tussen de regering van Tsjechische Republiek en de regering van de Speciale Administratieve Regio Macau van de Volksrepubliek China, opgesteld te Praag op 25 september 2001, hierna de "Overeenkomst tussen de SAR Macau en Tsjechië" genoemd in bijlage 2;
- Overeenkomst inzake luchtdiensten tussen de regering van het Koninkrijk Denemarken en de regering van Macau, opgesteld te Oslo op 12 december 1996, hierna de "Overeenkomst tussen de SAR Macau en Denemarken" genoemd in bijlage 2;
- Overeenkomst inzake luchtdiensten tussen de regering van de Republiek Finland en de regering van Macau, opgesteld te Macau op 9 september 1994, hierna de "Overeenkomst tussen de SAR Macau en Finland" genoemd in bijlage 2;
- Overeenkomst inzake luchtdiensten tussen de regering van de Franse Republiek en de regering van de Speciale Administratieve Regio Macau van de Volksrepubliek China, opgesteld te Praag op 23 mei 2006, hierna de "Overeenkomst tussen de SAR Macau en Frankrijk" genoemd in bijlage 2;

- Luchtvervoersovereenkomst tussen de regering van de Bondsrepubliek Duitsland en de regering van Macau, opgesteld te Bonn op 5 september 1996, hierna de "Overeenkomst tussen de SAR Macau en Duitsland" genoemd in bijlage 2;
- Overeenkomst inzake luchtdiensten tussen de regering van de Helleense Republiek en de regering van de Speciale Administratieve Regio Macau van de Volksrepubliek China, geparafeerd te Macau op 17 februari 2006, hierna de "Overeenkomst tussen de SAR Macau en Griekenland" genoemd in bijlage 2;
- Overeenkomst inzake luchtdiensten tussen de regering van het Groothertogdom Luxemburg en de regering van Macau, opgesteld te Macau op 14 december 1994, hierna de "Overeenkomst tussen de SAR Macau en Luxemburg" genoemd, in bijlage 2;
- Overeenkomst tussen het Koninkrijk der Nederlanden en Macau met betrekking tot luchtdiensten tussen en via hun onderscheiden grondgebieden, opgesteld in Den Haag op 16 november 1994, hierna de "Overeenkomst tussen de SAR Macau en Nederland" genoemd in bijlage 2;
- Overeenkomst inzake luchtdiensten tussen de regering van de Republiek Polen en de regering van Macau, opgesteld te Warschau op 22 oktober 1999, hierna de "Overeenkomst tussen de SAR Macau en Polen" genoemd in bijlage 2;
- Luchtvervoersovereenkomst tussen de regering van de Portugese Republiek en de regering van Macau, opgesteld te Lissabon op 31 augustus 1995, hierna de "Overeenkomst tussen de SAR Macau en Portugal" genoemd in bijlage 2;
- Overeenkomst inzake luchtdiensten tussen de regering van de Slowaakse Republiek en de regering van de Speciale Administratieve Regio Macau van de Volksrepubliek China, geparafeerd te Macau op 3 maart 2006, hierna de "Overeenkomst tussen de SAR Macau en Slowakije" genoemd in bijlage 2;

- Overeenkomst inzake luchtdiensten tussen de regering van het Koninkrijk Zweden en de regering van Macau, opgesteld te Oslo op 12 december 1996, hierna de "Overeenkomst tussen de SAR Macau en Zweden" genoemd in bijlage 2;

 - Overeenkomst inzake luchtdiensten tussen de regering van de Speciale Administratieve Regio Macau van de Volksrepubliek China en de regering van het Verenigd Koninkrijk van Groot-Brittannië en Noord-Ierland, opgesteld te Londen op 19 januari 2004, hierna "de Overeenkomst tussen de SAR Macau en het Verenigd Koninkrijk" genoemd in bijlage 2.
-

BIJLAGE 2

Lijst van artikelen die zijn opgenomen in de in bijlage 1 vermelde overeenkomsten en waarnaar wordt verwezen in de artikelen 2, 3 en 4 van deze Overeenkomst

a) Aanwijzing door een lidstaat:

- Artikel 4 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Oostenrijk;
- Artikel 3 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Tsjechië;
- Artikel 4 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Denemarken;
- Artikel 4, lid 4, van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Duitsland;
- Artikel 4 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Luxemburg;
- Artikel 4 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Polen;
- Artikel 4 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Portugal;
- Artikel 4 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Zweden.

b) Weigering, intrekking, opschorting of beperking van vergunningen of machtigingen:

- Artikel 5 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Oostenrijk;
- Artikel 6 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en België;
- Artikel 4 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Tsjechië;
- Artikel 5 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Denemarken;
- Artikel 4 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Finland;
- Artikel 4, lid 4, en artikel 5, van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Duitsland;
- Artikel 5 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Luxemburg;
- Artikel 5 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Nederland;
- Artikel 5 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Polen;
- Artikel 6 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Portugal;
- Artikel 5 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Zweden.

c) Veiligheid:

- Artikel 7 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Tsjechië;
- Artikel 9 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Frankrijk;
- Artikel 7 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Griekenland;
- Artikel 7 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Luxemburg;
- Artikel 6 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Slowakije;
- Artikel 14 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en het Verenigd Koninkrijk.

d) Belasting op vliegtuigbrandstof:

- Artikel 8 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Oostenrijk;
- Artikel 11 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en België;
- Artikel 8 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Tsjechië;
- Artikel 7 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Denemarken;
- Artikel 6 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Finland;

- Artikel 7 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Duitsland;
 - Artikel 9 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Luxemburg;
 - Artikel 10 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Nederland;
 - Artikel 7 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Polen;
 - Artikel 10 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Portugal;
 - Artikel 7 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en Zweden;
 - Artikel 8 van de Overeenkomst tussen de SAR Macau en het Verenigd Koninkrijk.
-

BIJLAGE 3

Lijst van andere landen waarnaar wordt verwezen in artikel 2 van deze Overeenkomst

- a) De Republiek IJsland (in het kader van de Overeenkomst inzake de Europese Economische Ruimte);
 - b) Het Vorstendom Liechtenstein (in het kader van de Overeenkomst inzake de Europese Economische Ruimte);
 - c) Het Koninkrijk Noorwegen (in het kader van de Overeenkomst inzake de Europese Economische Ruimte);
 - d) De Zwitserse Bondsstaat (in het kader van de Overeenkomst inzake luchtvervoer tussen de Europese Gemeenschap en de Zwitserse Bondsstaat).
-

ZAŁĄCZNIK 1

Wykaz umów, o których mowa w art. 1 niniejszej Umowy

Umowy o komunikacji lotniczej i inne porozumienia między Specjalnym Regionem Administracyjnym Makau a państwami członkowskimi, z uwzględnieniem zmian lub poprawek, które w dniu podpisania niniejszej Umowy były zawarte, podpisane lub parafowane:

- umowa o transporcie lotniczym między Rządem Federalnym Austrii a Rządem Makau, sporządzona w Wiedniu dnia 4 listopada 1994 r., zwana dalej w załączniku 2 „umową Specjalny Region Administracyjny Makau – Austria”;
- umowa o transporcie lotniczym między Rządem Królestwa Belgii a Rządem Makau, sporządzona w Brukseli dnia 16 listopada 1994 r., zwana dalej w załączniku 2 „umową Specjalny Region Administracyjny Makau – Belgia”;
- umowa o komunikacji lotniczej między Rządem Republiki Czeskiej a Rządem Specjalnego Regionu Administracyjnego Makau Chińskiej Republiki Ludowej, sporządzona w Pradze dnia 25 września 2001 r., zwana dalej w załączniku 2 „umową Specjalny Region Administracyjny Makau – Republika Czeska”;
- umowa o komunikacji lotniczej między Rządem Królestwa Danii a Rządem Makau, sporządzona w Oslo dnia 12 grudnia 1996 r., zwana dalej w załączniku 2 „umową Specjalny Region Administracyjny Makau – Dania”;
- umowa o komunikacji lotniczej między Rządem Republiki Finlandii a Rządem Makau, sporządzona w Makau dnia 9 września 1994 r., zwana dalej w załączniku 2 „umową Specjalny Region Administracyjny Makau – Finlandia”;
- umowa o komunikacji lotniczej między Rządem Republiki Francuskiej a Rządem Specjalnego Regionu Administracyjnego Makau Chińskiej Republiki Ludowej, sporządzona w Paryżu dnia 23 maja 2006 r., zwana dalej w załączniku 2 „umową Specjalny Region Administracyjny Makau – Francja”;

- umowa o transporcie lotniczym między Rządem Republiki Federalnej Niemiec a Rządem Makau, sporządzona w Bonn dnia 5 września 1996 r., zwana dalej w załączniku 2 „umową Specjalny Region Administracyjny Makau – Niemcy”;
- umowa o komunikacji lotniczej między Rządem Republiki Greckiej a Rządem Specjalnego Regionu Administracyjnego Makau Chińskiej Republiki Ludowej, parafowana w Makau dnia 17 lutego 2006 r., zwana dalej w załączniku 2 „umową Specjalny Region Administracyjny Makau – Grecja”;
- umowa o komunikacji lotniczej między Rządem Wielkiego Księstwa Luksemburga a Rządem Makau, sporządzona w Makau dnia 14 grudnia 1994 r., zwana dalej w załączniku 2 „umową Specjalny Region Administracyjny Makau – Luksemburg”;
- umowa między Królestwem Niderlandów a Makau dotycząca komunikacji lotniczej między obszarami tych państw i poza nimi, sporządzona w Hadze dnia 16 listopada 1994 r., zwana dalej w załączniku 2 „umową Specjalny Region Administracyjny Makau – Niderlandy”;
- umowa między Rządem Rzeczypospolitej Polskiej a Rządem Makau o komunikacji lotniczej, sporządzona w Warszawie dnia 22 października 1999 r., zwana dalej w załączniku 2 „umową Specjalny Region Administracyjny Makau – Polska”;
- umowa o transporcie lotniczym między Rządem Republiki Portugalii a Rządem Makau, sporządzona w Lizbonie dnia 31 sierpnia 1995 r., zwana dalej w załączniku 2 „umową Specjalny Region Administracyjny Makau – Portugalia”;
- umowa o komunikacji lotniczej między Rządem Republiki Słowackiej a Rządem Specjalnego Regionu Administracyjnego Makau Chińskiej Republiki Ludowej, parafowana w Makau dnia 3 marca 2006 r., zwana dalej w załączniku 2 „umową Specjalny Region Administracyjny Makau – Słowacja”;

- umowa o komunikacji lotniczej między Rządem Królestwa Szwecji a Rządem Makau, sporządzona w Oslo dnia 12 grudnia 1996 r., zwana dalej w załączniku 2 „umową Specjalny Region Administracyjny Makau – Szwecja”;
 - umowa o komunikacji lotniczej między Rządem Specjalnego Regionu Administracyjnego Makau Chińskiej Republiki Ludowej a Rządem Zjednoczonego Królestwa Wielkiej Brytanii i Irlandii Północnej, sporządzona w Londynie dnia 19 stycznia 2004 r., zwana dalej w załączniku 2 „umową Specjalny Region Administracyjny Makau – Zjednoczone Królestwo”.
-

ZAŁĄCZNIK 2

Wykaz artykułów w umowach wymienionych w załączniku 1,
o których mowa w art. 2–4 niniejszej Umowy

- a) Wyznaczenie przez państwo członkowskie:
- art. 4 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Austria;
 - art. 3 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Republika Czeska;
 - art. 4 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Dania;
 - art. 4 ust. 4 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Niemcy;
 - art. 4 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Luksemburg;
 - art. 4 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Polska;
 - art. 4 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Portugalia;
 - art. 4 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Szwecja.

- b) Odmowa, cofnięcie, zawieszenie lub ograniczenie upoważnień lub zezwoleń:
- art. 5 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Austria;
 - art. 6 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Belgia;
 - art. 4 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Republika Czeska;
 - art. 5 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Dania;
 - art. 4 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Finlandia;
 - art. 4 ust. 4 i art. 5 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Niemcy;
 - art. 5 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Luksemburg;
 - art. 5 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Niderlandy;
 - art. 5 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Polska;
 - art. 6 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Portugalia;
 - art. 5 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Szwecja.

c) Bezpieczeństwo:

- art. 7 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Republika Czeska;
- art. 9 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Francja;
- art. 7 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Grecja;
- art. 7 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Luksemburg;
- art. 6 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Słowacja;
- art. 14 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Zjednoczone Królestwo.

d) Opodatkowanie paliwa lotniczego:

- art. 8 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Austria;
- art. 11 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Belgia;
- art. 8 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Republika Czeska;
- art. 7 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Dania;
- art. 6 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Finlandia;

- art. 7 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Niemcy;
 - art. 9 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Luksemburg;
 - art. 10 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Niderlandy;
 - art. 7 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Polska;
 - art. 10 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Portugalia;
 - art. 7 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Szwecja;
 - art. 8 umowy Specjalny Region Administracyjny Makau – Zjednoczone Królestwo.
-

ZAŁĄCZNIK 3

Wykaz innych państw, o których mowa w art. 2 niniejszej umowy

- a) Republika Islandii (na mocy Porozumienia o Europejskim Obszarze Gospodarczym);
 - b) Księstwo Liechtensteinu (na mocy Porozumienia o Europejskim Obszarze Gospodarczym);
 - c) Królestwo Norwegii (na mocy Porozumienia o Europejskim Obszarze Gospodarczym);
 - d) Konfederacja Szwajcarska (na mocy Umowy między Wspólnotą Europejską a Konfederacją Szwajcarską w sprawie transportu lotniczego).
-

ANEXA 1

Lista acordurilor menționate la articolul 1 din prezentul acord

Acorduri privind serviciile aeriene și alte înțelegeri încheiate între RAS Macao și statele membre, cu modificările sau amendamentele ulterioare, care, la data semnării prezentului acord, erau încheiate, semnate sau parafate:

- Acordul privind transportul aerian dintre Guvernul Federal al Austriei și Guvernul Macao semnat la Viena la 4 noiembrie 1994, denumit în continuare „Acordul RAS Macao-Austria” în anexa 2;
- Acordul privind transportul aerian dintre Guvernul Regatului Belgiei și Guvernul Macao semnat la Bruxelles la 16 noiembrie 1994, denumit în continuare "Acordul RAS Macao-Belgia" în anexa 2;
- Acordul privind serviciile aeriene dintre Guvernul Republicii Cehe și Guvernul Regiunii Administrative Speciale Macao a Republicii Populare Chineze semnat la Praga la 25 septembrie 2001, denumit în continuare „Acordul RAS Macao-Republica Cehă” în anexa 2;
- Acordul privind serviciile aeriene dintre Guvernul Regatului Danemarcei și Guvernul Macao semnat la Oslo la 12 decembrie 1996, denumit în continuare „Acordul RAS Macao-Danemarca” în anexa 2;
- Acordul privind serviciile aeriene dintre Guvernul Republicii Finlanda și Guvernul Macao semnat la Macao la 9 septembrie 1994, denumit în continuare „Acordul RAS Macao-Finlanda” în anexa 2;
- Acordul privind serviciile aeriene dintre Guvernul Republicii Franceze și Guvernul Regiunii Administrative Speciale Macao a Republicii Populare Chineze semnat la Paris la 23 mai 2006, denumit în continuare „Acordul RAS Macao-Franța” în anexa 2;
- Acordul privind transportul aerian dintre Guvernul Republicii Federale Germania și Guvernul Macao semnat la Bonn la 5 septembrie 1996, denumit în continuare „Acordul RAS Macao-Germania” în anexa 2;

- Acordul privind serviciile aeriene dintre Guvernul Republicii Elene și Guvernul Regiunii Administrative Speciale Macao a Republicii Populare Chineze parafat la Macao la 17 februarie 2006, denumit în continuare „Acordul RAS Macao-Grecia” în anexa 2;
 - Acordul privind serviciile aeriene dintre Guvernul Marelui Ducat al Luxemburgului și Guvernul Macao semnat la Macao la 14 decembrie 1994, denumit în continuare „Acordul RAS Macao-Luxemburg” în anexa 2;
 - Acordul privind serviciile aeriene dintre și din afara zonelor lor dintre Regatul Țărilor de Jos și Macao semnat la Haga la 16 decembrie 1994, denumit în continuare „Acordul RAS Macao-Țările de Jos” în anexa 2;
 - Acordul privind serviciile aeriene dintre Guvernul Republicii Polone și Guvernul Macao semnat la Varșovia la 22 octombrie 1999, denumit în continuare „Acordul RAS Macao-Polonia” în anexa 2;
 - Acordul privind transportul aerian dintre Guvernul Republicii Portugheze și Guvernul Macao semnat la Lisabona la 31 august 1995, denumit în continuare „Acordul RAS Macao-Portugalia” în anexa 2;
 - Acordul privind serviciile aeriene dintre Guvernul Republicii Slovace și Guvernul Regiunii Administrative Speciale Macao a Republicii Populare Chineze parafat la Macao la 3 martie 2006, denumit în continuare „Acordul RAS Macao-Slovacia” în anexa 2;
 - Acordul privind serviciile aeriene dintre Guvernul Regatului Suediei și Guvernul Macao semnat la Oslo la 12 decembrie 1996, denumit în continuare „Acordul RAS Macao-Suedia” în anexa 2;
 - Acordul dintre Guvernul Regiunii Administrative Speciale Macao a Republicii Populare Chineze și Guvernul Regatului Unit al Marii Britanii și Irlandei de Nord privind serviciile aeriene, semnat la Londra la 19 ianuarie 2004, denumit în continuare „Acordul RAS Macao-Regatul Unit” în anexa 2.
-

ANEXA 2

Lista articolelor din acordurile enumerate în anexa 1
și menționate la articolele 2-4 din prezentul acord

- (a) Desemnarea de către un stat membru:
- articolul 4 din Acordul RAS Macao-Austria;
 - articolul 3 din Acordul RAS Macao-Republica Cehă;
 - articolul 4 din Acordul RAS Macao-Danemarca;
 - articolul 4 alineatul (4) din Acordul RAS Macao-Germania;
 - articolul 4 din Acordul RAS Macao-Luxemburg;
 - Articolul 4 din Acordul RAS Macao-Polonia;
 - Articolul 4 din Acordul RAS Macao-Portugalia;
 - articolul 4 din Acordul RAS Macao-Suedia.

(b) Refuzul, revocarea, suspendarea sau limitarea autorizațiilor sau a permiselor:

- articolul 5 din Acordul RAS Macao-Austria;
- articolul 6 din Acordul RAS Macao-Belgia;
- articolul 4 din Acordul RAS Macao-Republica Cehă;
- articolul 5 din Acordul RAS Macao-Danemarca;
- articolul 4 din Acordul RAS Macao-Finlanda;
- articolul 4 alineatul (4) și articolul 5 din Acordul RAS Macao-Germania;
- articolul 5 din Acordul RAS Macao-Luxemburg;
- articolul 5 din Acordul RAS Macao-Țările de Jos;
- articolul 5 din Acordul RAS Macao-Polonia;
- articolul 6 din Acordul RAS Macao-Portugalia;
- articolul 5 din Acordul RAS Macao-Suedia.

(c) Siguranța:

- articolul 7 din Acordul RAS Macao-Republica Cehă;
- articolul 9 din Acordul RAS Macao-Franța;
- articolul 7 din Acordul RAS Macao-Grecia;
- articolul 7 din Acordul RAS Macao-Luxemburg;
- Articolul 6 din Acordul RAS Macao-Republica Slovacă;
- articolul 14 din Acordul RAS Macao-Regatul Unit.

(d) Impozitarea combustibilului pentru aviație:

- articolul 8 din Acordul RAS Macao-Austria;
- articolul 11 din Acordul RAS Macao-Belgia;
- articolul 8 din Acordul RAS Macao-Republica Cehă;
- articolul 7 din Acordul RAS Macao-Danemarca;
- Articolul 6 din Acordul RAS Macao-Finlanda;

- articolul 7 din Acordul RAS Macao-Germania;
 - articolul 9 din Acordul RAS Macao-Luxemburg;
 - articolul 10 din Acordul RAS Macao-Țările de Jos;
 - articolul 7 din Acordul RAS Macao-Polonia;
 - articolul 10 din Acordul RAS Macao-Portugalia;
 - articolul 7 din Acordul RAS Macao-Suedia;
 - articolul 8 din Acordul RAS Macao-Regatul Unit.
-

ANEXA 3

Lista celorlalte state menționate la articolul 2 din prezentul acord

- (a) Republica Islanda (în temeiul Acordului privind Spațiul Economic European);
 - (b) Principatul Liechtenstein (în temeiul Acordului privind Spațiul Economic European);
 - (c) Regatul Norvegiei (în temeiul Acordului privind Spațiul Economic European);
 - (d) Confederația Elvețiană (în temeiul Acordului dintre Comunitatea Europeană și Confederația Elvețiană privind transportul aerian).
-

PRÍLOHA 1

Zoznam dohôd, na ktoré sa odkazuje v článku 1 tejto dohody

Dohody o leteckých dopravných službách a ďalšie dojednania medzi OAO Macao a členskými štátmi v znení úprav alebo zmien a doplnení, ktoré boli uzavreté, podpísané alebo parafované v čase podpisu tejto dohody:

- Dohoda o leteckej doprave medzi rakúskou federálnou vládou a vládou Macaa podpísaná vo Viedni 4. novembra 1994, ďalej len „dohoda medzi OAO Macao a Rakúskom“ v prílohe 2;
- Dohoda o leteckej doprave medzi vládou Belgického kráľovstva a vládou Macaa podpísaná v Bruseli 16. novembra 1994, ďalej len „dohoda medzi OAO Macao a Belgickom“ v prílohe 2;
- Dohoda o leteckých službách medzi vládou Českej republiky a vládou osobitnej administratívnej oblasti Čínskej ľudovej republiky Macao podpísaná v Prahe 25. septembra 2001, ďalej len „dohoda medzi OAO Macao a Českou republikou“ v prílohe 2;
- Dohoda o leteckých službách medzi vládou Dánskeho kráľovstva a vládou Macaa, ktorá bola podpísaná v Osle 12. decembra 1996, ďalej len „dohoda medzi OAO Macao a Dánskom“ v prílohe 2;
- Dohoda o leteckých službách medzi vládou Fínskej republiky a vládou Macaa podpísaná 9. septembra 1994 v Macau, ďalej len „dohoda medzi OAO Macao a Fínskom“ v prílohe 2;
- Dohoda o leteckých službách medzi vládou Francúzskej republiky a vládou osobitnej administratívnej oblasti Čínskej ľudovej republiky Macao podpísaná v Paríži 23. mája 2006, ďalej len „dohoda medzi OAO Macao a Francúzskom“ v prílohe 2;
- Dohoda o leteckej doprave medzi vládou Nemeckej spolkovej republiky a vládou Macaa podpísaná 5. septembra 1996 v Bonne, ďalej len „dohoda medzi OAO Macao a Nemeckom“ v prílohe 2;

- Dohoda o leteckých službách medzi vládou Helénskej republiky a vládou osobitnej administratívnej oblasti Čínskej ľudovej republiky Macao parafovaná v Macau 17. februára 2006, ďalej len „dohoda medzi OAO Macao a Gréckom“ v prílohe 2;
 - Dohoda medzi vládou Luxemburského veľkovevodstva a vládou Macaa o leteckých službách podpísaná v Macau 14. decembra 1994, ďalej len „dohoda medzi OAO Macao a Luxemburskom“ v prílohe 2;
 - Dohoda medzi Holandským kráľovstvom a Macaom o leteckých službách medzi ich príslušnými oblasťami a mimo nich podpísaná v Haagu 16. novembra 1994, ďalej len „dohoda medzi OAO Macao a Holandskom“ v prílohe 2;
 - Dohoda medzi vládou Poľskej republiky a vládou Macaa o leteckých službách podpísaná vo Varšave 22. októbra 1999, ďalej len „dohoda medzi OAO Macao a Poľskom“ v prílohe 2;
 - Dohoda o leteckej doprave medzi vládou Portugalskej republiky a vládou Macaa podpísaná 31. augusta 1995 v Lisabone, ďalej len „dohoda medzi OAO Macao a Portugalskom“ v prílohe 2;
 - Dohoda o leteckých službách medzi vládou Slovenskej republiky a vládou osobitnej administratívnej oblasti Čínskej ľudovej republiky Macao parafovaná v Macau 3. marca 2006, ďalej len „dohoda medzi OAO Macao a Slovenskom“ v prílohe 2;
 - Dohoda o leteckých službách medzi vládou Švédskeho kráľovstva a vládou Macaa podpísaná v Osle 12. decembra 1996, ďalej len „dohoda medzi OAO Macao a Švédskom“ v prílohe 2;
 - Dohoda medzi vládou osobitnej administratívnej oblasti Čínskej ľudovej republiky Macao a vládou Spojeného kráľovstva Veľkej Británie a Severného Írska o leteckých službách podpísaná v Londýne 19. januára 2004, ďalej len „dohoda medzi OAO Macao a vládou Spojeného kráľovstva“ v prílohe 2.
-

PRÍLOHA 2

Zoznam článkov v dohodách uvedených v prílohe 1,
na ktoré sa odkazuje v článkoch 2 až 4 tejto dohody

- a) Určenie členským štátom:
- článok 4 dohody medzi OAO Macao a Rakúskom;
 - článok 3 dohody medzi OAO Macao a Českou republikou;
 - článok 4 dohody medzi OAO Macao a Dánskom;
 - článok 4 ods. 4 dohody medzi OAO Macao a Nemeckom;
 - článok 4 dohody medzi OAO Macao a Luxemburskom;
 - článok 4 dohody medzi OAO Macao a Poľskom;
 - článok 4 dohody medzi OAO Macao a Portugalskom;
 - článok 4 dohody medzi OAO Macao a Švédskom.

- b) Zamietnutie, zrušenie, dočasné pozastavenie alebo obmedzenie oprávnení alebo povolení:
- článok 5 dohody medzi OAO Macao a Rakúskom;
 - článok 6 dohody medzi OAO Macao a Belgickom;
 - článok 4 dohody medzi OAO Macao a Českou republikou;
 - článok 5 dohody medzi OAO Macao a Dánskom;
 - článok 4 dohody medzi OAO Macao a Fínskom;
 - článok 4 ods. 4 a článok 5 dohody medzi OAO Macao a Nemeckom;
 - článok 5 dohody medzi OAO Macao a Luxemburskom;
 - článok 5 dohody medzi OAO Macao a Holandskom;
 - článok 5 dohody medzi OAO Macao a Poľskom;
 - článok 6 dohody medzi OAO Macao a Portugalskom;
 - článok 5 dohody medzi OAO Macao a Švédskom.

c) Bezpečnosť:

- článok 7 dohody medzi OAO Macao a Českou republikou;
- článok 9 dohody medzi OAO Macao a Francúzskom;
- článok 7 dohody medzi OAO Macao a Gréckom;
- článok 7 dohody medzi OAO Macao a Luxemburskom;
- článok 6 dohody medzi OAO Macao a Slovenskou republikou;
- článok 14 dohody medzi OAO Macao a Spojeným kráľovstvom.

d) Zdaňovanie leteckých pohonných hmôt:

- článok 8 dohody medzi OAO Macao a Rakúskom;
- článok 11 dohody medzi OAO Macao a Belgickom;
- článok 8 dohody medzi OAO Macao a Českou republikou;
- článok 7 dohody medzi OAO Macao a Dánskom;
- článok 6 dohody medzi OAO Macao a Fínskom;

- článok 7 dohody medzi OAO Macao a Nemeckom;
 - článok 9 dohody medzi OAO Macao a Luxemburskom;
 - článok 10 dohody medzi OAO Macao a Holandskom;
 - článok 7 dohody medzi OAO Macao a Poľskom;
 - článok 10 dohody medzi OAO Macao a Portugalskom;
 - článok 7 dohody medzi OAO Macao a Švédskom;
 - článok 8 dohody medzi OAO Macao a Spojeným kráľovstvom.
-

PRÍLOHA 3

Zoznam ďalších štátov, na ktoré sa odkazuje v článku 2 tejto dohody

- a) Islandská republika (v rámci Dohody o Európskom hospodárskom priestore);
 - b) Lichtenštajnské kniežatstvo (v rámci Dohody o Európskom hospodárskom priestore),
 - c) Nórske kráľovstvo (v rámci Dohody o Európskom hospodárskom priestore),
 - d) Švajčiarska konfederácia (v rámci Dohody medzi Európskym spoločenstvom a Švajčiarskou konfederáciou o leteckej doprave
-

PRILOGA 1

Seznam sporazumov iz člena 1 tega sporazuma

Sporazumi o zračnem prevozu in druge ureditve med Posebno upravno regijo Macao in državami članicami, kakor so bili preoblikovani ali spremenjeni, ki so bili sklenjeni, podpisani ali parafirani na datum podpisa tega sporazuma:

- Sporazum med avstrijsko zvezno vlado in vlado Macaa o zračnem prevozu, podpisan na Dunaju 4. novembra 1994 v nadaljnjem besedilu "Sporazum med Posebno upravno regijo Macao in Avstrijo" v Prilogi 2;
- Sporazum med vlado Kraljevine Belgije in vlado Macaa o zračnem prevozu, podpisan v Bruslju 16. novembra 1994, v nadaljnjem besedilu "Sporazum med Posebno upravno regijo Macao in Belgijo" v Prilogi 2;
- Sporazum med vlado Češke republike in vlado Posebne upravne regije Macao Ljudske republike Kitajske o zračnem prevozu, podpisan v Pragi 25. septembra 2001, v nadaljnjem besedilu "Sporazum med Posebno upravno regijo Macao in Češko republiko" v Prilogi 2;
- Sporazum med vlado Kraljevine Danske in vlado Macaa o zračnem prevozu, podpisan v Oslu 12. decembra 1996, v nadaljnjem besedilu "Sporazum med Posebno upravno regijo Macao in Dansko" v Prilogi 2;
- Sporazum med vlado Republike Finske in vlado Macaa o zračnem prevozu, podpisan v Macau 9. septembra 1994, v nadaljnjem besedilu "Sporazum med Posebno upravno regijo Macao in Finsko" v Prilogi 2;
- Sporazum med vlado Francoske republike in vlado Posebne upravne regije Macao Ljudske republike Kitajske o zračnem prevozu, podpisan v Parizu 23. maja 2006, v nadaljnjem besedilu "Sporazum med Posebno upravno regijo Macao in Francijo" v Prilogi 2;

- Sporazum med vlado Zvezne republike Nemčije in vlado Macaa o zračnem prevozu, podpisan v Bonnu 5. septembra 1996, v nadaljnjem besedilu "Sporazum med Posebno upravno regijo Macao in Nemčijo" v Prilogi 2;
- Sporazum med vlado Helenske republike in vlado Posebne upravne regije Macao Ljudske republike Kitajske o zračnem prevozu, parafiran v Macau 17. februarja 2006, v nadaljnjem besedilu "Sporazum med Posebno upravno regijo Macao in Grčijo" v Prilogi 2;
- Sporazum med vlado Velikega vojvodstva Luksemburg in vlado Macaa o zračnem prevozu, podpisan v Macau 14. decembra 1994, v nadaljnjem besedilu "Sporazum med Posebno upravno regijo Macao in Luksemburgom" v Prilogi 2;
- Sporazum med Kraljevino Nizozemsko in Macaom o zračnem prevozu med njunima ozemljema in zunaj njih, podpisan v Haagu 16. novembra 1994, v nadaljnjem besedilu "Sporazum med Posebno upravno regijo Macao in Nizozemsko" v Prilogi 2;
- Sporazum med vlado Republike Poljske in vlado Macaa o zračnem prevozu, podpisan v Varšavi, 22. oktobra 1999, v nadaljnjem besedilu "Sporazum med Posebno upravno regijo Macao in Poljsko" v Prilogi 2;
- Sporazum med vlado Portugalske republike in vlado Macaa o zračnem prevozu, podpisan v Lizboni 31. avgusta 1995, v nadaljnjem besedilu "Sporazum med Posebno upravno regijo Macao in Portugalsko" v Prilogi 2;
- Sporazum med vlado Slovaške republike in vlado Posebne upravne regije Macao Ljudske republike Kitajske o zračnem prevozu, parafiran v Macau 3. marca 2006, v nadaljnjem besedilu "Sporazum med Posebno upravno regijo Macao in Slovaško" v Prilogi 2;

- Sporazum med vlado Kraljevine Švedske in vlado Macaa o zračnem prevozu, podpisan v Oslu 12. decembra 1996, v nadaljnjem besedilu "Sporazum med Posebno upravno regijo Macao in Švedsko" v Prilogi 2;
 - Sporazum med vlado Posebne upravne regije Macao Ljudske republike Kitajske in vlado Združenega kraljestva Velika Britanija in Severna Irska o zračnem prevozu glede zračnega prevoza, podpisan v Londonu 19. januarja 2004, v nadaljnjem besedilu "Sporazum med Posebno upravno regijo Macao in Združenim kraljestvom" v Prilogi 2.
-

PRILOGA 2

Seznam členov v sporazumih iz Priloge 1,
na katere se sklicujejo člani 2 do 4 tega sporazuma

- (a) Določitev s strani države članice:
- člen 4 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Avstrijo;
 - člen 3 sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Češko republiko;
 - člen 4 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Dansko;
 - člen 4(4) Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Nemčijo;
 - člen 4 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Luksemburgom;
 - člen 4 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Poljsko;
 - člen 4 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Portugalsko;
 - člen 4 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Švedsko.

- (b) Zavrnitev, razveljavitev, začasni odvzem ali omejitev pooblastil ali dovoljenj:
- člen 5 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Avstrijo;
 - člen 6 sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Belgijo;
 - člen 4 sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Češko republiko;
 - člen 5 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Dansko;
 - člen 4 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Finsko;
 - člen 4(4) Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Nemčijo;
 - člen 5 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Luksemburgom;
 - člen 5 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Nizozemsko;
 - člen 5 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Poljsko;
 - člen 6 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Portugalsko;
 - člen 5 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Švedsko.

(c) Varnost:

- člen 7 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Češko republiko;
- člen 9 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Francijo;
- člen 7 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Grčijo;
- člen 7 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Luksemburgom;
- člen 6 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Slovaško republiko;
- člen 14 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Združenim kraljestvom.

(d) Obdavčitev letalskega goriva:

- člen 8 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Avstrijo;
- člen 11 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Belgijo;
- člen 8 sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Češko republiko;
- člen 7 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Dansko;
- člen 6 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Finsko;

- člen 7 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Nemčijo;
 - člen 9 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Luksemburgom;
 - člen 10 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Nizozemsko;
 - člen 7 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Poljsko;
 - člen 10 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Portugalsko;
 - člen 7 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Švedsko;
 - člen 8 Sporazuma med Posebno upravno regijo Macao in Združenim kraljestvom.
-

PRILOGA 3

Seznam drugih držav iz člena 2 tega sporazuma

- (a) Republika Islandija (v skladu s Sporazumom o Evropskem gospodarskem prostoru);
 - (b) Kneževina Lihtenštajn (v skladu s Sporazumom o Evropskem gospodarskem prostoru);
 - (c) Kraljevina Norveška (v skladu s Sporazumom o Evropskem gospodarskem prostoru);
 - (d) Švicarska konfederacija (v skladu s Sporazumom med Evropsko skupnostjo in Švicarsko konfederacijo o zračnem prometu).
-

LIITE 1

Luettelo tämän sopimuksen 1 artiklassa tarkoitetuista sopimuksista

Macaon erityishallintoalueen ja jäsenvaltioiden väliset lentoliikennesopimukset ja muut järjestelyt, sellaisina kuin ne ovat muutettuina, jotka ovat tehtyjä, allekirjoitettuja tai parafoituja tämän sopimuksen allekirjoituspäivänä:

- Itävallan liittohallituksen ja Macaon hallituksen välinen lentoliikennesopimus, tehty Wienissä 4 päivänä marraskuuta 1994, jäljempänä liitteessä 2 'Macaon erityishallintoalue – Itävalta -sopimus';
- Belgian kuningaskunnan hallituksen ja Macaon hallituksen välinen lentoliikennesopimus, tehty Brysselissä 16 päivänä marraskuuta 1994, jäljempänä liitteessä 2 'Macaon erityishallintoalue – Belgia -sopimus';
- Tšekin tasavallan hallituksen ja Kiinan kansantasavallan erityishallintoalueen Macaon hallituksen välinen lentoliikennesopimus, tehty Prahassa 25 päivänä syyskuuta 2001, jäljempänä liitteessä 2 'Macaon erityishallintoalue – Tšekki -sopimus';
- Tanskan kuningaskunnan hallituksen ja Macaon hallituksen välinen lentoliikennesopimus, tehty Oslossa 12 päivänä joulukuuta 1996, jäljempänä liitteessä 2 'Macaon erityishallintoalue – Tanska -sopimus';
- Suomen tasavallan hallituksen ja Macaon hallituksen välinen lentoliikennesopimus, tehty Macaossa 9 päivänä syyskuuta 1994, jäljempänä liitteessä 2 'Macaon erityishallintoalue – Suomi -sopimus';
- Ranskan tasavallan hallituksen ja Kiinan kansantasavallan erityishallintoalueen Macaon hallituksen välinen lentoliikennesopimus, tehty Pariisissa 23 päivänä toukokuuta 2006, jäljempänä liitteessä 2 'Macaon erityishallintoalue – Ranska -sopimus';
- Saksan liittotasavallan hallituksen ja Macaon hallituksen välinen lentoliikennesopimus, tehty Bonnissa 5 päivänä syyskuuta 1996, jäljempänä liitteessä 2 'Macaon erityishallintoalue – Saksa -sopimus';

- Helleenien tasavallan hallituksen ja Kiinan kansantasavallan erityishallintoalueen Macaon hallituksen välinen lentoliikennesopimus, parafoitu Macaossa 17 päivänä helmikuuta 2006, jäljempänä liitteessä 2 'Macaon erityishallintoalue – Kreikka -sopimus';
 - Luxemburgin suurherttuakunnan hallituksen ja Macaon hallituksen välinen lentoliikennesopimus, tehty Macaossa 14 päivänä joulukuuta 1994, jäljempänä liitteessä 2 'Macaon erityishallintoalue – Luxemburg -sopimus';
 - Alankomaiden kuningaskunnan ja Macaon sopimus niiden alueiden välisestä ja niiden kautta edelleen tapahtuvasta lentoliikenteestä, tehty Haagissa 16 päivänä marraskuuta 1994, jäljempänä liitteessä 2 'Macaon erityishallintoalue – Alankomaat -sopimus';
 - Puolan tasavallan hallituksen ja Macaon hallituksen välinen lentoliikennesopimus, tehty Varsovassa 22 päivänä lokakuuta 1999, jäljempänä liitteessä 2 'Macaon erityishallintoalue – Puola -sopimus';
 - Portugalin tasavallan hallituksen ja Macaon hallituksen välinen lentoliikennesopimus, tehty Lissabonissa 31 päivänä elokuuta 1995, jäljempänä liitteessä 2 'Macaon erityishallintoalue – Portugali -sopimus';
 - Slovakian tasavallan hallituksen ja Kiinan kansantasavallan erityishallintoalueen Macaon hallituksen välinen lentoliikennesopimus, parafoitu Macaossa 3 päivänä maaliskuuta 2006, jäljempänä liitteessä 2 'Macaon erityishallintoalue – Slovakia -sopimus';
 - Ruotsin kuningaskunnan hallituksen ja Macaon hallituksen välinen lentoliikennesopimus, tehty Oslossa 12 päivänä joulukuuta 1996, jäljempänä liitteessä 2 'Macaon erityishallintoalue – Ruotsi -sopimus';
 - Kiinan kansantasavallan erityishallintoalueen Macaon hallituksen ja Ison-Britannian ja Pohjois-Irlannin yhdistyneen kuningaskunnan välinen lentoliikennesopimus, tehty Lontoossa 19 päivänä tammikuuta 2004, jäljempänä liitteessä 2 'Macaon erityishallintoalue – Yhdistynyt kuningaskunta -sopimus'.
-

LIITE 2

Luettelo liitteessä 1 lueteltujen sopimusten artikloista,
joita tarkoitetaan tämän sopimuksen 2–4 artiklassa

a) Jäsenvaltion tekemä nimeäminen:

- Macaon erityishallintoalue – Itävalta -sopimuksen 4 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Tšekki -sopimuksen 3 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Tanska -sopimuksen 4 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Saksa -sopimuksen 4 artiklan 4 kohta
- Macaon erityishallintoalue – Luxemburg -sopimuksen 4 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Puola -sopimuksen 4 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Portugali -sopimuksen 4 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Ruotsi -sopimuksen 4 artikla

b) Liikennöintilupien tai muiden lupien epääminen, peruuttaminen kokonaan tai tilapäisesti tai rajoittaminen:

- Macaon erityishallintoalue – Itävalta -sopimuksen 5 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Belgia -sopimuksen 6 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Tšekki -sopimuksen 4 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Tanska -sopimuksen 5 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Suomi -sopimuksen 4 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Saksa -sopimuksen 4 artiklan 4 kohta ja 5 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Luxemburg -sopimuksen 5 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Alankomaat -sopimuksen 5 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Puola -sopimuksen 5 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Portugali -sopimuksen 6 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Ruotsi -sopimuksen 5 artikla

c) Turvallisuus:

- Macaon erityishallintoalue – Tšekki -sopimuksen 7 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Ranska -sopimuksen 9 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Kreikka -sopimuksen 7 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Luxemburg -sopimuksen 7 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Slovakia -sopimuksen 6 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Yhdistynyt kuningaskunta -sopimuksen 14 artikla

d) Lentopolttoaineen verotus:

- Macaon erityishallintoalue – Itävalta -sopimuksen 8 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Belgia -sopimuksen 11 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Tšekki -sopimuksen 8 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Tanska -sopimuksen 7 artikla
- Macaon erityishallintoalue – Suomi -sopimuksen 6 artikla

- Macaon erityishallintoalue – Saksa -sopimuksen 7 artikla
 - Macaon erityishallintoalue – Luxemburg -sopimuksen 9 artikla
 - Macaon erityishallintoalue – Alankomaat -sopimuksen 10 artikla
 - Macaon erityishallintoalue – Puola -sopimuksen 7 artikla
 - Macaon erityishallintoalue – Portugali -sopimuksen 10 artikla
 - Macaon erityishallintoalue – Ruotsi -sopimuksen 7 artikla
 - Macaon erityishallintoalue – Yhdistynyt kuningaskunta -sopimuksen 8 artikla
-

LIITE 3

Luettelo tämän sopimuksen 2 artiklassa tarkoitetuista muista valtioista

- a) Islannin tasavalta (Euroopan talousalueesta tehdyn sopimuksen nojalla);
 - b) Liechtensteinin ruhtinaskunta (Euroopan talousalueesta tehdyn sopimuksen nojalla);
 - c) Norjan kuningaskunta (Euroopan talousalueesta tehdyn sopimuksen nojalla);
 - d) Sveitsin valaliitto (Euroopan yhteisön ja Sveitsin valaliiton välisen lentoliikennesopimuksen nojalla).
-

BILAGA 1

Förteckning över avtal som avses i artikel 1 i detta avtal

Luftfartsavtal och andra överenskommelser mellan Macao SAR och medlemsstater, i deras ändrade lydelse, som har ingåtts, undertecknats eller paraferats den dag det här avtalet undertecknas:

- Luftfartsavtal mellan Österrikes federala regering och Macaos regering, undertecknat i Wien den 4 november 1994, i bilaga 2 kallat Macao SAR–Österrike-avtalet.
- Luftfartsavtal mellan Konungariket Belgiens regering och Macaos regering, undertecknat i Bryssel den 16 november 1994, i bilaga 2 kallat Macao SAR–Belgien-avtalet.
- Avtal om luftfartstjänster mellan Tjeckiska republikens regering och Folkrepubliken Kinas speciella administrativa region Macaos regering, undertecknat i Prag den 25 september 2001, i bilaga 2 kallat Macao SAR–Tjeckien-avtalet.
- Avtal om luftfartstjänster mellan Konungariket Danmarks regering och Macaos regering, undertecknat i Oslo den 12 december 1996, i bilaga 2 kallat Macao SAR–Danmarksavtalet.
- Avtal om luftfartstjänster mellan Republiken Finlands regering och Macaos regering, undertecknat i Macao den 9 september 1994, i bilaga 2 kallat Macao SAR–Finlandsavtalet.
- Avtal om luftfartstjänster mellan Franska republikens regering och Folkrepubliken Kinas speciella administrativa region Macaos regering, undertecknat i Paris den 23 maj 2006, i bilaga 2 kallat Macao SAR–Frankrike-avtalet.
- Luftfartsavtal mellan Förbundsrepubliken Tysklands regering och Macaos regering, undertecknat i Bonn den 5 september 1996, i bilaga 2 kallat Macao SAR–Tysklandsavtalet.

- Avtal om luftfartstjänster mellan Republiken Greklands regering och Folkrepubliken Kinas speciella administrativa region Macaos regering, undertecknat i Macao den 17 februari 2006, i bilaga 2 kallat Macao SAR–Greklandsavtalet.
 - Avtal om luftfartstjänster mellan Storhertigdömet Luxemburgs regering och Macaos regering, undertecknat i Macao den 14 december 1994, i bilaga 2 kallat Macao SAR–Luxemburg-avtalet.
 - Avtal om luftfartstjänster mellan Konungariket Nederländerna och Macao mellan och utom deras respektive områden, undertecknat i Haag den 16 november 1994, i bilaga 2 kallat Macao SAR–Nederländerna-avtalet.
 - Avtal om luftfartstjänster mellan Republiken Polens regering och Macaos regering, undertecknat i Warszawa den 22 oktober 1999, i bilaga 2 kallat Macao SAR–Polen-avtalet.
 - Luftfartsavtal mellan Republiken Portugals regering och Macaos regering, undertecknat i Lissabon den 31 augusti 1995, i bilaga 2 kallat Macao SAR–Portugal-avtalet.
 - Avtal om luftfartstjänster mellan Republiken Slovakiens regering och Folkrepubliken Kinas speciella administrativa region Macaos regering, paraferat i Macao den 3 mars 2006, i bilaga 2 kallat Macao SAR–Slovakien-avtalet.
 - Avtal om luftfartstjänster mellan Konungariket Sveriges regering och Macaos regering, undertecknat i Oslo den 12 december 1996, i bilaga 2 kallat Macao SAR–Sverige-avtalet.
 - Avtal om luftfartstjänster mellan Folkrepubliken Kinas speciella administrativa region Macaos regering och Förenade konungariket Storbritannien och Nordirlands regering, undertecknat i London den 19 januari 2004, i bilaga 2 kallat Macao SAR–Storbritannien-avtalet.
-

BILAGA 2

Förteckning över artiklar i de avtal som förtecknas i bilaga 1
och som det hänvisas till i artiklarna 2–4 i detta avtal

- (a) Utsedda av en medlemsstat:
- Artikel 4 i Macao SAR–Österrike-avtalet.
 - Artikel 3 i Macao SAR–Tjeckien-avtalet.
 - Artikel 4 i Macao SAR–Danmarksavtalet.
 - Artikel 4.4 i Macao SAR–Tysklandsavtalet.
 - Artikel 4 i Macao SAR–Luxemburg-avtalet.
 - Artikel 4 i Macao SAR–Polen-avtalet.
 - Artikel 4 i Macao SAR–Portugal-avtalet.
 - Artikel 4 i Macao SAR–Sverige-avtalet.

(b) Avslag, återkallande, tillfälligt upphävande eller begränsning av godkännanden eller tillstånd:

- Artikel 5 i Macao SAR–Österrike-avtalet.
- Artikel 6 i Macao SAR–Belgien-avtalet.
- Artikel 4 i Macao SAR–Tjeckien-avtalet.
- Artikel 5 i Macao SAR–Danmarksavtalet.
- Artikel 4 i Macao SAR–Finlandsavtalet.
- Artikel 4.4 och artikel 5 i Macao SAR–Tysklandsavtalet.
- Artikel 5 i Macao SAR–Luxemburg-avtalet.
- Artikel 5 i Macao SAR–Nederländerna-avtalet.
- Artikel 5 i Macao SAR–Polen-avtalet.
- Artikel 6 i Macao SAR–Portugal-avtalet.
- Artikel 5 i Macao SAR–Sverige-avtalet.

(c) Säkerhet:

- Artikel 7 i Macao SAR–Tjeckien-avtalet.
- Artikel 9 i Macao SAR–Frankrike-avtalet.
- Artikel 7 i Macao SAR–Greklandsavtalet.
- Artikel 7 i Macao SAR–Luxemburg-avtalet.
- Artikel 6 i Macao SAR–Slovakien-avtalet.
- Artikel 14 i Macao SAR–Storbritannien-avtalet.

(d) Beskattning av flygbränsle:

- Artikel 8 i Macao SAR–Österrike-avtalet.
- Artikel 11 i Macao SAR–Belgien-avtalet.
- Artikel 8 i Macao SAR–Tjeckien-avtalet.
- Artikel 7 i Macao SAR–Danmarksavtalet.
- Artikel 6 i Macao SAR–Finlandsavtalet.

- Artikel 7 i Macao SAR–Tysklandsavtalet.
 - Artikel 9 i Macao SAR–Luxemburg-avtalet.
 - Artikel 10 i Macao SAR–Nederländerna-avtalet.
 - Artikel 7 i Macao SAR–Polen-avtalet.
 - Artikel 10 i Macao SAR–Portugal-avtalet.
 - Artikel 7 i Macao SAR–Sverige-avtalet.
 - Artikel 8 i Macao SAR–Storbritannien-avtalet.
-

BILAGA 3

Förteckning över andra stater som avses i artikel 2 i detta avtal

- (a) Republiken Island (enligt EES-avtalet).
 - (b) Furstendömet Liechtenstein (enligt EES-avtalet).
 - (c) Konungariket Norge (enligt EES-avtalet).
 - (d) Schweiziska edsförbundet (enligt luftfartsavtalet mellan Europeiska gemenskapen och Schweiziska edsförbundet).
-